

FECOP

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE DESEMPENHO
DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



Jan/Dez 2014

Volume I

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 5

INTRODUÇÃO, 6

1. O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA – FECOP: CONCEPÇÃO, ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO E PÚBLICO-ALVO

- 1.1. Conceção, 7
- 1.2. Estratégia de Atuação, 8
- 1.3. Público-alvo, 9

2. ROL DOS RESPONSÁVEIS

- 2.1. Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social, 10
- 2.2. Gerencia Executiva do FECOP, 26

3. DESEMPENHO FINANCEIRO

- 3.1. Arrecadação, 29
- 3.2. Liberação dos Recursos, 30
- 3.3. Aplicação dos Recursos, 61
- 3.4. Relatório Financeiro, 64
- 3.5. Alocação dos Recursos por Setorial, 66
- 3.6. Aplicação dos Recursos por Função de Governo, 68
- 3.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião, 71
- 3.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo, 76

4. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS SETORIAIS

- 4.1. Secretaria do Desenvolvimento Agrário, 79
- 4.2. Secretaria da Educação, 96
- 4.3. Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, 117
- 4.4. Secretaria das Cidades, 137
- 4.5. Secretaria da Saúde, 183
- 4.6. Secretaria de Infraestrutura, 187
- 4.7. Gabinete do Governador, 191
- 4.8. Secretaria de Recursos Hídricos, 198
- 4.9. Secretaria do Esporte, 210
- 4.10. Secretaria da Cultura, 219
- 4.11. Secretaria da Ciência e Tecnologia, 229

5. MONITORAMENTO

- 5.1. Monitoramento, 235

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 236

7. RECOMENDAÇÕES, 237

Anexos

1. Relatórios de Monitoramento
2. Relação de Projetos por Secretaria e Municípios
 - Secretaria do Desenvolvimento Agrário
 - Secretaria da Educação
 - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
 - Secretaria das Cidades
 - Secretaria da Saúde
 - Secretaria da Infraestrutura
 - Gabinete do Governador
 - Secretaria de Recursos Hídricos
 - Secretaria do Esporte
 - Secretaria da Cultura
 - Secretaria da Ciência e Tecnologia
3. Cópias das Atas das Reuniões do CCPIS
4. Cópias das Resoluções do CCPIS
5. Cópias das Publicações dos Relatórios Financeiros
6. Cópias dos Extratos Bancários



CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL – CCPIS

Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Presidente

Josbertini Virgínio Clementino
Vice-Presidente

Secretaria do Planejamento e Gestão	Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretaria da Fazenda	João Marcos Maia Suplente: Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino Suplente: Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
Casa Civil	Arialdo de Mello Pinho Suplente: Denise Sá Vieira Carrá
Secretaria da Saúde	Ciro Ferreira Gomes Suplente: Vera Maria Câmara Coelho
Secretaria da Educação	Maurício Holanda Maia Suplente: Noemi Alencar Araripe Cordeiro
Secretaria da Cultura	Paulo de Tarso Bernardes Mamede Suplente: Paulo Vitor Gomes Feitosa
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	José Nelson Martins de Sousa Suplente: Esaú Matos Ribeiro
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	René Teixeira Barreira Suplente: Ricardo Costa e Silva Lima
Secretaria das Cidades	Carlo Ferrentini Sampaio Suplente: Mario Fracalossi Júnior
Secretaria do Esporte	Antônio Gilvan Silva Paiva Suplente: Alyne Moreira Moraes
Conselho Estadual da Assistência Social	Simone Rodrigues de Oliveira Suplente: Marlúcia Ramos de Fátima de Souza Gomes
Cons. Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente	Mônica Araújo Gomes Suplente: Margarida Maria de Sousa Pinheiro
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares Lima Suplente: Ada da Pimentel Gomes Fernandes Vieira
Conselho Estadual de Saúde	Antonio Marcus Gomes da Silva Suplente: Antonio Cleyton Martins Magalhães
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará	Francisca Malvinier Macedo Suplente: Marta Maria Rebouças Albuquerque
Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará	Francisco Nilson Freitas Suplente: Nicolas Arnaud Febre



**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE A POBREZA E INCLUSÃO
SOCIAL**

Lara Maria Silva Costa

Célula de Análise e Monitoramento de Projetos do FECOP

Maria Afonsina Braga Barbosa Lima
Everton Cabral Maciel

Célula de Controle e Acompanhamento Financeiro do FECOP

João Batista Rolim
Larisa Fátima Martins Bezerra
Samuel Alves de Oliveira Júnior

Apoio Técnico

Silvana Jereissati Pereira

Apresentação

O presente Relatório de Desempenho visa atender aos princípios constitucionais que regem o funcionamento da administração pública quanto à publicidade e transparência dos atos públicos e ao Decreto nº. 29.910 de 29 de setembro de 2009, cujo inciso VII do art. 13 determina que o Conselho Consultivo de Políticas e Inclusão Social (CCPIS) deverá dar publicidade aos critérios de alocação e uso dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), encaminhando, semestralmente, à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, à Controladoria Geral do Estado (CGE) e ao Tribunal de Contas Estadual (TCE) relatório de desempenho físico-financeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre. Refere-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2014.

Segundo o mesmo decreto, as Secretarias de Estado prestam contas à Gerência Executiva do FECOP (GEF) através de ofício assinado pelo seu titular, informando detalhadamente a aplicação dos recursos em conformidade com o projeto aprovado e declarando expressamente que a documentação comprobatória das despesas está à disposição dos órgãos fiscalizadores da Administração Pública e da Gerência Executiva do FECOP (GEF), quando assim exigido.

Ressalta-se que pelo Decreto nº 31.262, de 31 de julho de 2013, que alterou a estrutura organizacional da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), a Gerência Executiva do FECOP, que antes estava vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPLOG), encontra-se hoje na Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social (CCOPI).

Este Relatório de Desempenho, além de ser submetido à análise dos órgãos de fiscalização do Estado do Ceará, ficará à disposição da sociedade para consulta via internet, no site <http://fecop.seplag.ce.gov.br>, o que confere transparência à ação do Estado no combate à pobreza mediante a utilização de recursos do FECOP.

Os principais dados da execução financeira tem por fonte a Secretaria da Fazenda, responsável pela gestão financeira do Fundo, e o sistema WebMapp, uma ferramenta gerencial utilizada pelo Governo do Estado para acompanhamento e monitoramento de projetos.

Introdução

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) ao longo de onze anos de atuação (2004/2014) vem se consolidando como um instrumento de referência no Estado do Ceará, fundamentalmente por oportunizar o desenvolvimento de ações governamentais que tenham por objetivo possibilitar aos seus beneficiários, em curto prazo, as condições mínimas de sobrevivência e acesso a políticas sociais, e em médio e longo prazo a sua inclusão produtiva e a superação da pobreza, mediante o fortalecimento do capital humano, social e físico.

O ano de 2014 encerra com um total de 142 projetos de 11 Secretarias Setoriais aprovados pelo CCPIS com um valor anual referente à Fonte FECOP de R\$ 480.912.786,04 (quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e doze mil, setecentos e oitenta e seis reais e quatro centavos). Deste total, foram empenhados R\$ 438.975.890,83 (quatrocentos e trinta e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e três centavos) e pagos R\$383.300.047,76 (trezentos e oitenta e três milhões, trezentos mil, quarenta e sete reais e setenta e seis centavos), correspondendo a 91,28% e 79,70%, respectivamente.

Os recursos arrecadados pelo FECOP no ano de 2014 foram da ordem de R\$ 387.596.425,14 (trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e catorze centavos), que somados a R\$ 27.327.257,88 (vinte e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos) provenientes dos rendimentos de sua aplicação, totalizaram um montante de R\$ 414.923.683,02 (quatrocentos e catorze milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e dois centavos).

O presente relatório compõe-se de dois volumes. O primeiro volume registra a concepção, estratégia de atuação e público-alvo do FECOP, apresenta o desempenho financeiro do Fundo em termos de arrecadação, liberação e aplicação de recursos e analisa o desempenho das setoriais na aplicação dos recursos do FECOP. Engloba ainda os resultados do monitoramento de projetos indicados pelo CCPIS e considerações da gerência executiva do Fundo. O segundo volume compõe-se das informações dos projetos financiados pelo FECOP cadastradas em sistema pelas secretarias executoras, cópias das atas de reuniões e resoluções do CCPIS, publicação de relatórios financeiros e extratos bancários.

1. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP): Concepção, Estratégia de Atuação e Público-alvo

1.1. Concepção

A concepção do FECOP considera que a redução da pobreza e o exercício da cidadania, dependem fundamentalmente do fortalecimento do capital social capaz de superar problemas coletivos que não poderiam ser abordados individualmente, bem como do capital humano e físico, por meio do desenvolvimento de políticas públicas de educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, entre outras.

Compreende-se como capital humano o potencial de um ser humano transformar, interpretar e produzir, ligado a capacidades técnicas e cognitivas; como capital social, o potencial de um grupo de indivíduos em construir e manter redes sociais de maneira que essa organização e intercâmbio gerem melhorias no bem-estar social; e como capital físico, o potencial de máquinas, ferramentas e edifícios a serem utilizados na produção de bens e serviços. Este tipo de capital, por sua vez, surge da interação do capital natural, humano e social.

O FECOP atua como um instrumento complementar às políticas públicas estatais, apoiando projetos em duas grandes categorias: Projetos Assistenciais e Projetos Estruturantes. Tais projetos devem ser planejados e executados na perspectiva da intersetorialidade e transversalidade, com vistas a garantir ações integradas que potencializem os recursos disponíveis. Os Projetos Assistenciais priorizarão ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. Os Projetos Estruturantes se destinam à população em situação de pobreza, visando proporcionar condições que possibilitem a migração da condição de pobre para não pobre.

A implementação do FECOP tem como diretrizes:

a – Transparência - disponibilizar para a comunidade assistida e para a sociedade em geral informações sobre a aplicação dos recursos e a provisão dos serviços;

b – Participação - envolver os beneficiários em todas as etapas do processo de aplicação dos recursos: planejamento, execução, acompanhamento e monitoramento;

c – Co-responsabilidade social - fortalecer a participação da comunidade assistida, no sentido de melhorar seu acesso às informações sobre políticas públicas e melhorar sua articulação com outros atores, que direta ou indiretamente estejam envolvidos com atividades fins;

d – Eficiência, eficácia e efetividade - utilizar os recursos em ações que promovam a superação da pobreza;

e – Sustentabilidade – planejar respeitando o saber local, e levando em consideração a realidade da área de atuação, criando oportunidades e aproveitando potencialidades; e

f – Monitoramento e avaliação - aplicar mecanismos que possibilitem a criação de indicadores capazes de medir quantitativamente e qualitativamente os resultados obtidos pelas ações financiadas, permitindo verificar o impacto sobre a pobreza e identificar oportunidades de melhoria;

1.2. Estratégia de Atuação

O FECOP destina-se a financiar integralmente ou de forma complementar projetos demandados pela comunidade ou resultantes de propostas técnicas oriundas da identificação de problemas ou oportunidades. São apresentados à Gerência Executiva do FECOP (GEF) pelas Secretarias Setoriais conforme roteiro padronizado, analisados e posteriormente submetidos à aprovação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS).

Os projetos podem ser executados em parceria com o poder público federal, municipal, ONGs, empresas privadas e comunidades. As ações financiadas objetivam sempre contribuir no combate à pobreza.

Os critérios para seleção dos projetos a serem financiados com recursos do FECOP estão definidos na legislação que regulamenta o Fundo, conforme segue:

- a)** O público-alvo do projeto deve ser representado prioritariamente, pela população que se situa abaixo da linha da pobreza (renda familiar *per capita* inferior a ½ salário mínimo);
- b)** O projeto deve apresentar em seu objeto ações assistenciais e/ou ações estruturantes de combate à pobreza;
- c)** As ações assistenciais deverão priorizar os pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre;
- d)** As ações estruturantes devem estar direcionadas à população pobre para proporcionar condições de acumular meios que possibilitem a migração de pobre para não pobre;
- e)** O projeto deve priorizar municípios e bairros de Fortaleza, cujas populações estejam situadas abaixo da linha da pobreza;

f) Os recursos do projeto deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, e em outras ações de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população pobre.

1.3. Público-alvo

O público-alvo do FECOP são as famílias que estão em situação de pobreza, não se limitando às famílias de forma isolada, mas sempre que possível, estimulando a integração destas por meio de ações comunitárias.

Tradicionalmente, a pobreza é definida como privação material, medida pela renda ou consumo do indivíduo ou da família. Em relatório sobre a pobreza publicado em 2000 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define-se a pobreza extrema ou absoluta como a insuficiência de rendimentos para satisfazer as necessidades alimentares básicas de uma pessoa, sendo, muitas vezes, expressas em termos de requisitos calóricos mínimos. Por outro lado, define-se pobreza geral ou relativa como a insuficiência de renda para satisfazer necessidades alimentares básicas e necessidades não básicas, que são vestuário, habitação e energia.

Nos anos recentes, diversos estudiosos do tema tendem a concordar com uma definição mais abrangente de pobreza, considerando-a como privação do bem-estar e ausência dos elementos necessários que permitam às pessoas levarem uma vida digna em uma determinada sociedade. Sob este aspecto, a ausência de bem-estar está associada à insuficiência de renda e a condições precárias de nutrição, saúde, educação, moradia, acesso a bens de consumo e direitos de participação na vida social e política da comunidade em que vivem.

A Lei Estadual nº14. 859 de 28 de dezembro de 2010 estabelece o conceito de pobreza e, por consequência, delimita o público-alvo de FECOP. Em seu Art. 1º afirma que “é considerado pobre, para a inscrição em programas sociais, e para a obtenção de benefícios do Estado, toda pessoa que apresente privação acentuada dos elementos básicos para a sobrevivência digna, tais como: alimentação, habitação e vestuário”. Em seu Art. 2º exige que “a solicitação de qualquer benefício ou serviço público, relacionado à condição de pobreza, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Ceará, deverá ser acompanhada de documentação que comprove esse estado.”

2. Rol dos Responsáveis

2.1. Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS

- **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG**

Titular: Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho - **PRESIDENTE**

CPF: 313.254.753-00

Endereço Residencial: Av. Beira Mar, 1800 - Apto 902 - Bairro Meireles.

CEP: 60.165 -121

Fone: 3248-2866

Endereço Comercial: Secretaria do Planejamento e Gestão - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG , 3º Andar - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.830 -120

Fone: 3101-4520

E-mail: eduardo@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira

CPF: 107.881.743-09

Endereço Residencial: Rua Lourival Correia Pinho, 445 - Bairro: Parque Manibura.

CEP: 60.821-720

Fone: 3271-3470 / 8879-7556

Endereço Comercial: Secretaria do Planejamento e Gestão - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG , 3º Andar - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.830 -120

Fone: 3101-4519

E-mail: carlos.eduardo@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS**

Titular: Josbertini Virgínio Clementino - **Vice Presidente**

CPF: 773.684.513 -72

Endereço Residencial: Rua Silva Paulet, 2140 - Apto 201 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.120 - 021

Fone: 9939-5255

Endereço Comercial: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Rua Soriano Albuquerque, 230 - Bairro: Joaquim Távora.

CEP: 60.130 -160

Fone: 3101-4601/4597

E-mail: josbertini.clementino@stds.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Glória Francisca Burlamaqui Carvalho

CPF: 058.825.403 - 72

Endereço Residencial Rua Alemanha, 222 - Bairro : Vila Betânia.

CEP: 60.125 -100

Fone: 8842-1067

Endereço Comercial: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Rua Soriano Albuquerque, 230 – Bairro: Joaquim Távora.

CEP: 60.130 -160

Fone: 3101-4568

E-mail: gloria.burlamaqui@stds.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ**

Titular: João Marcos Maia

CPF: 060.964.683-49

Endereço Residencial: Rua Silva Jataí, 400 - Bloco: A - Apto. 1702 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.165-070

Fone: 3248-1102

Endereço Comercial: Secretaria da Fazenda - Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Bairro: Centro.

CEP: 60.055-000

Fone: 3101-9100 / 9101 / Fax: 3101- 9110

E-mail: joao.marcos@sefaz.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

CPF: 118.032.743-87

Endereço Residencial: Av. República do Líbano, 992 - Apto. 502 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.160-140

Fone: 3267-4797

Endereço Comercial: Secretaria da Fazenda - Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Bairro: Centro.

CEP: 60.055-000

Fone: 3101-9105 / 9110

E-mail: marcus.coelho@sefaz.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **CASA CIVIL**

Titular: Arialdo Mello Pinho

CPF: 025.949.603-06

Endereço Residencial: Rua José André, 500 - Bairro: Lagoa Redonda.

Fone: 3476-1802

Endereço Comercial: Casa Civil - Rua Silva Paulet, 400 - Palácio da Abolição - Bairro: Meireles.

CEP: 60.120-020

Fone: 3466-4892

E-mail: arialdo@casacivil.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Diogo Rodrigues de Carvalho Musy

CPF: 622.345.953-04

Endereço Residencial: Av. Engenheiro Santana Júnior, 2620 - Apto. 2200 - Bairro: Cocó.

CEP: 60.092-200

Fone: 8768-2670

Endereço Comercial: Casa Civil - Rua Silva Paulet, 400 - Palácio da Abolição - Bairro: Meireles.

CEP: 60.120-020

Fone: 3466-4892

E-mail: diogo.musy@casacivil.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 07 de setembro de 2014.

Suplente: Denise Sá Vieira Carrá

CPF: 843.737.503-78

Endereço Residencial: Cel. Miguel Dias, 1477 - Apto. 700 - Bairro: Água Fria.

CEP: 60.810 -160

Fone: 3466-4968

Endereço Comercial: Av. Barão de Studart, 505 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.120 - 000

Fone: 3466-4968

E-mail: denise.vieira@casacivil.ce.gov.br

Período: 08 de setembro a dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA**

Titular: José Nelson Martins de Sousa

CPF: 228.763.323-53

Endereço Residencial: Rua Ipê, 205 - Apto. 301 - Torre: 3 - Bairro: Vila Ellery.

CEP: 60.320-040

Fone: 3217-1967

Endereço Comercial: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - Bairro: São Gerardo.

CEP: 60.325-901

Fone: 3101-8007 / 8008 / 8879-7553

E-mail: nelson.martins@sda.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 29 de julho de 2014.

Titular: Antonio Rodrigues de Amorim

CPF: 163.496.443-87

Endereço Residencial: Rua Suíça, 250 - Apto. 103 - Bloco: 11 - Bairro: Maraponga.

CEP: 60.711- 035

Fone: 9906-7150

Endereço Comercial: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - Bairro: São Gerardo.

CEP: 60.325-901

Fone: 3101-8004 / 8778 -1581

E-mail: amorim.rodrigues@sda.ce.gov.br

Período: 30 de julho a 27 de outubro de 2014.

Titular: José Nelson Martins de Sousa

CPF: 228.763.323-53

Endereço Residencial: Rua Ipê, 205 - Apto. 301 - Torre: 3 - Bairro: Vila Ellery.

CEP: 60.320-040

Fone: 3217-1967

Endereço Comercial: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - Bairro: São Gerardo.

CEP: 60.325-901

Fone: 3101-8007 / 8008 / 8879-7553

E-mail: nelson.martins@sda.ce.gov.br

Período: 28 de outubro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Francisco Cristiano Maciel de Goes

CPF: 220.665.193-91

Endereço Residencial: Av. Graviolas, 251 - Bloco: 13 - Apto: 101 - Bairro: Cidade 2000.

CEP: 60.190-600

Fone: 3249-2276 / 9906-3527

Endereço Comercial: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - Bairro: São Gerardo.

CEP: 60.325 -901

Fone: 3101-8013 / 8017 / 8895-5516

E-mail: cristiano.goes@sda.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 13 de abril de 2014.

Suplente: Esaú Matos Ribeiro

CPF: 572.612.454-53

Endereço Residencial: Rua Pentecoste, 101 - Bairro: Centro.

CEP: 60.110-250

Fone: 8895-5516 / 9661-1221

Endereço Comercial: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - Bairro: São Gerardo.

CEP: 60.325 -901

Fone: 3101-8013

E-mail: esau.matos@sda.ce.gov.br

Período: 14 de abril a 31 de dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC**

Titular: Maria Izolda Cella Arruda Coelho

CPF: 208.730.773-34

Endereço Residencial: Rua Livreiro Edésio, 129 - Apto. 900 - Bairro: Dionísio Torres.

CEP: 60.135-620

Fone: 8765-8817

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEDUC - Bairro: Cambéba.

CEP: 60.822-325

Fone: 3101-3894

E-mail: izolda@seduc.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 13 de abril de 2014.

Titular: Mauricio Holanda Maia

CPF: 284.126.993-00

Endereço Residencial: Rua Assis Chateaubriand, 36 - Apto. 302 - Ed. Josino Abreu –
Bairro: Dionísio Torres.

CEP: 60.135-200

Fone: 3244-4146 / 8726 -1122

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n
- Ed. SEDUC - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.822-325

Fone: 3101- 894

E-mail: mauricio.holanda@seduc.ce.gov.br

Período: 14 de abril a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Andréa Araújo Rocha

CPF: 514.344.073-49

Endereço Residencial: Rua Francisco Leandro, 225 - Casa: 19 - Condomínio: SunVille -
Bairro: Messejana.

CEP: 60.840-820

Fone: 8616-6622

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n
- Ed. SEDUC - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.822-325

Fone: 3218-2910

E-mail: andrearocha@seduc.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 27 janeiro de 2014.

Suplente: Noemi Alencar Araripe Cordeiro

CPF: 104.722.313-91

Endereço Residencial: Rua Professor Wilson Aguar, 143 - Bairro: Édson de Queiroz.

CEP: 60.811-590

Fone: 3241-0394

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n
- Ed. SEDUC - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.822-325

Fone: 3218-2910

E-mail: noemiac@seduc.ce.gov.br

Período: 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DA SAÚDE – SESA**

Titular: Ciro Ferreira Gomes

CPF: 120.055.093-53

Endereço Residencial: Avenida Historiador Raimundo Girão, 700 - Apto. 2302 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.165-050

Fone: 8895-7442

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5129 / 5115

E-mail: ciro.gomes@saude.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Vera Maria Câmara Coelho

CPF: 081.834.733-34

Endereço Residencial: Rua Ildefonso Albano, 165 - Apto 101 - Praia de Iracema.

CEP: 60115-000

Fone: 3219-7898

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-7898 / 5177 / 8732-2019

E-mail: vera.coelho@saude.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES**

Titular: Carlo Ferrentini Sampaio

CPF: 003.875.457-60

Endereço Residencial: Rua Carlos Jathay, 50 - Bairro: Varjota.

CEP: 60.160-270

Fone: 8765-0579

Endereço Comercial: Secretaria das Cidades - Av. General Afonso Albuquerque Lima - Ed. SEPLAG , 1º andar - Bairro: Cambéba.

CEP: 60.830-120

Fone: 3101-4469

E-mail: carlo.ferrentini@cidadas.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Mario Fracalossi Júnior

CPF: 261.326.130 -72

Endereço Residencial: Rua José Vilar, 3005 - Apto. 801 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.125-000

Fone: 3272.4074

Endereço Comercial: Secretaria das Cidades - Av. General Afonso Albuquerque Lima - Ed. SEPLAG, 1º Andar - Bairro: Cambéba.

CEP: 60.830 -120

Fone: 3101-4448

E-mail: mario.fracalossi@cidadas.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE**

Titular: René Teixeira Barreira

CPF: 018.207.963-53

Endereço Residencial: Rua Silva Jatahy, 250 - Apto. 1600 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.165-070

Fone: 3248-0390 / 8765-8263

Endereço Comercial: Secretaria da Ciência e Tecnologia - Av.Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Bairro: Edson Queirós.

CEP: 60.811-520

Fone: 3101-6407

E-mail: rene.barreira@sct.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Ricardo Costa e Silva Lima

CPF: 098.477.073-91

Endereço Residencial: Rua Soriano Albuquerque, 847 - Apto. 201 - Bairro: Joaquim Távora.

Fone: 3257-3842 / 9973-4656

Endereço Comercial: Secretaria da Ciência e Tecnologia - Av.Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Bairro: Edson Queirós.

CEP: 60.811-520

Fone: 3101-6429

E-mail: ricardo.costa@sct.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DA CULTURA – SECULT**

Titular: Paulo de Tarso Bernardes Mamede

CPF: 112.732.163-34

Endereço Residencial: Rua Bento Albuquerque, 1550 - Apto. 802 - Bairro: Cocó.

CEP: 60.192-060

Fone: 8895-6398

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed São Luiz – Bairro: Centro.

CEP: 60.025-100.

Fone: 9690-0753

E-mail: paulomamede@secult.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Ana Márcia Diógenes Paiva Lima

CPF: 191.271.893-68

Endereço Residencial: Rua Vicente Linhares, 654 - Apto. 1300 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.135-270

Fone: 8878-8999

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed São Luiz - Bairro: Centro.

CEP: 60.025-100

Fone: 3101-6738

E-mail: ana.diogenes@secult.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 16 de setembro de 2014.

Suplente: Paulo Vitor Gomes Feitosa

CPF: 027.218.593-07

Endereço Residencial: Rua Paulo Morais - 133 - Apto. 801 - Bloco: 01 - Bairro: Papicu.

CEP: 60.175 -175

Fone: 8838-1146

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed São Luiz - Bairro: Centro.

CEP: 60.025-100

Fone: 3101-6738

E-mail: paulo.feitosa@seplag.ce.gov.br

Período: 17 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

- **SECRETARIA DO ESPORTE – SESPORTE**

Titular: Antônio Gilvan Silva Paiva

CPF: 234.079.803-53

Endereço Residencial: Rua Um, 247 - Campo dos Ingleses - Bairro: Maraponga.

CEP: 60.712.247

Fone: 8918-9209

Endereço Comercial: Estádio Castelão - Anexo: Fares Cândido Lopes - Av. Alberto Craveiro, 2901 - Bairro: Castelão.

CEP: 60.839-900

Fone: 3101- 4401

E-mail: gilvan.paiva@esporte.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Edna Cleyane Araújo Mota

CPF: 617.474.243-15

Endereço Residencial: Av. dos Paroares, 467 - Bairro: Passaré.

CEP: 60.744-040

Fone: 3469-4002

Endereço Comercial: Secretaria do Esporte - Estádio Castelão - Anexo: Fares Cândido Lopes - Av. Alberto Craveiro, 2901 - Bairro: Castelão.

CEP: 60.861-211

Fone: 3101-4401 / 4412

E-mail: edna.mota@esporte.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 27 de janeiro de 2014.

Suplente: Helton Udenes Nascimento Pontes

CPF: 648.968463-20

Endereço Residencial: Av. Estênio Gomes do Pico, 219 - Condomínio: Colinas - Bairro: Novo Parque Iracema.

CEP: 61.948-260

Fone: 3369-0282 / 8755-1790

Endereço Comercial: Secretaria do Esporte - Estádio Castelão - Anexo: Fares Cândido Lopes - Av. Alberto Craveiro, 2901 - Bairro: Castelão.

CEP: 60.861-211

Fone: 3101- 4414

E-mail: helton.udenes@esporte.ce.gov.br

Período: 28 de janeiro a 30 de novembro de 2014.

Suplente: Alyne Moreira Moraes

CPF: 013.766.513-00

Endereço Residencial: Rua José Alves Cavalcante, 8B - Bairro: Cidades dos Funcionários.

CEP: 60822-570

Fone: -

Endereço Comercial: Secretaria do Esporte - Estádio Castelão - Anexo: Fares Cândido Lopes - Av. Alberto Craveiro, 2775 - Bairro: Castelão.

CEP: 60.861-211

Fone: 3101- 4394

E-mail: alyne.morais@esporte.ce.gov.br

Período: 01 de dezembro a 31 de dezembro de 2014.

- **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE**

Titular: Edgar Linhares Lima

CPF: 016.072.433 -34

Endereço Residencial: Av. Desembargador Moreira, 1984 - Apto. 1001 - Bairro: Dionísio Torres.

CEP: 60.170-001

Fone: 3261-5364

Endereço Comercial: Conselho Estadual de Educação - Rua Napoleão Laureano, 500 - Bairro: Fátima.

CEP: 60.411-170

Fone: 3101-2017

E-mail: presidente@cee.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Ada da Pimentel Gomes Fernandes Vieira

CPF: 142.681.673-15

Endereço Residencial: Rua Campoamor Rocha, 350 - Bairro: Fátima.

CEP: 60.415-080

Fone: 3227- 8170 / 9908 - 3321 / 8892 - 6973

Endereço Comercial: Conselho Estadual de Educação - Rua Napoleão Laureano, 500 - Bairro: Fátima.

CEP: 60.411-170

Fone: 3101-1655

E-mail: ada.pimentel@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA**

Titular: Mônica Araújo Gomes

CPF: 191.061.143 - 34

Endereço Residencial: Rua Leonardo Mota, 1850 – Apto. 1300 – Bairro: Aldeota.

CEP: 60.170-041

Fone: 3224 - 3489 / 9983 - 0454

Endereço Comercial: Av. Dom Luis, 685 - Sala: 101 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.160-230

Fone: 3244 - 3378

Endereço Comercial: CEDCA - Rua Pereira Valente, 491 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.160-250

Fone: 3101-1564

E-mail: monicaagomes@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Margarida Maria de Sousa Pinheiro

CPF: 139.335.583-87

Endereço Residencial: Rua Barão de Aracati, 160 - Apto. 1505 – Bairro: Meireles.

Fone: 3067-3413 / 9983.8600

Endereço Comercial: CEDCA - Rua Pereira Valente, 491 - Bairro Meireles.

CEP: 60.160-250

Fone: 3101-1564

E-mail: cedcaceara@yahoo.com.br e margo@cetra.org.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **CONSELHO ESTADUAL DA SAÚDE - CESAU**

Titular: Francisco Luís Neto

CPF: 416.702.303-25

Endereço Residencial: Rua Delta, 1067 - Bairro: Vila Manoel Sátiro.

CEP: 60.713-440

Fone: 3484-4594

Endereço Comercial: Rua Barão do Rio Branco, 1071 - Ed. Lobras - Bairro: Centro.

CEP: 60.025-060

Fone: 3226-7287

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5210

E-mail: flneto2@yahoo.com.br

Período: 01 de janeiro a 13 de abril de 2014.

Titular: Antonio Marcos Gomes da Silva

CPF: 310.092.713-34

Endereço Residencial: Rua Edite Braga, 395 - Bairro: Jardim América.

CEP: 60.436-410

Fone: 8637-1707 / 9637-1707

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3017-3636

E-mail: marcogomes.com5f@hotmail.com

Período: 14 de abril a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Antonio Marcos Gomes da Silva

CPF: 310.092.713-34

Endereço Residencial: Rua Edith Braga, 395 - Bairro: Jardim América.

CEP:

Fone: 3494-3525 / 3494-3125 / 8513 - 9402

Endereço Comercial: Rua Barão do Rio Branco, 1071 - Ed. Lobras - Bairro: Centro.

CEP: 60.025-060

Fone: 3226 -7287

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5210

E-mail: marcosgomes.cmsf@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 13 de abril de 2014.

Suplente: Antonio Cleyton Martins Magalhães

CPF: 483.985.943-49

Endereço Residencial: Rua Almirante Rufino, 1515 - Apto. 104 - Bairro: Montese.

CEP: 60.420-312

Fone: 3067-3871

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5210

E-mail: cmagalhaes@hotmail.com

Período: 14 de abril a 31 de dezembro de 2014.

- **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS**

Titular: Michel Platiny Sousa de Moura

CPF: 034.018.643-78

Endereço Residencial: Rua General Murilo Borges, 578 - Bairro: Serviluz.

CEP: 60.180-010

Fone: 3263-9415 / 8658-9408

Endereço Comercial: CRAS Serviluz - Av. Zezé Diogo, 1038 - Bairro: Cais do Porto.

CEP: 60.180-012

Fone: 3101-1562

E-mail: cras@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 30 de julho de 2014.

Titular: Simone Rodrigues de Oliveira

CPF: 162.190.903-49

Endereço Residencial: Rua 07 - Casa: 02 - Bairro: Santo Sátiro - Município: Maracanaú-Ce.

CEP: 61.900-000

Fone: 8726-3451

Endereço Comercial: Rua 101 - nº 172 - Bairro; Conjunto Acaracuzinho.

CEP: 61.900-320

Fone: 3392-8244

E-mail: -

Período: 31 de julho a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Andrea Esmeraldo Câmara

CPF: 275.673.463-20

Endereço Residencial: Rua Dr. Ribamar Lobo, 523 - Apto. Cobertura - Bairro: Cocó.

CEP: 60.192-230

Fone: 8805-8714

Endereço Comercial: Rua Carlos Vasconcelos, 2521 - Bairro: Joaquim Távora.

CEP: 60.115-171

Fone: 3246-6887

E-mail: secretaria@crp11.org.br

Período: 01 de janeiro a 30 de julho de 2014.

Suplente: Marlúcia Ramos de Fátima de Souza Gomes

CPF: 113.020.463-49

Endereço Residencial: Rua 120 – Casa: 200 - Bairro: Conjunto Planalto - Caucaia-ce

CEP: 61.600-000

Fone: 3062-6915 / 8763-3457 / 9996-5078

Endereço Comercial: Rua da Liberdade, 671 - Município: Caucaia-Ce

CEP: 61.600-000

Fone: - 8763-3457 / 9996-5078

E-mail: marluciaramos2008@hotmail.com

Período: 31 de julho a 31 de dezembro de 2014.

- **ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE**

Titular: Francisco Nilson Freitas

CPF: 309.989.303-00

Endereço Residencial: Rua Beni Carvalho, 666 - Apto. 1.800 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.135-400

Fone: 9227-0681

Endereço Comercial: Prefeitura Municipal de Palhano - Av. Possidônio Barreto, 430 - Centro - Palhano-CE

CEP: 62.910-000

Fone: (88) 3415-1060

E-mail: fconilsonfreitas@gmail.com

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Talles George Gomes

CPF: 892.300.863-04

Endereço Residencial: Rua Coronel Manoel Albano. 900 - Apto. 203 - Bloco: 8 - Bairro: Maraponga

CEP: 60.711-465

Fone: 9980 - 6622

Endereço Comercial: APRECE - Rua Maria Tomásia, 230 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.150-170

Fone: 4006-4016

E-mail: talles@aprece.org.br

Período: 01 de janeiro a 29 de setembro de 2014.

Suplente: Nicolas Arnaud Febre

CPF: 671.776.463-53

Endereço Residencial: Rua Marcelo Gentil Porto, 862 - Bairro: Luciano Cavalcante

CEP: 60.813-550

Fone: 9917-1015

Endereço Comercial: APRECE - Rua Maria Tomásia, 230 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.150-170

Fone: 4006-4042/4048

E-mail: nicolas@aprece.org.br

Período: 30 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

- **CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – CONSEA**

Titular: Emanuel Barreto de Oliveira

CPF: 223.988.214-04

Endereço Residencial: Rua dos Tabajaras, 460 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-510

Fone: 3219-2672 / 9926-1514

Endereço Comercial: Av. Visconde do Rio Branco, 2198 - Bairro: Centro.

CEP: 60.055-171

Fone: 3231-58.87

Endereço Comercial: CONSEA - Rua Pereira Valente, 491 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.160-250

Fone/ Fax: 3101-1563

E-mail: emanuel.manu@fetraece.org.br

Período: 01 de janeiro a 30 de novembro de 2014.

Titular: Francisca Malvinier Macedo

CPF: 172.062.943-91

Endereço Residencial: Rua Paula Ney, 599 - Apto. 201 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.140-200

Fone: 9793-9530

Endereço Comercial: ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria - Rua Princesa Isabel, 1968 - Bairro: Benfica.

CEP: 60015-035

Fone: 3252-2410

E-mail: malvininiermacedo@gmail.com

Período: 01 de dezembro a 31 de dezembro de 2014.

Suplente: Marta Maria Rebouças de Albuquerque

CPF: 073.891.403-72

Endereço Residencial: Rua Capitão Gustavo, 3680 - Bloco: B - Apto. 206 - Bairro: Joaquim Távora.

CEP: 60.120-140

Fone: 3257-8869

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG - Térreo.

Fone: 3101-4527

E-mail: marta.albuquerque@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

2.2. Gerência Executiva do FECOP

- **Gerente Executiva:** Lara Maria Silva Costa

CPF: 896.449.213-72

Endereço Residencial: Rua Dr. José Lino, 141 - Apto. 603 - Bairro: Varjota.

Fone: 3267-1556

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed SEPLAG - 2º Andar - Bairro: Cambéba.

Fone: 3101-3820

E-mail: lara.costa@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **Técnico:** Maria Afonsina Braga Barbosa Lima

CPF: 102.050.633-49

Endereço Residencial: Rua Carlos Vasconcelos, 350 - Bairro Meireles.

Fone: 3248-6945

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambé - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535

E-mail: afonsina.braga@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **Técnico:** Larisa Fátima Martins Bezerra

CPF: 088.193.513 - 15

Endereço Residencial: Rua Cesídio Albuquerque, 149 - Bairro: Cidade dos Funcionários.

Fone: 3036-2527

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambé - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535

E-mail: larisa.martins@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **Técnico:** Samuel Alves de Oliveira Jr

CPF: 113.971.417-35

Endereço Residencial: Rua Silva Jatahy, 200 - Cob. - Bairro: Aldeota.

Fone: 3248-1622

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambé - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535

E-mail: samuel.alves@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **Técnico:** João Batista Rolim

CPF: 120.769.453-34

Endereço Residencial: Av. Visconde do Rio Branco, 2911 - Bairro: Joaquim Távora.

Fone: 3221-6631

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambé - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535

E-mail: joao.rolim@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **Técnico:** Everton Cabral Maciel

CPF: 813.155.973-49

Endereço Residencial: Rua Crisanto Moreira da Rocha, 1909 - Apto. 48 - Bloco: 2 - Bairro: Cambeba

Fone: 8646-2390

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambeba - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535

E-mail: everton.maciel@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

- **Apoio Técnico:** Silvana Jereissati Pereira

CPF: 187.730.523-53

Endereço Residencial: Rua Mário Alencar Araripe, 1198 - Bairro: Sapiranga.

Fone: 3278 -1604

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambeba - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535

E-mail: silvana.jereissati@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

3. Desempenho Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)

3.1. Arrecadação

O volume total de recursos arrecadados pelo FECOP no período de 2004 / 2014, em valores absolutos, registra a importância de R\$ 2.639.550.790,07 (dois bilhões, seiscentos e trinta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil, setecentos e noventa reais e sete centavos), tendo como origem o adicional de dois pontos percentuais (2%) na alíquota do ICMS incidentes sobre os produtos e serviços discriminados no inciso I, do art. 2.º da Lei Complementar nº37, de 26 de novembro de 2003.

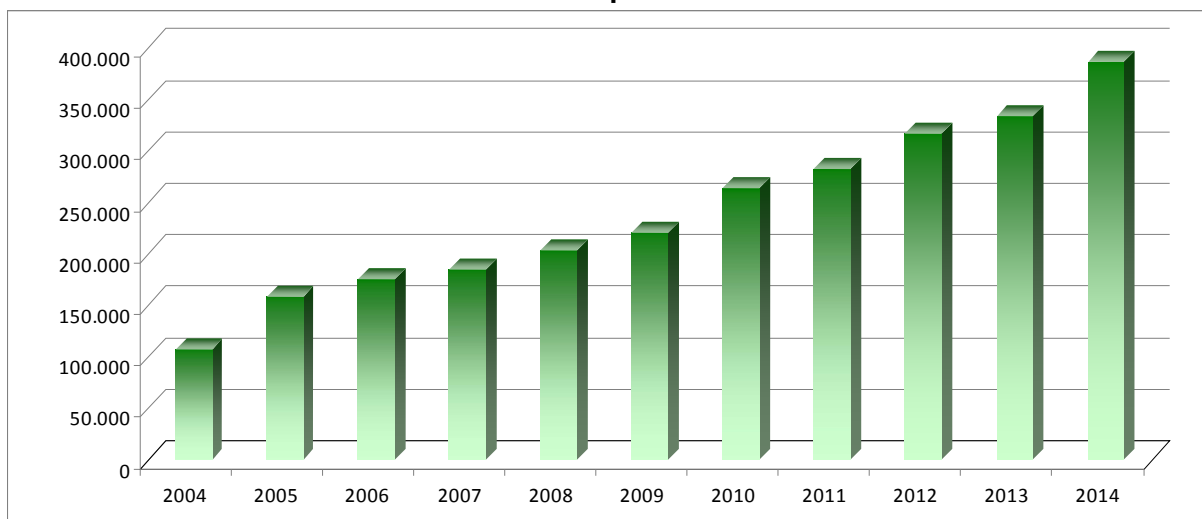
No ano de 2014 foram arrecadados R\$ 387.596.425,14 (trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e catorze centavos). Em comparação com o valor arrecadado no ano de 2013 este valor representa um acréscimo de 15,89%, mantendo o quadro de crescimento contínuo da arrecadação desde o primeiro ano de existência do FECOP.

Quadro 1 – Recursos Arrecadados pelo FECOP no Período 2004 / 2014

PERÍODO	ANO					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Semestre						
1º	42.804	76.282	85.646	91.495	97.321	102.969
2º	65.302	82.190	90.995	94.288	106.627	117.381
Total	108.106	158.473	176.642	185.783	203.948	220.350
PERÍODO	ANO					Total
	2010	2011	2012	2013	2014	
Semestre						
1º	127.070	132.973	153.950	162.318	182.077	1.254.905
2º	136.720	149.597	163.892	172.133	205.519	1.384.644
Total	263.790	282.570	317.842	334.451	387.596	2.639.551

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Gráfico 1 – Recursos Arrecadados pelo FECOP no Período 2004 / 2014



Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

3.2. Liberação dos Recursos

- **Recursos Liberados por Secretaria Setorial e Projeto**

A programação dos recursos do FECOP por secretaria e por projeto decorre de decisões de caráter técnico e operacional homologadas em reuniões do CCPIS. Durante o ano são incluídos novos projetos em função de novas demandas ou da necessidade emergencial do desenvolvimento de algumas ações, e, ainda, modificados os valores de projetos já aprovados, sendo alguns reduzidos em sua totalidade devido a problemas na execução. No ano de 2014 foram realizadas 13 reuniões, sendo 5 reuniões ordinárias e 8 reuniões virtuais, resultando em um valor final de R\$ 480.912.786,04 (quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e doze mil, setecentos e oitenta e seis reais e quatro centavos).

A programação do ano de 2014 foi iniciada em 28 de janeiro, quando foi realizada a primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Políticas de Inclusão Social (CCPIS). Desta reunião resultou a alocação de um valor total de R\$ 527.678.307,48 (quinhentos e vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e oito mil, trezentos e sete reais e quarenta e oito centavos) em 106 projetos. Destes, 95 foram iniciados em anos anteriores (projetos de continuidade). Objetivou-se disponibilizar recursos em tempo hábil, para garantir sua execução nos primeiros meses do ano.

Em 18 de março foi realizada a segunda reunião ordinária do CCPIS, que aprovou um acréscimo de R\$ 64.034.425,70 (sessenta e quatro milhões, trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco

reais e setenta centavos). Foram aprovados 28 projetos, sendo 26 de continuidade e 2 novos, e ajuste no valor de 2 projetos aprovados na reunião anterior.

Em 28 de março foi realizada a primeira reunião virtual do CCPIS de 2014, que aprovou 1 projeto de continuidade, 4 projetos novos e aumentou o valor de 1 projeto autorizado em reunião anterior, totalizando R\$ 7.726.553,52 (sete milhões, setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

A terceira reunião ordinária foi realizada em 9 de junho e autorizou a inclusão de 3 projetos de continuidade e 7 projetos novos. Nesta oportunidade, 30 projetos autorizados em reuniões anteriores sofreram ajustes: 24 tiveram redução de valor e 6 tiveram o valor ampliado. A deliberação resultante desta reunião apresentou uma redução de R\$ 44.911.168,05 (quarenta e quatro milhões, novecentos e onze mil, cento e sessenta e oito reais e cinco centavos) no valor total dos projetos financiados pelo FECOP.

A segunda reunião virtual foi realizada nos dias 25 e 26 de junho com o objetivo de viabilizar a contrapartida de recursos federais para execução de 1 projeto e resultou na liberação de R\$141.376,16 (cento e quarenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos).

No dia 17 de julho foi realizada a terceira reunião virtual, na qual foi aprovado um acréscimo no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para viabilizar a continuidade de 1 projeto já em execução, bem como foi alterada a meta de outro projeto, sem impacto de valor.

Nos dias 19 e 20 de agosto realizou-se a quarta reunião virtual, que resultou em um aumento na ordem de R\$ 3.724.241,68 (três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos) para 4 projetos em execução.

A quarta reunião ordinária ocorreu no dia 24 de setembro, na qual foram aprovados 31 projetos novos. Houve também reprogramação financeira de 19 projetos: 8 tiveram o valor ampliado e 11 tiveram redução de valor. O valor final dessa deliberação foi de R\$19.490.728,02 (dezenove milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e vinte e oito reais e dois centavos).

Nos dias 7 e 8 de outubro foi realizada a quinta reunião virtual do CCPIS, cuja deliberação resultou no valor de R\$ 6.849.209,48 (seis milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e nove reais e quarenta e oito centavos). Foram aprovados 2 projetos de continuidade, além do acréscimo de valor para 1 projeto em execução.

A sexta reunião virtual foi realizada no período de 17 a 20 de novembro, e nela foram aprovados 3 projetos novos, bem como o aumento no valor de 2 projetos e redução no valor de um projeto já em execução. A deliberação teve como resultado o acréscimo do valor de R\$ 2.368.395,20 (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

A sétima reunião virtual ocorreu nos dias 2 e 3 de dezembro e teve deliberado o valor de R\$8.314.469,95 (oito milhões, trezentos e catorze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos) para a inclusão de 5 projetos novos e 2 de continuidade, e para acréscimo na programação financeira de 4 projetos em execução no ano.

No dia 18 de dezembro ocorreu a quinta reunião ordinária do CCPIS, em que foram realizados novos ajustes na programação financeira dos projetos conforme o desempenho da execução registrado até aquele momento. Na oportunidade, foram aprovados aumento de recursos para 2 projetos e redução no valor de 77 projetos já em execução, cujo resultado final foi uma redução de R\$ 106.717.906,21 (cento e seis milhões, setecentos e dezessete mil, novecentos e seis reais e vinte e um centavos) na programação financeira dos projetos de 2014.

Finalmente, nos dias 29 e 30 de dezembro, foi realizada a oitava reunião virtual do CCPIS (décima terceira do ano), para realização dos ajustes finais na programação dos projetos. A reunião teve como resultado uma redução no valor de R\$ 8.885.846,89 (oito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos). Houve aprovação de aumento no valor de 2 projetos, bem como redução no valor de 19 projetos.

Vale ressaltar que na reprogramação financeira de alguns projetos ocorreu a redução total dos valores deliberados pela fonte FECOP, fazendo com que saíssem da relação dos projetos de 2014. No relatório semestral, por exemplo, foram registrados 146 projetos. Esse número chegou a 190 projetos no ano, dos quais 48 tiveram redução total de recursos devido a problemas diversos em sua execução, resultando, ao final, em 142 projetos financiados pelo FECOP no exercício.

Quadro 2 – Recursos do FECOP Liberados por Resolução e por Secretaria Setorial em 2014

Nº	Secretarias/Projetos	Resolução Nº 01 (28/01/14)	Resolução Nº 02 (18/03/14)	Resolução Nº 03 (28/03/14)	Resolução Nº 04 (09/06/14)	Resolução Nº 05 (26/06/14)
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA	239.498.419,94	515.255,21	6.689.422,32	- 23.634.287,35	141.376,16
2	Secretaria da Educação – SEDUC	136.020.619,09	18.383.721,24	280.228,48	- 19.885.885,38	0,00
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS	33.323.802,78	42.962.236,91	0,00	0,00	0,00
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	54.899.954,16	1.238.757,86	0,00	4.654.542,56	0,00
5	Secretaria da Saúde - SESA	23.232.058,50	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Gabinete do Governador - GABGOV	7.320.465,31	0,00	756.902,72	0,00	0,00
8	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	14.143.782,44	913.438,48	0,00	- 6.057.537,88	0,00
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	3.739.205,26	21.016,00	0,00	12.000,00	0,00
10	Secretaria da Cultura – SECULT	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	527.678.307,48	64.034.425,70	7.726.553,52	- 44.911.168,05	141.376,16
Nº	Secretarias/Projetos	Resolução Nº 06 (17/07/14)	Resolução Nº 07 (20/08/14)	Resolução Nº 08 (24/09/14)	Resolução Nº 09 (08/10/14)	Resolução Nº 10 (20/11/14)
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA	0,00	0,00	- 8.976.670,00	0,00	- 781.604,80
2	Secretaria da Educação – SEDUC	0,00	1.224.241,68	20.117.329,19	1.382.711,11	0,00
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS	0,00	0,00	1.893.654,94	0,00	0,00
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	0,00	1.500.000,00	2.126.843,79	0,00	2.900.000,00
5	Secretaria da Saúde - SESA	0,00	0,00	1.767.941,50	0,00	0,00
6	Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	1.100.000,00	1.000.000,00	0,00	5.466.498,37	0,00
7	Gabinete do Governador - GABGOV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	0,00	0,00	2.721.628,60	0,00	200.000,00
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Secretaria da Cultura – SECULT	0,00	0,00	- 160.000,00	0,00	0,00
11	Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	TOTAL	1.100.000,00	3.724.241,68	19.490.728,02	6.849.209,48	2.368.395,20
Nº	Secretarias/Projetos	Resolução Nº 11 (03/12/14)	Resolução Nº 12 (18/12/14)	Resolução Nº 13 (30/12/14)	TOTAL GERAL	
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA	0,00	- 50.805.006,66	- 7.675.745,63	154.971.159,19	
2	Secretaria da Educação – SEDUC	7.581.384,84	- 24.501.422,57	- 1.106.347,46	139.496.580,22	
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS	0,00	- 1.836.157,91	- 762.325,07	75.581.211,65	
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	0,00	- 18.440.675,02	985.000,00	49.864.423,35	
5	Secretaria da Saúde - SESA	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	
6	Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	0,00	0,00	0,00	21.566.498,37	
7	Gabinete do Governador - GABGOV	0,00	- 2.019.342,03	0,00	6.058.026,00	
8	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	164.807,11	- 8.040.126,02	113.309,63	4.159.302,36	
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	568.278,00	- 1.075.176,00	0,00	3.265.323,26	
10	Secretaria da Cultura – SECULT	0,00	0,00	- 439.738,36	900.261,64	
11	Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
	TOTAL	8.314.469,95	- 106.717.906,21	- 8.885.846,89	480.912.786,04	

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 3 – Recursos do FECOP Liberados por Secretaria Setorial e por Projeto em 2014

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA							
1	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão.	1.616.562,27	1.494.525,00	92,45	1.494.525,00	92,45
2	5	Agente Rural.	11.000.000,00	10.595.404,00	96,32	10.595.404,00	96,32
3	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Muda).	1.814.316,46	1.594.635,19	87,89	802.346,91	44,22
4	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas).	18.000.000,00	17.110.404,00	95,06	1.139.000,00	6,33
5	37	Biodiesel do Ceará.	3.576.414,00	3.576.414,00	100,00	2.983.178,00	83,41
6	38	Garantia Safra do Ceará.	25.560.103,50	25.560.103,50	100,00	25.560.103,50	100,00
7	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	100,00	1.300.000,00	100,00
8	41	Práticas de Convivências com o Semiárido no Estado do Ceará	500.000,00	500.000,00	100,00	500.000,00	100,00
9	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrama Pobreza no Ceará	1.494.648,23	1.403.198,42	93,88	1.197.805,12	80,14
10	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	6.744.251,22	6.648.565,89	98,58	5.268.947,67	78,13
11	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA).	1.650.000,00	1.648.481,48	99,91	1.648.481,48	99,91
12	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	6.045.000,00	5.477.261,15	90,61	5.477.261,15	90,61
13	240	Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará.	10.427.673,64	10.427.673,64	100,00	10.304.873,66	98,82
14	339	Casa Digital do Campo	577.622,18	577.622,18	100,00	577.622,18	100,00
15	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	10.644.215,87	10.641.469,52	99,97	10.509.059,22	98,73
16	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com	141.376,16	45.841,83	32,43	24.064,37	17,02
17	350	Infraestrutura e Assistência Técnica	181.884,24	68.351,26	37,58	68.351,26	37,58
18	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	7.193.058,77	6.812.888,72	94,71	6.311.799,35	87,75
19	357	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	615.203,33	604.200,00	98,21	604.200,00	98,21
20	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	300.000,00	299.997,97	100,00	0,00	0,00
21	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	6.039.132,51	6.008.957,92	99,50	6.008.957,92	99,50
	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	3.266,87	3.266,87	100,00	0,00	0,00
22	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	366.800,00	86.800,00	23,66	0,00	0,00
23	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	13.426.036,80	10.458.332,33	77,90	10.111.920,72	75,32
24	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	1.022.915,34	798.806,16	78,09	600.000,00	58,66
26	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.198.385,36	1.178.535,36	98,34	423.914,96	35,37
27	417	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	1.136.825,38	1.089.836,87	95,87	1.028.296,87	90,45

28	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	135.046,82	135.046,82	100,00	135.046,82	100,00
29	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandioca	270.000,00	155.000,00	57,41	155.000,00	57,41
30	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos.	19.412.395,02	600.086,43	3,09	600.086,43	3,09
31	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	160.650,00	133.650,00	83,19	0,00	0,00
32	474	Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência-CE	450.000,00	431.140,21	95,81	281.140,21	62,48
33	475	Abastecimento de Água para Comunidade Poço de Areia - Tianguá/CE	535.816,18	496.126,10	92,59	246.126,10	45,93
34	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	31.559,04	31.559,04	100,00	31.559,04	100,00
35	480	Centro de Produção de Mudanças de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	0,00	0,00
Subtotal			154.971.159,19	128.994.181,86	83,24	105.989.071,94	68,39
2. Secretaria da Educação – SEDUC							
1	574	Construção de EEEP no Município de Assaré	275.645,22	275.645,22	100,00	133.648,35	48,49
2	624	Construção de EEEP no Município de Granja	1.148.206,48	1.148.206,48	100,00	1.135.094,03	98,86
3	625	Construção de EEEP no Município de Aracoiaba	107.673,29	107.673,29	100,00	107.673,29	100,00
4	629	Construção de EEEP do Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	1.345.783,95	1.345.785,95	100,00	1.340.570,77	99,61
5	632	Construção de EEEP no Município de Pacatuba	774.391,60	774.391,60	100,00	774.391,60	100,00
6	637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	2.800.000,00	2.745.180,02	98,04	2.538.531,32	90,66
7	645	Construção de EEEP no Município de Canindé	200.000,00	199.954,93	99,98	0,00	0,00
8	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	1.565.993,64	636.888,42	40,67	636.888,42	40,67
9	733	Construção de EEEP no Município de Cariré	399.995,53	399.995,53	100,00	399.342,15	99,84
10	735	Construção de EEEP no Município de Itapaje	280.619,04	103.235,38	36,79	103.235,38	36,79
11	742	Construção de EEEP no Município de Novo Oriente	866.760,00	866.760,00	100,00	866.760,00	100,00
12	743	Construção de EEEP no Município de Pacujá	399.953,15	399.953,15	100,00	399.953,15	100,00
13	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	24.800.837,69	24.800.837,29	100,00	21.095.685,70	85,06
14	818	Construção de EEEP no Município de Sobral	278.121,84	278.121,84	100,00	278.121,84	100,00
15	900	Projeto e-Jovem	5.000.000,00	5.000.000,00	100,00	5.000.000,00	100,00
16	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	40.000.000,00	40.000.000,00	100,00	40.000.000,00	100,00
17	1051	Construção de EEEP no Bairro Praia do Futuro no Município de Fortaleza	479.620,72	479.620,72	100,00	479.620,72	100,00
18	1206	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Canindé	463.504,25	463.504,25	100,00	457.953,24	98,80
19	1222	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Quixeré	450.237,00	450.237,00	100,00	311.107,62	69,10
20	1285	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma – Tamboril	264.105,83	79.231,74	30,00	79.231,74	30,00
21	1317	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Miraíma	660.000,00	659.137,91	99,87	643.720,02	97,53
22	1318	Reforma de Escolas em Diversas Localidades – Tauá	168.137,08	168.137,08	100,00	84.068,54	50,00
23	1339	Apoio Técnico-Pedagógico no Programa na Idade Certa – PAIC	1.563.020,00	1.542.696,31	98,70	1.542.696,31	98,70

24	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	21.124.000,00	100,00	20.780.500,00	98,37
25	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	12.500.000,00	11.705.069,64	93,64	4.553.978,59	36,43
26	1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	4.665.851,50	4.665.851,50	100,00	1.810.957,48	38,81
27	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	3.259.461,70	2.999.874,59	92,04	2.980.151,51	91,43
28	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.699.588,12	1.677.995,85	98,73	1.677.066,39	98,67
29	1395	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Diversas Localidades do Município de Fortaleza e do Centro de Formação e Atendimento ao Professor	9.991.064,27	9.991.064,27	100,00	0,00	0,00
30	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Município de Fortaleza	752.965,67	752.965,67	100,00	460.339,38	61,14
31	1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	706.900,36	26.086,56	3,69	26.086,56	3,69
32	1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	504.142,29	504.142,29	100,00	504.142,29	100,00
Subtotal			139.496.580,22	136.372.244,48	97,76	111.201.516,39	79,72
3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS							
1	8	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	2.900.000,00	2.900.000,00	100,00	2.900.000,00	100,00
	10		670.000,00	670.000,00	100,00	670.000,00	100,00
	40		920.000,00	920.000,00	100,00	920.000,00	100,00
2	12	Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	599.450,32	599.450,32	100,00	599.067,87	99,94
3	13	Estação Família	1.500.000,00	1.476.290,87	98,42	1.438.790,87	95,92
4	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	299.529,37	99,84	299.529,37	99,84
5	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.152.155,13	5.151.896,68	99,99	5.151.328,21	99,98
6	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais(ABC's, Circos e CIP'S)	6.500.000,00	6.456.204,83	99,33	6.456.204,83	99,33
7	18	Espaço Viva Gente	2.000.000,00	1.994.257,27	99,71	1.994.257,27	99,71
8	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.400.000,00	2.356.302,74	98,18	2.352.645,63	98,03
9	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.200.000,00	2.196.250,00	99,83	2.178.250,00	99,01
10	23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.550.000,00	1.550.000,00	100,00	1.550.000,00	100,00
11	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.700.000,00	2.699.958,00	100,00	2.699.958,00	100,00
12	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	7.300.000,00	100,00	7.208.200,00	98,74
13	26	Artesanato Competitivo	1.750.000,00	1.750.000,00	100,00	1.750.000,00	100,00
14	28	Restaurante Popular Mesa do Povo (Segurança Alimentar e Nutricional)	930.000,00	926.783,87	99,65	922.304,97	99,17
15	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	5.897.125,49	5.881.976,29	99,74	5.792.912,42	98,23

16	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	2.300.000,00	100,00	2.300.000,00	100,00
17	32	Investimento Cidadão	670.000,00	670.000,00	100,00	670.000,00	100,00
18	34	Terceira Idade Cidadã	1.550.000,00	1.550.000,00	100,00	1.550.000,00	100,00
19	43	Idoso Sujeito Pleno	1.999.185,89	1.999.177,54	100,00	1.999.177,54	100,00
20	44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	8.500.000,00	8.489.896,93	99,88	8.485.919,21	99,83
21	48	Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência em Fortaleza	55.056,99	49.981,33	90,78	38.121,33	69,24
22	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	550.000,00	549.995,45	100,00	549.995,45	100,00
23	68	De Volta Pra Casa: Uma Proposta Metodológica de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	420.000,00	419.999,99	100,00	419.999,99	100,00
24	71	Garantindo à Acessibilidade (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00
25	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	1.385.512,40	1.385.512,40	100,00	101.937,39	7,36
26	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva:Qualificação Profissional)	8.000.000,00	7.994.816,65	99,94	7.994.816,65	99,94
27	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	898.000,00	837.975,40	93,32	837.975,40	93,32
28	152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	500.000,00	500.000,00	100,00	0,00	0,00
29	170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	500.000,00	100.000,00	20,00	0,00	0,00
30	181	Geração Livre	210.000,00	209.999,99	100,00	209.999,99	100,00
31	183	Construção do Acesso ao Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC.	76.597,29	76.597,29	100,00	76.597,29	100,00
32	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	900.000,00	100,00	900.000,00	100,00
33	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	627.057,65	491.842,41	78,44	86.949,60	13,87
34	242	Centro das Rendeiras do Iguape (Inclusão Produtiva:Fomento)	111.862,07	93.921,63	83,96	93.921,63	83,96
35	258	Política Integrada de Economia Solidária	59.208,42	59.208,42	100,00	59.208,42	100,00
Subtotal			75.581.211,65	74.807.825,67	98,98	72.258.069,33	95,60
4. Secretaria das Cidades - CIDADES							
1	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	7.338.754,58	7.156.068,20	97,51	7.155.891,39	97,51
2	2	Rio Maranguapinho(Barragem,Dragagem,Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	7.508.637,75	7.424.922,01	98,89	7.362.906,17	98,06
3	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	5.443.587,34	5.443.298,16	99,99	5.443.298,16	99,99
4	9	Alvorada – Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com Menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM	156.798,21	156.798,21	100,00	156.798,21	100,00
5	26	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza	226.251,12	0,00	0,00	0,00	0,00
6	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	2.144.739,55	1.548.334,50	72,19	1.548.334,50	72,19

7	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão	119.792,32	119.792,32	100,00	119.792,32	100,00
8	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	1.823.922,90	1.823.922,90	100,00	494.612,23	27,12
9	512	Inserção Produtiva - Apoio aos APLS	130.000,00	130.000,00	100,00	125.250,00	96,35
10	835	Fogões Sustentáveis	2.208.512,49	2.208.512,49	100,00	2.208.512,49	100,00
11	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	652.609,89	563.025,89	86,27	563.025,89	86,27
12	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.614.276,41	1.537.692,29	95,26	1.537.692,29	95,26
13	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	2.992.191,96	2.654.217,20	88,70	2.654.217,20	88,70
14	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	135.000,00	135.000,00	100,00	53.400,00	39,56
15	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	2.030.241,16	2.030.241,16	100,00	2.030.241,16	100,00
16	1612	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento até 50.000 Habitantes	21.000,00	21.000,00	100,00	21.000,00	100,00
17	1613	Fogões Sustentáveis	82.534,25	82.534,25	100,00	82.534,25	100,00
18	1782	Habitação Rural - PNHR	1.233.917,00	1.209.753,65	98,04	1.209.753,65	98,04
19	2039	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará	4.192.000,00	4.192.000,00	100,00	4.192.000,00	100,00
20	2081	Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira - Etapas(I, III, V, VII) - Caucaia-CE	3.681.467,47	3.681.467,47	100,00	3.681.467,47	100,00
21	2224	Habitação Rural - PNHR	3.831.938,95	2.635.902,65	68,79	2.635.902,65	68,79
22	2289	Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza	806.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	2924	Construção de Centro de Comercialização da Produção de Agricultores Familiares - Município de Icó/Distrito Lima Campos	1.490.000,00	558.000,00	37,45	0,00	0,00
Subtotal			49.864.423,35	45.312.483,35	90,87	43.276.630,03	86,79
5. Secretaria da Saúde – SESA							
1	1954	Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde	25.000.000,00	19.362.618,36	77,45	19.162.635,95	76,65
Sub-total			25.000.000,00	19.362.618,36	77,45	19.162.635,95	76,65
6. Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA							
1	285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba/Mucuripe.	21.566.498,37	21.566.498,37	100,00	19.460.592,99	90,24
Sub-total			21.566.498,37	21.566.498,37	100,00	19.460.592,99	90,24
7. Gabinete do Governador – GABGOV							
1	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano.	6.058.026,00	6.058.026,00	100,00	6.058.026,00	100,00
Subtotal			6.058.026,00	6.058.026,00	100,00	6.058.026,00	100,00
8. Secretaria de Recursos Hídricos – SRH							
1	80	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	857.404,37	848.175,41	98,92	847.080,49	98,80

2	214	Perfuração e Instalação de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água no Município de Tamboril	200.000,00	200.000,00	100,00	200.000,00	100,00
3	253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	596.352,52	407.314,95	68,30	407.314,95	68,30
4	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento	1.481.887,65	283.138,80	19,11	282.522,36	19,07
5	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	300.000,00	107.566,56	35,86	107.566,56	35,86
6	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	301.200,57	301.200,57	100,00	301.200,57	100,00
7	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	100.659,13	47.372,90	47,06	47.372,90	47,06
8	325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú	321.798,12	321.798,12	100,00	321.798,12	100,00
Subtotal			4.159.302,36	2.516.567,31	60,50	2.514.855,95	60,46
9. Secretaria do Esporte – SESPORTE							
1	11	Viva +.	154.800,00	154.800,00	100,00	154.800,00	100,00
2	433	Programa Esporte e Lazer da Cidade	568.278,00	568.278,00	100,00	46.190,00	8,13
3	18	Programa Segundo Tempo.	732.440,26	555.196,08	75,80	555.196,08	75,80
4	20	Bolsa Esporte.	1.809.805,00	1.809.805,00	100,00	1.809.805,00	100,00
Subtotal			3.265.323,26	3.088.079,08	94,57	2.565.991,08	78,58
10. Secretaria da Cultura – SECULT							
1	68	Agentes de Leitura.	900.261,64	847.361,64	94,12	777.958,10	86,41
Subtotal			900.261,64	847.361,64	94,12	777.958,10	86,41
11. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE							
1	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité(FECOP) – INTERCAJU II	50.000,00	50.000,00	100,00	34.700,00	69,40
Subtotal			50.000,00	50.000,00	100,00	34.700,00	69,40
Total			480.912.786,04	438.975.886,12	91,28	383.300.047,76	79,70

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

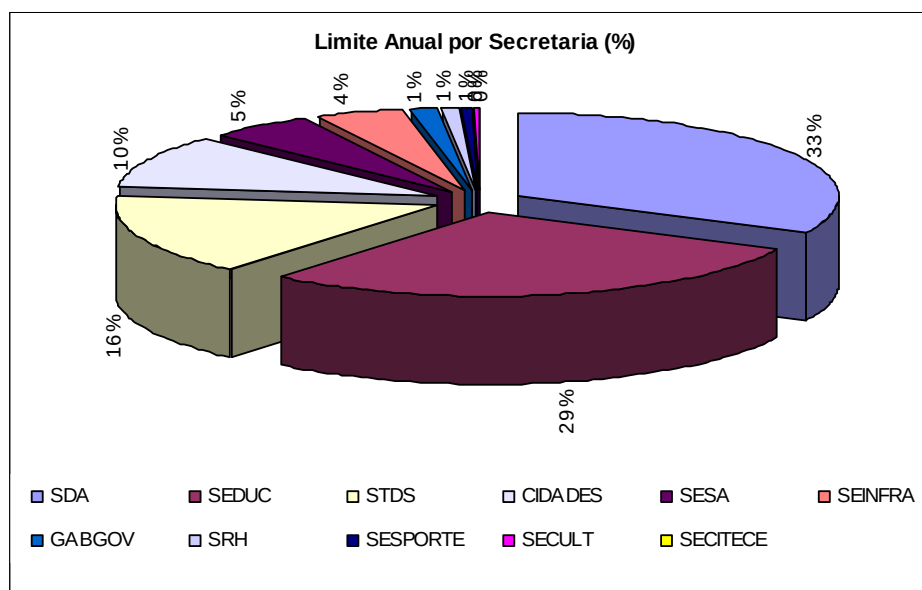
Conforme pode ser visualizado nos Quadros 2 e 3, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) engloba o maior volume de recursos e de projetos aprovados em 2014. Segundo informações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Ceará enfrentou em 2012 a sexta pior seca desde 1950, e o quadro de estiagem se repetiu nos anos de 2013 e 2014. O impacto desta adversidade sobre a população dos municípios do interior do estado, cuja principal atividade econômica é a agricultura de sequeiro e a pecuária extensiva desenvolvidas em base familiar, exige uma intensificação nos investimentos a ela direcionados. Estes são precisamente o público-alvo e a área de atuação da SDA, a qual desenvolveu diversos projetos relativos a implantação de cisternas, distribuição de sementes, sistemas de abastecimento de água e serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER).

A Secretaria da Educação (SEDUC) situa-se na segunda posição em volume de recursos do FECOP alocados em 2014. Trata-se de projetos de implantação e melhoria de unidades escolares, qualificação profissional de alunos de ensino médio e incentivo à melhoria na qualidade do ensino ofertado por meio da concessão de prêmios.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) é a terceira colocada no ranking de setoriais beneficiadas com recursos do FECOP e executou 35 projetos que em sua maioria visam a garantia de direitos da população beneficiada.

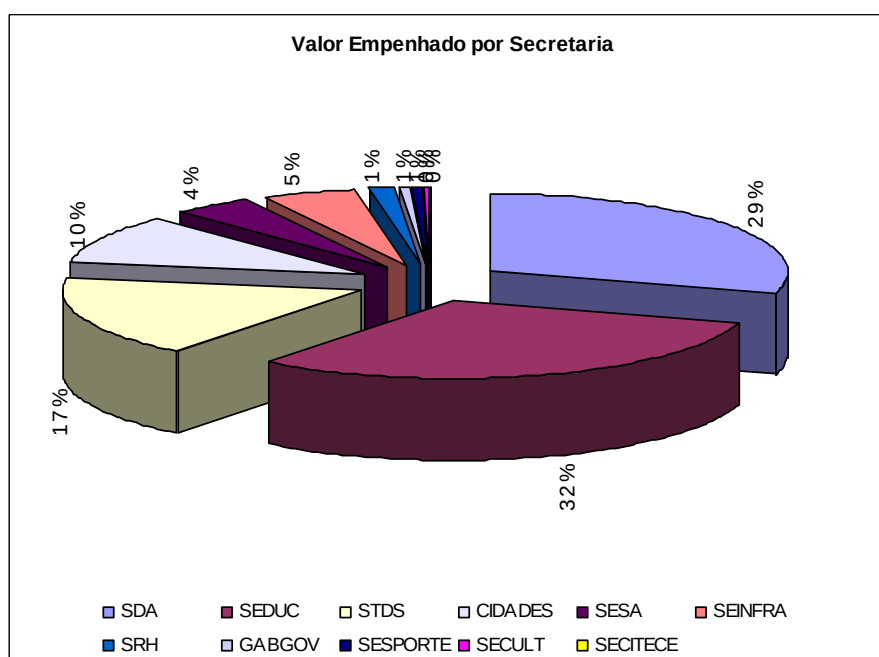
Destaca-se ainda que, embora o valor liberado pelo CCPIS para cada projeto seja restrito ao ano fiscal, grande parte dos projetos aprovados para 2014 é de continuidade, ou seja, já vinham sendo executados em anos anteriores, e alguns destes são financiados com recursos do FECOP desde a sua criação em 2004, principalmente no caso dos projetos sob a responsabilidade da STDS.

Gráfico 2 – Projetos Aprovados para Financiamento pelo FECOP e Volume de Recursos Liberados, por Secretaria Setorial em 2014



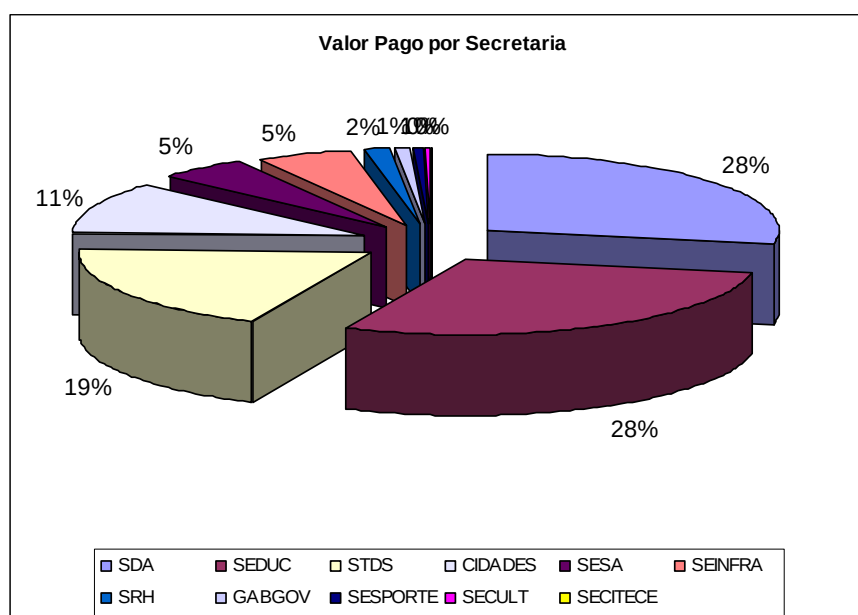
Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 3 – Projetos Aprovados para Financiamento pelo FECOP e Volume de Recursos Empenhados, por Secretaria Setorial em 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 4 – Projetos Aprovados para Financiamento pelo FECOP e Volume de Recursos Pagos, por Secretaria Setorial em 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

• Recursos Liberados por Categoria de Projeto

De acordo com o art. 25 do Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, que regulamenta a Lei Complementar Estadual Nº 37, de 26 de Novembro de 2003, os projetos financiados pelo FECOP incluem-se em duas categorias: projetos assistenciais e projetos estruturantes.

Para fazer uma análise mais criteriosa da aplicação de recursos por categoria de projeto, a GEF e o IPECE definiram, tendo como referência o mesmo decreto, uma subclassificação dos projetos a partir das duas grandes categorias, ficando da seguinte forma:

a) Projetos Assistenciais: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Segurança Alimentar e Nutricional.

b) Projetos Estruturantes: Educação, Ocupação e Renda (inclusão produtiva urbana e rural), Infraestrutura (comunitária e domiciliar), Participação Social, Esporte e Cultura.

Os projetos assistenciais são aqueles que priorizam ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis, com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. Desta categoria, consta na lista dos projetos financiados pelo FECOP em 2014 um total de

22 projetos no valor total de R\$ 55.258.230,13 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta reais e treze centavos).

Os projetos estruturantes visam proporcionar condições de ampliar o capital físico, humano e social, sendo suas ações atualmente existentes voltadas para as áreas de educação, ocupação e renda, infraestrutura, esporte e cultura. Em 2014, foram financiados pelo FECOP 120 projetos desta categoria no valor de R\$ 425.654.555,91 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos).

Quadro 4 – Recursos Liberados pelo FECOP por Categoria de Projetos em 2014

Categoria	Nº de Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Projetos de Assistência Social							
Proteção Social Básica	10	27.370.000,00	49,53	27.249.259,16	99,56	27.098.302,05	99,01
Proteção Social Especial (Média Complexidade)	3	8.407.125,49	15,21	8.391.976,28	99,82	8.302.912,41	98,76
Proteção Social Especial (Alta Complexidade)	6	10.156.853,42	18,38	10.156.115,98	99,99	8.871.972,50	87,35
Segurança Alimentar e Nutricional	3	9.324.251,22	16,87	9.223.831,24	98,92	7.839.734,12	84,08
Subtotal	22	55.258.230,13	11,49	55.021.182,66	99,57	52.112.921,08	94,31
Projetos Estruturantes							
Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Rural)	25	92.326.463,39	21,69	88.939.266,93	96,33	68.933.982,67	63,50
Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Urbana)	14	98.402.141,54	23,12	98.300.162,19	99,90	94.577.860,97	96,11
Infraestrutura Domiciliar	17	67.300.190,76	15,81	42.617.178,44	63,32	41.489.094,49	61,65
Infraestrutura Comunitária	56	152.579.667,62	35,85	139.562.058,28	91,47	112.261.365,55	73,58
Educação	3	10.880.507,70	2,56	10.600.596,90	97,43	10.580.873,82	97,25
Esporte	4	3.265.323,26	0,77	3.088.079,08	94,57	2.565.991,08	78,58
Cultura	1	900.261,64	0,21	847.361,64	94,12	777.958,10	86,41
Subtotal	120	425.654.555,91	88,51	383.954.703,46	90,20	331.187.126,68	77,81
Total	142	480.912.786,04	100,00	438.975.886,12	91,28	383.300.047,76	79,70

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Os projetos assistenciais representam 15,49% do total de projetos financiados pelo FECOP e englobam 11,49% dos recursos liberados para o ano de 2014. São todos eles projetos de continuidade e, com exceção dos projetos Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Programa de Aquisição de Alimentos, inclusos na subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional e executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, os demais são de responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Na subcategoria Proteção Social Básica estão os projetos que atuam na prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem como público-alvo a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Nesta categoria destaca-se, em volume de recursos o projeto Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (26,67% do valor liberado para a subcategoria), que tem por objetivo ofertar serviços de proteção social básica às famílias e indivíduos por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o projeto Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (23,75% do valor liberado para a subcategoria) o qual se utiliza de estratégias metodológicas envolvendo ações complementares nas áreas da arte, cultura e esporte para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como prioridade crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Na subcategoria Proteção Social Especial encontram-se os projetos que têm como foco as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Têm como público-alvo os indivíduos em situação de violação de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar. As ações de PSE, de natureza protetiva, articulam-se diretamente com o sistema de garantia de direitos, exigindo uma gestão integrada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

Destaca-se nesta subcategoria o projeto Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS (31,77% do valor liberado para a subcategoria), que tem por objetivo ofertar serviços especializados de assistência a famílias e indivíduos com direitos violados por meio dos CREAS, e o projeto Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia (27,75% do valor liberado para a subcategoria).

O Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC é uma unidade voltada para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental, em regime de abrigo, por se encontrarem submetidos à situação de abandono, vitimizados e perdidos. O Abrigo Tia Júlia tem como foco atender crianças na faixa etária de 0 a 7 anos que se encontram em situação de risco pessoal e social, na condição de abandono ou temporariamente impossibilitadas de permanecer com a família, enquanto são tomadas medidas de retorno ao lar ou de possível adoção. Em 2014, segundo os dados da STDS,

foram atendidas 94 crianças de 0 a 7 anos no Abrigo Tia Júlia e 97 pessoas entre crianças, adolescentes e adultos no ADOC, totalizando 191 acolhidos.

Os projetos da subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional atendem a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que a define como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Dentre os projetos desta subcategoria destaca-se, em volume de recursos, o projeto Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (72,33% do valor liberado para a subcategoria), que fortalece a cadeia da pecuária leiteira do Estado, mediante ações de apoio aos produtores familiares de leite bovino e caprino, e beneficia crianças, gestantes, nutrízes e idosos com um litro de leite por dia.

Quadro 5 – Recursos Liberados pelo FECOP para Projetos Assistenciais em 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Proteção Social Básica								
1	STDS	13	Estação Família	1.500.000,00	1.476.290,87	98,42	1.438.790,87	95,92
2	STDS	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais(ABC's, Circos e CIP'S)	6.500.000,00	6.456.204,83	99,33	6.456.204,83	99,33
3	STDS	18	Espaço Viva Gente	2.000.000,00	1.994.257,27	99,71	1.994.257,27	99,71
4	STDS	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.400.000,00	2.356.302,74	98,18	2.352.645,63	98,03
5	STDS	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.200.000,00	2.196.250,00	99,83	2.178.250,00	99,01
6	STDS	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.700.000,00	2.699.958,00	100,00	2.699.958,00	100,00
7	STDS	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	7.300.000,00	100,00	7.208.200,00	98,74
8	STDS	32	Investimento Cidadão	670.000,00	670.000,00	100,00	670.000,00	100,00
9	STDS	34	Terceira Idade Cidadã	1.550.000,00	1.550.000,00	100,00	1.550.000,00	100,00
10	STDS	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	550.000,00	549.995,45	100,00	549.995,45	100,00
SubTotal				27.370.000,00	27.249.259,16	99,56	27.098.302,05	99,01

Proteção Social Especial (Média Complexidade)								
11	STDS	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	5.897.125,49	5.881.976,29	99,74	5.792.912,42	98,23
12	STDS	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	2.300.000,00	100,00	2.300.000,00	100,00
13	STDS	181	Geração Livre	210.000,00	209.999,99	100,00	209.999,99	100,00
SubTotal				8.407.125,49	8.391.976,28	99,82	8.302.912,41	98,76
Proteção Social Especial (Alta Complexidade)								
14	STDS	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	299.529,37	99,84	299.529,37	99,84
15	STDS	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.152.155,13	5.151.896,68	99,99	5.151.328,21	99,98
16	STDS	43	Idoso Sujeito Pleno	1.999.185,89	1.999.177,54	100,00	1.999.177,54	100,00
17	STDS	68	De Volta Pra Casa: Uma Proposta Metodológica de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	420.000,00	419.999,99	100,00	419.999,99	100,00
18	STDS	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	1.385.512,40	1.385.512,40	100,00	101.937,39	7,36
19	STDS	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	900.000,00	100,00	900.000,00	100,00
SubTotal				10.156.853,42	10.156.115,98	99,99	8.871.972,50	87,35
Segurança Alimentar e Nutricional								
20	STDS	28	Restaurante Popular Mesa do Povo (Segurança Alimentar e Nutricional)	930.000,00	926.783,87	99,65	922.304,97	99,17
21	SDA	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	6.744.251,22	6.648.565,89	98,58	5.268.947,67	78,13
22	SDA	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	1.650.000,00	1.648.481,48	99,91	1.648.481,48	99,91
SubTotal				9.324.251,22	9.223.831,24	98,92	7.839.734,12	84,08
Total				55.258.230,13	55.021.182,66	99,57	52.112.921,08	94,31

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Para efeito de análise, os projetos estruturantes também foram divididos por subcategorias, em conformidade com seus objetivos principais.

Os projetos da subcategoria Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Rural são predominantemente executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário e totalizaram 21,69% dos recursos liberados para a categoria. Envolvem principalmente a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e ações de fomento à produção agrícola por meio da disponibilização de sementes, matrizes, máquinas e equipamentos. São direcionados para os produtores de base familiar e focados nas boas práticas de convivência com o semiárido. Incluiu-se neste grupo o projeto Garantia Safra, um tipo de seguro que garante uma remuneração mínima para os produtores em caso de perda da safra por falta ou excesso de chuva.

A subcategoria Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Urbana inclui principalmente projetos de capacitação profissional com vistas à inserção e reinserção de seus beneficiários no mercado formal de trabalho, e os projetos de estímulo ao empreendedorismo que promovem o cooperativismo e apoiam empreendimentos de economia solidária. Totalizaram 23,12% dos recursos da categoria. Dentre eles destaca-se, pelo volume de recursos alocado, o projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.

Os projetos da subcategoria Infraestrutura Comunitária caracterizam-se por seus benefícios não serem apropriados individualmente, mas abrangerem toda uma coletividade. Totalizaram 35,85% dos recursos liberados para a categoria e dentre eles destacam-se o fortalecimento da infraestrutura na área de educação (41,40% do valor alocado na subcategoria) e na área de saúde (16,38%).

Na subcategoria Infraestrutura Domiciliar estão os projetos cujos benefícios são restritos ao indivíduo e/ou a família contemplados. Totalizaram 15,81% dos recursos liberados para a categoria. Dentre eles destacam-se os projetos de construção de cisternas destinadas à captação e armazenamento da água da chuva para consumo familiar, de responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (61,05% do valor alocado na subcategoria) e os projetos de construção de unidades residenciais de interesse social, em sua maioria executados pela Secretaria das Cidades (34,15%).

A subcategoria Educação, que tem como foco complementar ações finalísticas na área da educação formal, totaliza 2,56% liberados para a categoria. Contempla 3 projetos, sendo 2 executados pela SEDUC, representando 44,32% do valor alocado na subcategoria, e outro pelo

GABGOV (55,68%) . Trata-se do Projeto Jovem de Futuro, que busca enfrentar o alto índice de evasão escolar no ensino médio através de ações de mobilização de alunos, professores e famílias em torno de metas pactuadas, e do Projeto Apoio Técnico-Pedagógico no Programa na Idade Certa – PAIC, que visa estimular os municípios e escolas para cumprimento das metas pela melhoria da qualidade do ensino na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, ambos executados pela SEDUC, e do Projeto Pro-Jovem Urbano, que atende jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, proporcionando principalmente a elevação de escolaridade, além da qualificação profissional inicial e do desenvolvimento de atividades de participação cidadã, este executado pelo GABGOV.

A subcategoria Esporte totalizou 0,77% dos recursos da categoria em 2014. Abrange projetos que beneficiam principalmente crianças e adolescentes, tendo o esporte como ponto de partida para a inclusão social através da descoberta e aproveitamento de talentos. Objetivam ainda a democratização da prática esportiva e de lazer, gerando mais saúde, contribuindo para o desenvolvimento psicológico, físico e motor, e agregando conceitos de responsabilidade social aos agentes envolvidos.

A subcategoria Cultura engloba apenas 1 projeto que totalizou 0,21% dos recursos da categoria. Trata-se do projeto Agentes de Leitura, que busca a democratização do acesso ao livro e à leitura por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos.

Quadro 6 – Recursos Liberados pelo FECOP para Projetos Estruturantes de Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Rural) em 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)								
1	SECITECE	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiçu e Maciço de Baturité(FECOP) – INTERCAJU II	50.000,00	50.000,00	100,00	34.700,00	69,40
2	SDA	5	Agente Rural	11.000.000,00	10.595.404,00	96,32	10.595.404,00	96,32
3	SDA	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	100,00	1.300.000,00	100,00
4	SDA	41	Práticas de Convivências com o Semiárido no Estado do Ceará	500.000,00	500.000,00	100,00	500.000,00	100,00
5	SDA	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Exrema Pobreza no Ceará	1.494.648,23	1.403.198,42	93,88	1.197.805,12	80,14
6	SDA	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	6.045.000,00	5.477.261,15	90,61	5.477.261,15	90,61

7	SDA	240	Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará	10.427.673,64	10.427.673,64	100,00	10.304.873,66	98,82
SubTotal				30.817.321,87	29.753.537,21	96,55	29.410.043,93	95,43
Fomento								
8	CIDADES	512	Inserção Produtiva - Apoio aos APLS	130.000,00	130.000,00	100,00	125.250,00	96,35
9	SDA	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	1.616.562,27	1.494.525,00	92,45	1.494.525,00	92,45
10	SDA	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas)	1.814.316,46	1.594.635,19	87,89	802.346,91	44,22
11	SDA	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	18.000.000,00	17.110.404,00	95,06	1.139.000,00	6,33
12	SDA	37	Biodiesel do Ceará	3.576.414,00	3.576.414,00	100,00	2.983.178,00	83,41
13	SDA	38	Garantia Safra do Ceará	25.560.103,50	25.560.103,50	100,00	25.560.103,50	100,00
14	SDA	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica	141.376,16	45.841,83	32,43	24.064,37	17,02
		350		181.884,24	68.351,26	37,58	68.351,26	37,58
15	SDA	357	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	615.203,33	604.200,00	98,21	604.200,00	98,21
16	SDA	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	300.000,00	299.997,97	100,00	0,00	0,00
17	SDA	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	6.039.132,51	6.008.957,92	99,50	6.008.957,92	99,50
18	SDA	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	3.266,87	3.266,87	100,00	0,00	0,00
19	SDA	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	366.800,00	86.800,00	23,66	0,00	0,00
20	SDA	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	SDA	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.198.385,36	1.178.535,36	98,34	423.914,96	35,37
22	SDA	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	135.046,82	135.046,82	100,00	135.046,82	100,00
23	SDA	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	270.000,00	155.000,00	57,41	155.000,00	57,41
24	SDA	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	160.650,00	133.650,00	83,19	0,00	0,00
25	SDA	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	0,00	0,00
SubTotal				61.509.141,52	59.185.729,72	96,22	39.523.938,74	64,26
Total				92.326.463,39	88.939.266,93	96,33	68.933.982,67	74,66

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 7 – Recursos Liberados pelo FECOP para Projetos Estruturantes de Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Urbana) em 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	SEDUC	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	24.800.837,69	24.800.837,29	100,00	21.095.685,70	85,06
2	SEDUC	900	Projeto e-Jovem	5.000.000,00	5.000.000,00	100,00	5.000.000,00	100,00
3	SEDUC	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	40.000.000,00	40.000.000,00	100,00	40.000.000,00	100,00
4	SEDUC	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.699.588,12	1.677.995,85	98,73	1.677.066,39	98,67
5	STDS	8	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	2.900.000,00	2.900.000,00	100,00	2.900.000,00	100,00
		10		670.000,00	670.000,00	100,00	670.000,00	100,00
		40		920.000,00	920.000,00	100,00	920.000,00	100,00
6	STDS	12	Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	599.450,32	599.450,32	100,00	599.067,87	99,94
7	STDS	23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.550.000,00	1.550.000,00	100,00	1.550.000,00	100,00
8	STDS	26	Artesanato Competitivo	1.750.000,00	1.750.000,00	100,00	1.750.000,00	100,00
9	STDS	44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	8.500.000,00	8.489.896,93	99,88	8.485.919,21	99,83
10	STDS	48	Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência em Fortaleza	55.056,99	49.981,33	90,78	38.121,33	69,24
11	STDS	71	Garantindo à Acessibilidade (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00
12	STDS	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	8.000.000,00	7.994.816,65	99,94	7.994.816,65	99,94
13	STDS	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	898.000,00	837.975,40	93,32	837.975,40	93,32
14	STDS	258	Política Integrada de Economia Solidária	59.208,42	59.208,42	100,00	59.208,42	100,00
Total				98.402.141,54	98.300.162,19	99,90	94.577.860,97	96,11

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 8 – Recursos Liberados pelo FECOP para Projetos Estruturantes de Infraestrutura Domiciliar em 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Acesso a Água e Esgotamento Sanitário								
1	SDA	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	7.193.058,77	6.812.888,72	94,71	6.311.799,35	87,75
2	SDA	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	13.426.036,80	10.458.332,33	77,90	10.111.920,72	75,32
3	SDA	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	1.022.915,34	798.806,16	78,09	600.000,00	58,66
4	SDA	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos	19.412.395,02	600.086,43	3,09	600.086,43	3,09
5	SDA	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	31.559,04	31.559,04	100,00	31.559,04	100,00
SubTotal				41.085.964,97	18.701.672,68	45,52	17.655.365,54	42,97
Construção de Unidades Habitacionais								
6	CIDADES	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	7.338.754,58	7.156.068,20	97,51	7.155.891,39	97,51
7	CIDADES	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	652.609,89	563.025,89	86,27	563.025,89	86,27
8	CIDADES	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	2.030.241,16	2.030.241,16	100,00	2.030.241,16	100,00
9	CIDADES	1612	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento até 50.000 Habitantes	21.000,00	21.000,00	100,00	21.000,00	100,00
10	CIDADES	1782	Habitação Rural - PNHR	1.233.917,00	1.209.753,65	98,04	1.209.753,65	98,04
11	CIDADES	2039	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará	4.192.000,00	4.192.000,00	100,00	4.192.000,00	100,00
12	CIDADES	2081	Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira - Etapas(I, III, V, VII) - Caucaia-CE	3.681.467,47	3.681.467,47	100,00	3.681.467,47	100,00
13	CIDADES	2224	Habitação Rural - PNHR	3.831.938,95	2.635.902,65	68,79	2.635.902,65	68,79
SubTotal				22.981.929,05	21.489.459,02	85,38	21.489.282,21	85,38
Melhoria de Unidades Habitacionais								
14	CIDADES	835	Fogões Sustentáveis	2.208.512,49	2.208.512,49	100,00	2.208.512,49	100,00
15	CIDADES	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	135.000,00	135.000,00	100,00	53.400,00	39,56
16	CIDADES	1613	Fogões Sustentáveis	82.534,25	82.534,25	100,00	82.534,25	100,00
17	CIDADES	2289	Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza	806.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal				3.232.296,74	2.426.046,74	75,06	2.344.446,74	72,53
Total				67.300.190,76	42.617.178,44	63,32	41.489.094,49	61,65

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 9 – Recursos Liberados pelo FECOP para Projetos Estruturantes de Infraestrutura Comunitária em 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário								
1	SRH	80	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	857.404,37	848.175,41	98,92	847.080,49	98,80
2	SRH	332	Perfuração e Instalação de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água no Município de Tamboril	200.000,00	200.000,00	100,00	200.000,00	100,00
3	SRH	277	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	596.352,52	407.314,95	68,30	407.314,95	68,30
4	SRH	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento	1.481.887,65	283.138,80	19,11	282.522,36	19,07
5	SRH	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	300.000,00	107.566,56	35,86	107.566,56	35,86
6	SRH	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	100.659,13	47.372,90	47,06	47.372,90	47,06
7	SRH	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	301.200,57	301.200,57	100,00	301.200,57	100,00
8	SRH	325,00	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú	321.798,12	321.798,12	100,00	321.798,12	100,00
9	SDA	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	10.644.215,87	10.641.469,52	99,97	10.509.059,22	98,73
10	SDA	417	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	1.136.825,38	1.089.836,87	95,87	1.028.296,87	90,45
11	SDA	474	Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência-CE	450.000,00	431.140,21	95,81	281.140,21	62,48
12	SDA	475	Abastecimento de Água para Comunidade Poço de Areia - Tianguá/CE	535.816,18	496.126,10	92,59	246.126,10	45,93
13	CIDADES	9	Alvorada – Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com Menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM	156.798,21	156.798,21	100,00	156.798,21	100,00
14	CIDADES	26	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza	226.251,12	0,00	0,00	0,00	0,00
15	CIDADES	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	2.144.739,55	1.548.334,50	72,19	1.548.334,50	72,19
16	CIDADES	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão	119.792,32	119.792,32	100,00	119.792,32	100,00
17	CIDADES	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	1.823.922,90	1.823.922,90	100,00	494.612,23	27,12
SubTotal				21.397.663,89	18.823.987,94	87,97	16.899.015,61	78,98

Educação								
18	SEDUC	574	Construção de EEEP no Município de Assaré	275.645,22	275.645,22	100,00	133.648,35	48,49
19	SEDUC	624	Construção de EEEP no Município de Granja	1.148.206,48	1.148.206,48	100,00	1.135.094,03	98,86
20	SEDUC	625	Construção de EEEP no Município de Aracoiaba	107.673,29	107.673,29	100,00	107.673,29	100,00
21	SEDUC	629	Construção de EEEP do Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	1.345.783,95	1.345.785,95	100,00	1.340.570,77	99,61
22	SEDUC	632	Construção de EEEP no Município de Pacatuba	774.391,60	774.391,60	100,00	774.391,60	100,00
23	SEDUC	637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	2.800.000,00	2.745.180,02	98,04	2.538.531,32	90,66
24	SEDUC	645	Construção de EEEP no Município de Canindé	200.000,00	199.954,93	99,98	0,00	0,00
25	SEDUC	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	1.565.993,64	636.888,42	40,67	636.888,42	40,67
26	SEDUC	733	Construção de EEEP no Município de Cariré	399.995,53	399.995,53	100,00	399.342,15	99,84
27	SEDUC	735	Construção de EEEP no Município de Itapaje	280.619,04	103.235,38	36,79	103.235,38	36,79
28	SEDUC	742	Construção de EEEP no Município de Novo Oriente	866.760,00	866.760,00	100,00	866.760,00	100,00
29	SEDUC	743	Construção de EEEP no Município de Pacujá	399.953,15	399.953,15	100,00	399.953,15	100,00
30	SEDUC	818	Construção de EEEP no Município de Sobral	278.121,84	278.121,84	100,00	278.121,84	100,00
31	SEDUC	1051	Construção de EEEP no Bairro Praia do Futuro no Município de Fortaleza	479.620,72	479.620,72	100,00	479.620,72	100,00
32	SEDUC	1206	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Canindé	463.504,25	463.504,25	100,00	457.953,24	98,80
33	SEDUC	1222	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Quixeré	450.237,00	450.237,00	100,00	311.107,62	69,10
34	SEDUC	1285	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma – Tamboril	264.105,83	79.231,74	30,00	79.231,74	30,00
35	SEDUC	1317	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Miraíma	660.000,00	659.137,91	99,87	643.720,02	97,53
36	SEDUC	1318	Reforma de Escolas em Diversas Localidades – Tauá	168.137,08	168.137,08	100,00	84.068,54	50,00
37	SEDUC	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	21.124.000,00	100,00	20.780.500,00	98,37
38	SEDUC	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	12.500.000,00	11.705.069,64	93,64	4.553.978,59	36,43
39	SEDUC	1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	4.665.851,50	4.665.851,50	100,00	1.810.957,48	38,81
40	SEDUC	1395	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Diversas Localidades do Município de Fortaleza e do Centro de Formação e Atendimento ao Professor	9.991.064,27	9.991.064,27	100,00	0,00	0,00
41	SEDUC	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Município de Fortaleza	752.965,67	752.965,67	100,00	460.339,38	61,14
42	SEDUC	1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	706.900,36	26.086,56	3,69	26.086,56	3,69
43	SEDUC	1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	504.142,29	504.142,29	100,00	504.142,29	100,00
SubTotal				63.173.672,71	60.350.840,44	95,53	38.905.916,48	61,59

Assistência Social								
44	STDS	152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	500.000,00	500.000,00	100,00	0,00	0,00
45	STDS	170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	500.000,00	100.000,00	20,00	0,00	0,00
46	STDS	183	Construção do Acesso ao Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC.	76.597,29	76.597,29	100,00	76.597,29	100,00
47	STDS	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	627.057,65	491.842,41	78,44	86.949,60	13,87
SubTotal				1.703.654,94	1.168.439,70	68,58	163.546,89	9,60
Comercialização								
48	STDS	242	Centro das Rendeiras do Iguape (Inclusão Produtiva:Fomento)	111.862,07	93.921,63	83,96	93.921,63	83,96
49	CIDADES	2924	Construção de Centro de Comercialização da Produção de Agricultores Familiares - Município de Icó/Distrito Lima Campos	1.490.000,00	558.000,00	37,45	0,00	0,00
SubTotal				1.601.862,07	651.921,63	40,70	93.921,63	5,86
Comunicação								
50	SDA	339	Casa Digital do Campo	577.622,18	577.622,18	100,00	577.622,18	100,00
SubTotal				577.622,18	577.622,18	100,00	577.622,18	100,00
Saúde								
51	SESA	1954	Apoio a Infra-estrutura na Atenção Básica à Saúde	25.000.000,00	19.362.618,36	77,45	19.162.635,95	76,65
SubTotal				25.000.000,00	19.362.618,36	77,45	19.162.635,95	76,65
Transporte								
52	SEINFRA	285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba/Mucuripe.	21.566.498,37	21.566.498,37	100,00	19.460.592,99	90,24
SubTotal				21.566.498,37	21.566.498,37	100,00	19.460.592,99	90,24
53								
53	CIDADES	2	Rio Maranguapinho(Barragem,Dragagem,Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	7.508.637,75	7.424.922,01	98,89	7.362.906,17	98,06
54	CIDADES	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	5.443.587,34	5.443.298,16	99,99	5.443.298,16	99,99
55	CIDADES	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.614.276,41	1.537.692,29	95,26	1.537.692,29	95,26
56	CIDADES	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	2.992.191,96	2.654.217,20	88,70	2.654.217,20	88,70
SubTotal				17.558.693,46	17.060.129,66	97,16	16.998.113,82	96,81
Total				152.579.667,62	139.562.058,28	91,47	112.261.365,55	73,58

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 10 – Recursos Liberados pelo FECOP para Projetos Estruturantes de Educação, Esporte e Cultura em 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Educação								
1	SEDUC	1339	Apoio Técnico-Pedagógico no Programa na Idade Certa – PAIC	1.563.020,00	1.542.696,31	98,70	1.542.696,31	98,70
2	SEDUC	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	3.259.461,70	2.999.874,59	92,04	2.980.151,51	91,43
3	GABGOV	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano	6.058.026,00	6.058.026,00	100,00	6.058.026,00	100,00
SubTotal				10.880.507,70	10.600.596,90	97,43	10.580.873,82	97,25
Esporte								
4	SESPORT	11	Viva +	154.800,00	154.800,00	100,00	154.800,00	100,00
5	SESPORT	18	Programa Segundo Tempo	732.440,26	555.196,08	75,80	555.196,08	75,80
6	SESPORT	20	Bolsa Esporte	1.809.805,00	1.809.805,00	100,00	1.809.805,00	100,00
7	SESPORT	433	Programa Esporte e Lazer da Cidade	568.278,00	568.278,00	100,00	46.190,00	8,13
SubTotal				3.265.323,26	3.088.079,08	94,57	2.565.991,08	78,58
Cultura								
8	SECULT	68	Agentes de Leitura	900.261,64	847.361,64	94,12	777.958,10	86,41
SubTotal				900.261,64	847.361,64	94,12	777.958,10	86,41
Total				15.046.092,60	14.536.037,62	96,61	13.924.823,00	92,55

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

• Participação de Outras Fontes de Recursos

O FECOP, no sentido de combater a pobreza no Ceará, subsidia as secretarias na formação de parcerias que potencializam os recursos disponíveis e ampliam a capacidade de resolução dos problemas a serem enfrentados. Desta forma, os recursos do Fundo constituem-se, em muitos projetos apoiados, na contrapartida do Governo do Estado para mobilização de recursos de outras fontes. É função das secretarias setoriais identificarem projetos com objetivos, metas e público-alvo compatíveis com o FECOP, tendo como perspectiva não somente assegurar recursos novos ou adicionais, mas também a otimização dos recursos existentes mediante a troca de experiências e a incorporação de métodos e técnicas inovadoras e exitosas.

No ano de 2014, do total de 142 projetos aprovados pelo CCPIS, 52,82% contam com recursos de outras fontes. Dentre as secretarias que executam projetos com recursos exclusivos do FECOP

destaca-se a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, cuja maioria refere-se aos investimentos na Política Pública de Assistência Social nos níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Estes serviços e benefícios incluem-se no âmbito do dever do Estado e direito de todo cidadão, onde cada ente federado tem obrigações nestas áreas de atuação que lhes são inerentes, devendo ser executadas com recursos próprios, e para tanto, o Estado utiliza a Fonte FECOP. O Governo Federal cofinancia os municípios e eventualmente abre edital para a participação de entidades.

Quadro 11 – Número de Projetos Financiados pelo FECOP com Recursos Exclusivos do Fundo e com Recursos de Outras Fontes por Secretaria Setorial em 2014

Nº	Secretarias	Total de Projetos	Recursos Exclusivos do FECOP em 2014		Recursos de Outras Fontes em 2014	
			Abs.	%	Abs.	%
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	35	11	31,43	24	68,57
2	Secretaria da Educação – SEDUC	32	13	40,63	19	59,38
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	35	29	82,86	6	17,14
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	23	8	34,78	15	65,22
5	Secretaria da Saúde – SESA	1	1	100,00	-	-
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	1	-	-	1	100,00
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	8	2	25,00	6	75,00
8	Gabinete do Governador – GABGOV	1	-	-	1	100,00
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	4	2	50,00	2	50,00
10	Secretaria da Cultura - SECULT	1	1	100,00	-	-
11	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	1	-	-	1	100,00
Total		142	67	47,18	75	52,82

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Analisando o orçamento dos projetos aprovados em 2014 destaca-se a significativa contribuição do FECOP para captação de recursos. Do valor total planejado para o referido ano, 67,78% corresponde a outras fontes, dentre as quais o Governo Federal assume posição de destaque (86,86% dos recursos de outras fontes).

A Secretaria das Cidades apresenta 23 projetos com limite financeiro em 2014 e do total de recursos orçamentados para os projetos, 87,48% é de outras fontes. Trata-se principalmente de recursos captados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) que apoiam a execução de obras de urbanização e a construção de unidades habitacionais de interesse social.

A Secretaria de Recursos Hídricos tem 8 projetos aprovados e 91,24% do valor total destes é de outras fontes. Tem por origem recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Infraestrutura Hídrica) e do Programa Água Doce, incluso no âmbito do Plano Brasil sem Miséria. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário tem 35 projetos aprovados e 76,08% do valor total destes projetos é oriunda de outras fontes de recursos. Em termos absolutos, este valor é superior à totalidade de recursos do FECOP liberados em 2014. Esses recursos foram captados principalmente através dos programas federais, tais como Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Água para Todos.

A captação de recursos mediante financiamento externo (2,53% dos recursos de outras fontes) foi realizada pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria da Educação, enquanto que a captação por meio de financiamento interno (4,30% dos recursos de outras fontes) ocorreu no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria das Cidades.

No que se refere a financiamento externo, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário utiliza recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) no Projeto São José e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Projeto Paulo Freire. A Secretaria da Educação conta com recursos do Banco Mundial, via operação SWAP A, para construção de uma Escola Estadual de Educação Profissional em Canindé.

O financiamento interno utilizado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário foi obtido junto a Fundação Banco do Brasil para execução do projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS. A Secretaria das Cidades obteve recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para execução do projeto Maranguapinho, e do Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento (CPAC) para execução de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Quadro 12 – Valor Planejado por Fontes de Recursos e Secretaria Setorial em 2014

Nº	Secretarias	Valor Anual FECOP		Valor Anual Outras Fontes		Total
		Abs.	%	Abs	%	
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	154.971.159,20	23,92	492.858.842,40	76,08	647.830.001,60
2	Secretaria da Educação – SEDUC	139.496.580,22	63,01	81.884.489,76	36,99	221.381.069,98
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	75.581.211,65	86,65	11.640.188,80	13,35	87.221.400,45
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	49.864.423,35	12,52	348.355.207,06	87,48	398.219.630,41
5	Secretaria da Saúde – SESA	25.000.000,00	100,00	-	-	25.000.000,00
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	21.566.498,37	84,35	4.000.000,00	15,65	25.566.498,37
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	4.159.302,36	8,76	43.341.821,09	91,24	47.501.123,45
8	Gabinete do Governador – GABGOV	6.058.026,00	24,95	18.219.600,00	75,05	24.277.626,00
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	3.265.323,26	22,05	11.544.992,00	77,95	14.810.315,26
10	Secretaria da Cultura - SECULT	900.261,64	100,00	-	-	900.261,64
11	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	50.000,00	100,00	-	-	50.000,00
Total		480.912.786,05	32,22	1.011.845.141,11	67,78	1.492.757.927,16

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 13 – Participação de Outras Fontes de Recursos por Secretaria Setorial em 2014

Nº	Secretarias	Outras Fontes												Valor Anual Outras Fontes
		Tesouro (00)	%	Governo Federal	%	Governo Municipal	%	Financiamento Externo	%	Financiamento Interno	%	Órgãos Privados	%	
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	1.847.000,00	0,37	448.112.210,12	90,92	12.813.750,00	2,60	24.414.632,28	4,95	1.400.000,00	0,28	4.271.250,00	0,87	492.858.842,40
2	Secretaria da Educação – SEDUC	30.842.905,72	37,67	46.968.124,71	57,36	2.930.816,96	3,58	1.142.642,37	1,40	-	-	-	-	81.884.489,76
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	46.115,86	0,40	11.594.072,94	99,60	-	-	-	-	-	-	-	-	11.640.188,80
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	9.841.460,17	2,83	295.638.196,89	84,87	806.250,00	0,23	-	-	42.069.300,00	12,08	-	-	348.355.207,06
5	Secretaria da Saúde – SESA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	-	-	4.000.000,00	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	527.948,10	1,22	42.813.872,99	98,78	-	-	-	-	-	-	-	-	43.341.821,09
8	Gabinete do Governador – GABGOV	-	-	18.219.600,00	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	18.219.600,00
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	-	-	11.544.992,00	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	11.544.992,00
10	Secretaria da Cultura - SECULT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		43.105.429,85	4,26	878.891.069,65	86,86	16.550.816,96	1,64	25.557.274,65	2,53	43.469.300,00	4,30	4.271.250,00	0,42	1.011.845.141,11

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

3.3. Aplicação dos Recursos

O ano de 2014 foram empenhados R\$ 438.975.886,12 (quatrocentos e trinta e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e doze centavos), dos quais foram pagos R\$ 383.300.047,76 (trezentos e oitenta e três milhões, trezentos mil, quarenta e sete reais e setenta e seis centavos), correspondendo respectivamente a 113,26% e 98,89% do valor arrecadado no período.

Vale ressaltar que as despesas pagas com recursos do FECOP correm à conta de dotações orçamentárias consignadas, anualmente, nas secretarias setoriais e nos órgãos e entidades vinculadas, denominados de executores locais, responsáveis pela execução das ações financiadas pelo fundo.

Os recursos do fundo são transferidos diretamente da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) para as secretarias setoriais que, por sua vez, prestam contas de sua aplicação à Gerência Executiva do FECOP nos termos do Art. 41 do Decreto n.º 29.910, de 29 de setembro de 2009, no prazo máximo de sessenta dias após a liberação das parcelas.

Todo esse fluxo (arrecadação, empenho e pagamento), é de responsabilidade da SEFAZ, gestora financeira do fundo. No entanto, a execução financeira dos projetos financiados pelo FECOP só se inicia após a deliberação do CCPIS, que aprova os limites financeiros relativos a cada projeto.

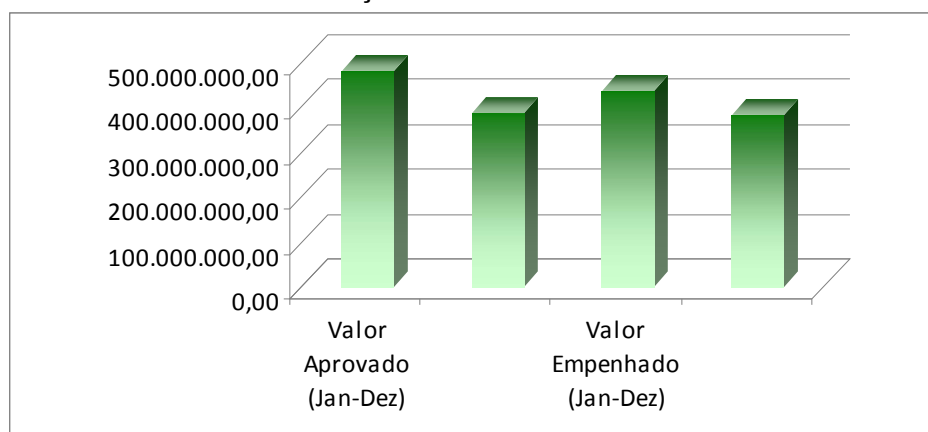
A GEF acompanha a execução financeira dos projetos em dois momentos: na solicitação das parcelas, quando são analisadas quanto ao cumprimento do orçamento e do cronograma de desembolso e na prestação de contas dos valores efetivamente aplicados.

Quadro 14 – Execução Financeira do FECOP em 2014

Movimentação do FECOP - 2014	
Valor Aprovado (Jan-Dez)	480.912.786,04
Valor Arrecadado (Jan-Dez)	387.596.425,14
Valor Empenhado (Jan-Dez)	438.975.886,12
Valor Pago (Jan-Dez)	383.300.047,76

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Gráfico 5 – Execução Financeira do FECOP em 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Observando o Gráfico 5, verifica-se que o valor arrecadado representa apenas 80,60% do valor aprovado para o período de 2014. Desse valor foi empenhado 91,28% e pago 79,70%, este último podendo ser coberto pela receita do período e pelo saldo em conta, cujo valor registrado até o segundo semestre, segundo dados da SEFAZ, foi de R\$256.813.604,97 (duzentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e treze mil, seiscentos e quatro reais e noventa e sete centavos).

Ressalta-se que o valor empenhado de R\$ 438.975.886,12 refere-se à execução dos projetos com limites financeiros aprovados no ano, não incluindo o empenho para ressarcimento aos cofres públicos realizado pela SEFAZ, conforme autorização de pagamento constante no Decreto nº 31.656, de 29 de dezembro de 2014, no valor de R\$112.546.447,45 (cento e doze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos). A soma desses valores totaliza R\$ 551.522.333,57 em 2014.

O valor pago de R\$ 383.300.047,76 (trezentos e oitenta e três milhões, trezentos mil, quarenta e sete reais e setenta e seis centavos) também se restringe aos pagamentos efetuados no âmbito dos limites aprovados em 2014, não incluindo o pagamento de valores inclusos em restos a pagar (R\$ 52.544.093,92), nem os valores do ressarcimento citado acima, cuja soma totaliza R\$548.390.589,13 (quinhentos e quarenta e oito milhões, trezentos e noventa mil, quinhentos e oitenta e nove reais e treze centavos).

Quadro 15 – Desempenho Financeiro do FECOP no Período 2004 / 2014

Período	Recursos Arrecadados	%	Valor Pago	%	Índice de Execução Financeira (%)
2004	108.106.230,51	4,10	92.075.911,35	3,83	85,17
2005	158.472.722,86	6,00	136.565.300,51	5,68	86,18
2006	176.641.547,50	6,69	175.699.124,59	7,31	99,47
2007	185.782.581,03	7,04	139.942.070,87	5,82	75,33
2008	203.947.870,26	7,73	149.753.801,24	6,23	73,43
2009	220.349.638,71	8,35	199.326.302,76	8,29	90,46
2010	263.789.638,90	9,99	300.616.615,64	12,50	113,96
2011	282.570.482,47	10,71	224.205.634,21	9,33	79,35
2012	317.841.835,82	12,04	233.650.085,35	9,72	73,51
2013	334.451.816,87	12,67	369.175.953,54	15,35	110,38
2014	387.596.425,14	14,68	383.300.047,76	15,94	98,89
TOTAL	2.639.550.790,07	100,0	2.404.310.847,82	100,00	91,09

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

O quadro acima demonstra uma evolução positiva dos valores arrecadados pelo FECOP desde o primeiro ano de sua criação. Em relação ao ano anterior, o crescimento na arrecadação foi da ordem de 15,89%. Quanto à execução financeira, destaca-se o ano de 2010, em que pela primeira vez o valor destinado ao pagamento das despesas realizadas no âmbito dos projetos aprovados para o período foi superior ao valor arrecadado no mesmo ano.

A execução dos recursos do FECOP, de forma geral, tem sido impactada tanto por alterações na conjuntura política do Estado, como é o caso do desempenho observado nos anos de 2007/2008, quando houve alternância de poder e um reordenamento institucional promovido pelo governo, quanto por problemas de ordem climática, como é o caso do ano de 2012 em que foi alocado um volume expressivo de recursos em projetos para a agropecuária e que tiveram sua execução frustrada pelo quadro de estiagem severa.

Embora tenha permanecido o quadro de estiagem em 2014, afetando de forma expressiva a execução de alguns projetos produtivos rurais, registrou-se um desempenho positivo na área de Inclusão Produtiva Rural, subdividida em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Fomento, cujos projetos visam proporcionar à população rural beneficiária melhores condições de convívio com a seca.

3.4. Relatório Financeiro

O Relatório Financeiro é um demonstrativo elaborado trimestralmente, conforme determina o inciso VI, do artigo 13, do Decreto n.º 29.910 de 29 de setembro de 2009. O objetivo desse relatório é evidenciar a movimentação financeira do fundo, confrontando os recursos arrecadados com o que foi aplicado pelas diversas secretarias setoriais que executam os projetos financiados pelo FECOP. No valor aplicado está incluso o valor pago para a execução dos projetos aprovados no ano vigente, o valor de restos a pagar empenhados em anos anteriores e demais pagamentos autorizados por lei.

Este relatório é elaborado com base em informações contábeis, o que pode causar divergências entre o saldo apurado e o saldo bancário, pois parte da arrecadação do mês só é transferida para a conta-corrente do FECOP no início do mês seguinte. Além disso, a aplicação dos recursos é apurada segundo o regime de competência e a compensação bancária poderá ocorrer no mês subsequente.

Quadro 16 – Relatório Financeiro do FECOP no Período 2013 / 2014

Relatório Financeiro	ANUAL/13 (a)	%	ANUAL/14 (b)	%	Δ% (b/a)
RECEITA					
ARRECADAÇÃO	334.451.816,87	-	387.596.425,14	-	15,89%
RENDIMENTOS	24.605.327,29	-	27.327.257,88	-	11,06%
TOTAL GLOBAL	359.057.144,16	-	414.923.683,02	-	15,56%
APLICAÇÃO					
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	94.245.673,53	25,53%	127.097.093,20	23,18%	34,86%
Secretaria da Educação - SEDUC	123.224.417,66	33,38%	132.481.352,65	24,16%	7,51%
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	73.297.181,31	19,85%	73.185.943,09	13,35%	-0,15%
Secretaria das Cidades - CIDADES	54.572.402,92	14,78%	44.117.889,54	8,04%	-19,16%
Secretaria da Saúde - SESA	343.020,00	0,09%	19.162.635,95	3,49%	5486,45%
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	12.625.478,77	3,42%	26.848.674,58	4,90%	112,65%
Gabinete do Governador - GABGOV	3.855.817,60	1,04%	6.058.026,00	1,10%	57,11%
Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	682.917,99	0,18%	3.323.896,51	0,61%	386,72%
Secretaria do Esporte - SESPORTE	4.071.574,67	1,10%	2.755.972,06	0,50%	-32,31%
Secretaria da Cultura – SECULT	2.215.819,09	0,60%	777.958,10	0,14%	-64,89%
Secretaria da Ciência e Tecnologia - SECITECE	0,00	0,00%	34.700,00	0,01%	-
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	41.650,00	0,01%	0,00	0,00%	-100,00%
Secretaria da Fazenda – SEFAZ (*)	0,00	0,00%	112.546.447,45	20,52%	-
TOTAL APLICADO	369.175.953,54	100,00%	548.390.589,13	100,00%	48,54%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

O quadro acima demonstra que o ano de 2014 registra um aumento de 48,54% em relação ao valor da fonte FECOP aplicado em 2013. Em termos percentuais, destaca-se a concentração de recursos na Secretaria da Educação (SEDUC) com 24,16%; Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), com 23,18%; e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) com 13,35% do valor aplicado.

Registra-se no período uma significativa alocação dos recursos do FECOP em projetos estruturantes, que por sua natureza propiciam aos seus beneficiários mais oportunidades de superar a condição de pobreza, embora existam também relevantes projetos assistenciais em execução, principalmente no âmbito da STDS.

Em 24 de dezembro de 2014 foi sancionada a Lei Complementar Nº148 alterando o §5º do art.1º da Lei Complementar nº37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, passando a vigorar com a seguinte redação:

§5º Os recursos que compõem o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, também poderão ser utilizados:

I - em ações voltadas à Educação Profissional e outras modalidades de preparação para o trabalho integrados ao Ensino Médio, inclusive por meio de Organizações Sociais, devidamente qualificadas pelo Poder Executivo Estadual, na forma prevista no art.7º da Lei nº12.781, de 30 de dezembro de 1997;

II – pelo Chefe do Poder Executivo para ressarcimento aos cofres públicos relativamente ao valor do ICMS dispensado no exercício de 2014, nas operações incentivadas, com:

a) energia elétrica destinada aos consumidores da classe residencial com consumo mensal igual ou inferior a 50 KWh e da classe residencial baixa renda com consumo mensal de 51 a 140 KWh, nos termos do inciso XI do art.4º da Lei nº12.670, de 27 de dezembro de 1996;

b) óleo diesel destinado ao transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros, conforme Lei nº14.091, de 14 de março de 2008;

c) medicamentos destinados à prestação de serviços de saúde, nos termos dos Convênios ICMS nos162/94 e 87/02 ou em cumprimento de mandado judicial.” (NR) (grifo nosso)

O DECRETO Nº31.656, de 29 de dezembro de 2014 veio regulamentar o novo dispositivo da Lei Complementar Nº37 de 26 de novembro de 2003 (Art. 1º, §5º, inciso II), afirmando em seu Art. 2º que:

Fica o Secretário da Fazenda, na condição de responsável pela gestão dos recursos do FECOP, nos termos do §1º do art.1º da Lei Complementar nº37, de

2003, autorizado a transferir, para os cofres do Tesouro Estadual, os valores especificados nos incisos do §2º do art.1º deste Decreto, no valor total de **R\$112.546.447,45 (cento e doze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)**. (grifo nosso)

Dessa forma, a SEFAZ aplicou em 2014 o valor destacado acima atendendo a necessidade de ressarcimentos aos cofres públicos.

3.5. Alocação dos Recursos por Secretaria Setorial

O CCPIS aprovou em 2014 um total de 142 projetos que terminaram o ano com limite financeiro orçados em R\$ 480.912.786,04 (quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e doze mil, setecentos e oitenta e seis reais e quatro centavos), apresentados por 11 secretarias setoriais, sendo: 35 projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, envolvendo 32,22% do valor total aprovado; 32 da Secretaria da Educação (29,01%); 35 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (15,72%); 23 da Secretaria das Cidades (10,37%); 1 da Secretaria de Saúde (5,20%); 1 da Secretaria da Infraestrutura (4,48%); 1 do Gabinete do Governador (1,26%); 8 da Secretaria dos Recursos Hídricos (0,86%); 4 da Secretaria do Esporte (0,68%); 1 da Secretaria da Cultura (0,19%); e 1 da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (0,01%).

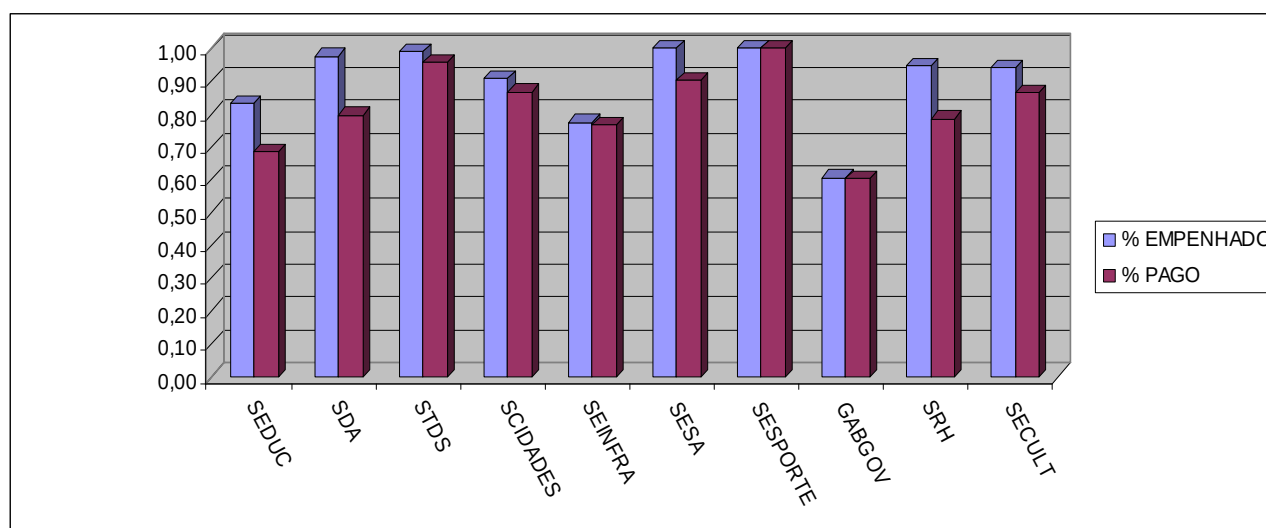
Após os ajustes financeiros realizados no ano, a execução de 2014 apresentou um desempenho satisfatório com o empenho de 91,28% dos recursos liberados e 79,70% pagos. O índice de desempenho poderia ter sido mais elevado não fosse a persistência dos entraves enfrentados na execução dos projetos. Destaca-se entre as secretarias com bom desempenho a STDS e a SDA, as quais apresentaram uma execução de 98,98% e 97,96%, respectivamente, sendo duas das secretarias com maior número de projetos no ano. As secretarias que apresentaram 100% de execução possuem só um projeto na relação de 2014: SEINFRA, GABGOV e SECITECE. A SESA, embora também só apresente um projeto com limite em 2014, teve uma execução de 77,45%, acima apenas da SRH, que apresentou o menor índice de execução no ano (60,50%).

Quadro 17 – Desempenho Financeiro do FECOP por Secretaria Setorial em 2014

Nº	Secretarias	Nº de Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	35	154.971.159,19	32,22	128.994.181,86	83,24	105.989.071,94	68,39
2	Secretaria da Educação – SEDUC	32	139.496.580,22	29,01	136.372.244,48	97,76	111.201.516,39	79,72
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	35	75.581.211,65	15,72	74.807.825,67	98,98	72.258.069,33	95,60
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	23	49.864.423,35	10,37	45.312.483,35	90,87	43.276.630,03	86,79
5	Secretaria da Saúde – SESA	1	25.000.000,00	5,20	19.362.618,36	77,45	19.162.635,95	76,65
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	1	21.566.498,37	4,48	21.566.498,37	100,00	19.460.592,99	90,24
7	Gabinete do Governador – GABGOV	1	6.058.026,00	1,26	6.058.026,00	100,00	6.058.026,00	100,00
8	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	8	4.159.302,36	0,86	2.516.567,31	60,50	2.514.855,95	60,46
9	Secretaria do Esporte - SESPORTE	4	3.265.323,26	0,68	3.088.079,08	94,57	2.565.991,08	78,58
10	Secretaria da Cultura - SECULT	1	900.261,64	0,19	847.361,64	94,12	777.958,10	86,41
11	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	1	50.000,00	0,01	50.000,00	100,00	34.700,00	69,40
Total		141	480.912.786,04	100,00	438.975.886,12	91,28	383.300.047,76	79,70

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Gráfico 6 – Valor do FECOP Empenhado e Pago em 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

3.6. Aplicação de Recursos por Função de Governo

As funções Educação e Agricultura foram as que tiveram maior volume de recursos empenhados em 2014, concentrando 48,12% do valor total.

A função Educação engloba projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria da Educação, os quais correspondem a 24,73% do valor empenhado e 22,43% do valor pago pela fonte FECOP em 2014. Essa função teve maior destaque nesse ano (em 2013 ficou em segundo lugar na ordem de aplicação de recursos, logo após a função Agricultura) principalmente em função do aumento de recursos destinados às ações na área da educação profissional.

Merece destaque o Projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em que foi executado R\$40.000.000,00 no período em análise, representando respectivamente, 29,33% e 35,97% do valor total empenhado e pago na função. O projeto Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação e Prêmio Escola Nota Dez também apresentaram uma participação significativa na função Educação, equivalendo juntos a 33,68% e 37,66% dos valores empenhados e pagos, respectivamente.

Na função Agricultura, foram alocados valores expressivos para fazer frente a mais um ano de estiagem que vitimiza principalmente os agricultores de base familiar. Coordenados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, a totalidade dos projetos inclusos nesta função responderam por 23,39% e 21,38% dos valores empenhados e pagos na fonte FECOP, respectivamente.

Merece destaque o projeto Garantia Safra, que assegura uma renda mínima ao agricultor que contribuiu para o fundo Seguro Safra para o caso de perda total ou parcial da produção, o qual foi responsável por 19,81% do valor empenhado e 24,12% do valor pago na função Agricultura.

Em termo de valores empenhados, destacam-se ainda os projetos Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Muda), São José III – Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Agente Rural, Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará e Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água. Juntos representaram 45,92% do valor empenhado e 33,07% do valor pago na função em análise.

Os Encargos Especiais representam o ressarcimento feito aos cofres públicos pela SEFAZ, conforme autorização de pagamento constante no Decreto nº 31.656, de 29 de dezembro de

2014, no valor de R\$112.546.447,45 (cento e doze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), correspondendo a 20,41% e 22,70% dos recursos empenhados e pagos.

As funções Assistência Social, Direitos da Cidadania e Trabalho incluem-se basicamente na área de atuação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Em conjunto, estas funções respondem por 14,66% e 15,79% dos valores totais empenhados e pagos pela fonte FECOP no período.

Na função Assistência Social e Direitos da Cidadania, registram-se os valores referentes a projetos que desenvolvem ações preventivas (Proteção Social Básica), os quais têm como objetivo prevenir a incidência de agravos à vida humana, em face das situações de vulnerabilidade, e ações protetivas (Proteção Social Especial), que têm por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos. Na função Trabalho predominam os projetos de Inclusão Produtiva, que têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições de autonomização dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional e intermediação de emprego.

Na função Transporte inclui-se apenas o Projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio do VLT Parangaba Mucuripe, coordenado pela Secretaria da Infraestrutura.

Na função Habitação, os valores alocados pela fonte FECOP constituem-se principalmente na contrapartida de projetos financiados pelo Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida, cujo objetivo é a melhoria das condições de habitabilidade da população mais pobre do Estado. Os recursos da função Urbanismo são complementares aos utilizados na função Habitação. A Secretaria das Cidades, responsável maior por ambas as funções e pela função Saneamento, entende que habitabilidade é um termo que não se limita a construção de unidades habitacionais. É um conceito complexo, que segundo o Habitat Brasil, envolve aspectos que afetam a qualidade da moradia, a segurança da posse da terra; a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem e sistema viário; a forma do bairro; a disponibilidade de equipamentos urbanos e de serviços públicos como transporte, segurança; a existência de áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros.

É oportuno destacar o que estabelece o art. 1.º da Lei n.º 37 de 26 de novembro de 2003, alterado pela Lei Complementar n.º 89 de 26 de outubro de 2010, quando trata do objetivo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP:

É instituído no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, de natureza contábil, com o objetivo de viabilizar para toda a população do Ceará acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em **ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida**, conforme disposto no art.82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal. (grifo nosso)

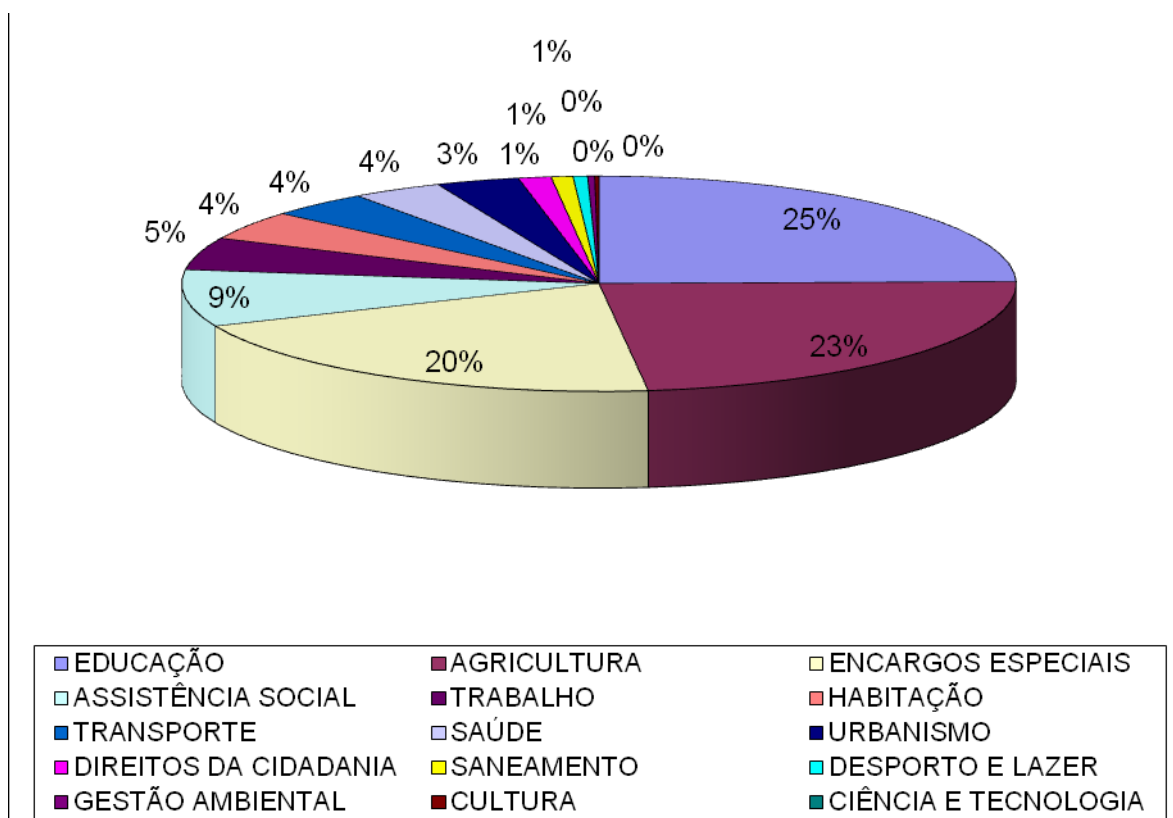
Desta forma, os projetos financiados pelo fundo não se limitam à satisfação de necessidades básicas e imediatas, mas possibilitam a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, considerando, assim, o conceito amplo de combate à pobreza, que não está vinculada apenas a renda, mas às limitações impostas pelas privações da capacidade básica de um indivíduo.

Quadro 18 – Aplicação dos Recursos do FECOP por Função de Governo em 2014

Nº	Código	Função de Governo	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	12	EDUCAÇÃO	136.372.244,48	24,73%	111.201.516,39	22,43%
2	20	AGRICULTURA	128.994.181,86	23,39%	105.989.071,94	21,38%
3	28	ENCARGOS ESPECIAIS	112.546.447,45	20,41%	112.546.447,45	22,70%
4	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	47.015.772,45	8,52%	44.474.855,18	8,97%
5	11	TRABALHO	26.865.269,35	4,87%	26.860.909,18	5,42%
6	16	HABITAÇÃO	23.915.505,76	4,34%	23.833.728,95	4,81%
7	26	TRANSPORTE	21.566.498,37	3,91%	19.460.592,99	3,92%
8	10	SAÚDE	19.362.618,36	3,51%	19.162.635,95	3,86%
9	15	URBANISMO	17.748.129,66	3,22%	17.123.363,82	3,45%
10	14	DIREITOS DA CIDADANIA	6.984.809,87	1,27%	6.980.330,97	1,41%
11	17	SANEAMENTO	4.662.551,98	0,85%	3.332.624,87	0,67%
12	27	DESPORTO E LAZER	3.088.079,08	0,56%	2.565.991,08	0,52%
13	18	GESTÃO AMBIENTAL	1.502.863,26	0,27%	1.501.768,34	0,30%
14	13	CULTURA	847.361,64	0,15%	777.958,10	0,16%
15	19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	50.000,00	0,01%	34.700,00	0,01%
		Total	551.522.333,57	100,0%	495.846.495,21	100,0%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Gráfico 7 – Aplicação dos Recursos do FECOP por Função de Governo em 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

3.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

No período em análise, do total de recursos do FECOP empenhados por macrorregião, observa-se um predomínio no volume de recursos alocados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) que absorveu neste período 33,39% do valor total empenhado e 32,75% do valor pago. Estes valores foram empenhados principalmente pela SEDUC (27,38%), STDS (26,64%), CIDADES (23,39%) e SEINFRA (11,71%).

A Região Metropolitana de Fortaleza recebeu o maior volume dos recursos aplicados pela SEDUC, uma vez que concentra a maior parte da população residente no Ceará, de aproximadamente 43%, com elevada demanda de acesso à educação no Estado, refletindo-se no maior número de atendimento a jovens dessa região por meio de projetos como o de formação técnica de alunos do ensino médio integrado à educação profissional.

A STDS concentra recursos na Região Metropolitana de Fortaleza por diversos motivos, entre os quais se destaca o financiamento às políticas destinadas ao atendimento às crianças e adolescentes em situação de abandono e idosos (abrigo) e aos deficientes físicos, que têm

estrutura centralizada no município de Fortaleza, apesar de atenderem a um público de todo o Estado.

A SEINFRA executa apenas um projeto financiado pelo FECOP em 2014, cuja área de abrangência é especificamente o Município de Fortaleza e busca melhorar as condições de acessibilidade das pessoas usuárias de transporte público.

O volume de recursos empenhados na RMF pela Secretaria das Cidades resulta principalmente da necessidade de reduzir o elevado déficit habitacional qualitativo e quantitativo existente nessa região. Nesse contexto estão os projetos que envolvem grande aporte de recursos, como é o caso dos projetos desenvolvidos em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida.

Em segundo lugar é necessário destacar o volume de recursos alocados nos projetos Maranguapinho e Cocó, que são desenvolvidos em parceria com o Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que tem abrangência metropolitana (inclui os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape e Maracanaú).

Vale ressaltar, entretanto, que a concentração de recursos na RMF diminuiu em relação ao ano anterior, em que os valores empenhados e pagos somaram 44,42% e 45,79%, respectivamente, evidenciando em 2014 uma maior destinação de recursos para outras regiões do Estado pela fonte FECOP comparativamente a 2013.

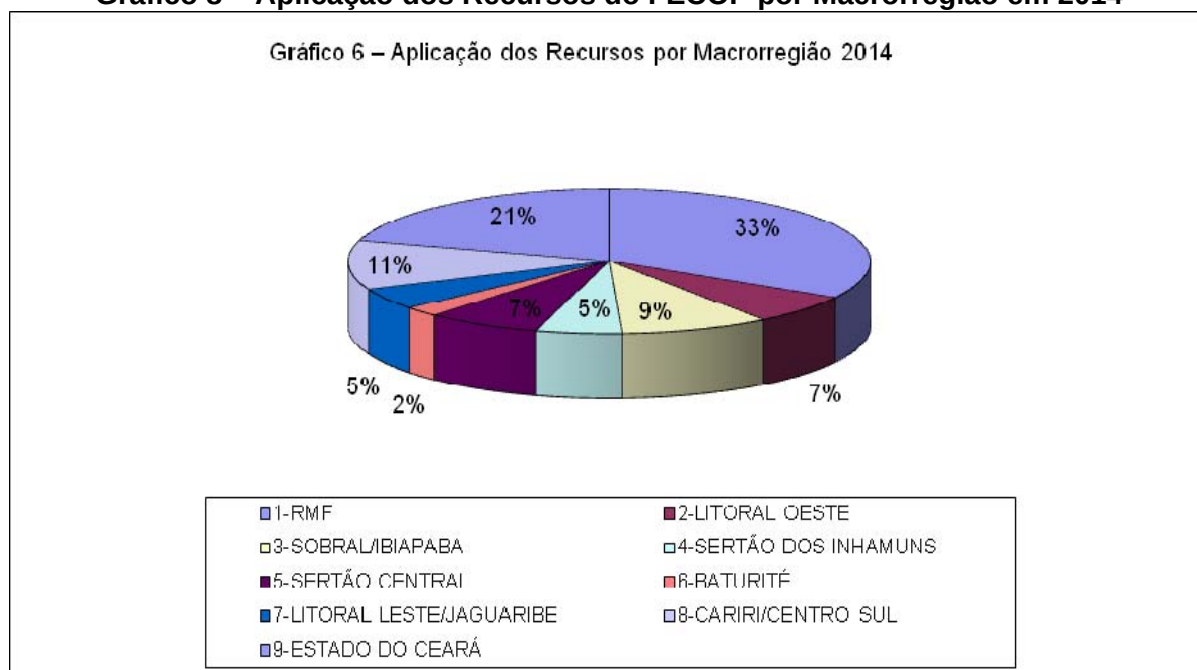
Na aplicação mais equitativa de recursos, destaca-se a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) que, pela sua própria missão, atua principalmente no interior do Estado e empenhou valores em todas as macrorregiões, especialmente naquelas que apresentam aspectos climáticos mais vulneráveis, como é o caso do Sertão Central, Sertão dos Inhamuns e da Região do Cariri, a qual se constitui na segunda região mais populosa do Ceará, com significativa participação da agricultura familiar no conjunto de estabelecimentos agrícolas.

Quadro 19 – Aplicação dos Recursos do FECOP por Macrorregião em 2014

Macrorregião	Empenhado	%	Pago	%	População Beneficiada	%
1-RMF	184.157.363,37	33,39	162.390.540,17	32,75	946.755	20,93
2-LITORAL OESTE	36.285.539,49	6,58	33.229.758,29	6,70	473.235	10,46
3-SOBRAL/IBIAPABA	50.862.371,20	9,22	45.510.274,22	9,18	633.098	13,99
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	29.489.735,60	5,35	25.406.587,79	5,12	407.939	9,02
5-SERTÃO CENTRAL	39.155.062,66	7,10	34.050.619,45	6,87	559.738	12,37
6-BATURITÉ	12.046.183,01	2,18	10.486.984,45	2,11	196.895	4,35
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	26.530.047,16	4,81	22.605.571,72	4,56	354.663	7,84
8-CARIRI/CENTRO SUL	60.449.583,63	10,96	49.619.711,67	10,01	951.775	21,04
9-ESTADO DO CEARÁ	112.546.447,45	20,41	112.546.447,45	22,70	-	-
TOTAL	551.522.333,57	100,00	495.846.495,21	100,00	4.524.098,00	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Gráfico 8 – Aplicação dos Recursos do FECOP por Macrorregião em 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Quadro 20 – Aplicação Proporcional dos Recursos do FECOP por Secretaria Setorial, Segundo a Macrorregião em 2014

Macrorregião	Valor Total	Participação das Secretarias (%)												
		SDA	SEDUC	STDS	CIDADES	SESA	SEINFRA	GABGOV	SRH	SESPORTE	SECULT	SECITECE	SEFAZ	TOTAL
1-RMF	184.157.363,37	7,90	27,38	26,64	23,39	1,11	11,71	0,57	0,07	1,11	0,09	0,03	0,00	100,00
2-LITORAL OESTE	36.285.539,49	39,14	37,77	10,18	0,54	7,19	0,00	1,53	2,94	0,54	0,17	0,00	0,00	100,00
3-SOBRAL/IBIAPABA	50.862.371,20	41,76	40,24	9,65	0,62	5,88	0,00	1,35	0,01	0,29	0,21	0,00	0,00	100,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	29.489.735,60	51,89	29,28	7,60	0,47	4,83	0,00	4,05	1,12	0,29	0,48	0,00	0,00	100,00
5-SERTÃO CENTRAL	39.155.062,66	56,24	26,30	7,99	1,27	4,90	0,00	2,07	0,66	0,35	0,22	0,00	0,00	100,00
6-BATURITÉ	12.046.183,01	47,96	16,05	18,57	0,00	11,20	0,00	3,93	1,82	0,34	0,13	0,00	0,00	100,00
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	26.530.047,16	40,11	36,01	9,84	0,02	9,08	0,00	2,26	1,88	0,77	0,03	0,00	0,00	100,00
8-CARIRI/CENTRO SUL	60.449.583,63	41,79	35,33	11,47	1,81	7,62	0,00	1,13	0,03	0,39	0,43	0,00	0,00	100,00
9 - ESTADO DO CEARÁ	112.546.447,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
TOTAL	551.522.333,57	23,39	24,73	13,56	8,22	3,51	3,91	1,10	0,46	0,56	0,15	0,01	20,41	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

No intuito de compreender melhor a distribuição espacial de recursos do FECOP e o aparente “privilegiamento” da Região Metropolitana de Fortaleza, buscaram-se informações adicionais no Censo de 2010.

O primeiro dado a ser destacado refere-se ao número de pessoas no Estado que se enquadram como público-alvo do FECOP. Mais da metade da população cearense (53%) tem renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Embora a RMF apresente a menor proporção de pessoas nestas condições, ela concentra 43% dos pobres do Ceará.

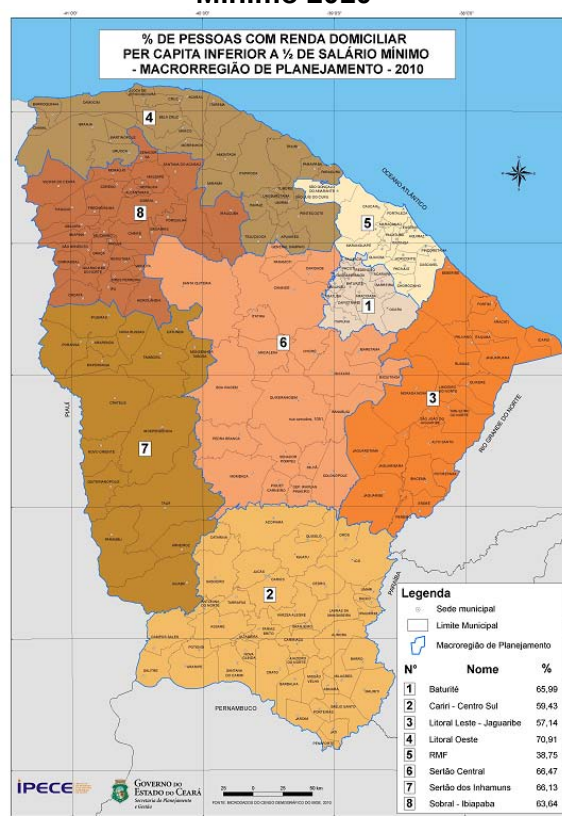
Segundo o quadro a seguir apresentado, a proporção de recursos do FECOP aplicados por região guarda coerência com a distribuição da população em situação de pobreza do Estado do Ceará.

Quadro 21 – População com Renda Inferior a ½ salário-mínimo por Macrorregião

Macrorregião	População Total	Nº de Pessoas com Renda Domiciliar Per Capita Inferior a 1/2 Salário Mínimo	%
1-RMF	3.615.767	1.401.109	31,28%
2-LITORAL OESTE	834.780	591.492	13,20%
3-SOBRAL/IBIAPABA	837.618	533.060	11,90%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	411.407	272.063	6,07%
5-SERTÃO CENTRAL	617.540	410.479	9,16%
6-BATURITÉ	230.523	152.122	3,40%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	566.250	323.555	7,22%
8-CARIRI/CENTRO SUL	1.338.496	795.468	17,76%
TOTAL	8.452.381	4.479.349	100,00%

Fonte: IPECE / Censo 2010

Mapa 1 – Distribuição Regional das Pessoas com Renda Per Capita Inferior a ½ Salário Mínimo 2010



Fonte: IPECE / Censo 2010

3.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo

A distribuição na aplicação de recursos do FECOP por Programa de Governo guarda estreita correlação com o analisado no item 2.6, relativo à aplicação de recursos por Função de Governo.

Entre os programas com maior volume de recursos do FECOP alocados no primeiro semestre de 2014, estão os seguintes: Desenvolvimento Agropecuário, Programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, Enfrentamento à Pobreza Rural, Aprendizagem das Crianças na Idade Certa e Assistência Social, que juntos totalizam 43,39%% dos recursos empenhados. Somado aos Encargos Gerais do Estado, esse percentual vai para 63,80%.

Os Programas Desenvolvimento Agropecuário e Enfrentamento à Pobreza Rural, executados pela SDA empenharam juntos 23,37% do valor total. Tal fato é justificado pela necessidade de incrementar o atendimento à parcela da população cearense mais vitimada pela estiagem, notadamente para os agricultores de base familiar.

Embora minorada pela rede de proteção social, que inclui programas de transferência de renda dos governos federal e estadual, a seca impacta violentamente a população rural do Estado e induz a economia local a um verdadeiro colapso pela falta de água para produção e pela perda de estoques capitalizados em anos de bom inverno, como é o caso da morte dos rebanhos.

Os programas Ensino Médio Articulado à Educação Profissional e Aprendizagem das Crianças na Idade Certa, de responsabilidade da SEDUC, empenharam, juntos, 20,02% do valor total. Constituindo-se em um dos principais compromissos assumidos pela atual gestão, o primeiro programa envolve ações de incremento na qualidade do ensino médio ofertado pelo Estado mediante o reforço nas atividades docentes profissionalizantes e a modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrada à educação profissional. Por sua vez, o segundo contempla ações que visam estimular os municípios e escolas para cumprimento das metas pela melhoria da qualidade do ensino na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

No programa Assistência Social, executado pela STDS, o empenho foi de 6,20%, no âmbito do qual foram desenvolvidas ações de Proteção Social Básica e Especial, e que também contribuíram para geração de ocupação e renda para a população mais vulnerável do Estado.

Quadro 22 – Aplicação de Recursos do FECOP por Programa de Governo em 2014

Nº	Código	Programas	Empenhado	%	Pago	%
1	002	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	112.546.447,45	20,41%	112.546.447,45	22,70%
2	028	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	85.808.225,42	15,56%	66.183.811,92	13,35%
3	014	ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	74.778.260,17	13,56%	70.418.620,02	14,20%
4	029	ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	43.071.763,35	7,81%	39.712.844,39	8,01%
5	072	APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	35.650.309,42	6,46%	25.025.027,91	5,05%
6	050	ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.191.239,98	6,20%	33.951.219,00	6,85%
7	021	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	28.989.551,54	5,26%	28.915.787,83	5,83%
8	033	HABITACIONAL	23.915.505,76	4,34%	23.833.728,95	4,81%
9	003	TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	21.566.498,37	3,91%	19.460.592,99	3,92%
10	073	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	20.943.674,89	3,80%	10.757.868,46	2,17%
11	037	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	19.362.618,36	3,51%	19.162.635,95	3,86%
12	031	DESENVOLVIMENTO URBANO	17.060.129,66	3,09%	16.998.113,82	3,43%
13	049	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	8.781.105,45	1,59%	8.781.105,45	1,77%
14	026	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	7.498.470,75	1,36%	7.486.042,28	1,51%
15	027	ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	4.934.689,94	0,89%	3.651.114,93	0,74%
16	032	SANEAMENTO AMBIENTAL	3.648.847,93	0,66%	2.319.537,26	0,47%
17	071	ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	3.088.079,08	0,56%	2.565.991,08	0,52%

18	039	TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	2.061.879,46	0,37%	2.060.168,10	0,42%
19	024	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.091.842,41	0,20%	86.949,60	0,02%
20	051	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	926.783,87	0,17%	922.304,97	0,19%
21	034	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	688.000,00	0,12%	125.250,00	0,03%
22	040	ACUMULAÇÃO HÍDRICA	454.687,85	0,08%	454.687,85	0,09%
23	022	EQUIDADE DE GÊNERO	299.529,37	0,05%	299.529,37	0,06%
24	067	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	114.193,09	0,02%	92.415,63	0,02%
25	070	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	50.000,00	0,01%	34.700,00	0,01%
TOTAL			551.522.333,57	100%	495.846.495,21	100%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

4. Análise de Desempenho das Setoriais

4.1. Secretaria do Desenvolvimento Agrário

4.1.1. Aspectos Gerais

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), tem como missão a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, tendo como finalidade principal melhorar a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

A intenção do Governo Estadual em estimular uma nova dinâmica de desenvolvimento rural substanciou-se em 2007 na criação da SDA com o objetivo de colocar uma forte estrutura a serviço da agricultura familiar alicerçada na sustentabilidade e na solidariedade. Suas atuais linhas de atuação encontram-se sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ceará, o PDRSS 2012 – 2015.

O Plano ressalta que as conceituações sobre o espaço rural foram modificadas historicamente a partir da compreensão da sua complexidade e diversidade social, econômica e cultural. Entende que a agricultura familiar está associada à dimensão espacial de desenvolvimento sustentável, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

Os projetos executados pela SDA com recursos do Fecop são direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais no campo. São projetos com foco principalmente no fortalecimento da infraestrutura produtiva e na ampliação das oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e ações de fomento.

No ano de 2014 a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) obteve autorização do CCPIS para execução de 35 projetos dos quais 33 são de continuidade, pois já foram financiados pelo FECOP em anos anteriores e 2 foram apresentados pela primeira vez. São eles: Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência – Ce (Mapp 474) e Abastecimento de Água na Comunidade de Poço de Areia – Tianguá – Ce (Mapp 475).

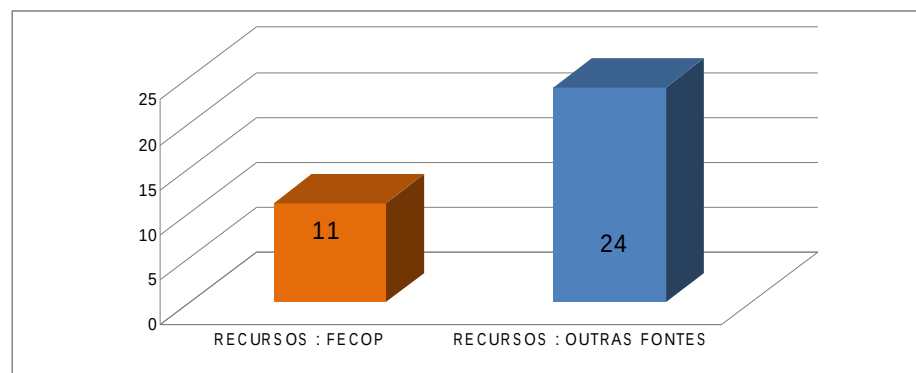
É importante salientar ainda, a importância dos recursos alocados por meio desta fonte para a captação de recursos oriundos de outras fontes. Da totalidade dos projetos executados pela SDA, 11 foram financiados exclusivamente pelo FECOP e 24 incluem recursos captados de outras fontes (Quadro 23 / Gráfico 9). A participação do valor disponibilizado pelo FECOP e do valor das outras fontes de recursos no valor anual destes projetos foi de 23,92% e 76,08% respectivamente. Merece destaque o valor captado junto ao Governo Federal e o valor oriundo de fontes de financiamento externo (Quadro 24 / Gráfico 10).

Quadro 23 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos

Total de Projetos	Recursos Exclusivos do FECOP		Recursos de Outras Fontes	
	Absoluto	%	Absoluto	%
35	11	31,43	24	68,57

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 9 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos



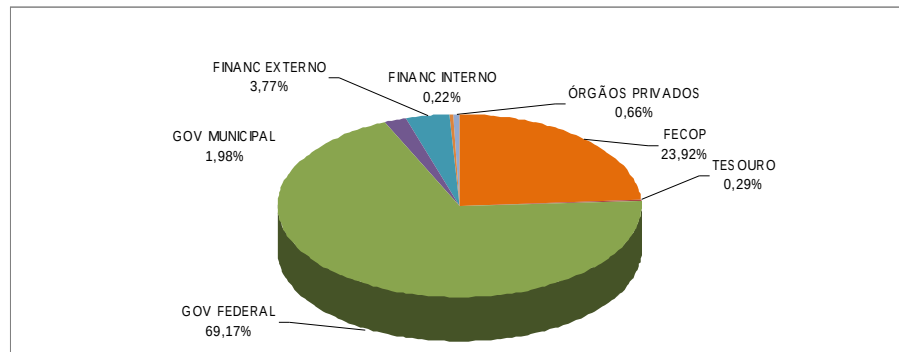
Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 24 – Valor dos Projetos Segundo a Origem dos Recursos

Valor FECOP		Valor Outras Fontes		Total
Abs.	%	Abs	%	
154.971.159,19	23,92	492.858.842,40	76,08	647.830.001,60

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 10 – Participação por Origem dos Recursos



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Do valor total de recursos do FECOP disponibilizado pelo CCPIS para execução dos projetos da SDA em 2014, foram empenhados R\$128.994.181,86 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e um reais e setenta e sete centavos), correspondendo a um desempenho de 83,24% e efetivamente pagos R\$ 105.989.071,94 (cento e cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil, setenta e um reais e noventa e quatro centavos), correspondendo uma aplicação de 68,39% relativo ao mesmo período.

Quadro 25 – Execução Financeira da SDA

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	1.616.562,27	1.494.525,00	92,45	1.494.525,00	92,45
2	5	Agente Rural	11.000.000,00	10.595.404,00	96,32	10.595.404,00	96,32
3	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Muda)	1.814.316,46	1.594.635,19	87,89	802.346,91	44,22
4	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	18.000.000,00	17.110.404,00	95,06	1.139.000,00	6,33
5	37	Biodiesel do Ceará	3.576.414,00	3.576.414,00	100,00	2.983.178,00	83,41
6	38	Garantia Safra do Ceará	25.560.103,50	25.560.103,50	100,00	25.560.103,50	100,00
7	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	100,00	1.300.000,00	100,00
8	41	Práticas de Convivências com o Semiárido no Estado do Ceará	500.000,00	500.000,00	100,00	500.000,00	100,00
9	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrama Pobreza no Ceará	1.494.648,23	1.403.198,42	93,88	1.197.805,12	80,14
10	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	6.744.251,22	6.648.565,89	98,58	5.268.947,67	78,13
11	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	1.650.000,00	1.648.481,48	99,91	1.648.481,48	99,91
12	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	6.045.000,00	5.477.261,15	90,61	5.477.261,15	90,61
13	240	Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará	10.427.673,64	10.427.673,64	100,00	10.304.873,66	98,82
14	339	Casa Digital do Campo	577.622,18	577.622,18	100,00	577.622,18	100,00
15	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	10.644.215,87	10.641.469,52	99,97	10.509.059,22	98,73
16	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos	141.376,16	45.841,83	32,43	24.064,37	17,02

	350	Territórios Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica	181.884,24	68.351,26	37,58	68.351,26	37,58
17	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	7.193.058,77	6.812.888,72	94,71	6.311.799,35	87,75
18	357	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	615.203,33	604.200,00	98,21	604.200,00	98,21
19	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	300.000,00	299.997,97	100,00	0,00	0,00
20	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	6.039.132,51	6.008.957,92	99,50	6.008.957,92	99,50
21	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	3.266,87	3.266,87	100,00	0,00	0,00
22	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	366.800,00	86.800,00	23,66	0,00	0,00
23	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	13.426.036,80	10.458.332,33	77,90	10.111.920,72	75,32
24	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	1.022.915,34	798.806,16	78,09	600.000,00	58,66
26	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.198.385,36	1.178.535,36	98,34	423.914,96	35,37
27	417	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	1.136.825,38	1.089.836,87	95,87	1.028.296,87	90,45
28	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	135.046,82	135.046,82	100,00	135.046,82	100,00
29	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	270.000,00	155.000,00	57,41	155.000,00	57,41
30	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos	19.412.395,02	600.086,43	3,09	600.086,43	3,09
31	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	160.650,00	133.650,00	83,19	0,00	0,00
32	474	Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência-CE	450.000,00	431.140,21	95,81	281.140,21	62,48
33	475	Abastecimento de Água para Comunidade Poço de Areia - Tianguá/CE	535.816,18	496.126,10	92,59	246.126,10	45,93
34	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	31.559,04	31.559,04	100,00	31.559,04	100,00
35	480	Centro de Produção de Mudanças de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	0,00	0,00
	TOTAL		154.971.159,19	128.994.181,86	83,24	105.989.071,94	68,39

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 11 – Número de Projetos por Categoria

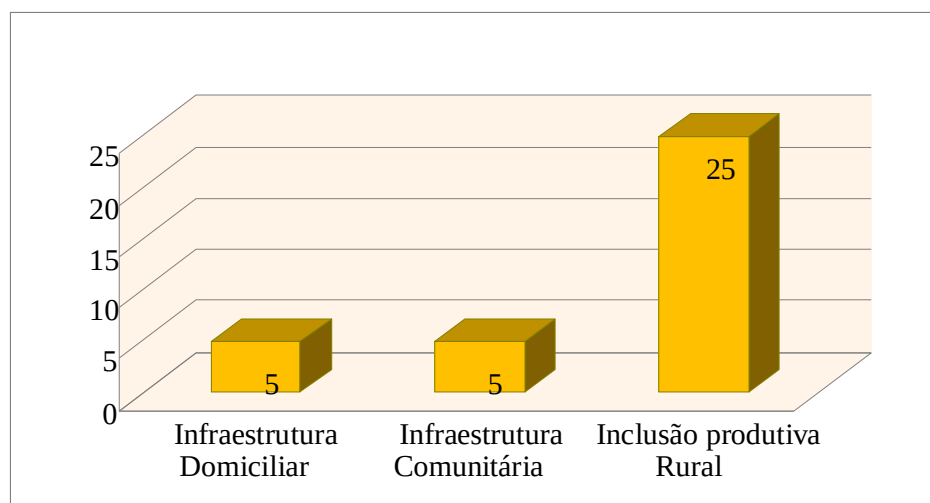
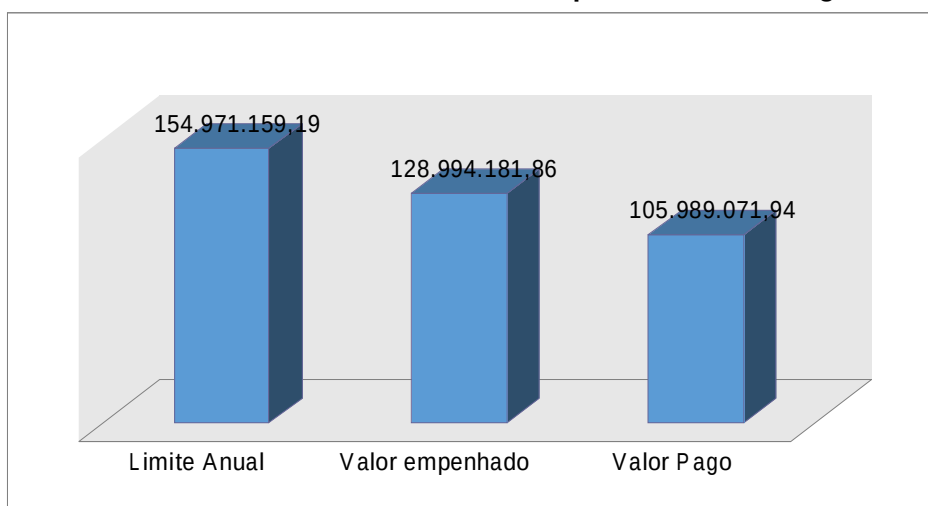


Gráfico 12 – Limite Anual / Valor Empenhado / valor Pago



4.1.2 Desenvolvimento

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), no seu art. 25, do Decreto nº 29.910 / 2009, que regulamenta a Lei Complementar Estadual nº 37 / 2003, Lei que instituiu o fundo, assegura que apoiará programas em duas grandes categorias: Programas Assistenciais e Programas Estruturantes. A primeira categoria priorizará de acordo com o &1º, ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. A segunda categoria, no seu &2º, se destina a população pobre para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infraestrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre.

Os projetos desenvolvidos pela SDA incluem-se, segundo classificação da Gerencia Executiva do FECOP, baseada no Decreto referido acima, no grupo de projetos Estruturantes (Infraestrutura Domiciliar, Infraestrutura Comunitária e Inclusão Produtiva Rural).

Com relação ao desempenho financeiro, os projetos das subcategorias Infraestrutura Comunitária e Inclusão Produtiva Rural empenharam valores superiores a 90% do programado para o período. Ressalta-se que o projeto de Comunicação empenhou e pagou 100,00% do valor previsto para ser desembolsado no ano de 2014.

Quadro 26 – Execução Financeira por Categoria de Projetos - Estruturantes

Subcategorização dos Projetos	Nº Projetos	Limite Anual (a)		Valor Empenhado			Valor Pago		
		R\$	Part (%)	R\$ (b)	b /a (%)	Part (%)	R\$ (c)	c /a (%)	Part (%)
1. Infraestrutura Domiciliar	5	41.085.964,97	26,51	18.701.672,68	45,52	14,50	17.655.365,54	42,97	16,66
- Abastecimento de Água e Esgotamento sanitário	5	41.085.964,97	26,51	18.701.672,68	45,52	14,50	17.655.365,54	42,97	16,66
2. Infraestrutura Comunitária	5	13.344.479,61	8,61	13.236.194,88	99,19	10,26	12.642.244,58	94,74	11,93
- Abastecimento de Água e Esgotamento sanitário	4	12.766.857,43	8,24	12.658.572,70	99,15	9,81	12.064.622,40	94,50	11,38
- Comunicação	1	577.622,18	0,37	577.622,18	100,0	0,45	577.622,18	100,0	0,5
3. Inclusão produtiva Rural	25	100.540.714,61	64,88	97.056.314,30	96,53	75,24	75.691.461,82	75,28	71,41
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	5	30.767.321,87	19,85	29.703.537,21	96,54	23,03	29.375.343,93	95,48	27,72
- Fomento	18	61.379.141,52	39,61	59.055.729,72	96,21	45,78	39.398.688,74	64,19	37,17
- Segurança Alimentar e Nutricional	2	8.394.251,22	5,42	8.297.047,37	98,84	6,43	6.917.429,15	82,41	6,53
TOTAL GERAL	35	154.971.159,19	100,00	128.994.181,86	83,24	100,00	105.989.071,94	68,39	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 13 – Limite Anual por Categoria de Projetos

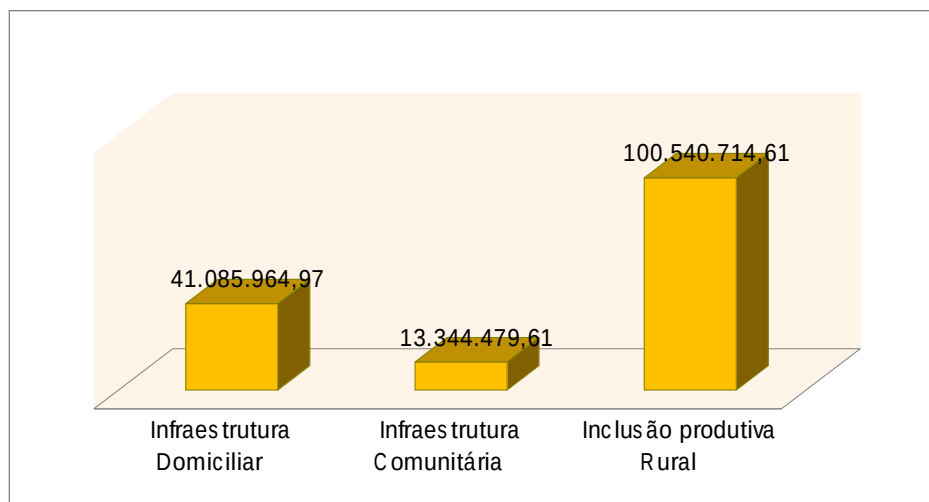
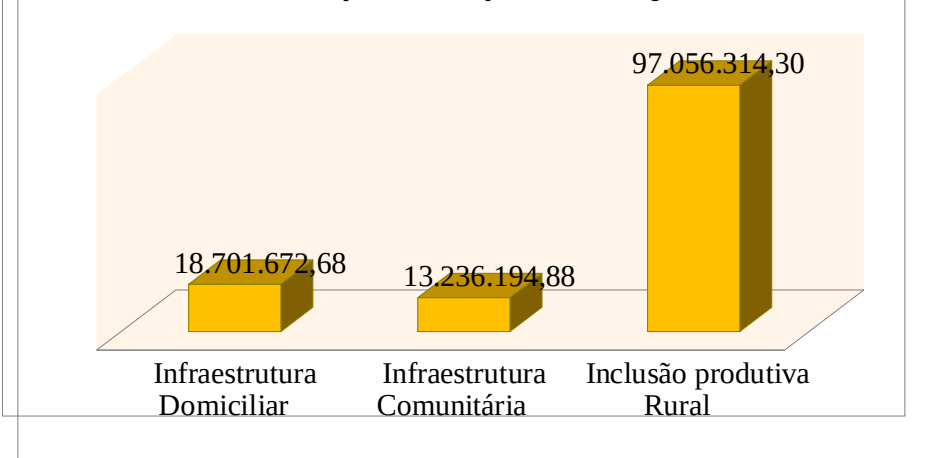
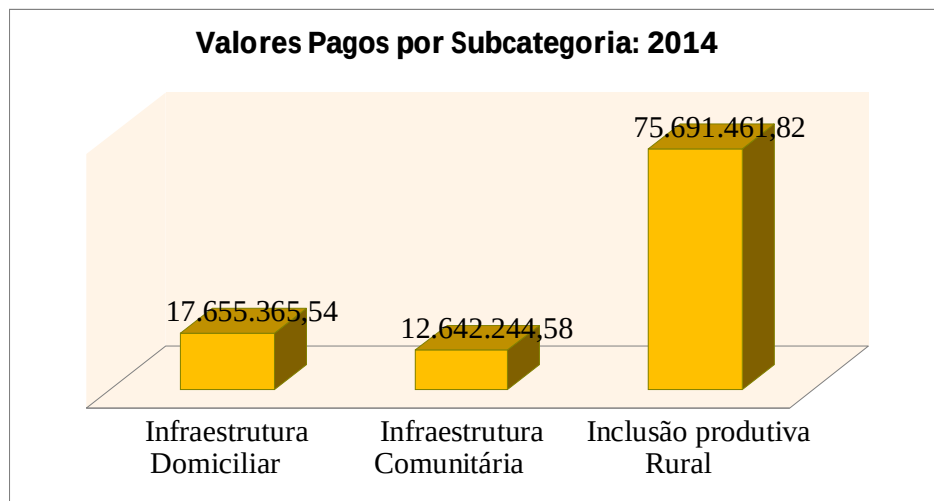


Gráfico 14 – Execução Financeira por Categoria de Projetos

Valores Empenhados por Subcategoria: 2014



Valores Pagos por Subcategoria: 2014



Detalhamos a seguir, dentro das três subcategorias acima relatadas, os projetos executados com recursos do FECOP no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário:

4.1.2.1 Inclusão Produtiva Rural

- **Segurança Alimentar e Nutricional**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN – Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

A categoria engloba os projetos Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA). Ambos, embora destaque-se a vertente de SAN, têm dupla funcionalidade, pois atuam tanto no apoio aos produtores de base familiar por meio de ações de incentivo à produção e garantia de venda do produto a preços justos, quanto contribuem para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiada fornecendo gratuitamente os produtos adquiridos.

O limite anual de 2014 para essa categoria foi de R\$8.394.251,22 (oito milhões, trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos), dos quais foram empenhados R\$8.297.047,37 (oito milhões, duzentos e noventa e sete mil, quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) correspondendo a um desempenho financeiro anual de 82,41%.

O melhor desempenho financeiro no ano referente aos projetos desta categoria foi do Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA), que empenhou e pagou 99,91% do valor programado para o período.

O projeto Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite também apresentou bom desempenho no período com valor empenhado de 98,58% e pagando o equivalente a 78,13% do valor programado para o ano.

Quadro 27 – Execução Financeira dos Projetos Segurança Alimentar e Nutricional

MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Valor Empenhado		Valor Pago	
			Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	6.744.251,22	6.648.565,89	99,58	5.268.947,67	78,13
112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	1.650.000,00	1.648.481,48	99,91	1.648.481,48	99,91
TOTAL		8.394.251,22	8.297.047,37	98,84	6.917.429,15	82,41

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

• Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Seu principal objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho, a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Dentre os pilares que sustentam esta política, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é o elemento central de todas as ações orientadas pela PNATER.

O limite anual concedido em 2014 para os projetos de ATER foi de R\$30.767.321,87 (trinta milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e um reais e oitenta e sete centavos). Foi empenhado no período R\$29.703.537,21 (vinte e nove milhões, setecentos e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos) e pago R\$29.375.343,93 (vinte e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos) o que representa um desempenho de 96,54% e 95,48% respectivamente. Nesta categoria destacam-se os projetos Agente Rural e projeto Reforço de Ater nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará.

Quadro 28 – Execução Financeira dos Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Valor Empenhado		Valor Pago	
				Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
1	5	Agente Rural	11.000.000,00	10.595.404,00	96,32	10.595.404,00	96,32
2	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.800.000,00	1.800.000,00	100,00	1.800.000,00	100,00
3	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	1.494.648,23	1.403.198,42	93,88	1.197.805,12	80,14
4	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	6.045.000,00	5.477.261,15	90,61	5.477.261,15	90,61
5	240	Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará	10.427.673,64	10.427.673,64	100,00	10.304.873,66	98,82
TOTAL			30.767.321,87	29.703.537,21	96,54	29.375.343,93	95,48

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

• **Fomento**

Os projetos inclusos nesta categoria objetivam o fortalecimento da agricultura familiar por meio da disponibilização de recursos físicos e financeiros que contribuam para o aumento da produção e da produtividade das suas unidades de produção. São complementados com atividades de ATER, capacitação e treinamento.

Dentre os principais projetos dessa categoria, pelo valor anual disponibilizado, destaca-se o Programa Garantia Safra que assegura uma renda mínima aos agricultores de base familiar em caso de perdas iguais ou superiores a 50% da produção em função de estiagem. Contribui paralelamente para diminuição do êxodo rural por reduzir os riscos inerentes à agricultura de sequeiro e também para eliminação das práticas assistencialistas no trato da população rural nas ocorrências de seca. Destaca-se ainda o Programa Hora de Plantar, que distribui sementes e mudas de elevado potencial genético, permitindo o aumento da produtividade das culturas e melhor nível de renda dos beneficiários.

Incluem-se ainda nesta categoria o projeto Biodiesel do Ceará, que incentiva a produção de oleaginosas (mamona, girassol e algodão) inserindo a agricultura familiar na cadeia do biodiesel e contribuindo para a inclusão social de seus beneficiários e o desenvolvimento regional via geração de ocupação e renda. Merece também destaque os projetos de incentivo à agricultura irrigada, que facilitam e orientam para uma convivência com o semiárido mediante a utilização de técnicas

tais como a implantação de quintais produtivos mantidos por cisterna de enxurradas e barragens subterrâneas e kits de irrigação.

O valor disponibilizado para esta subcategoria de projetos em 2014 foi de R\$61.379.141,52 (sessenta e um milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos). Deste valor foi empenhado R\$59.055.729,72 (cinquenta e nove milhões, cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos), correspondendo a um desempenho financeiro de 96,21% e foram pagos R\$39.398.688,74 (trinta e nove milhões, trezentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos), correspondendo a 64,19%. Destacamos em termos de valores empenhados e pagos no semestre o projeto Garantia Safra do Ceará, que teve limite anual de R\$25.560.103,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta mil e cento e três reais), e empenhou no ano 100% deste valor o qual foi totalmente pago no período. É o resultado de mais um ano de estiagem.

Quadro 29 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Ocupação e Renda / Fomento

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Valor Empenhado		Valor Pago	
				Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
1	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	1.616.562,27	1.494.525,00	92,45	1.494.525,00	92,45
2	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Muda)	1.814.316,46	1.594.635,19	87,89	802.346,91	44,22
3	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Muda)	18.000.000,00	17.110.404,00	95,06	1.139.000,00	6,33
4	37	Biodiesel do Ceará	3.576.414,00	3.576.414,00	100,00	2.983.178,00	83,41
5	38	Garantia Safra do Ceará	25.560.103,50	25.560.103,50	100,00	25.560.103,50	100,00
6	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica	141.376,16	45.841,83	32,43	24.064,37	17,02
7	350		181.884,24	68.351,26	37,58	68.351,26	37,58
8	357	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	615.203,33	604.200,00	98,21	604.200,00	98,21
9	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	300.000,00	299.997,97	100,00	-	0,00
10	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	6.039.132,51	6.008.957,92	99,50	6.008.957,92	99,50

11	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	3.266,87	3.266,87	100,00	-	0,00
12	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	366.800,00	86.800,00	23,66	-	0,00
13	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	400.000,00	-	0,00	-	0,00
14	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.198.385,36	1.178.535,36	98,34	423.914,96	35,37
15	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	135.046,82	135.046,82	100,00	135.046,82	100,00
16	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	270.000,00	155.000,00	57,41	155.000,00	57,41
17	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	160.650,00	133.650,00	83,19	-	0,00
18	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	-	0,00
TOTAL			61.379.141,52	59.055.729,72	96,21	39.398.688,74	64,19

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.1.2.2 Infraestrutura

Segundo classificação adotada pela Gerência Executiva do FECOP, essa subcategoria divide-se em Infraestrutura Comunitária, quando toda comunidade é beneficiada com o produto do projeto, e Infraestrutura Domiciliar, quando o benefício restringe-se ao âmbito do indivíduo e/ou da família.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário executa projetos nas duas dimensões, os quais envolvem basicamente ações de saneamento básico, construção e reforma de equipamentos públicos. Para esse grupo foi autorizado o limite anual de R\$54.430.444,58 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), dos quais foram empenhados R\$31.937.867,56 (trinta e um milhões, novecentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), representando um desempenho financeiro semestral de 58,68%. Já em termos de valores pagos atingiu o valor

de R\$30.297.610,12 (trinta milhões, duzentos e noventa e seis mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos), perfazendo um índice de 55,66%.

- **Infraestrutura Comunitária**

Inclui projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e a implantação de estruturas de comercialização e de comunicação. O valor anual da fonte FECOP alocado para estes projetos em 2014 foi de R\$13.344.479,61 (treze milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos), sendo empenhado e pago neste período valores que correspondem a 99,19% e 94,74% respectivamente.

Apenas dois projetos desta categoria apresentaram execução financeira, O projeto São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, que conta com financiamento externo e no qual o FECOP se constitui na contrapartida do Estado no acordo de empréstimo, e o projeto Casa Digital do Campo.

O Projeto São José III tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem estar das comunidades rurais. A perspectiva é aumentar a inserção econômica, financiando projetos no âmbito de cadeias produtivas.

Tem como objetivos principais: promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar; contribuir para a universalização do direito à água potável e ao esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado; viabilizar a participação qualificada e o controle social dos beneficiários e suas organizações nas ações de gestão do desenvolvimento local; e estimular as relações de complementaridade entre os programas governamentais.

Os beneficiários principais são os agricultores familiares, que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas em comunidades rurais, bem como famílias rurais sem acesso à água potável e esgotamento sanitário, sendo esses representados por suas associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas, condomínios ou outros tipos de organizações legalmente constituídas.

Quadro 30 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Comunitária

MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Valor Empenhado		Valor Pago	
			Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	10.644.215,87	10.641.469,52	99,97	10.509.059,22	98,73
417	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	1.136.825,38	1.089.836,87	95,87	1.028.296,87	90,45
474	Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência -CE	450.000,00	431.140,21	95,81	281.140,21	62,48
475	Abastecimento de Água para Comunidade Poço de Areia - Tianguá/CE	535.816,18	496.126,10	92,59	246.126,10	45,93
TOTAL		12.766.857,43	12.658.572,70	99,15	12.064.622,40	94,50
339	Casa Digital do Campo	577.622,18	577.622,18	100%	577.622,18	100%
TOTAL		577.622,18	577.622,18	100%	577.622,18	100%
TOTAL GERAL		13.344.479,61	13.236.194,88	99,18%	12.642.244,58	94,74

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

- Infraestrutura Domiciliar**

Esse grupo inclui projetos que objetivam disponibilizar água para consumo humano e obteve recursos do FECOP para contrapartida de recursos captados junto ao Governo Federal no âmbito do Programa Água para Todos. Em sua totalidade estes projetos apresentaram um orçamento para 2014 no valor de R\$41.085.964,97 (quarenta e um milhões, oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos). Em se tratando de valores empenhados, alcançou um desempenho de 45,52%, correspondente ao valor de R\$18.701.672,68 (dezoito milhões, setecentos e um mil, seiscentos e setenta e dois centavos) dos quais foram pagos R\$17.655.365,54 (dezessete milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), o qual representa um percentual de 42,97% sobre o valor concedido para o período.

A implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água tem como objetivo principal contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais, notadamente para as populações dispersas, disponibilizando-a com a quantidade e a qualidade necessária ao consumo humano.

Quadro 31 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Domiciliar

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Valor Empenhado		Valor Pago	
				Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
1	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	7.193.058,77	6.812.888,72	94,71	6.311.799,35	87,75
2	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	13.426.036,80	10.458.332,33	77,90	10.111.920,72	75,32
3	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	1.022.915,34	798.806,16	78,09	600.000,00	58,66
4	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos	19.412.395,02	600.086,43	3,09	600.086,43	3,09
5	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	31.559,04	31.559,04	100,00	31.559,04	100,00
TOTAL			41.085.964,97	18.701.672,68	45,52	17.655.365,54	42,97

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.1.3 Aplicação de Recursos Por Macrorregião

Quadro 32 - Distribuição dos Recursos

Descrição	Empenhado	(%)	População Beneficiada	(%)
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	14.546.749,04	11,28	120.009	6,34
LITORAL OESTE	14.202.164,85	11,01	166.265	8,79
SOBRAL / IBIAPABA	21.238.100,71	16,46	297.526	15,72
SERTÃO DE INHAMUNS	15.301.851,90	11,86	245.682	12,98
SERTÃO CENTRAL	22.020.796,70	17,07	330.764	17,48
BATURITÉ	5.777.453,10	4,48	90.972	4,81
LITORAL LESTE / JAGUARIBE	10.642.263,51	8,25	162.207	8,57
CARIRI / CENTRO SUL	25.264.802,05	19,59	479.109	25,32
Total	128.994.181,86	100,00	1.892.534	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A aplicação de recursos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA no ano de 2014 é registrada em todas as regiões e municípios do Estado do Ceará, intensificando-se naquelas que apresentam aspectos mais vulneráveis, incluindo os climáticos, como é o caso do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns e da Região do Cariri, que constitui-se na região mais populosa do estado, excluindo-se a RMF, com significativa participação da agricultura familiar no conjunto de estabelecimentos agrícolas.

Gráfico 15- Part (%) Val Empenhados por Região

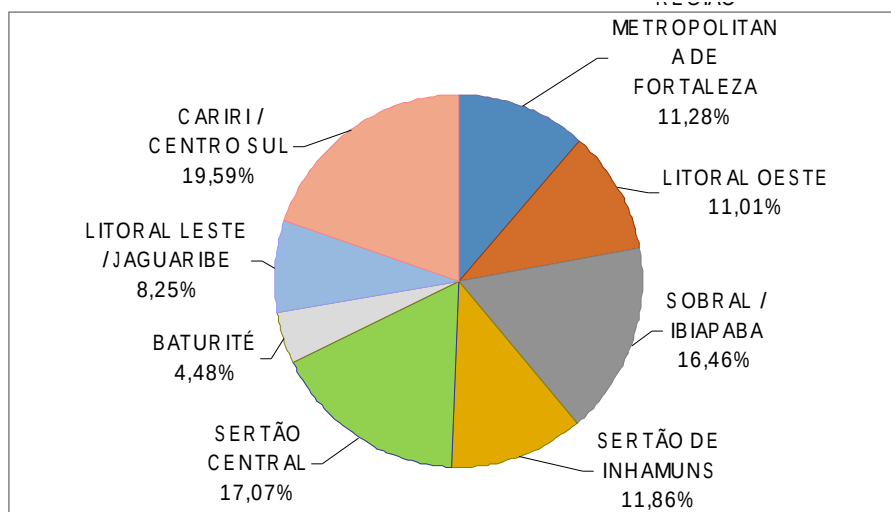
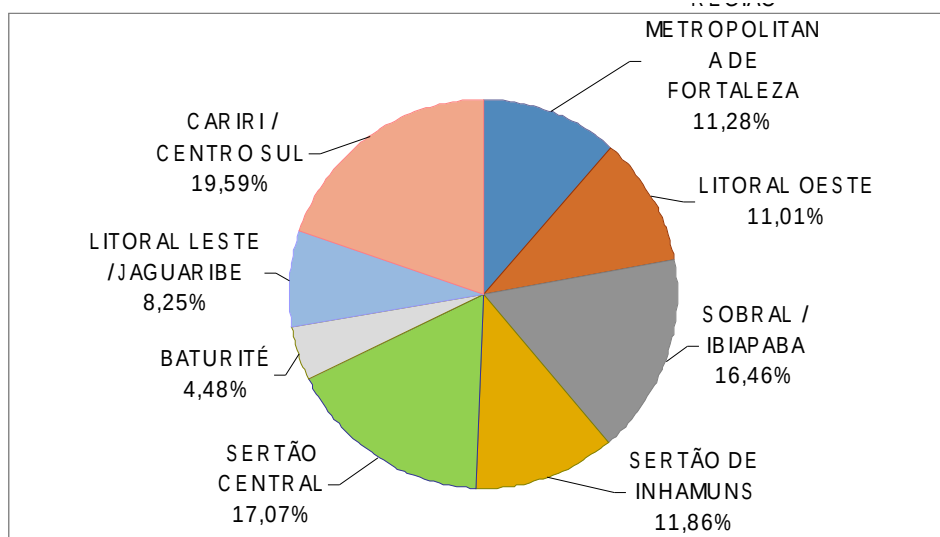


Gráfico 16 - Part (%) Val Pagos por Região



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.1.4 Principais Resultados/Dificuldades

Resultados

- Beneficiados 138.247 agricultores (as) de base familiar com 5.024 m³ de manivas de mandioca, 287.800 mudas de cajueiro anão precoce, 3.488.601 raquetes de palma forrageira;
- Beneficiados 1.867 agricultores (as) familiares aquisição de produtos da agricultura familiar do Programa de Aquisição de Alimentos;

- Beneficiadas 124.906 pessoas através de 780 entidades sócio assistenciais com distribuição de alimentos oriundas do Programa de Aquisição de Alimentos;
- Adquiridos e distribuídos 11.990.376 litros de leite bovino pasteurizado tipo C;
- Adquiridos e distribuídos 489.232 litros de leite caprino padronizado;
- Realizados 371.389 inscrições de agricultores familiares do Programa Garantia Safra;
- Implantadas 20.933 Cisternas de Placas, beneficiando 108.967 pessoas;
- Implantadas 3.500 Cisternas de Enxurrada, beneficiando 18.000 pessoas;
- Implantadas 21.549 Cisternas de Polietileno, beneficiando 133.342 pessoas;
- Formados 515 Agentes Rurais nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares, através de 83 eventos de capacitação;
- 451 Agentes Rurais Supervisionados nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares;
- Prestada Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 61.385 agricultores familiares, beneficiando um total de 252.906 pessoas.

Dificuldades

- Redução da área cultivada em virtude da estiagem provocando perda na agricultura de sequeiro (arroz, milho, feijão etc.), grãos e mandioca
- Dificuldade na fiscalização da execução de projetos executivos de Sistemas de Abastecimento de Água Simplificado oriundas do Projeto São José III;
- A demora na publicação da Lei autorizativa acarretou consequente atraso na elaboração dos convênios de despesa elaborados com as associações beneficiárias dos projetos FECOP;
- A qualidade das prestações de contas apresentadas pelos convenientes ocasiona demora na liberação das parcelas dos convênios de despesa por estarem condicionadas à aprovação das mesmas;
- Inadimplência por parte das Entidades conveniadas restringindo o repasse de recursos;
- Intervalo entre o término e reinício do período de concessão de bolsas de Agentes Rurais;
- Extrema irregularidade da quadra chuvosa;
- Demora por parte das Empresas contratadas na apresentação das medições de execução;
- Atraso na evolução das etapas de inscrição, seleção e adesão do Garantia Safra;
- Falta de capacitação inicial e continuada dos bolsistas de transferência tecnológica;
- Demora nos processos licitatórios;
- Cancelamento de bolsas sem a substituição imediata;
- Desabastecimento de leite provocado pela estiagem.

4.2. Secretaria da Educação

4.2.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Educação – SEDUC, em sua visão de futuro, objetiva ser uma organização eficaz que valoriza o desenvolvimento de pessoas, tendo como prioridade garantir, o atendimento educacional de todas as crianças e jovens de 04 a 18 anos, a melhoria dos resultados de aprendizagem em todos os níveis de ensino e a efetiva articulação do ensino médio à educação profissional e ao mundo do trabalho, tendo como missão garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno.

Seus valores se traduzem em: Ética, Transparência, Efetividade, Equidade, Respeito, Busca de Excelência e, Disposição de Servir.

No sentido do alcance da sua finalidade e objetivos, a SEDUC atua, por meio dos seus; programas e projetos, desenvolvendo parcerias, fortalecendo o regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, focalizando a alfabetização de crianças n; a idade certa, incluindo no Programa adotado para esse fim, ações voltadas para o ensino; fundamental, atenção à educação profissional, à inclusão e o respeito à diversidade.

Dentre suas fontes de financiamento, destaca-se a que se refere ao Fundo de Combate à Pobreza – FECOP, com o financiamento ou co-financiamento em 2014 de 32 projetos, totalizando o investimento no valor de R\$139.496.580,22 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos reais e quarenta e vinte e dois centavos), que por sua natureza e relevância vem contribuindo para minimizar a pobreza e consequentemente a melhoria da qualidade de vida de alunos da rede pública de ensino no estado do Ceará.

As outras fontes, participantes nesses projetos, totalizaram R\$ 81.884.489,76 (oitenta e um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos), subdivididas nas fontes que se seguem: Tesouro, com o valor de R\$ 30.842.905,72 (trinta milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e cinco reais e setenta e dois centavos); Governo Federal, com o valor de R\$ 46.968.124,71 (quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e um centavos); Governo Municipal, no valor de R\$ 2.930.816,96 (dois milhões, novecentos e trinta mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos); e Financiamento Externo (SWAP A), com o valor de R\$1.142.642,37 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos). A totalidade desses recursos representa 58,70% do valor financeiro do limite anual aprovado.

O Quadro 33, referente à execução financeira da SEDUC, apresenta um valor empenhado equivalente a 97,76% do limite deliberado e valor de pago de 79,72% em relação a esse mesmo limite, caracterizando um bom desempenho da execução.

Informa-se que todo o contingente de MAPP financiado pelo FECOP, apenas o MAPP 1206 - construção da Escola Estadual de Ensino Médio em área rural, com 6 salas ; de aula no município de Canindé – Assentamento Santana do Cal (Bonito) apresenta contrapartida de convênio nº 701.576/2011 celebrado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Representam continuidade, 21 projetos e inseridos pela primeira vez, em 2014, por essa fonte de financiamento, 11 MAPP, conforme se segue: 645- Construção de EEEP no Município de Canindé; 733 – Construção de EEEP no Município de Cariré; 742 – Construção de EEEP no Município de Novo Oriente; 743 – Construção de EEEP no Município de Pacujá; 818 – Construção de EEEP no Município de Sobral; 1285 – Reforma e Ampliação da Escola de São Sebastião em Nova Roma - Tamboril; 1339 – Apoio Técnico-pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC; 1343 - Aquisição de Equipamentos para Unidades Escolares da Rede Estadual; 1407- Aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais diversificados para as escolas de educação profissional; 1464 - Construção de EEEP no Município de Caridade; 1465 - Construção de EEEP no Município de Alto Santo;

Os projetos exclusivamente financiados pelo FECOP totalizam 13 Mapps, representando um percentual de 40,63% dos 32 projetos e 19 são financiados também por outras fontes, representando 59,38%.

Quadro 33 – Execução Financeira da SEDUC

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	574	Construção de EEEP no Município de Assaré	275.645,22	275.645,22	100,00	133.648,35	48,49
2	624	Construção de EEEP no Município de Granja	1.148.206,48	1.148.206,48	100,00	1.135.094,03	98,86
3	625	Construção de EEEP no Município de Aracoiaba	107.673,29	107.673,29	100,00	107.673,29	100,00
4	629	Construção de EEEP do Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	1.345.783,95	1.345.785,95	100,00	1.340.570,77	99,61
5	632	Construção de EEEP no Município de Pacatuba	774.391,60	774.391,60	100,00	774.391,60	100,00
6	637	Construção de Centros de Educação Infantil – CEI	2.800.000,00	2.745.180,02	98,04	2.538.531,32	90,66
7	645	Construção de EEEP no Município de Canindé	200.000,00	199.954,93	99,98	0,00	0,00
8	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	1.565.993,64	636.888,42	40,67	636.888,42	40,67

9	733	Construção de EEEP no Município de Cariré	399.995,53	399.995,53	100,00	399.342,15	99,84
10	735	Construção de EEEP no Município Itapajé	280.619,04	103.235,38	36,79	103.235,38	36,79
11	742	Construção de EEEP no Município de Novo Oriente	866.760,00	866.760,00	100,00	866.760,00	100,00
12	743	Construção de EEEP no Município de Pacujá	399.953,15	399.953,15	100,00	399.953,15	100,00
13	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	24.800.837,69	24.800.837,29	100,00	21.095.685,70	85,06
14	818	Construção de EEEP no Município de Sobral	278.121,84	278.121,84	100,00	278.121,84	100,00
15	900	Projeto e-Jovem	5.000.000,00	5.000.000,00	100,00	5.000.000,00	100,00
16	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	40.000.000,00	40.000.000,00	100,00	40.000.000,00	100,00
17	1051	Construção de EEEP no Bairro Praia do Fortaleza no município Município de Fortaleza	479.620,72	479.620,72	100,00	479.620,72	100,00
18	1206	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Canindé	463.504,25	463.504,25	100,00	457.953,24	98,80
19	1222	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Quixeré	450.237,00	450.237,00	100,00	311.107,62	69,10
20	1285	Reforma e Ampliação da Escola de São Sebastião em Nova Roma – Tamboril	264.105,83	79.231,74	30,00	79.231,74	30,00
21	1317	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Miraíma	660.000,00	659.137,91	99,87	643.720,02	97,53
22	1318	Reforma de Escolas em Diversas Localidades - Tauá	168.137,08	168.137,08	100,00	84.068,54	50,00
23	1339	Apoio Técnico-pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC	1.563.020,00	1.542.696,31	98,70	1.542.696,31	98,70
24	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	21.124.000,00	100,00	20.780.500,00	98,37
25	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	12.500.000,00	11.705.069,64	93,64	4.553.978,59	36,43
26	1343	Aquisição de Equipamento para as Unidades Escolares da Rede Estadual	4.665.851,50	4.665.851,50	100,00	1.810.957,48	38,81
27	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	3.259.461,70	2.999.874,59	92,04	2.980.151,51	91,43
28	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.699.588,12	1.677.995,85	98,73	1.677.066,39	98,67

29	1395	Reforma e Ampliação das Escolas Municipais de Diversas Localidades do Município de Fortaleza e Centro de formação e atendimento ao Professor	9.991.064,27	9.991.064,27	100,00	0,00	0,00
30	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino	752.965,67	752.965,67	100,00	460.339,38	61,14
31	1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	706.900,36	26.086,56	3,69	26.086,56	3,69
32	1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	504.142,29	504.142,29	100,00	504.142,29	100,00
Total			139.496.580,22	136.372.249,19	97,76	111.201.516,39	79,72

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.2.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SEDUC incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, nas seguintes subcategorias:

- Infraestrutura Comunitária - Educação com projetos vinculados ao acesso e à educação formal em seus diversos estágios, desenvolvidos de forma complementar às ações regulares do Estado.
- Inclusão Produtiva Urbana – Ocupação e renda, com projetos que envolvem o desenvolvimento de habilidades e capacidade técnica para inserção no mercado produtivo.
- Educação – capacitação - projetos que compreendem o estabelecimento de condições necessárias para que todos os alunos cearenses cheguem ao 5º ano do ensino fundamental sem distorção de idade, série e com domínio das competências de leitura, escrita e cálculo adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização; e, apoio à práxis pedagógica representada por uma tecnologia de Gestão Escolar para Resultados que oferece às escolas participantes apoio técnico e financeiro para, melhorar substancialmente seu desempenho.

Os 32 projetos financiados ou co-financiados pelo FECOP encontram-se sub-categorizados em **Infraestrutura comunitária** que inclui 26 projetos, referentes à construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional, bem como o atendimento àquelas que obtiveram os melhores resultados em avaliações externas e as que necessitam de apoio para elevar seu rendimento escolar além de Reforma e Ampliação de escolas Estaduais de Ensino; Aquisição de Equipamentos para Unidades Escolares da Rede Estadual, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Diversas Localidades do município de Fortaleza e Centro de Formação e Atendimento ao Professor e, ainda, Aquisição de Equipamentos e Mobiliários e Materiais

Diversificados para as Escolas de Educação Profissional; na subcategoria **Inclusão Produtiva Urbana – Ocupação e Renda**, são beneficiados 04 projetos que incluem Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação, Projeto e-Jovem, Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; e, Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação; 02 projetos estão incluídos na subcategoria; **Educação - Capacitação** destinados Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa e ao Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro.

- **Infraestrutura Comunitária**

Nessa subcategoria encontra-se contemplados o maior volume de projetos com recursos financeiros, totalizando R\$ 63.173.672,71 (sessenta e três milhões, cento e setenta e três mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), representando 45,28% do limite anual deliberado para a SEDUC, sendo executado R\$ 60.350.840,44 (sessenta milhões, trezentos e cinquenta mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos). Evidencia-se, portanto, os esforços da gestão governamental nos investimentos voltados para expansão do ensino médio e fortalecendo a política de profissionalização dos jovens cearenses, por meio da expandindo a rede física, com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional tendo como objetivo propiciar oportunidade de inserção no processo produtivo e melhoria da qualidade de vida da população jovem.

Quadro 34 – Projetos de Infraestrutura Comunitária

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	574	Construção de EEEP no Município de Assaré	275.645,22	275.645,22	100,00	133.648,35	48,49
2	624	Construção de EEEP no Município de Granja	1.148.206,48	1.148.206,48	100,00	1.135.094,03	98,86
3	625	Construção de EEEP no Município de Aracoiaba	107.673,29	107.673,29	100,00	107.673,29	100,00
4	629	Construção de EEEP do Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	1.345.783,95	1.345.785,95	100,00	1.340.570,77	99,61
5	632	Construção de EEEP no Município de Pacatuba	774.391,60	774.391,60	100,00	774.391,60	100,00
6	637	Construção de Centros de Educação Infantil – CEI	2.800.000,00	2.745.180,02	98,04	2.538.531,32	90,66
7	645	Construção de EEEP no Município de Canindé	200.000,00	199.954,93	99,98	0,00	0,00
8	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	1.565.993,64	636.888,42	40,67	636.888,42	40,67
9	733	Construção de EEEP no Município de Cariré	399.995,53	399.995,53	100,00	399.342,15	99,84

10	735	Construção de EEEP no Município Itapajé	280.619,04	103.235,38	36,79	103.235,38	36,79
11	742	Construção de EEEP no Município de Novo Oriente	866.760,00	866.760,00	100,00	866.760,00	100,00
12	743	Construção de EEEP no Município de Pacujá	399.953,15	399.953,15	100,00	399.953,15	100,00
13	818	Construção de EEEP no Município de Sobral	278.121,84	278.121,84	100,00	278.121,84	100,00
14	1051	Construção de EEEP no Bairro Praia do Fortaleza no município Município de Fortaleza	479.620,72	479.620,72	100,00	479.620,72	100,00
15	1206	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Canindé	463.504,25	463.504,25	100,00	457.953,24	98,80
16	1222	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Quixeré	450.237,00	450.237,00	100,00	311.107,62	69,10
17	1285	Reforma e Ampliação da Escola de São Sebastião em Nova Roma – Tamboril	264.105,83	79.231,74	30,00	79.231,74	30,00
18	1317	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Miraima	660.000,00	659.137,91	99,87	643.720,02	97,53
19	1318	Reforma de Escolas em Diversas Localidades - Tauá	168.137,08	168.137,08	100,00	84.068,54	50,00
20	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	21.124.000,00	100,00	20.780.500,00	98,37
21	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	12.500.000,00	11.705.069,64	93,64	4.553.978,59	36,43
22	1343	Aquisição de Equipamento para as Unidades Escolares da Rede Estadual	4.665.851,50	4.665.851,50	100,00	1.810.957,48	38,81
23	1395	Reforma e Ampliação das Escolas Municipais de Diversas Localidades do Município de Fortaleza e Centro de formação e atendimento ao Professor	9.991.064,27	9.991.064,27	100,00	0,00	0,00
24	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino	752.965,67	752.965,67	100,00	460.339,38	61,14
25	1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	706.900,36	26.086,56	3,69	26.086,56	3,69
26	1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	504.142,29	504.142,29	100,00	504.142,29	100,00
Total			63.173.672,71	60.350.840,44	95,53	38.905.916,48	65,59

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)

No ano de 2007, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado com o objetivo de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Através do repasse de recursos para os Estados investirem na criação, modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrada à educação profissional, o Programa busca integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Ceará, através da Seduc, comprometido com a tarefa de elevar os resultados da escola pública e com atenção especial para o ensino médio, assumiu em 2008 o desafio de promover a articulação do currículo do ensino médio com a formação para o mundo do trabalho.

Em 2014, foram concluídas 13 EEEP nos municípios Nova Olinda, Araripe, Brejo Santo, Fortaleza/Praia do Futuro, Fortaleza/Conjunto Ceará, Boa Viagem, Independência, Santa Quitéria, Mauriti, Iguatu, Jucás, Pacatuba e Assaré, sendo que 05 foram substituições de escolas adaptadas. (Brejo Santo, Fortaleza/Conjunto Ceará, Fortaleza/Praia do Futuro, Boa Viagem, e Mauriti).

A estrutura das EEEP abrange 4,5 mil metros quadrados, com 12 salas de aula, auditório para 200 lugares, biblioteca e dependências administrativas. Dispõe de Laboratórios Tecnológicos, de Línguas, Informática, Química, Física, Biologia e Matemática. Disponibiliza para a comunidade escolar também um ginásio poliesportivo e um teatro de arena. A construção segue o padrão estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) para escolas profissionais e tem capacidade para atender 540 alunos em tempo integral.

A rede de EEEP apresenta um currículo que integra a formação geral do ensino médio às disciplinas dos cursos técnicos, com aulas das 7 às 17 horas. São modelos inovadores em conteúdo, método e gestão. Os estudantes contam com três refeições diárias, uniforme escolar, livros didáticos e técnicos, apoio permanente à aprendizagem e à formação.

Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Estaduais do Ensino Médio (EEEM)e Municipais.

A construção e reformas de Escolas Estaduais e Municipais de Ensino fundamental e Médio (EEEM) objetivam ampliar e/ou melhorar a estrutura física da rede ensino na área rural para atender aos estudantes no mesmo local onde vivem, contribuindo para a permanência do aluno na escola.

O analfabetismo também é maior no campo: entre as pessoas de 15 anos ou mais, atinge 23,5% na área rural, quase 5,5 vezes superior ao verificado na zona urbana que é 4,3%. O estudo do Observatório da Equidade alerta que se o "Brasil Rural" fosse um país, teria o 4º pior desempenho entre os países da América Latina e Caribe, melhor apenas que Haiti (45,2%), Nicarágua (31,9%) e Guatemala (28,2%).

A estrutura física das EEEM estão de acordo com o padrão MEC em tamanho para atender a necessidade de cada distrito e todas terão a mesma qualidade de uma escola construída na área urbana.

Ampliação e Reforma de Escolas de Ensino Fundamental e Médio

Observa-se a persistência histórica das desigualdades educacionais entre a zona rural e urbana, embora o acesso ao ensino fundamental seja dado como universalizado em todo o Brasil. Na zona urbana, a criança que ingressa na educação infantil tem mais oportunidades de concluir o ensino superior, mas isso ainda não faz parte da realidade da grande maioria dos sujeitos do campo. Em pleno século 21, milhares de crianças e jovens enfrentam inúmeras barreiras para continuar os estudos e concluir as etapas do fundamental e do médio, em cenário que muitas vezes evoca os primeiros anos do século passado.

No sentido de fortalecer o Regime de Colaboração Estado e Município, o Estado também aloca recursos financeiros nas reformas e ampliação de Escolas de Ensino Fundamental, em parceria com as prefeituras.

Construção de Centros de Educação Infantil (CEI)

O governo do Estado instituiu o projeto Centro de Educação Infantil, firmando o propósito de fortalecer, no âmbito do regime de colaboração, a parceria com os municípios na área de planejamento e gestão das políticas municipais para esta etapa da educação básica, estabelecendo como objetivos: qualificar o atendimento da educação infantil nos municípios atendidos com a construção e equipamento de Centros de Educação Infantil – CEI; oferecer condições efetivas de atendimento às crianças de 0 a 5 anos; e capacitar profissionais para o cuidado e educação das crianças matriculadas na rede pública municipal.

Os Centros de Educação Infantil serão construídos e equipados no âmbito do Programa com ambiente físico e social capaz de propiciar o desenvolvimento das dimensões do cuidar e educar de todas as crianças que a eles tiverem acesso. As metas previstas para a implementação do referido Programa podem ser assim resumidas: construção de 98 Centros de Educação Infantil; atendimento anual a 20.384 crianças, sendo 208 por cada Centro; geração de 1.250 empregos

diretos na gestão pedagógica e 6.100 indiretos no processo de construção; capacitação de 1.300 profissionais em conteúdos e metodologias pertinentes à educação infantil.

As obras dos Centros de Educação Infantil encontram-se assim distribuídas: 02 na Região 01 / Metropolitana de Fortaleza, 09 na Região 03 / Sobral-Ibiapina, 01 na Região 04/Sertão dos Inhamus e 01 na região 06/Baturité.

Abaixo consta a figura 01 que retrata o CEI de Iguatu – João Paulo II, obra construída pelo Estado do Ceará; A figura 02 retrata o CEI de Cariré - Centro, obra construída 50% pelo Estado do Ceará e 50% pelo município; A figura 03 retrata o CEI de Novo Recanto em Sobral, obra de contrapartida construída pelo município; A figura 04 retrata o CEI de Horizonte Dourado construída pelo Estado do Ceará.

Fachada do CEI Iguatu – João Paulo II



Fonte: SEDUC

Fachada do CEI de Cariré – Centro



Fonte: SEDUC

Berçário do CEI de Sobral - Novo Recanto



Fonte: SEDUC

Prêmio Escola Nota Dez

O combate ao analfabetismo é um fator de desenvolvimento importante, uma vez que cidadãos aptos em leitura e escrita podem exercer melhor sua cidadania. Neste sentido, o Governo do

Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação - SEDUC instituiu o Prêmio Escola Nota Dez, um projeto de continuidade que vem recebendo recursos do fundo desde que foi instituído por meio da Lei 14.371, de 19 de junho de 2009.

Nos anos de 2009 a 2010, o projeto premiou e apoiou apenas as escolas avaliadas no SPAECE - Alfa, no entanto em 2011, foi ampliado o atendimento para as escolas que se destacaram no 5º ano do Ensino Fundamental, através da Lei 15.052 de 06 de dezembro de 2011, tendo contemplado em torno de 2298 escolas, conforme apresentado no histórico abaixo:

Histórico do nº de escolas premiadas e apoiadas de 2009 a 2013

Ano	Nº de Escolas Premiadas		Nº de Escolas Apoiadas		Destinação da Premiação
	2ºano	5ºano	2ºano	5ºano	
2008	148	-	148	-	Lei 14.371 - Só contempla o 2º ano do ensino fundamental
2009	150	-	150	-	Lei 14.371 - Só contempla o 2º ano do ensino fundamental
2010	150	10	150	10	Lei 15.052 - Contempla o 2º e 5º anos do ensino fundamental
2011	150	90	150	90	Lei 15.052 - Contempla o 2º e 5º anos do ensino fundamental
2012	150	56	150	56	Lei 15.052 - Contempla o 2º e 5º anos do ensino fundamental
2013	150	95	150	95	Lei 15.052 - Contempla o 2º e 5º anos do ensino fundamental

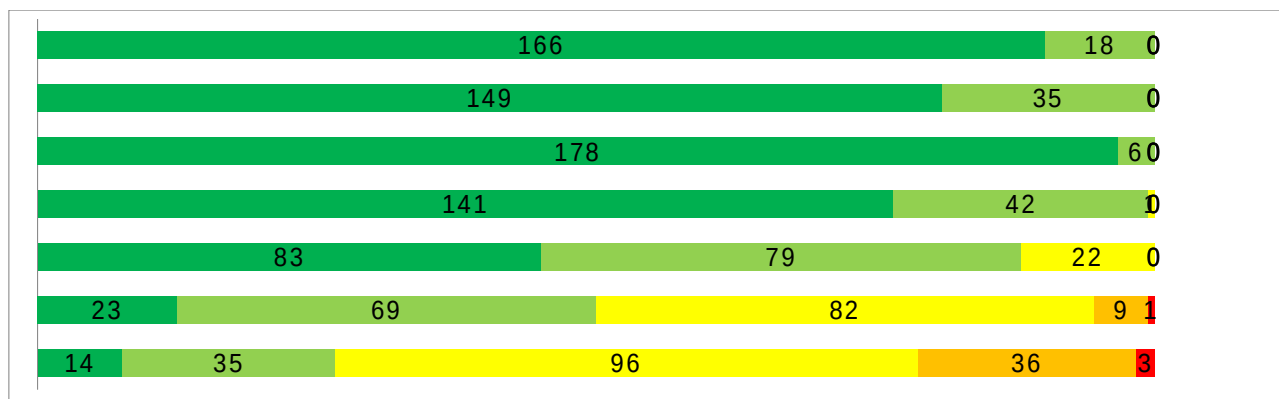
O prêmio foi concebido no âmbito do regime de colaboração entre o Estado e os municípios, buscando valorizar a gestão educacional com foco na aprendizagem do aluno. Funciona como indutor para as escolas melhorarem seus resultados, como apoiador para as escolas com menores resultados e está subsidiado em um modelo de aprendizagem institucional focado na disseminação de boas práticas pedagógicas e de gestão.

Tem por objetivo fortalecer, valorizar e ampliar o trabalho empreendido pelas escolas em relação aos resultados de alfabetização. Quanto aos beneficiários, contempla alunos de até 300 escolas premiadas nos melhores resultados no IDE-Alfa e IDE-5 e alunos de até 300 escolas com menores resultados no IDE-Alfa e IDE-5, denominadas escolas apoiadas

A melhoria das médias municipais em leitura e de proficiência em português e matemática têm sido expressiva. Em 2007, apenas 27,7% dos municípios estavam nos dois primeiros níveis

(suficiente e desejável); em 2013 os 184 municípios, correspondendo a 100% se encontram nestes níveis, como pode-se observar no gráfico demonstrativo abaixo:

Gráfico 17 – Nº de Municípios por padrão de desempenho – SPAECE-ALFA 2007 a 2013



- Não Alfabetizado
- Alfabetização Incompleta
- Intermediário
- Suficiente
- Desejável

O avanço do Estado na redução dos índices de analfabetismo entre as crianças de 6 a 14 anos e jovens de 15 a 24 anos e, conseqüente erradicação da pobreza, minimização da violência e da mortalidade infantil, através da busca constante por melhoria do processo ensino e aprendizagem, com injeção de recursos financeiros que visem à estruturação didático pedagógica das escolas, à formação e à valorização dos professores, são premissas que fundamentam a implementação das ações do Prêmio Escola Nota 10, sendo ainda, uma forma de promover a transformação favorável do Estado, da Região Nordeste e do Brasil, como um todo, nos aspectos: político, econômico e social.

- **Inclusão Produtiva Urbana – Ocupação e Renda**

Constitui a segunda subcategoria de projetos estruturantes, com 04 projetos, dentre os quais se destacam a Formação Técnica e Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, as escolas que tratam das disciplinas específicas de cada curso e que não estão contempladas nas contratações realizadas por meio de concurso exclusivo para as demais áreas do conhecimento do núcleo comum.

Em 2014 os quatro projetos destinados a Inclusão Produtiva Urbana totalizaram R\$71.500.425,81 (setenta e um milhões, quinhentos mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), de limite financeiro anual concedido, com execução de 99,97%, ou seja, R\$71.478.833,14

(setenta e um milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e catorze centavos), conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 35 – Inclusão Produtiva Urbana – Ocupação e Renda

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	24.800.837,69	24.800.837,29	100,00	21.095.685,70	85,06
2	900	Projeto e-Jovem	5.000.000,00	5.000.000,00	100,00	5.000.000,00	100,00
3	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	40.000.000,00	40.000.000,00	100,00	40.000.000,00;	100,00
4	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.699.588,12	1.677.995,85	98,73	1.677.066,39	99,94
Total			71.500.425,81	71.478.833,14	99,97	67.772.752,09	94,79

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação

O projeto se apoia na evidência que a demanda do mundo do trabalho por maior educação acaba por agir como um mecanismo de exclusão para aqueles que não contam com ela. O objetivo é tornar os educandos mais preparados para o mundo laboral tendo por vertentes a associação entre estudo e o trabalho. Esta política possibilita a seus beneficiários um diferencial na sua formação, constituindo-se em importantes estratégias de impacto econômico e social.

A política de estágio envolve: concessão bolsa estágio, auxílio transporte, seguro contra acidentes pessoais e aquisição de Equipamento de Proteção Individual, esse conjunto de ações visa possibilitar aos educandos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) e do Projeto e-Jovem o desenvolvimento das potencialidades individuais, incentivando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias técnicas científicas. Ele, também diminui o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, bem como incentiva o exercício da observação, do senso crítico, da criatividade e do relacionamento.

Nesse contexto, os resultados foram: 15.349 bolsas de estágio concedidas para os educandos das EEEP e Projeto e-Jovem cumprirem seu estágio curricular; 6055 kits Equipamento de Proteção Individual (EPI) distribuídos. Beneficiou-se por macrorregião: R1 – 5.827 alunos; R2– 1529 alunos; R3 – 1756 alunos; R4– 1066 alunos; R5 – 1272 alunos; R6I – 108 alunos; R7 – 1368

alunos; R8 – 2423 alunos. As imagens 01 e 02 retratam educandos dos cursos de Manutenção Automotiva e Edificações em campo de estágio.

Educandos do Curso de Manutenção Automotiva



Fonte: SEDUC

Projeto: Projeto e-Jovem

O Projeto e-Jovem visa integrar a Educação Profissional às diferentes modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, oferecendo formação complementar em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e empreendedorismo com ênfase no protagonismo juvenil.

Sua proposta foi idealizada respeitando as características sociais e culturais dos estudantes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio e egressos da rede pública e, assim, possibilitar o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando e se transformando em uma estratégia que amplia o tempo de permanência no ambiente escolar, além disso, facilita a transição entre a escola e o mundo do trabalho. As imagens 01 e 02, acima, representam dois momentos durante o processo de formação dos educandos do e-Jovem.

Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional

A gestão governamental tem privilegiado investimentos na expansão do ensino médio, responsabilidade constitucional do Estado, fortalecendo a política de formação e

profissionalização dos jovens cearenses, expandindo a rede física, com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional, com a oferta de cursos técnicos nas mais diversas áreas, tendo como objetivo propiciar oportunidade de inserção no processo produtivo e melhoria da qualidade de vida da população jovem.

Compreendendo essa dinâmica, as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), oportunizam a profissionalização dos educandos e novos caminhos para a busca do conhecimento, geração de emprego e renda, implantação de incubadoras para atender a demanda local além de incentivar a permanência do jovem no próprio local de moradia.

Constitui-se também em uma estratégia que visa estimular a permanência do jovem no ambiente escolar, facilitando, a transição entre a escola e o trabalho, assegurando-lhes direitos de acesso à educação e ao mundo de trabalho. As imagens 01 e 02, demonstram momentos da vivência dos educandos nos laboratórios conforme cursos por escolas.

EEEP Jaime Alencar – Fortaleza – Curso Desenho da Construção Civil



e: SEDUC

Font

EEEP Francisco Aristóteles de Sousa – Itaitinga – Curso Manutenção Automotiva



Fon
te:
SE
DU
C

Ed
uc
açã
o –
Ca
pa
cit
açã
o

Nessa sub-categoria, estão contempladas, conforme tabela abaixo, 02 Projetos com limite anual de R\$4.822.481,70 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta centavos), sendo executado o valor de R\$4.542.570,90 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e setenta reais e noventa centavos). Mesmo não tendo um investimento significativo na fonte do FECOP, são foco de atuação na gestão da SEDUC, representando 3,46% do limite anual deliberado.

Quadro 36 – Educação – Capacitação

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	1339	Apoio Técnico-pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC	1.563.020,00	1.542.696,31	98,70	1.542.696,31	98,70
2	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	3.259.461,70	2.999.874,59	92,04	2.980.151,52	91,43
Total			4.822.481,70	4.542.570,90	94,20	4.522.847,83	93,79

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Apoio Técnico Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa

O Programa Alfabetização na Idade Certa- PAIC é uma política do Governo do Estado do Ceará, instituída pela Lei No.14.026, de 17 de dezembro de 2007, que acontece no âmbito da Cooperação entre Estado e Municípios e tem como finalidade o estabelecimento de condições necessárias para que todos os alunos cearenses cheguem ao 5º ano do ensino fundamental sem distorção de idade, série e com domínio das competências de leitura, escrita e cálculo adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização.

É um programa amplo, destinado a promover profundas mudanças nos modelos de gestão municipal de educação. Por isso é considerado um programa de gestão, pois seu foco a médio e

longo prazo, é na mudança da cultura da gestão educacional das redes municipais e da gestão das escolas.

O presente projeto de parceria entre SEDUC e o Fundo de Combate à Pobreza – FECOP tem por objeto a concessão de bolsas de extensão tecnológica para os participantes do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC.

As bolsa de extensão tecnológica constitui-se em instrumento de apoio à execução do PAIC, através da atuação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, de nível superior ou médio com proficiência técnica e ou científica, em projetos e ações, visando ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento utilizado e à implementação de tecnologias educacionais para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, o incremento de materiais instrucionais e a promoção de treinamentos e capacitações de equipes da SEDUC e dos técnicos e dos professores das redes municipais de ensino no estado do Ceará.

Os participantes do PAIC, como bolsistas, atuarão junto às redes municipais ou estadual de ensino, abrangendo atuação nas áreas contempladas nos eixos do Programa como gestão, alfabetização, educação infantil, literatura infantil, formação de leitores e avaliação externa.

Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro

Com duração de três anos, o Projeto oferece apoio técnico e financeiro para a concepção, implantação e avaliação de suas atividades e visa aumentar significativamente a proficiência dos alunos em língua portuguesa e matemática.

No sentido do alcance desses objetivos, foram estabelecidas metas a serem atingidas ao longo do Projeto, como: redução de 50% na proporção de alunos com rendimento abaixo do nível intermediário das avaliações em larga escala do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE; aumento de 25 pontos na média de desempenho nas disciplinas de língua portuguesa e matemática e, ainda, redução de 40% na evasão de alunos entre o primeiro e último ano de sua implementação.

4.2.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Do total de recursos empenhados no primeiro semestre de 2014, a Região Metropolitana de Fortaleza concentra 37,09% no período, seguindo das Macrorregiões Cariri / Centro Sul com 15,31% e Sobral / Ibiapaba com 14,87%, conforme quadro a seguir:

Quadro 37 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	50.426.853,75	36,98	362.941	30,91
2-LITORAL OESTE	13.704.636,18	10,05	144.972	12,35
3-SOBRAL/IBIAPABA	20.467.686,82	15,01	164.741	14,03
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	8.633.312,70	6,33	72.730	6,19
5-SERTÃO CENTRAL	10.297.001,43	7,55	99.646	8,49
6-BATURITÉ	1.933.518,85	1,42	35.138	2,99
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	9.552.456,94	7,00	84.723	7,22
8-CARIRI/CENTRO SUL	21.356.777,81	15,66	209.280	17,82
TOTAL	136.372.244,48	100,00	1.174.171	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Os projetos que mais contribuíram para distribuição dos recursos em todas regiões cearenses compreendem a expansão do número de escolas estaduais de educação profissional com seus gastos recorrentes como contratação de professores para as áreas específicas dos cursos técnicos para formação dos alunos e manutenção dos estudantes em tempo integral e bolsas de estágio a eles destinadas.

Ainda assim, destaca-se a concentração de recursos na RMF que pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

- Segundo o Perfil Educacional dos Jovens de 15 a 17 anos – Análise Comparativa – Brasil, Nordeste e Ceará, de agosto 2013, existem alguns fatores que explicam a alta taxa de residência na RMF, quais sejam: o município de Fortaleza, em 2010 concentrava 29% da população total; a capital cearense apresenta 7.786,5 hab./ km²; em 2009 já existiam 15 municípios compondo a RMF.
- Fortalecendo o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, com base legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996) e Constituição de 1988, incluem-se também nessa região, as reformas e ampliações das escolas estaduais e municipais de ensino.
- Destacam-se também nessa região os problemas sociais mais graves como desemprego, risco social e pessoal e pobreza, associados à alta concentração populacional, representando 43% da população do Estado, segundo o Censo de 2010.

- A maior parte do valor empenhado na RMF foi executado por meio do projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e projeto Concessão de Bolsas de Estudo para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional que concede bolsas para alunos do 3º ano do Ensino Médio das EEEPs e alunos do e-Jovem. Considerando a concentração da população na RMF, justifica-se o maior número de atendimento de jovens nestes municípios.

4.2.4. Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Garantia de 41.808 educandos em processo de formação, nível médio técnico nas EEEP, com 40.019 horas aulas semanais ministradas;
- 15.349 bolsas de estágio concedidas para os educandos das EEEP e Projeto e-Jovem cumprirem seu estágio curricular;
- 6.055 kits Equipamento de Proteção Individual (EPI) distribuídos para os alunos estagiários;
- Implantados a tecnologia SEBRAE no conceito de empreendedorismo em 100% das turmas de primeiro das EEEP's, beneficiando 17.910 alunos;
- 15 Núcleos do Projeto Com.Domínio Digital implantados, beneficiando 1.450 alunos;
- 32 Núcleos de Trabalho, Pesquisa e Prática Social (NTPPS) implantados, beneficiando alunos de 32 escolas;
- Concedidas 987 bolsas de extensão tecnológica aos gerentes e assessores do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC);
- Construídas 10 Escolas Estaduais de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EEEP) nos municípios de Aracoiaba, Granja, Assaré, Sobral, Fortaleza (Conjunto Ceará e Praia do Futuro), Cariré, Novo Oriente, Pacujá e Pacatuba, beneficiando 5.400 alunos;
- Construída 1 Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) no município de Canindé, beneficiando 270 alunos;
- Encontram-se em construção 5 Escolas Estaduais de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EEEP), nos municípios de Canindé, Itapajé, Juazeiro do Norte, Alto Santo e Caridade;
- Encontram-se em construção 2 Escolas Estaduais de Ensino Médio no municípios de Quixeré e Miraíma.
- 15 Escolas de Educação Profissional equipadas com ar condicionado, beneficiando 5.760 alunos;

- Concluídas as obras em 125 escolas, CEJAs e CREDEs, sendo 114 reformas e 11 ampliações, beneficiando 34.475 alunos;
- Reformas em 05 escolas do ensino fundamental do município de Tauá, beneficiando 1002 alunos;
- 398 escolas de 2º. e 5º. anos beneficiadas com o Premio Escola Nota 10, beneficiando 203.773 alunos;
- Construídos e equipados 2 Centros de Educação Infantil (CEI's) nos municípios de Horizonte e Sobral, beneficiando 416 crianças;
- Construídos e não equipados 6 CEI's nos municípios de Sobral, Cariré, Varjota, Ubajara, Guaraciaba do Norte e Redenção; e 4 CEI's em construção nos municípios de Aquiraz e Tianguá (3 equipamentos);

Dificuldades

- O projeto e-Jovem no ano de 2014 encontrou obstáculos em sua realização devido a morosidade dos tramites de instrução e publicação do vínculo jurídico, instrumento que permite execução das metas do projeto, a precariedade da estrutura física dos laboratórios de informática das escolas e a falta de pessoal qualificado para assumir a função de educador/instrutor no interior do Estado. Devido aos atrasos decorrentes destes problemas o projeto não encerrou suas ações, assim não se pode mensurar os resultados.
- O Projeto Premio Escola Nota 10 encontrou como principais dificuldades à inadimplência das unidades executoras; o apoio insuficiente por parte dos municípios quanto à elaboração, execução e prestação de contas dos recursos financeiros recebidos pela escola através de sua unidade executora; e a manutenção das contas bancárias tanto para o recebimento do recurso da 1ª e 2ª parcelas. Enquanto providências para superação dessas dificuldades, destaca-se: a implementamos um Sistema informatizado para as análises e aprovações dos planos, com o objetivo de otimizar e garantir uma maior celeridade nos processos de análise e aprovação dos planos de aplicação dos recursos financeiros das unidades escolares; e a realização de um treinamento "in loco" a diretores, gerentes municipais e regionais para dirimir dúvidas sobre o plano de ação aos municípios com maiores dificuldades, como forma de apoio e celeridade na aprovação dos mesmos.
- As maiores dificuldades para a conclusão dos CEI's são decorrentes do descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma da obra, pendência de documentação, concessão de licença ambiental e demora na entrega do produto final. Na tentativa de sanar os problemas, a SEDUC contratou uma empresa especializada na prestação serviços de

auditoria e avaliação externa. Para tanto foi firmado contrato com a CONCREMAT com o objetivo de intermediar os processos de acompanhamento, intervenções e prestação de contas referente ao CEI. Desde então suas ações permitem o monitoramento sistemático das etapas de construção, aquisição de equipamentos e mobiliários das unidades. A empresa também tem a incumbência de averiguar a vigência dos documentos exigidos para o andamento da obra e liberação de pagamentos de acordo com as medições das obras e exigências do BNDES.

- Na execução do Projeto Jovem de Futuro as dificuldades se referem a mudança da sistemática de repasse de recursos para as escolas que só foi resolvido após a publicação da Lei Complementar nº 146, 09/12/2014; a dificuldade na realização de visita às escolas e ainda a falta de repasse de recursos federais. Como não houve o repasse do recurso federal, orientamos as escolas a realizarem as ações que não dependiam desse recurso, e justificarem junto a comunidade escolar toda a situação de não realização das ações financiadas. No entanto, devido as dificuldades encontradas pelas escolas no ano um (1) desse Projeto, o Instituto Unibanco e a SEDUC decidiram que essas 100 escolas do ciclo 1, terão mais um (1) ano trabalhando no Projeto, considerando esse ano (a mais) como sendo de sustentabilidade e para perceber e/ou mensurar a contribuição do ProEMI/JF nessas escolas. A SEDUC em parceria com o Instituto Unibanco e o IBOPE estão realizando um estudo da contribuição do ProEMI/JF nas 100 escolas do ciclo.
- Na execução de construção de obras civis, as dificuldades vivenciadas são referentes ao descumprimento dos prazos entrega do objeto, pendência de documentação na entrega da medição final, rescisão contratual e o trâmite de dispensa de licitação o que acarreta uma demora significativa na entrega do produto final. Para superação dos obstáculos supramencionados a SEDUC em parceria com o Departamento de arquitetura e Engenharia – DAE decidiu adotar mecanismos mais efetivos de um monitoramento das ações.

4.3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

4.3.1. Aspectos Gerais

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) tem como missão contribuir para elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos socialmente vulnerabilizados, através da coordenação e execução das Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional.

Para alcançar os objetivos pretendidos em 2014, a STDS contou com os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), na ordem de R\$75.581.211,65 (setenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e um mil, duzentos e onze reais e sessenta e cinco centavos) e que viabilizaram o atendimento a 861.473 pessoas por meio da execução de 35 projetos que contemplam serviços e ações de enfrentamento à pobreza.

Do total de projetos financiados pelo FECOP, 19 são voltados à área da Proteção Social, 01 de Segurança Alimentar e Nutricional, 10 de Inclusão Produtiva Urbana de seus beneficiários, através de ações de capacitação/fomento, e, por último 05 são destinados à Infraestrutura Comunitária. Também é importante frisar que maior parte dos projetos aprovados no período em análise são de continuidade, excetuando três projetos voltados a construção e reforma de medidas socioeducativas.

Convém registrar que a execução financeira da STDS no referido ano foi de R\$74.807.825,67 (setenta e quatro milhões, oitocentos e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos) correspondendo a 98,98% do valor total dos recursos programados. Tais recursos suplementam as destinações orçamentárias da União e financiam integralmente a implementação das ações orçamentárias programadas de enfrentamento à pobreza, seja na forma de contrapartida, de transferência direta aos municípios, via convênios/co-financiamento, ou como repasse a organizações não governamentais, que desenvolvem projetos em parceria com o Estado.

Ressalta-se ainda que a maioria dos projetos em execução tem como fonte de financiamento somente os recursos do FECOP, com exceção do Projovem Trabalhador- Juventude Cidadã, Política Integrada de Economia Solidária e do projeto Inclusão Social e Produtiva de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico, Construção de Unidade Socioeducativa de internação no município de Sobral e Construção de Unidade Socioeducativa de Juazeiro do Norte. Os dois primeiros são frutos de uma parceria entre o Governo do Estado com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o terceiro com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O montante dos

recursos aportados pelos órgãos federais para o ano de 2014 foi de R\$10.781.211,26 (dez milhões setecentos e oitenta e um mil, duzentos e onze reais e vinte e seis centavos).

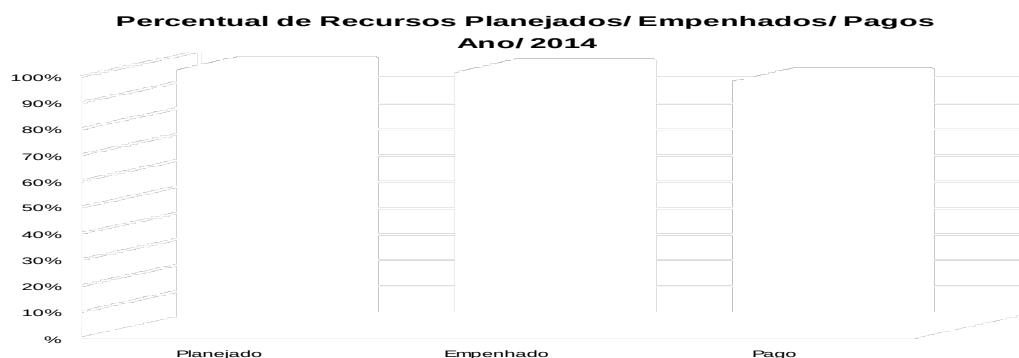
Quadro 38 - Execução Financeira da STDS

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	08 10 40	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	4.490.000,00	4.490.000,00	100	4.490.000,00	100
2	12	Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	599.450,32	599.450,32	100	599.067,87	99,94
3	13	Estação Família	1.500.000,00	1.476.290,87	98,42	1.438.790,87	95,92
4	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	299.529,37	99,84	299.529,37	99,84
5	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.152.155,13	5.151.896,68	99,99	5.151.328,21	99,98
6	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Círcos e CIP'S)	6.500.000,00	6.456.204,83	99,33	6.456.204,83	99,33
7	18	Espaço Viva Gente	2.000.000,00	1.994.257,27	99,71	1.994.257,27	99,71
8	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.400.000,00	2.356.302,74	98,18	2.352.645,63	98,03
9	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.200.000,00	2.196.250,00	99,83	2.178.250,00	99,01
10	23	Juventude Empreendedora	1.550.000,00	1.550.000,00	100	1.550.000,00	100
11	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.700.000,00	2.699.958,00	100	2.699.958,00	100
12	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	7.300.000,00	100	7.208.200,00	98,74
13	26	Artesanato Competitivo	1.750.000,00	1.750.000,00	100	1.750.000,00	100
14	28	Restaurante Popular Mesa do Povo (Segurança Alimentar e Nutricional)	930.000,00	926.783,87	99,65	922.304,97	99,17
15	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	5.897.125,49	5.881.976,29	99,74	5.792.912,42	98,23
16	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	2.300.000,00	100	2.300.000,00	100
17	32	Investimento Cidadão	670.000,00	670.000,00	100	670.000,00	100
18	34	Terceira Idade Cidadã	1.550.000,00	1.550.000,00	100	1.550.000,00	100
19	43	Idoso Sujeito Pleno	1.999.185,89	1.999.177,54	100	1.999.177,54	100

20	44	Primeiro Passo	8.500.000,00	8.489.896,93	99,88	8.485.919,21	99,83
21	48	Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência em Fortaleza	55.056,99	49.981,33	90,78	38.121,33	69,24
22	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	550.000,00	549.995,45	100	549.995,45	100
23	68	De Volta Pra Casa: Uma Proposta Metodológica de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	420.000,00	419.999,99	100	419.999,99	100
24	71	Garantindo à Acessibilidade	1.000.000,00	1.000.000,00	100	1.000.000,00	100
25	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	1.385.512,40	1.385.512,40	100	101.937,39	7,36
26	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	8.000.000,00	7.994.816,65	99,94	7.994.816,65	99,94
27	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	898.000,00	837.975,40	93,32	837.975,40	93,32
28	152	Construção da Unidade Socioeducativa de Internação do município de Sobral	500.000,00	500.000,00	100	0,00	0
29	170	Construção de Unidade Socioeducativa no município de Juazeiro do Norte	500.000,00	100.000,00	20	0,00	0
30	181	Geração Livre	210.000,00	209.999,99	100	209.999,99	100
31	183	Construção do Acesso ao Abrigo Desembargador Olívio Câmara (ADOC)	76.597,29	76.597,29	100	76.597,29	100
32	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	900.000,00	100	900.000,00	100
33	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB, CECAL)	627.057,65	491.842,41	78,44	86.949,60	13,87
34	242	Centro das Rendeiras do Iguape	111.862,07	93.921,63	83,96	93.921,63	83,96
35	258	Política Integrada de Economia Solidária	59.208,42	59.208,42	100	59.208,42	100
Total			75.581.211,65	74.807.825,67	98,98	72.258.069,33	95,60

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 18 – Percentual de Recursos Planejados/Empenhados/Pagos



4.3.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela STDS incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Assistenciais, nas modalidades Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Segurança Alimentar e Nutricional; e Projetos Estruturantes, na subcategoria Inclusão Produtiva Urbana.

Projetos Assistenciais:

- Proteção Social Básica, envolvendo os projetos de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos conforme identificação da vulnerabilidade apresentada;
- Proteção Social Especial, agregando os projetos que tem como foco as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados;
- Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo os projetos que contribuem para a melhoria das condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente e modo permanente.

Projetos Estruturantes:

- Inclusão Produtiva Urbana que inclui os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho.
- Infraestrutura Comunitária, que envolve projetos de construção e reforma de equipamentos públicos que beneficiam toda a comunidade.

4.3.2.1. Projetos Assistenciais

Proteção Social Básica (Ação Preventiva)

Em 2014 foram apoiados com recursos do FECOP 10 projetos na categoria Proteção Social Básica que se destacam por prestar de forma articulada as seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

O orçamento total desta categoria para o ano de foi de R\$27.370.000,00 (vinte e sete milhões e trezentos e setenta mil reais), sendo executado R\$ 27.249.259,16 (vinte e sete milhões, duzentos

e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), que corresponde a 99,55% do valor planejado para o ano, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 39 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Proteção Social Básica

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	13	Estação Família	1.500.000,00	1.476.290,87	98,42	1.438.790,87	95,92
2	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Círcos e CIP'S)	6.500.000,00	6.456.204,83	99,33	6.456.204,83	99,33
3	18	Espaço Viva Gente	2.000.000,00	1.994.257,27	99,71	1.994.257,27	99,71
4	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.400.000,00	2.356.302,74	98,18	2.352.645,63	98,03
5	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.200.000,00	2.196.250,00	99,83	2.178.250,00	99,01
6	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.700.000,00	2.699.958,00	100	2.699.958,00	100
7	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	7.300.000,00	100	7.208.200,00	98,74
8	32	Investimento Cidadão	670.000,00	670.000,00	100	670.000,00	100
9	34	Terceira Idade Cidadã	1.550.000,00	1.550.000,00	100	1.550.000,00	100
10	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	550.000,00	549.995,45	100	549.995,45	100
Total			27.370.000,00	27.249.259,16	99,55	27.098.302,05	99,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Todas as ações da Proteção Social Básica têm como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma unidade pública municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, bem como à articulação destes serviços no seu território de abrangência e a atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

O Projeto Estação Família capacita equipes técnicas municipais para trabalhar o desenvolvimento de competências familiares nos eixos de cognição, de relações e de direitos juntos às famílias, contribuindo para o empoderamento das mulheres.

A Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) é um serviço ofertado necessariamente no CRAS, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, e contribuir na melhoria de sua qualidade. O cofinanciamento dos PAIF

constitui-se num grande avanço na forma de executar a Política da Assistência Social, alterando a lógica do financiamento entre o Município e o Estado, e desses com a União; e, permite viabilizar o atendimento das necessidades efetivamente identificadas nos territórios dos municípios, de acordo com sua natureza.

A Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza é uma ação continuada, que objetiva apoiar técnica e financeiramente os municípios nas despesas de custeio relativas a auxílios-natalidade e funeral, os quais se caracterizam como benefício da proteção social básica, assegurados pela Política da Assistência Social à populações em situação de risco, que se enquadram em critérios pré estabelecidos em dispositivos legais.

Registra-se, ainda, as ações dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, implementadas através dos projetos voltados para idosos, deficientes, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social dentre outros. Nessa ótica, foram implementados os projetos Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais, Espaço Viva Gente, Investimento Cidadão, Terceira Idade Cidadã, Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social, Famílias Desafios à Inclusão Social e Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social Básica).

Nesse contexto, destacam-se os projetos Espaço Viva Gente, que se caracteriza como uma unidade pública integrante da rede socioassistencial com função de proteção social básica junto às crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir os riscos sociais através da implementação de estratégias de arte-cultura, esporte e qualificação profissional para o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Com o mesmo foco evidencia-se o projeto Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais cujo objetivo é fortalecer a cidadania de crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 17 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, através de ações que visem o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As atividades socioeducativas, estão consolidadas nos eixos estratégicos: esporte, nutrição, arte e cultura, informática e trabalho com as famílias. As ações são ofertadas nos contraturnos da escola, de forma que os usuários possam ter um atendimento complementar à jornada escolar. O referido projeto é executado em parceria com entidade comunitária, buscando a participação de representantes da sociedade civil e a divisão de responsabilidades na solução dos problemas vivenciados pelo público alvo. Cita-se ainda a municipalização da Unidade do Conjunto são Miguel em Caucaia como parte do reordenamento da Proteção Social Básica no Estado.

Grupo de Chorinho - Espaço Viva Gente



Font
e:
STD
S

Pro
teç
ão
So
cial
Es
pe
cial
(Aç
ão
Pro

tativa)

Neste subgrupo estão sendo apoiados 9 projetos, cujo orçamento para 2014 é de R\$18.563.979,91 (dezoito milhões, quinhentos e sessenta e três mil. Novecentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos), sendo executado R\$18.128.092,27 (dezoito milhões, cento e vinte e oito mil, noventa e dois reais e vinte e sete centavos) o que corresponde 97,65% do valor planejado, conforme o quadro a seguir:

Quadro 40 - Projetos Assistenciais - Proteção Social Especial

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	299.529,37	99,84	299.529,37	99,84
2	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.152.155,13	5.151.896,68	99,99	5.151.328,21	99,98
3	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	5.897.125,49	5.881.976,29	99,74	5.792.912,42	98,23

4	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	2.300.000,00	100	2.300.000,00	100
5	43	Idoso Sujeito Pleno	1.999.185,89	1.999.177,54	100	1.999.177,54	100
6	68	De Volta Pra Casa: Uma Proposta Metodológica de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	420.000,00	419.999,99	100	419.999,99	100
7	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	1.385.512,40	1.385.512,40	100	101.937,39	7,36
8	181	Geração Livre	210.000,00	209.999,99	100	209.999,99	100
9	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	900.000,00	100	900.000,00	100
Total			18.563.978,91	18.128.092,27	97,65	16.754.884,92	92,42

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Trata-se da modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, abuso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São situações que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções. Portanto, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos, que assegurem a proteção aos direitos, à qualidade na atenção protetiva e à efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

É interessante ressaltar que o atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram totalmente rompidos, requer maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada, assim como um acompanhamento sistemático e monitorado.

Desse modo, para dar concretude a essas demandas, foram implantados os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que funcionam como unidades de atendimento especializadas, de abrangência municipal ou regional, que ofertam serviços continuados, e tem como foco a família e a situação vivenciada.

Além do atendimento ofertado pelo CREAS Regional de Fortaleza em nossa capital e municípios vinculados (Acarape, Barreira, Chorozinho e Pindoretama), o Projeto co-financia 39 CREAS Municipais do interior do Estado do Ceará, conforme os indicadores do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS.

Outro projeto que merece destaque é “Idoso Sujeito Pleno” que garante o abrigo a pessoas idosas com direitos ameaçados ou violados na Unidade de Abrigo dos Idosos, onde são ofertadas atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade considerando a necessidade de manter o idoso ativo e participante da vida comunitária. Como avanço, cita-se a parceria com a Universidade Estadual do Ceará/Rede de saúde municipal de Fortaleza para ministrar cursos de capacitações aos servidores lotados na instituição como forma de melhorar o padrão de atendimento destinados aos beneficiários.

Nesta perspectiva, os projetos financiados pelo FECOP vêm fortalecendo os referidos serviços de Proteção Social Especial. Destacam-se os projetos que estão em andamento voltados aos serviços de acolhida e abrigo para crianças, adolescentes, idosos e mulheres vítimas de violência: Novos Caminhos para Proteção de Mulheres - Casa do Caminho, Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono - Abrigo Desembargador Olívio Câmara e Tia Júlia e Idoso Sujeito Pleno.

Merece destaque neste ano o Projeto Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes, fruto de uma parceria exitosa entre a STDS e o Instituto Piamarta, com a finalidade de ampliar o atendimento através do acolhimento institucional, desenvolvendo estratégias preventivas ao agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos. Para tanto, busca oferecer a crianças e adolescentes educação e promoção social por meio de atendimento em tempo integral (24h), acolhendo-as em unidades socioassistenciais e educativas, que suprem as suas necessidades básicas e fortalecem a manutenção de vínculos familiares, contribuindo para a formação de cidadãos com valores humanos sólidos.

Há ainda, o projeto Geração Livre, que têm como alvo os jovens em conflito com a Lei, internados em unidades socioeducativas privativas de liberdade. Oferta um rol de ações, tais como: oficinas de profissionalização, prática esportiva, encontro sistemático com as famílias dos internos, e a construção de um projeto de vida que busque a ressignificação e a formação de novos valores, para o retorno à vida social/comunitária, após o cumprimento da medida socioeducativa de internação.

Registra-se ainda, que todos os serviços de Proteção Social Especial atuam diretamente ligados ao Sistema de Garantia de Direito (SGD), que é a articulação e a integração de várias instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Compõem este sistema órgãos como: Ministério Público, Juizado da Infância e da

Adolescência, Defensoria Pública dentre outros. Na prática, o SDG visa dar celeridade a todas as questões que envolvam esses segmentos.

Unidade de Abrigo dos Idosos



Fonte: STDS

Segurança Alimentar e Nutricional

Em 2014 foram destinados à área de Segurança Alimentar e Nutricional, recursos na ordem de R\$930.000,00 (novecentos e trinta mil reais), com limite semestral de mesmo valor, sendo executado R\$926.783,87 (novecentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), correspondente a 99,65% do valor planejado, conforme registro no quadro a seguir.

Quadro 41 - Projetos Assistenciais - Segurança Alimentar e Nutricional

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	28	Restaurante Popular Mesa do Povo	930.000,00	926.783,87	99,65	922.304,97	99,17
Total			930.000,00	926.783,87	99,65	922.304,97	99,17

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional prevê a implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O objetivo do SISAN é articular políticas na área, de modo a criar condições de assegurar de forma sustentável o direito à alimentação, em quantidade,

qualidade e regularidade, suficientes à sobrevivência. As ações federais na área de Segurança Alimentar e Nutricional, estão organizadas em três eixos de atuação: apoio à produção, comercialização e consumo.

Os projetos dessa categoria, apoiados pela STDS, incluem-se no terceiro eixo, com ações de promoção do direito humano a alimentação adequada às pessoas em situação de insegurança alimentar, que fazem suas refeições fora do domicílio. Logo, através do Restaurante Popular Mesa do Povo, acontece a ampliação da oferta de refeições adequadas a preços acessíveis, à população de baixa renda.

O público beneficiário do restaurante é formado por trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Destaca-se que nos meses de março e junho, foi realizada a pesquisa de satisfação junto aos usuários. Os dados pesquisados apontaram que 80% dos frequentadores estão muito satisfeito com a qualidade da alimentação ofertada e também preços cobrados. Também registra-se a programação de capacitação desenvolvida pela equipe do restaurante através de palestras, minicursos e oficinas sobre práticas alimentares saudáveis e eventos socioculturais.

Informa-se ainda, que o “Restaurante Popular Mesa do Povo” estava sendo mantido pela STDS desde 2002, mas foi repassado para Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) / Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome (SETRA), desde o dia 01/07/2014.

Restaurante Popular Mesa do Povo



Fonte:
STDS

4.3.2.
2.
Proje
tos
Estru
turan
tes

Inclusão Produtiva Urbana (Fomento e Capacitação)

Em 2014 foram apoiados com recursos do FECOP 10 projetos de inclusão produtiva, cujo orçamento total é de R\$26.901.715,73 (vinte e seis milhões, novecentos e um mil, setecentos e quinze reais e setenta e três centavos), sendo executado R\$26.821.329,05 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e nove reais e cinco centavos), que corresponde a 99,70% do valor planejado, conforme o quadro a seguir:

Quadro 42 - Projetos de Inclusão Produtiva Urbana

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	08 10 40	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	4.490.000,00	4.490.000,00	100	4.490.000,00	100
2	12	Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	599.450,32	599.450,32	100	599.067,87	99,94
3	23	Juventude Empreendedora	1.550.000,00	1.550.000,00	100	1.550.000,00	100
4	26	Artesanato Competitivo	1.750.000,00	1.750.000,00	100	1.750.000,00	100
5	44	Primeiro Passo	8.500.000,00	8.489.896,93	99,88	8.485.919,21	99,83
6	48	Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência em Fortaleza	55.056,99	49.981,33	90,78	38.121,33	69,24
7	71	Garantindo à Acessibilidade	1.000.000,00	1.000.000,00	100	1.000.000,00	100
8	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	8.000.000,00	7.994.816,65	99,94	7.994.816,65	99,94
9	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	898.000,00	837.975,40	93,32	837.975,40	93,32
10	258	Política Integrada de Economia Solidária	59.208,42	59.208,42	100	59.208,42	100
Total			26.901.715,73	26.821.329,05	99,70	26.805.108,88	99,93

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Os projetos de Inclusão Produtiva coordenados pela STDS têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições para a autonomia dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional, ações de geração de ocupação e incentivo à economia popular e solidária.

Para tanto, no primeiro semestre do ano em curso, foram financiados 10 (dez) projetos de inclusão produtiva, sendo 05 direcionados para o fortalecimento do capital humano através das ações de capacitação e 05 que contemplam investimento em qualificação profissional articulada com ações de fomento, que vão gerar bens e aumentar as oportunidades de ocupação e renda para os excluídos dos processos produtivos.

Com essa finalidade destaca-se o projeto Primeiro Passo voltado para atender jovens com idade entre 16 e 24 anos de idade, cursando o ensino fundamental e médio. Também contempla os egressos do ensino público com renda de até ½ salário-mínimo. O projeto está dividido em três linhas de ação, a saber: Jovem Aprendiz – oferta cursos de formação técnico-profissional e inserção no mercado de trabalho; Jovem Estagiário – encaminha jovens para estagiar em empresas privadas e órgãos públicos; Jovem Bolsista.- oferta cursos de qualificação profissional e concede bolsa de capacitação.

O projeto CE – Jovem aprendizagem em Serviço qualifica para o mercado de trabalho, jovens entre 16 e 24 anos, que cursam ensino fundamental ou médio, bem como os egressos da rede pública de ensino. Encontra-se dividido em 4 linhas de ação: Jovem Aprendiz - Qualifica jovens através de formação técnico-profissional e simultaneamente insere em empresas privadas; Estágio Remunerado - encaminha os jovens para a realização de estágio nas empresas e os remunera através da bolsa estágio; Cursos Livres - capacita os jovens através de cursos de qualificação profissional; Jovem Bolsista – capacita os jovens através de cursos de qualificação profissional e concede bolsa capacitação.

O projeto Criando Oportunidade - Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense tem como objetivo contribuir para consolidar a política de geração de emprego, trabalho e renda preconizada pelo Governo do Estado articulada com outras políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento da cidadania e ampliação das oportunidades de inserção dos cidadãos cearenses em situação de vulnerabilidade social e econômica no mundo do trabalho. Para alcance desses objetivos no período em análise foi desenvolvido um conjunto de ações de capacitação que beneficiaram trabalhadores em Fortaleza.

Por sua vez, o projeto Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri vem oportunizando a geração de renda e o fortalecimento da atividade artesanal na região centro- sul do Estado.

É importante destacar também as ações do projeto Garantindo a Acessibilidade como uma ferramenta essencial para a inclusão de pessoas com deficiência (PCD's) na sociedade, através da identificação e desenvolvimento das habilidades e/ou qualificação profissional. Deste modo, esta mão de obra qualificada fica à disposição dos empregadores para alocação nas vagas disponíveis no mercado de trabalho destinadas a este segmento, conforme estabelecido na Lei nº 8.213/91. Esta Lei determina que as empresas com cem ou mais empregados, devem contratar em seus quadros funcionários PCD's.

Artesãos em atividade no Centro de Referência do Artesanato do Cariri



Fonte: STDS

Beneficiárias do Projeto Criando Oportunidades



Fonte: STDS

Infraestrutura Comunitária

Nesta categoria foram aprovados R\$1.815.517,01 (um milhão, oitocentos e quinze mil, quinhentos e dezessete reais e um centavo), sendo executado em 2014 o valor de R\$1.262.361,33, que representam 69,53% da programação do período conforme o quadro a seguir:

Quadro 43 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Infraestrutura Comunitária

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
	152	Construção da Unidade Socioeducativa de Internação do município de Sobral	500.000,00	500.000,00	100	0,00	0
	170	Construção de Unidade Socioeducativa no município de Juazeiro do Norte	500.000,00	100.000,00	20	0,00	0
	183	Construção do Acesso ao Abrigo Desembargador Olívio Câmara (ADOC)	76.597,29	76.597,29	100	76.597,29	100
	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB, CECAL)	627.057,65	491.842,41	78,44	86.949,60	13,87
	242	Centro das Rendeiras do Iguape	111.862,07	93.921,63	83,96	93.921,63	83,96
Total			1.815.517,01	1.262.361,33	69,53	257.468,52	20,39

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Os projetos de Infraestrutura Comunitária são voltados para impulsionar as atividades que ampliam as oportunidades para um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade, através de equipamentos de uso coletivo de acordo com a especificidade do grupo atendido.

Vale evidenciar que o Centro das Rendeiras do Cariri foi inaugurado em fevereiro de 2014 e já se encontra em funcionamento. Os recursos previstos para o ano foram destinados para a contratação de obras de montagem do gradil de segurança.

Destacam-se três projetos de reforma e construção de equipamentos para cumprimento de medida socioeducativa de internação para adolescentes com autoria de atos infracionais que atenderão jovens da capital e do interior do Estado. As obras foram iniciadas e terão continuidade em 2015.

Centro de Rendeiras do Cariri



Fonte: STDS

4.3.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados no ano de 2014, no valor de R\$74.807.825,67 (setenta e quatro milhões, oitocentos e sete mil centavos), tem-se que a Região Metropolitana de Fortaleza foi contemplada com 65,57%, seguida pela macrorregião Cariri/Centro Sul com 9,26% e Sobral/Ibiapaba com 6,56%, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 44 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	49.052.790,56	65,57%	359.942	41,78%
2-LITORAL OESTE	3.693.505,42	4,93%	81.399	9,44%
3-SOBRAL/IBIAPABA	4.908.403,95	6,56%	91.734	10,64%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	2.242.311,69	2,99%	48.784	5,66%
5-SERTÃO CENTRAL	3.130.367,75	4,18%	66.549	7,72%
6-BATURITÉ	2.236.591,70	2,98%	34.401	3,99%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	2.611.646,04	3,49%	43.753	5,07%
8-CARIRI/CENTRO SUL	6.932.208,56	9,26%	134.911	15,66%
TOTAL	74.807.825,67	99,96%	861.473	99,96%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A concentração de recursos na RMF pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

- Conforme dados apresentados no Perfil Básico Municipal (IPECE/2013), 43,08% da população do Estado do Ceará vive na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Destes 85,51% estão concentrados em 4 municípios, quais sejam: Fortaleza com 67,46%; Caucaia 9,11%; Maracanaú 5,76% e Maranguape com 3,18%. Com efeito, pode-se inferir que a concentração de população em uma mesma região pode acarretar problemas sociais diversos, impactando na população mais pobre, público-alvo da STDS, e exigindo do poder público um investimento compatível com a dimensão dos problemas existentes.
- Destaca-se que aproximadamente 90% dos adolescentes envolvidos em atos infracionais são procedentes de Fortaleza e somente 10% são oriundos do interior do Estado, portanto há a necessidade de maior investimento na região para os jovens em situação de risco social. Destaca-se que as Unidades de Privação de Liberdade para cumprimento de Medida Sócio educativa de Internação para adolescentes, ficam localizadas em Fortaleza, mas recebe adolescentes de todo o Estado, sendo todos os internos alvo de projetos de inclusão produtiva.
- Os projetos de Proteção Social Especial destinados ao atendimento às crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social e abandono (abrigos), aos idosos, deficientes e mulheres vítimas de violência (abrigos), têm atuação centralizada no município de Fortaleza, apesar de atenderem a um público em todo o Estado.
- Na área do trabalho, os projetos Primeiro Passo, CE - Jovem Aprendizagem em Serviço e Garantindo a Acessibilidade tiveram a maioria de ações centradas na capital em função da demanda por qualificação profissional entre os mais jovens e da dinamicidade econômica da região metropolitana.

4.3.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- Beneficiados 16.150 artesãos por meio do Projeto Criando Oportunidades, sendo apoiadas 70 entidades artesanais, garantido a participação dos artesão em 2 eventos de negócios nacionais e com a realizada a 49ª. Feira Estadual do Artesanato (FEIRART);
- Realizados seminários estaduais para fortalecer a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária nos municípios de Itapipoca, Redenção e Tauá, beneficiando 3.000 artesãos.

- 5.000 artesãos beneficiados com as atividades de capacitação, participação em eventos comerciais nacionais e apoio a 45 entidades artesanais, promovidos pelo Centro de Referência do Artesanato do Cariri;
- 54 rendeiras beneficiadas com a conclusão da construção do Centro de Rendeiras do Iguape;
- Capacitados 5.579 jovens através do Projeto Primeiro Passo, sendo concedidas 3.630 bolsas;
- Capacitados 3.054 jovens através do Projovem Trabalhador, sendo 967 incluídos produtivamente;
- Capacitados 3.447 jovens por meio do Projeto CE Jovem - Aprendizagem em Serviço;
- Capacitados 613 jovens por meio do Projeto Juventude Empreendedora, sendo 120 inseridos no mercado de trabalho;
- Qualificadas 7.525 pessoas em 71 municípios através do Projeto Criando Oportunidades;
- Qualificados 371 jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação em 6 Centros Educacionais, através do Projeto Criando Oportunidades;
- Fornecidas 161.100 refeições no Restaurante Popular, correspondendo a 87,17% da meta programada para o período;
- Cofinanciados 181 Centros de Referência da Assistência Social nos municípios de forma regular e automática com serviços de Proteção e Atendimento integral à família em 159 municípios e beneficiando 130.250 famílias;
- Cofinanciados 162 municípios com benefícios eventuais (auxílio-funeral/auxílio de natalidade), atendendo a 14.506 pessoas;
- Beneficiadas 262 pessoas com deficiência da RMF com vales-transportes para o deslocamento aos serviços de educação e saúde;
- Atendidos 2.071 pessoas no Centro de Profissionalização Inclusiva que se encontra funcionamento, com 90,78% de equipamentos adquiridos;
- Qualificadas 613 pessoas com deficiência para o mercado de trabalho através do projeto Garantindo a Acessibilidade;
- Atendidos 2.940 pessoas com deficiência em 42 municípios apoiados técnica e financeiramente por meio do Projeto Investimento Cidadão;
- Atendidos 7.000 idosos em 70 municípios apoiados técnica e financeiramente para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa;
- Realizada a V Jornada da Pessoa com Deficiência com a participação de 180 técnicos;
- Capacitados 60 técnicos para atuação junto aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa com Deficiência;
- Realizados 2 eventos com a temática dos Direitos do Idoso, sendo o Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa e o Dia do Idoso;

- Realizada a Reforma de 01 Unidade Socioeducativa para adolescentes privados de liberdade (Centro Educacional Dom Bosco);
- Atendidas 4.565 famílias com direitos sociassistenciais pelos CREAS em Fortaleza e municípios vinculados;
- Acolhidos 134 idosos no Abrigo dos Idosos por meio do Projeto Idoso Sujeito Pleno;
- Acolhidas 64 mulheres vítimas de violência familiar na Casa do Caminho;
- Acolhidos 191 crianças, adolescentes e adultos nos Abrigos Tia Júlia e Desembargador Olívio Câmara (ADOC);
- Acolhidos 392 crianças e adolescentes na Casa da Criança Pe. João Piamarta, através do projeto Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes;
- Atendidos 301 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e seus familiares, por meio do Projeto Geração Livre;
- Atendidas 7.900 famílias em 79 municípios através do Projeto Estação Família e capacitados 258 técnicos para atuarem junto às famílias;
- 5.046 pessoas atendidas e 54 entidades apoiadas com recursos financeiros e assessoramento técnico, por meio do Projeto Fortalecimento da Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica;
- Acompanhados 155 crianças e adolescentes em situação de rua por meio do Projeto De Volta pra Casa;
- Acolhidas 996 pessoas através do Projeto Fortalecimento da Rede de Assistência Social parceiras da STDS, conveniada em 15 municípios;
- Atendidas 600 crianças e adolescentes através do Projeto Espaço Viva Gente;
- 5.300 crianças, adolescentes e jovens atendidos em 13 bairros da capital através do Projeto Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais;
- Atendidas 5.000 pessoas através das atividades do projeto Famílias - Desafios e Inclusão Social;

Dificuldades

- Morosidade na contratação das entidades executoras devido aos processos administrativos e jurídicos que devem se enquadrar conforme as exigências estabelecidas na Lei de contratos e convênios de nº 119/2014;
- A lei estadual nº 15613/2014, que autoriza o repasse de recursos às entidades sem fins lucrativos por meio de convênios, foi publicada somente em 10 de junho de 2014. Em razão deste fator, os recursos só poderiam ser repassados às entidades selecionadas no Edital de Seleção Pública de Entidades/Instituições de Natureza Privada sem fins

lucrativos para fins de concessão de Subvenções Sociais/2014, após a publicação da lei no Diário Oficial;

- Aumento da demanda para abrigamento de idosos em situação de vulnerabilidade social ocasionando a queda do padrão dos serviços ofertados, uma vez que o atendimento foi realizado além da capacidade;
- Atrasos no andamento dos processos licitatórios, que impossibilitaram a aplicação dos recursos disponibilizados pelo FECOP aos projetos Economia Solidária, Centro das Rendeiras, Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos;
- Morosidade das prefeituras para alterar o CNPJ municipal junto a Receita Federal para abertura de Conta bancária vinculada para recebimento dos recursos do Cofinanciamento repassados pelo Fundo Estadual de Assistência social, conforme exigência da Instrução normativa nº 1.143 de 11/04/2011.
- O valor do recurso financeiro transferido aos municípios cofinanciados está defasado em relação à base de referência para o cofinanciamento estadual, que é de 50% do montante repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) aos municípios para a execução desse serviço. Atualmente o MDS utiliza como referência o valor de R\$2,40 (dois reais e quarenta centavos) por família referenciada, observando a classificação por porte do município, de acordo com a Portaria 116 de 22 de outubro de 2013. Contudo o Estado ainda utiliza a referência anterior de R\$1,80 (um real e oitenta centavos) por família referenciada.
- Alguns jovens abandonam as atividades socioassistenciais ofertadas pela Proteção Social Básica em função do ingresso precoce em atividades de trabalho em tempo integral, dificultando a continuidade do acompanhamento realizado pelos profissionais destes serviços.

4.4. Secretaria das Cidades

4.4.1. Aspectos Gerais

A Secretaria das Cidades (CIDADES) é responsável pela implementação das políticas de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento, sendo estruturada em conformidade com as diretrizes do Ministério das Cidades. Apresenta como missão “Promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará por meio de ações de estruturação urbana, habitação, saneamento ambiental e fortalecimento institucional dos municípios”.

Compreende a necessidade de uma gestão fundamentada em estratégias de inclusão social para a construção de uma cidade que respeite e garanta o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a presente e futuras gerações.

Por conseguinte, opera 04 (quatro) Programas de Governo de caráter finalístico, conforme destacado no Plano Plurianual 2012- 2015: Habitacional, Desenvolvimento Urbano, Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Regional.

Desde sua criação, o FECOP tem colaborado de forma exclusiva ou compondo a contrapartida para a captação de recursos externos, tendo em vista a viabilização da execução de projetos que atendam as necessidades e as expectativas da sociedade. A Secretaria das Cidades formaliza parcerias institucionais, entre as quais se destacam as realizadas com o Governo Federal e com organismos internacionais.

Em 2014, a Secretaria obteve a aprovação do CCPIS, para alocação de recursos do FECOP em 23 projetos, divididos nas áreas de Habitação (12), Urbanização (04), Saneamento Básico (05), Comercialização (01) e Ocupação e Renda - Capacitação e Fomento (01). Desse total, 8 (oito) são financiados com recursos exclusivos do Fundo e 15 (quinze) contam também com recursos de outras fontes.

A programação inicial para a Secretaria das Cidades no início de 2014 perfaz o total de R\$60.793.254,58 (sessenta milhões, setecentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos). No segundo semestre esse valor foi ajustado para R\$49.864.423,35 (quarenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos). Desse valor foram empenhados no período em análise R\$45.312.483,35 (quarenta e cinco milhões, trezentos e doze mil,

quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos) correspondendo a 90,87% do limite concedido a CIDADES (Quadro 45).

Quadro 45 – Execução Financeira CIDADES

Nº	Mapp	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	7.338.754,58	7.156.068,20	97,51	7.155.891,39	97,51
2	2	Rio Maranguapinho(Barragem,Dragagem,Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	7.508.637,75	7.424.922,01	98,89	7.362.906,17	98,06
3	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	5.443.587,34	5.443.298,16	99,99	5.443.298,16	99,99
4	9	Alvorada – Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com Menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM	156.798,21	156.798,21	100,00	156.798,21	100,00
5	26	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza	226.251,12	-	0,00	-	0,00
6	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	2.144.739,55	1.548.334,50	72,19	1.548.334,50	72,19
7	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão	119.792,32	119.792,32	100,00	119.792,32	100,00
8	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	1.823.922,90	1.823.922,90	100,00	494.612,23	27,12
9	512	Inserção Produtiva - Apoio aos APLs	130.000,00	130.000,00	100,00	125.250,00	96,35
10	835	Fogões Sustentáveis	2.208.512,49	2.208.512,49	100,00	2.208.512,49	100,00
11	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	652.609,89	563.025,89	86,27	563.025,89	86,27
12	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.614.276,41	1.537.692,29	95,26	1.537.692,29	95,26
13	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	2.992.191,96	2.654.217,20	88,70	2.654.217,20	88,70
14	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	135.000,00	135.000,00	100,00	53.400,00	39,56
15	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	2.030.241,16	2.030.241,16	100,00	2.030.241,16	100,00
16	1612	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento até 50.000 Habitantes	21.000,00	21.000,00	100,00	21.000,00	100,00
17	1613	Fogões Sustentáveis	82.534,25	82.534,25	100,00	82.534,25	100,00
18	1782	Habitação Rural - PNHR	1.233.917,00	1.209.753,65	98,04	1.209.753,65	98,04
19	2039	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará - FAR	4.192.000,00	4.192.000,00	100,00	4.192.000,00	100,00
20	2081	Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira – FAR - Etapas(I, III, V, VII) - Caucaia-CE	3.681.467,47	3.681.467,47	100,00	3.681.467,47	100,00
21	2224	Habitação Rural - PNHR	3.831.938,95	2.635.902,65	68,79	2.635.902,65	68,79
22	2289	Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza	806.250,00	-	0,00	-	0,00
23	2924	Construção de Centro de Comercialização da Produção de Agricultores Familiares - Município de Icó/Distrito Lima Campos	1.490.000,00	558.000,00	37,45	0,00	0,00
Total			49.864.423,35	45.312.483,35	90,87	43.276.630,03	86,79

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF.

4.4.2. Desenvolvimento

O Decreto Nº29.910, de 29 de setembro de 2019, que regulamenta a Lei Complementar Estadual Nº37, de 26 de novembro de 2003, que, por sua vez, instituiu o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), afirma no seu art. 25 que o FECOP apoiará programas divididos em duas grandes categorias: programas assistenciais e programas estruturantes.

A Secretaria das Cidades conta apenas com projetos classificados na categoria estruturante que compreende:

a) Infraestrutura:

- Domiciliar (Habitação) - cujo produto beneficia um indivíduo ou uma família;
- Comunitária (Urbanização, Saneamento Básico e Comercialização) - que engloba os projetos cujo produto gerado beneficia toda uma comunidade.

b) Ocupação e Renda:

- Inclusão Produtiva Rural - Ocupação e Renda (Capacitação e Fomento) - abrange projetos direcionados para o fortalecimento da agricultura familiar através de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural e fomento.

4.4.2.1. Projetos de Infraestrutura Domiciliar

- **Habitação**

Os projetos enquadrados na categoria Habitação visam contribuir para a redução do déficit habitacional qualitativo e quantitativo no Estado do Ceará.

A Secretaria das Cidades, na área habitacional, promoveu ações que objetivaram a oferta de moradia digna às famílias excluídas dos mecanismos de mercado para a aquisição da casa própria. De modo especial, são ofertadas unidades habitacionais para famílias em situação de risco residentes em áreas ambientalmente degradadas, recuperadas por meio da execução de projetos de melhoria urbana e ambiental.

Em paralelo, a Secretaria das Cidades oferece o trabalho social visando garantir e dar a sustentabilidade aos empreendimentos e a sua apropriação pelo público beneficiado. É desenvolvido em parceria com órgãos e entidades e viabiliza o acesso das comunidades

beneficiadas a outros serviços públicos, a exemplo da energia elétrica, educação, saúde, coleta de lixo, entre outros.

Com o intuito de reduzir o déficit quantitativo, são desenvolvidos projetos voltados para a construção de unidades habitacionais de interesse social dotadas de infraestrutura (terraplanagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação de vias, passeios, abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica). Esses projetos são executados em parceria com a União, Municípios e entidades vinculadas à construção civil.

Com o objetivo de reduzir o déficit qualitativo no Estado do Ceará, a Secretaria das Cidades executa projetos destinados a melhorias habitacionais, com destaque para os fogões sustentáveis e as reformas.

Em 2014, foram apoiados com recursos FECOP 12 (doze) projetos habitacionais sendo 8 (oito) destinados a redução do déficit habitacional quantitativo através da construção de novas unidades, desenvolvidos em parceria com o Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), operacionalizados pela CAIXA; 3 (três) destinados a redução do déficit habitacional qualitativo, dos quais 2 (dois) por meio da distribuição e instalação de fogões sustentáveis e 1 (um) relacionado a melhorias em unidades habitacionais; e 1(um) projeto para pagamento de aluguel social, que objetiva a realocação temporária de famílias impactadas por projetos estruturantes, que serão beneficiadas com unidades habitacionais ainda não concluídas.

Os projetos Rio Cocó (Ações Habitacionais), fogões sustentáveis e aluguel social são financiados exclusivamente com recursos do FECOP.

Os projetos direcionados a categoria Infraestrutura Domiciliar - Habitação totalizaram o montante de R\$26.214.225,79 (vinte e seis milhões, duzentos e quatorze mil, duzentos e vinte cinco reais e setenta e nove centavos), **(Quadro 46)** o que representa 52,57% do volume de recursos disponibilizados para a Secretaria das Cidades pelo FECOP em 2014, em relação ao valor ajustado (R\$49.864.423,35).

Desse total foi empenhado R\$23.915.505,76 (vinte e três milhões, novecentos e quinze reais, quinhentos e cinco reais e setenta e seis centavos) o que corresponde a 91,23% do valor programado no período em análise para a categoria Habitação e pagos R\$22.981.720,32 (vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e vinte reais e trinta e dois centavos), equivalente a 96,43% do valor empenhado **(Quadro 46)** .

Quadro 46 – Execução financeira - Infraestrutura Domiciliar – Habitação

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	7.338.754,58	7.156.068,20	97,51	7.155.891,39	97,51
2	835	Fogões Sustentáveis	2.208.512,49	2.208.512,49	100,00	2.208.512,49	100,00
3	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	652.609,89	563.025,89	86,27	563.025,89	86,27
4	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	135.000,00	135.000,00	100,00	53.400,00	39,56
5	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	2.030.241,16	2.030.241,16	100,00	2.030.241,16	100,00
6	1612	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento até 50.000 Habitantes	21.000,00	21.000,00	100,00	21.000,00	100,00
7	1613	Fogões Sustentáveis	82.534,25	82.534,25	100,00	82.534,25	100,00
8	1782	Habitação Rural - PNHR	1.233.917,00	1.209.753,65	98,04	1.209.753,65	98,04
9	2039	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará	4.192.000,00	4.192.000,00	100,00	4.192.000,00	100,00
10	2081	Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira - Etapas(I, III, V, VII) - Caucaia-CE	3.681.467,47	3.681.467,47	100,00	3.681.467,47	100,00
11	2224	Habitação Rural - PNHR	3.831.938,95	2.635.902,65	68,79	2.635.902,65	68,79
12	2289	Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza	806.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			26.214.225,79	23.915.505,76	91,23	23.833.728,95	90,92

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF.

Projetos que contribuem para redução do déficit quantitativo



A Secretaria das Cidades desenvolve 3 (três) projetos habitacionais de caráter estruturante (Projeto Habitacional Maranguapinho, Cocó e Dendê) nos quais os recursos do FECOP se constituem na contrapartida aos recursos obtidos junto ao Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O **Projeto FECOP habitacional Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais) (Mapp 1)** é parte integrante do Projeto Rio Maranguapinho que encontra-se em execução por meio de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades, beneficiando direta e indiretamente aproximadamente 30.000 pessoas. Está relacionado ao projeto de urbanização Projeto Rio Maranguapinho - Trecho I, II, III – PAC 1 (Barragem, Dragagem e Urbanização) que visa o controle de cheias, urbanização das margens, recuperação socioambiental do rio e implantação de equipamentos sociais.

Esse Projeto tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio. As áreas de risco do Rio Maranguapinho, que representam 48,57% das áreas de risco de Fortaleza, possuem sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do Rio.

No âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, a CIDADES programou a construção de 13 (treze) residenciais que totalizam 6.547 unidades habitacionais e estão localizados nos municípios de Fortaleza (07), Maranguape (01), Caucaia (02), Maracanaú (03), dos quais seis já estão construídos e habitados (**Quadro 47**).

Em 2014 o Projeto FECOP habitacional Rio Maranguapinho apresentou como meta o reassentamento de 612 famílias através da construção de 612 unidades habitacionais no Residencial Aldemir Martins em Fortaleza.

Para viabilizar o alcance desta meta foi programado para esse projeto um valor total de R\$16.101.879,00 (dezesseis milhões, cento e um mil, oitocentos e setenta e nove reais) dos quais R\$7.338.754,58 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) correspondem à fonte FECOP e R\$8.763.124,42 (oito milhões, setecentos e sessenta e três mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC). Em 2014, no que se refere aos recursos do FECOP, foram empenhados 97,51% do valor programado e pagos 99,99% do valor empenhado.

Em 2014, a Secretaria das Cidades deu continuidade às obras do Residencial Aldemir Martins e Santo Sático. Os outros três residenciais (Residencial Itamar Franco (Caucaia), o Residencial Zilda Arns (Caucaia) e Residencial José Alencar (Fortaleza) estão paralisados por orientação do Ministério das Cidades, que solicitou a migração dos recursos a serem obtidos através do PAC para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O Estado do Ceará acatou a sugestão do Ministério das Cidades, formalizou o pedido junto à CAIXA e aguarda o retorno da solicitação.

A previsão para 2014 era concluir o Residencial Aldemir Martins e reassentar 612 famílias, no entanto houve atraso da Cagece na conclusão da Estação de Tratamento de Esgoto e atraso da Coelce no início das obras da rede de energia elétrica.

A execução financeira ocorrida em 2014 refere-se ao pagamento das medições dos Residenciais em execução. A população beneficiada só será registrada nesse projeto à proporção em que as unidades habitacionais forem concluídas e entregues.

Quadro 47 – Residenciais do Projeto Rio Maranguapinho

EMPREENHIMENTO		QUANT. DE UNIDADES	TIPOLOGIA	ÁREA DO APTO (M2)	STATUS
1	Residencial Leonel Brizola	576	APTO	44,57	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
2	Residencial Juraci Magalhães	336	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
3	Residencial Miguel Arraes	1212	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
4	Residencial Rachel de Queiroz	324	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
5	Residencial Blanchard Girão	108	CASA	52,45	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
6	Residencial Lupe De Paula	69	CASA	43,78	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
7	Residencial Eleazar de Carvalho	696	APTO	44,46	OBRA PARALISADA
8	Residencial Santo Sátiro	128	APTO	44,09	OBRA EM EXECUÇÃO
9	Residencial Aldemir Martins	612	APTO	52,45	OBRA EM EXECUÇÃO
10	Residencial José Alencar	870	APTO	44,46	OBRA EM EXECUÇÃO
11	Residencial Itamar Franco	822	APTO	44,46	OBRA PARALISADA
12	Residencial Zilda Arns	282	APTO	44,46	OBRA PARALISADA
13	Residencial Pajuçara	512 456(A)+56(C)	APTO/ CASA	44,46/ 43,78	EM PROCESSO LICITATÓRIO
Total		6.547			

Fonte: Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Projetos Especiais (COPES)

Figura 1 - Obra do Residencial Aldemir Martins



O **Projeto FECOP habitacional Rio Cocó (Ações Habitacionais) (Mapp 1516)**, que utiliza exclusivamente a fonte FECOP, integra uma proposta mais ampla denominada Projeto Rio Cocó que conta com recursos do FECOP e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Tem como público alvo a população de baixa renda residente nas áreas referentes

aos Trechos I, II e III (compreendidos entre a Av. Valparaíso e a BR 116), às margens do rio.

Este projeto possui caráter multisetorial que inclui construção de barragem, dragagem e Urbanização das margens do Rio Cocó visando o controle de cheias, urbanização das margens com recuperação ambiental das áreas ribeirinhas, construção de unidades habitacionais de interesse social, execução de trabalho técnico social, implantação/ampliação da infraestrutura de saneamento. O conjunto de suas intervenções beneficiará aproximadamente 41.575 mil pessoas que residem no município de Fortaleza.

Figura 2 - Habitações Indenizadas pelo Projeto Rio Cocó



A meta do projeto para 2014 consistia em liberar 35% do total da área da obra de urbanização do Rio Cocó e realizar 106 indenizações de benfeitorias.

Para viabilizar o alcance desta meta o projeto estimou valor de R\$2.030.241,16 (dois milhões, trinta mil, duzentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos) dos quais foram empenhados e pagos 100% dos recursos programados para 2014.

Em 2014 foram negociadas e pagas as 106 indenizações de benfeitorias de imóveis da área da urbanização do Trecho III, (Br116 e Av. Paulino Rocha), liberando 25% do total da área da obra de urbanização. Quanto ao Projeto do Trabalho Técnico Social - PTTS encontra-se na etapa de definição das ações a serem desenvolvidas.

O Projeto FECOP habitacional Dendê (Ações Habitacionais) (Mapp 1378) integra uma proposta mais ampla do Projeto Dendê, que envolve as seguintes ações:

- Trabalho Técnico Social e Regularização Fundiária na área de intervenção e no reassentamento, que beneficiarão 3.845 famílias;
- Construção de 1.080 habitações no Residencial Dendê para o reassentamento das famílias originárias das áreas do Mangue, provenientes de locais onde haverá alargamento e abertura de ruas, bem como das coabitações identificadas;
- Desapropriação de Terrenos e Indenização de 641 benfeitorias, não enquadráveis no reassentamento;
- Execução das obras de Urbanização/Infraestrutura (água, esgoto, drenagem, iluminação, 04 praças) e pavimentação na área de Intervenção, que beneficiarão 2.765 famílias;
- Equipamento Comunitário (creche), que beneficiará 1.080 famílias;
- Recuperação/Melhorias de 1.200 unidades habitacionais.

Figura 3 – Área de Cobertura da Comunidade do Dendê



A realocação das famílias que se encontram na área de intervenção do Projeto Dendê é uma ação necessária e urgente, pois a situação de moradia é precária, faltam serviços básicos de infraestrutura e o estado de risco potencial de enchentes e inundações ameaçam, principalmente nos períodos invernosos, as famílias que residem na faixa de Proteção do Mangue do Cocó, agravando ainda mais as condições ambientais do lugar e diminuindo a qualidade de vida dessa população.

Figura 4 – Situação atual da área da Comunidade do Dendê



Para viabilizar o alcance dessa meta foi programado para o projeto um valor total de R\$10.055.476,69 (dez milhões, cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos) dos quais R\$652.609,89 (seiscentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e nove mil e oitenta e nove centavos) correspondem à fonte FECOP, e R\$9.402.866,80 (nove milhões, quatrocentos e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1). No que se refere aos recursos do FECOP, foram empenhados no exercício em análise 86,27% do valor programado e pagos 100% do valor empenhado.

Trata-se de um projeto apresentado ao CCPIS em 2014 que teve como meta executar 8,35% das obras de construção do Residencial Dendê e elaborar o Projeto Técnico Social.

A previsão para 2014 era iniciar o Residencial, porém a autorização da Prefeitura de Fortaleza e da SEMACE, para o manejo da fauna e flora só veio ocorrer em janeiro de 2015. Os gastos no exercício analisado referiram-se ao pagamento de taxas de aprovação junto aos órgãos competentes (Prefeitura, CREA, CAU) e a elaboração de projetos executivos.



Por intermédio da Secretaria das Cidades, o Governo do Estado do Ceará, empreendeu esforços com o intuito de mobilizar os agentes relacionados com o desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, do Governo Federal - Lei Federal nº 11.977/2009, alterada pela Lei Federal nº 12.424/2011, visando incrementar o desempenho da produção habitacional no Estado.

A criação de um Comitê Interinstitucional e a utilização do mecanismo de aporte de recursos do Estado aos recursos federais, autorizados pela Lei Estadual Nº15.143, de 23/04/2012 foram os instrumentos que possibilitaram o efetivo aumento da quantidade de unidades habitacionais contratadas.

A Secretaria das Cidades viabiliza a execução do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em três modalidades: Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o PMCMV 2 (Sub-50).

Na primeira modalidade apresentada - **PMCMV (FAR)** - os projetos apoiados são lastreados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), depositados no Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

Essa modalidade é voltada para o atendimento às famílias com renda mensal até R\$1,6 mil (um mil e seiscentos reais) residentes nas capitais, regiões metropolitanas das capitais e municípios com população acima de 50 mil habitantes. No Estado do Ceará poderão ser atendidos até 42 municípios. Essa modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais contratadas por intermédio de instituições financeiras oficiais federais.

Também são aplicados recursos oriundos de operações de financiamento do PMCMV no âmbito do Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento (CPAC/FGTS) nos termos do art. 9º-S da Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº4.158, de 22 de novembro de 2012 e Nº4.182, de 31 de janeiro de 2013, destinadas a complementar as contrapartidas em contratos do PMCMV nos quais o Estado do Ceará participa como contratante ou interveniente.

O marco regulatório encontra-se na Lei Nº 15.369 de 13 de julho de 2013, que autorizou o Poder Executivo a contratar Financiamentos junto a Instituições Financeiras Nacionais Integrantes do Sistema Financeiro Nacional, publicada no DOE de 24 de julho de 2013. Desde então o Estado do Ceará reúne esforços no sentido de contratar operações junto a CAIXA e BB.

Em 2014 a Secretaria das Cidades celebrou contrato junto a CAIXA e BB, na modalidade PMCMV (FAR), visando o aporte de recursos no âmbito do projeto Minha Casa Minha Vida para o Empreendimento Orgulho do Ceará e para o Residencial José Lino da Silveira Etapa (I, III, V e VII).

Os recursos de contrapartida do Estado para esses projetos são aportados de uma única vez nas contas específicas de cada projeto. Somente é possível contabilizar as unidades construídas e a população beneficiada após a conclusão do empreendimento/residencial.

Nesta modalidade do PMCMV - FAR, foram contratadas no ano de 2014 um total de 15.861 unidades habitacionais distribuídas em 10 (dez) municípios do Estado do Ceará (**Quadro 48**).

Quadro 48 – Unidades Contratadas por município – PMCMV – FAR - 2014

MAPP	EMPREENHIMENTO / OPERAÇÃO	BANCO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Nº DO INSTRUMENTO	Nº U.H	MUNICÍPIO
2295	Casa Nova Vida Nova	CAIXA	APF 0356.246-46	180	Crateús
2214	Frei Lucas	CAIXA	APF 0408.622-56	495	Canindé
2297	José Euclides Ferreira Gomes	CAIXA	APF 0411.816-53	2992	Fortaleza
2299	Riacho Verde I	CAIXA	APF 0408.151-68	144	Fortaleza
2301	Riacho Verde II	CAIXA	APF 0408.152-72	128	Fortaleza
2081	PMCMV I - José Lino da Silveira I	CAIXA	APF 0317.446-88	240	Caucaia
2081	PMCMV I - José Lino da Silveira III	CAIXA	APF 0317.449-19	288	Caucaia
2081	PMCMV I - José Lino da Silveira V	CAIXA	APF 0317.454-96	432	Caucaia
2081	PMCMV I - José Lino da Silveira VII	CAIXA	APF 0317.460-75	256	Caucaia
2666	Escritores - Residencial Castro Alves	CAIXA	APF 0322.203-94	264	Fortaleza
2666	Escritores - Residencial Carlos Drumond	CAIXA	APF 0322.211-51	144	Fortaleza
2666	Escritores - Residencial Jorge Amado	CAIXA	APF 0322.205-73	168	Fortaleza
2666	Escritores - Residencial Graciliano Ramos	CAIXA	APF 0322.212-65	312	Fortaleza
2666	Escritores - Residencial Monteiro Lobato	CAIXA	APF 0322.222-80	216	Fortaleza
2666	Escritores - Residencial Raquel de Queiroz	CAIXA	APF 0322.219-33	192	Fortaleza
2666	Escritores - Residencial Machado de Assis	CAIXA	APF 0322.217-15	352	Fortaleza
2211	Cidade Jardim II - Módulo I	BB	2013/3901-FAR 081	4976	Fortaleza
2212	Orgulho Tropical III	BB	2013/3901-FAR-080	1280	Sobral
2940	Residencial Pacatuba I	BB	2014/3901-FAR016	256	Pacatuba
2957	Residencial Edmilson Duarte Lima	BB	2014/3901-FAR 008	412	Quixeramobim
2939	Nossa Senhora do Livramento	BB	2014/3901-FAR 011	392	Trairi
2936	Rachel de Queiroz	BB	2014/3901-FAR013	1454	Quixadá
2303	Águas de Jaçanã (I, II e III)	CAIXA	APF 0419.221-33	288	Maracanaú
TOTAL				15861	

Fonte: Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Habitação e Interesse Social (CDHIS)

O Projeto FECOP PMCMV (FAR) - Empreendimento Orgulho do Ceará (Mapp 2039) tem por área de abrangência o município de Maracanaú, as margens da Rodovia 4º Anel Viário. Os beneficiários devem obedecer aos critérios básicos de seleção adotados pelo Programa.

A meta estabelecida para esse projeto foi de aportar recursos financeiros em caráter de subsídio para a construção de 2.096 unidades habitacionais no município de Maracanaú, destinadas às famílias residentes e inscritas no PMCMV desse município.

Para viabilizar o alcance desta meta foi programado, em 2014, o valor total de R\$136.240.000,00 (cento e trinta e seis milhões e duzentos e quarenta mil reais) dos quais R\$4.192.000,00 (quatro milhões, cento e noventa e dois mil reais) correspondem à fonte

FECOP e R\$132.048.000,00 (cento e trinta e dois milhões e quarenta e oito mil reais) correspondem ao aporte do Governo Federal. Os recursos disponibilizados pela fonte FECOP foram 100% empenhados e pagos.

O valor de contrapartida do Estado do Ceará foi aportado, em caráter de subsídio para a construção de 2.096 unidades habitacionais, em um único depósito exclusivo para o projeto, em conta da instituição financeira. A obra encontra-se em execução e a Secretaria das Cidades aguarda a prestação de contas pela instituição financeira (CAIXA).

As indenizações de benfeitorias de famílias ocupantes do terreno destinado a construção do Empreendimento Orgulho do Ceará foram iniciadas em 2013 e tiveram continuidade em 2014. Para efetivação dessa ação foi aprovado um projeto denominado “Indenizações às famílias afetadas pela construção da 1ª etapa do Empreendimento Orgulho do Ceará II – PMCMV – Maracanaú” (Mapp 2059) com recursos provenientes do Tesouro Estadual (fonte 00) e que possibilitou o pagamento de 57 indenizações de benfeitorias, com o total de recursos na ordem de R\$1.507.077,69, no ano de 2014.

Houve dificuldade na negociação dos valores de indenização das benfeitorias junto às famílias ocupantes do terreno, ocasionando atraso na liberação desse imóvel para a construção do empreendimento.

O Projeto FECOP Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira Etapa (I, III, V e VII) (Mapp 2081) é destinado às famílias inscritas no PMCMV e residentes no município de Caucaia.

A meta estabelecida para o projeto em 2014 foi construir 1.216 unidades habitacionais mediante aporte de recursos financeiros em caráter de subsídio. Com a conclusão desse empreendimento serão beneficiadas 5.046 pessoas, aproximadamente (4.15 pessoas por família).

Para viabilizar o alcance desta meta o projeto estimou para o ano o valor total de R\$75.517.426,50 (setenta e cinco milhões, quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos) dos quais R\$3.681.467,47 (três milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) correspondem à fonte FECOP, R\$63.766.659,03 (sessenta e três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e três centavos) correspondem ao aporte do Governo Federal (fonte extraorçamentária 22), e R\$6.069.300,00 (seis milhões,

sessenta e nove mil e trezentos reais) provenientes de crédito interno – CPAC/PMCMV – CEF (fonte 37).

O Estado repassou os recursos em um único desembolso para a conta específica do projeto na instituição financeira contratante da operação (CAIXA). No âmbito deste projeto foram contratadas 1.216 unidades habitacionais por meio do PMCMV – FAR (**Quadro 49**). No que se refere aos recursos FECOP, o valor disponibilizado foi 100% empenhado e pago.

A obra encontra-se em execução e as unidades habitacionais somente serão entregues aos beneficiários após a entrega definitiva do empreendimento e a aceitação por parte do agente financeiro e fiscalizador (CAIXA).

Quadro 49 - Unidades Contratadas PMCMV – FAR – Residencial José Lino Silveira - 2014

EMPREENDIMENTO / OPERAÇÃO	BANCO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Nº DO INSTRUMENTO	Nº U.H
PMCMV I - José Lino da Silveira I	CAIXA	APF 0317.446-88	240
PMCMV I - José Lino da Silveira III		APF 0317.449-19	288
PMCMV I - José Lino da Silveira V		APF 0317.454-96	432
PMCMV I - José Lino da Silveira VII		APF 0317.460-75	256
TOTAL			1.216

Fonte: Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Habitação e Interesse Social (CDHIS)

Outra modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida é o **Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)** que é regulamentado pelo Ministério das Cidades e direcionado para a população que vive no campo, a exemplo de agricultores familiares, trabalhadores rurais ou pertencentes às comunidades tradicionais.

O PNHR concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física) agricultor familiar ou trabalhador rural para a construção de unidade habitacional em área rural. O valor da subvenção do PNHR é de até R\$28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) para a edificação, até R\$400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social e até R\$600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme Portaria Nº 229, de 28 de maio de 2012.

O Estado do Ceará complementa o valor da subvenção federal, em até R\$4.000,00 (quatro mil reais) por unidade, conforme a Lei Nº15.143, de 23 de abril de 2012. O projeto

estabeleceu ainda como objetivo específico substituir as casas de taipa da zona rural por casas de alvenaria.

No âmbito dessa modalidade a Secretaria das Cidades obteve aprovação do CCPIS em 2014 para execução de 2 (dois) projetos, ambos com a mesma denominação Habitação Rural – PNHR.

O Projeto FECOP Habitação Rural – PNHR (Mapp 1782) estabeleceu como meta para 2014 aportar recursos financeiros em caráter de subsídio para contratação de 357 unidades habitacionais em municípios do Estado do Ceará que irão beneficiar 1.482 pessoas.

Para viabilizar o alcance dessa meta o projeto estimou o valor total de R\$18.233.917,00 (dezoito milhões, duzentos e trinta e três mil, novecentos e dezessete reais) dos quais R\$1.233.917,00 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, novecentos e dezessete reais) são oriundos da fonte FECOP, e R\$17.000.000,00 (dezessete milhões) são referentes aos recursos aportados pelo Governo Federal (fonte 22). Em 2014 foram empenhados e pagos R\$1.209.753,65 (um milhão, duzentos e nove mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos) da fonte FECOP, o equivalente a 98,04% dos recursos programados.

O Projeto FECOP Habitação Rural – PNHR (Mapp 2224) estabeleceu como meta para 2014 aportar recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de 957 unidades habitacionais em municípios do Estado do Ceará, beneficiando 957 famílias.

As famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa Minha do Governo Federal, são oriundas do cadastro municipal, inseridas no CADÚNICO e aprovadas segundo os critérios estabelecidos pelo PMCMV.

Para viabilizar o alcance dessa meta o projeto estimou o valor total de R\$8.031.938,95 (oito milhões, trinta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos) dos quais R\$3.831.938,95 (três milhões, oitocentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos) são oriundos da fonte FECOP, e R\$4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) são referentes aos recursos aportados pelo Governo Federal (fonte 22).

Em 2014 foram empenhados e pagos R\$2.635.902,65 (dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e dois reais e sessenta e cinco centavos), o equivalente a 68,79% dos recursos programados.

Os dois projetos, em 2014, realizaram ações de assistência técnica e a contratação de 1.232 unidades habitacionais junto ao agente financeiro CAIXA em 25 municípios do interior do Estado (**Quadro 50**).

Em 2014 foram concluídas e entregues 159 unidades habitacionais, distribuídas em 4 municípios (**Quadro 51**), beneficiando um total de 660 pessoas, aproximadamente. (4.15 pessoas por família).

Quadro 50 - Unidades Habitacionais Contratadas PNHR 2014

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIO	Nº DE U.H
1	Cascavel	49
2	Abaíara	50
3	Barro	50
4	Catarina	49
5	Caucaia	125
6	Fortim	37
7	Graça	6
8	Irauçuba	22
9	Itapajé	28
10	Itapipoca	24
11	Itarema	64
12	Maracanaú	49
13	Marco	50
14	Massapê	10
15	Mucambo	4
16	Nova Olinda	50
17	Ocara	38
18	Pacujá	55
19	Pedra Branca	66
20	Porteiras	50
21	São Benedito	27
22	Tejuçuoca	62
23	Trairi	50
24	Tururu	71
25	Umirim	146
TOTAL		1232

Fonte: Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Habitação e Interesse Social (CDHIS)

Quadro 51 - Unidades Habitacionais Entregues - PNHR - 2014

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIO	Nº DE U.H
1	Marco	36
2	Umirim	49
3	Milhã	49
4	Capistrano	25
TOTAL		159

Fonte: Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Habitação e Interesse Social (CDHIS)

A terceira modalidade, o **PMCMV 2 (Sub 50)** é direcionada aos municípios do interior do Estado com população de até 50 mil habitantes, beneficiando pessoas/famílias com rendimento mensal bruto de até R\$1.600,00. O valor unitário do subsídio por beneficiário é na ordem de R\$28.000,00, sendo R\$25.000,00 do Governo Federal e R\$3.000,00 de contrapartida do Estado do Ceará.

O Estado do Ceará por apresentar em todos os seus municípios a existência de famílias sobrevivendo em domicílios rústicos, sobretudo casas de taipa, priorizou neste projeto a substituição desses imóveis, contribuindo para erradicação da Doença de Chagas.

O **Projeto FECOP Minha Casa Minha Vida - Municípios com até 50.000 hab (Mapp 1612)** foi contratado junto ao Governo Federal no segundo semestre de 2012 quando foi assinado o Termo de Acordo de Compromisso (TAC), com a meta global de construir 2.660 unidades habitacionais em 61 municípios do Estado do Ceará. Conta desde o seu início com recursos do FECOP. A autorização de obras foi concedida em 2013.

Ressalte-se que o Ministério das Cidades não liberou para as instituições financeiras oficiais credenciadas cotas para a contratação da totalidade das unidades, o que alterou a meta para 2.481 unidades.

Esse projeto apresentou como metas, em 2014, construir 07 (sete) unidades habitacionais nos municípios de Quiterianópolis (01), Madalena (02), Aratuba (01), Mulungu (01) e Pacoti (02), mediante o aporte de recursos financeiros em caráter de subsídio; executar o trabalho social com 7 (sete) famílias em parceria com a Instituição financeira; e beneficiar 28 pessoas (4.15 pessoas por família).

Os recursos de contrapartida do Estado para contratação das unidades habitacionais são provenientes do FECOP. Os recursos do Estado são aportados uma única vez nas contas de cada projeto.

As unidades habitacionais contratadas no ano de 2014 não foram concluídas nesse exercício e somente será possível contabilizá-las quando da conclusão da construção das unidades.

Em sua programação inicial para 2014 o projeto apresentava o valor anual de R\$67.064.000,00 (sessenta e sete milhões e sessenta e quatro mil reais) e no segundo semestre foi reduzido para R\$23.026.000,00 (vinte e três milhões e vinte e seis mil), em

decorrência da demanda reduzida de novos contratos por parte instituições financeiras credenciadas pelo Governo Federal, que operam o Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade Sub-50.

Na nova programação financeira (R\$23.026.000,00), o projeto apresenta R\$21.000,00 (vinte e um mil reais) correspondentes à Fonte FECOP e R\$23.005.000,00 (vinte e três milhões e cinco mil reais) referentes a recursos do Governo Federal (fonte 22). A Secretaria das Cidades empenhou e pagou 100% dos recursos FECOP programados para 2014.

Desde o início desse projeto foram concluídas e entregues um total de 956 unidades habitacionais em 48 municípios do interior do Estado do Ceará, conforme demonstrado no quadro abaixo (**Quadro 52**), beneficiando um total de 3.967 pessoas (4.15 pessoas por família).

Quadro 52 – Unidades Habitacionais Construídas e Entregues (PMCMV-SUB50) - 2014

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIO	Nº DE U.H
1	Antonina do Norte	30
2	Ararendá	22
3	Aratuba	35
4	Aurora	10
5	Barro	11
6	Barroquinha	39
7	Capistrano	28
8	Cariús	12
9	Catunda	27
10	Chaval	6
11	Choró	16
12	Croatá	16
13	Cruz	9
14	Ererê	20
15	Farias Brito	15
16	Guaraciaba do Norte	13
17	Hidrolândia	7
18	Ibicuitinga	40
19	Ipaumirim	5
20	Ipú	18
21	Irauçuba	22
22	Itaíçaba	16
23	Itatira	12
24	Jucás	9
25	Martinópolis	29
26	Meruoca	32
27	Mulungu	9
28	Nova Russas	23
29	Novo Oriente	22
30	Pacoti	19
31	Paracuru	32
32	Paraipaba	18
33	Parambu	50
34	Pentecoste	41
35	Pereiro	10
36	Pires Ferreira	2
37	Porteiras	15
38	Quiterianópolis	12
39	Quixelô	16
40	Redenção	24
41	Santana do Acaraú	15
42	São Benedito	6
43	São Luís do Curu	30
44	Senador Sá	30
45	Tururu	19
46	Ubajara	25
47	Umari	10
48	Uruoca	29
TOTAL		956

Fonte: Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Habitação e Interesse Social – CDHIS

Figura 5 - Município: Ipu-Ce
Beneficiário: Antônia de Maria Martins Neves



Figura 6 - Município: Irauçuba – Ce
Beneficiário: Ana Lúcia Moreira



Figura 7 - Município: Uruoca-Ce
Beneficiário: Milton Rodrigues Dias



Figura 8 - Município: Tururu – Ce
Beneficiário: Maria Barroso Gomes



Figura 9 - Município: Quixelô-Ce
Beneficiário: Francisca Divanete Guedes Alves



Figura 10 - Município: Pires Ferreira – Ce
Beneficiário: Janete Lopes Pinto da Silva



Projetos que contribuem para redução do déficit qualitativo

O projeto **Fogões Sustentáveis** passou a ser financiado pelo FECOP em 2008 e utiliza desde então recursos exclusivos desta fonte.

O modelo utilizado desde 2013 e continuado em 2014, consiste no fornecimento e instalação de fogões com eficiência energética que utilizam lenha em quantidade bem menor ao que é exigida por um fogão a lenha tradicional.

O novo modelo de fogão sustentável possui as seguintes características: quadro de alumínio e guarnições em chapa de aço esmaltado, quadro do fogo, ar, cinza e pés em alumínio polido, com as especificações a seguir: Chapa Ferro fundido com duas bocas (respectivas tampas e redutores): Largura: 89 cm, Profundidade: 61 cm; Forno: Largura: 30 cm, Profundidade: 44 cm Produto Instalado: Largura: 103 cm, Altura: 88 cm, Profundidade: 69 cm.

O projeto Fogões Sustentáveis tem como objetivo geral a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e redução do déficit habitacional qualitativo do Estado do Ceará. O uso do equipamento reduz a emissão de poluentes no interior das casas e, com isso, diminui a incidência de problemas respiratórios e oftalmológicos, contribuindo, dessa forma para a melhoria das condições de saúde de seus beneficiados.

Para continuidade das ações deste projeto no formato atual, foi realizado desembolso durante o ano de 2014, tanto para aquisição dos fogões como também para as ações de assistência técnica tendo em vista a capacitação das famílias beneficiadas com o fogão sustentável.

Ressalte-se que as famílias receberam orientação técnica por meio de ações de educação ambiental para conscientização acerca da importância da preservação do meio ambiente e da valorização da caatinga.

Em 2014 foram aprovados recursos para a execução do **Projeto FECOP (Mapp 835) e do Projeto FECOP (Mapp 1613)**.

Com o volume de recursos aprovados, na ordem de R\$2.208.512,49 e R\$82.534,25, respectivamente, foi possível a aquisição e entrega de 2.901 fogões sustentáveis, 2.901 capacitações das famílias beneficiadas com este projeto e 1.442 assistências técnicas, em

23 (vinte e três) municípios do interior do Estado do Ceará que beneficiaram 12.040 pessoas (**Quadro 53**).

Figura 11 – Família Beneficiada no Assentamento Santa Bárbara – Fazenda Capiné



Figura 12 - Oficinas de Capacitação no município de Madalena- 2014



Figura 13 – Entrega dos Fogões - Piquet Carneiro - Junho/2014 (Entrega)



Quadro 53 – Fogões Entregues - 2014

Nº	Município	Quantidade entregue
1	Acopiara	130
2	Araripe	100
3	Assaré	74
4	Caririaçu	33
5	Choró	161
6	Crateús	260
7	Crato	318
8	Itarema	99
9	Madalena	132
10	Massapê	84
11	Mauriti	52
12	Milagres	30
13	Milhã	64
14	Morrinhos	115
15	Nova Olinda	111
16	Piquet Carneiro	622
17	Quixeramobim	22
18	São Benedito	114
19	Senador Pompeu	31
20	Tejuçuoca	127
21	Trairi	47
22	Tururu	35
23	Várzea Alegre	140
TOTAL GERAL		2.901

Fonte: Secretaria das Cidades/Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS)

Figura 14 – Relatório de Vistoria e Ateste dos Fogões Sustentáveis



**Instituto
Agropolos
do Ceará**



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades
Coordenadoria Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social

RELATÓRIO DE VISTORIA E ATESTE (Fogões Sustentáveis)

Nº do contrato:	034/CIDADES/2013	
Empresa Contratada:	Rômulo Nonato da Silva Júnior EPP	
Entidade Representativa:	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE SANTOS REIS	
Beneficiário(a):	FRANCISCO ANTONIO PEREIRA	
Município/Localidade	QUIXERAMOBIM	ASSENT. RECREIO
Georeferenciamento UTM:	Lat: 0470858	Long: 9421789
Nº do Fogão Instalado:	3022	







SÃO BENEDITO , 29 de OUTUBRO de 2014.

O Projeto FECOP Melhoria Habitacional no Município de Fortaleza (Mapp 2289) em sua versão 2014 é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal.

Está alinhado com as ações desenvolvidas pelo município de Fortaleza para o Programa Municipal de Melhorias Habitacionais em parceria com o Projeto de Melhorias Habitacionais do Governo do Estado do Ceará.

Apesar das dificuldades enfrentadas nos convênios "pilotos" desenvolvidos nos anos anteriores, o Estado do Ceará, sensibilizado com a importância deste projeto para a população carente, recebeu do Município de Fortaleza, no ano de 2014, proposta para realização de 40.000 reformas em domicílios na Capital, a serem executadas no período de 2014 a 2018.

Os recursos para execução deste projeto são oriundos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza - FECOP e Tesouro Municipal, sendo 50% do Estado e 50% do município.

Mesmo com os esforços no sentido de realização deste projeto, as dificuldades apresentadas para realização do processo licitatório, o município de Fortaleza solicitou formalmente a rescisão do Convênio 094/CIDADES/2014 e informou que irá apresentar nova proposta para 2015. Dessa forma não houve execução física deste projeto e os recursos foram devolvidos integralmente pelo Município ao Erário Estadual.

O Projeto FECOP Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda (Mapp 1465) foi formulado e aprovado em 2012 visando efetuar o pagamento do aluguel de unidades residenciais destinadas a abrigar, provisoriamente, famílias residentes na faixa de alagamento em situação de alto risco e em áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho e ao Rio Cocó, enquanto aguarda a conclusão dos residenciais para onde serão removidas.

Posteriormente, a população alvo a ser beneficiada passou a englobar as famílias residentes em todas as áreas de intervenção dos projetos de interesse social da Secretaria das Cidades e que aguardam a conclusão das obras das unidades habitacionais onde serão reassentadas.

Em 2014 foram firmados 05 (cinco) Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Cocó e 21 (vinte e um) Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho, totalizando 26 (vinte e seis) aluguéis

Os termos de acordos firmados com beneficiários do Projeto Cocó viabilizaram a desocupação das famílias nos imóveis nas áreas adjacentes do Rio Maranguapinho, liberando a área para execução das obras de urbanização.

Ressaltamos que em 2014 não houve a necessidade de negociar muitos aluguéis junto às famílias do Projeto Cocó, em função da previsão da entrega em setembro de 2014, de 1.006 unidades habitacionais no empreendimento Cidade Jardim. Ressalta-se que o aluguel está sendo proposto somente para quem faz a opção pelo Residencial.

4.4.2.2. Projetos de Infraestrutura Comunitária

- **Urbanização**

Na categoria Urbanização a Secretaria das Cidades conta com 4 (quatro) projetos, sendo 1(um) vinculado ao Projeto Rio Cocó e 3 (três) ao Projeto Rio Maranguapinho. Quanto aos recursos financeiros, são aplicados recursos do Tesouro Estadual, OGU, C-PAC, PAC-1 e PAC-2, além do FECOP.

O **Projeto Maranguapinho** é executado por trechos para facilitar o acompanhamento das ações programadas. Os projetos vinculados ao Rio Maranguapinho têm o objetivo de controlar as cheias, promover a recuperação socioambiental do Rio Maranguapinho e a retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental. Os recursos do FECOP para estes projetos constituem-se na contrapartida do governo federal através do OGU-PAC1.

O **Projeto Rio Cocó** tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó e nas áreas adjacentes, objetivando a retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental do rio no trecho entre a Br116 à Av. Val Paraíso e a sua recuperação socioambiental.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades na fonte FECOP em 2014, os projetos direcionados a categoria de Infraestrutura Comunitária – Urbanização perfazem um total de R\$17.558.693,46 (35,21%). Foram empenhados 97,28% do valor programado e pagos 96,96% do valor empenhado, no período **(Quadro 54)**.

Quadro 54 - Execução financeira - Infraestrutura Comunitária – Urbanização

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem, Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	7.508.637,75	7.424.922,01	98,89	7.362.906,17	98,06
2	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	5.443.587,34	5.443.298,16	99,99	5.443.298,16	99,99
3	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.614.276,41	1.537.692,29	95,26	1.537.692,29	95,26
4	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	2.992.191,96	2.654.217,20	88,70	2.654.217,20	88,70
Total			17.558.693,46	17.060.129,66	97,16	16.998.113,82	96,81

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF.

O Projeto FECOP Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização – Trecho I, II, III – PAC 1) (Mapp 2) apresentou como meta executar 53% do total da obra de urbanização do Rio Maranguapinho (Trechos I, II e III).

Para o alcance desta meta foi programado um valor total em 2014 de R\$57.066.845,15 (cinquenta e sete milhões, sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), dos quais, R\$7.508.637,75 (sete milhões, quinhentos e oito mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos) são oriundos do FECOP e, R\$49.558.207,40 (quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sete reais e quarenta centavos) serão captados do Tesouro Estadual, CPAC e OGU – PAC 1.

Inicialmente, para o alcance desta meta foi programado na fonte FECOP um valor total de R\$5.008.637,47 (cinco milhões, oito mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos), tendo a necessidade de ajustes durante o decorrer do ano, passando o valor para R\$7.508.637,75 (sete milhões, quinhentos e oito mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), em função da necessidade de efetuar o pagamento das indenizações de benfeitorias de imóveis (abaixo de R\$27.000,00, que não são pagos com recursos do CPAC), para a liberação da frente de serviço de obra de urbanização. Foram empenhados 98,89% do valor programado e pagos 98,06% do valor empenhado.

Em 2014 realizou-se a atualização de laudos de terrenos e benfeitorias, e foram indenizadas 946 benfeitorias. Quanto à obra de urbanização, foram executados em 2014 apenas 11,46% da obra, acumulando 43,72% do total da obra de urbanização. Até o momento foram beneficiadas 3.897 pessoas.

O desempenho não alcançou a meta prevista devido à falta de frente de serviço, pois o processo de indenização não ocorreu de modo satisfatório no primeiro semestre, já que grande parte dos recursos financeiros para o pagamento de indenização são oriundos da fonte CPAC e o primeiro desembolso dessa fonte só ocorreu em julho de 2014.

Figura 15 - Urbanização Rio Maranguapinho Trecho I



Figura 16 - Urbanização Rio Maranguapinho Trecho II



Figura 17 - Urbanização Rio Maranguapinho Trecho III



Figura 18 - Imóvel Indenizado Trecho III



VISTA FRONTAL DO IMÓVEL



VISTA INTERNA DO IMÓVEL

O Projeto FECOP Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho 0 – PAC 2) (Mapp 1438) apresentou como meta desapropriar 100% dos terrenos necessários para locação dos equipamentos comunitários e executar 25% da obra dos equipamentos comunitários.

Para o alcance dessa meta foi programado para o projeto um valor total em 2014 de R\$10.734.276,41 (dez milhões, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos), sendo R\$1.614.276,41 (um milhão, seiscentos e quatorze mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos) oriundos da fonte FECOP e R\$9.120.000,00 (nove milhões, cento e vinte mil reais) serão captados do Tesouro Estadual, CPAC e OGU – PAC 1. Foram empenhados e pagos 95,26% do valor disponibilizado pelo FECOP.

Em 2014 foi ajuizada ação de desapropriação para os 2 (dois) terrenos onde serão implantados os equipamentos comunitários, e no segundo semestre foi realizado o depósito judicial. Quanto aos equipamentos (Creche, Escola e Unidade Básica de Saúde), não foi possível iniciar a obra em função da demora na aprovação dos equipamentos padrão e sua implantação no terreno junto à Caixa e aos órgãos competentes. Portanto, não houve tempo hábil para licitação.

Figura 19– Maquete Virtual dos Equipamentos Comunitários – Trecho 0



O Projeto FECOP Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2) (Mapp 1439) apresentou como meta executar 2,5% do total da obra de Urbanização do trecho IV.

Para o alcance dessa meta o projeto estimou um valor total em 2014 de R\$3.210.216,20 (três milhões, duzentos e dez mil, duzentos e dezesseis reais e vinte centavos), dos quais R\$2.992.191,96 (dois milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e noventa e um reais e noventa e seis centavos) oriundos do FECOP e R\$218.024,24 (duzentos e dezoito mil, vinte quatro reais e vinte e quatro centavos) serão captados do OGU – PAC 2.

Em 2014 foram realizadas atualizações dos laudos de avaliação de terrenos e benfeitorias, iniciadas as negociações junto aos proprietários para desapropriações dos terrenos e indenizações das benfeitorias. Dois terrenos foram negociados, um foi empenhado, e está em fase de preparação da escritura em nome do Estado, para posterior pagamento. Foram negociadas e pagas 14 indenizações de benfeitorias.

A obra de urbanização foi licitada em 2013, porém a contratação só veio ocorrer em dezembro de 2014, pois a empresa vencedora teve que apresentar planilha desonerada em atendimento a legislação, e em decorrência dessa atividade houve demora na aprovação do valor na CAIXA, atrasando, assim, o início da obra.

Figura 20 - Vista área do Projeto de Urbanização do Trecho IV



O Projeto FECOP Rio Cocó (Barragem, Dragagem e Urbanização) (Mapp 3) apresentou como meta executar 5% da obra da Barragem e 10% do total da obra de urbanização do Rio Cocó.

Para o alcance dessa meta foi programado para o projeto um valor total em 2014 de R\$56.814.122,40 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e catorze mil, cento e vinte e dois reais e quarenta centavos), sendo R\$5.443.587,34 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) oriundos da fonte FECOP e R\$51.370.535,06 (cinquenta e um milhões, trezentos e setenta mil, quinhentos e trinta e cinco reais e seis centavos) captados do Tesouro Estadual, CPAC e OGU – PAC 1.

Em 2014, a ordem de serviço para Barragem foi emitida, mas a obra não foi iniciada. A autorização de desmatamento da Semace foi liberada somente na segunda quinzena de dezembro. Foram desapropriados 2 (dois) terrenos na área da barragem. Quanto à urbanização, foram desapropriados 11 (onze) terrenos para permitir a execução da obra no Trecho III da BR 116 à Av. Paulino Rocha. A obra teve baixo desempenho e a Construtora alegou período chuvoso, os jogos da Copa e a existência de greve da construção civil que ocorreram no período em análise.

Figura 21 - Urbanização Rio Cocó



- **Saneamento Básico**

Os 5 (cinco) projetos da categoria Saneamento Básico contam com recursos do OGU, FGTS e de aporte de capital do Estado, além dos recursos do FECOP. Desse total, 4 (quatro) são executados na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF e 1 (um) no município de Cariré, na Região Sobral/Ibiapaba.

Desses projetos, 3 (três) contam exclusivamente com recursos da fonte FECOP - Alvorada -Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com Menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza - Conjunto Habitacional São Cristóvão; e Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira.

Esses projetos são elaborados e executados em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico e têm como objetivo a universalização do acesso à água tratada, da coleta e do tratamento dos esgotos.

Os serviços são prestados de forma a promover a saúde pública e a proteção do meio ambiente e implementados de forma articulada com as ações de desenvolvimento urbano e habitação. Sua execução contribui também para a redução do déficit habitacional qualitativo.

Os projetos direcionados à categoria de Infraestrutura Comunitária - Saneamento Básico perfizeram em 2014 um total R\$4.471.504,10 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e um

mil, quinhentos e quatro reais e dez centavos), o que representou 8,97% do total dos recursos programados (R\$49.864.423,35) para a Secretaria das Cidades na fonte FECOP. Foram empenhados 81,60% do valor programado para essa categoria de projetos e pagos 51,87% do valor empenhado, no período em análise (**Quadro 55**).

Quadro 55 – Execução financeira - Infraestrutura Domiciliar - Saneamento Básico

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	9	Alvorada – Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com Menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM	156.798,21	156.798,21	100,00	156.798,21	100,00
2	26	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza	226.251,12	0,00	0,00	0,00	0,00
3	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	2.144.739,55	1.548.334,50	72,19	1.548.334,50	72,19
4	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão	119.792,32	119.792,32	100,00	119.792,32	100,00
5	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	1.823.922,90	1.823.922,90	100,00	494.612,23	27,12
TOTAL			4.471.504,10	3.648.847,93	81,60	2.319.537,26	51,87

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF, em 23 de janeiro de 2015.

O **Projeto FECOP Sistemas de Esgotamento Sanitário em municípios com menores Índices de Desenvolvimento Municipal - IDM) (Mapp 9)** situa-se no âmbito do Projeto Alvorada que é fruto de um convênio firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o Governo do Estado, objetivando beneficiar 31 Municípios e 77 distritos/localidades, com sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário.

O projeto foi aprovado com um valor total de R\$9.703.444,69 (nove milhões, setecentos e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), dos quais R\$156.798,21 (cento e cinquenta e seis reais, setecentos e noventa e oito mil e vinte e um centavos) são oriundos da fonte FECOP e R\$9.546.646,48 (nove milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos) do Governo Federal (fonte 90). Tinha por meta a implantação de 127 ligações prediais de esgoto no município de Cariré. Devido a problemas contratuais com a empresa executora e a não prorrogação do Projeto Alvorada-Funasa, foi encerrado no dia 17/03/2014, e a meta prevista não foi alcançada por meio desse projeto FECOP.

Vale ressaltar que o valor disponibilizado pelo FECOP (R\$156.798,21) em 2014 foi utilizado para o pagamento da gestão do Projeto Alvorada, especificamente para prestação de contas junto a Cidades e Funasa.

O **Projeto FECOP Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza (Mapp 26)** inclui-se no âmbito do Programa SANEAR II e vem sendo executado desde 2007. Passou a dispor de recursos do FECOP em 2013.

Em sua versão de 2014 o projeto apresentou como meta implantar 4.090 ligações prediais de esgoto. Para tanto, apresentou orçamento com valor total é de R\$6.002.654,86 (seis milhões, dois mil, seiscentos e cinqüenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) dos quais R\$226.251,12 (duzentos e vinte e seis mil, duzentos e cinqüenta e um reais e doze centavos) referem-se a recursos do FECOP e R\$5.776.403,74 (cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e três reais e setenta e quatro centavos) do FGTS. Embora tenha apresentado previsão de desembolso dos recursos do FECOP para 2014, nenhum valor foi empenhado.

Figura 22 – Travessia (Rua Arariboia)



Figura 23 – Coletor Tronco (Margem da Lagoa da Maraponga)



Este fato resultou do contrato de financiamento (FGTS) estar vencido, não podendo ser realizado o desembolso dessa fonte e, por consequência, nem dos recursos da contrapartida do governo estadual (FECOP). O projeto foi readequado e enviado para o órgão financiador

O Projeto FECOP Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2 (Mapp 29) se insere no escopo do Programa Sanear II e conta também com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Recursos Próprios da Cagece.

Apresenta como meta implantar 1.731 ligações prediais de esgoto, possibilitando atender a uma população de 7.132 habitantes. Tem por objetivo ampliar o número de habitantes atendidos com sistemas públicos de esgotamento sanitário, contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada.

Para o alcance dessa meta foi programado para o projeto um valor total em 2014 de R\$9.913.106,42 (nove milhões, novecentos e treze mil, cento e seis reais e quarenta e dois centavos), dos quais R\$2.144.739,55 (dois milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) oriundos do FECOP e R\$7.473.106,42 (sete milhões, quatrocentos e setenta e três mil e cento e seis reais e quarenta e dois centavos) captados do OGU – PAC 2. Foram empenhados e pagos 72,19%.

A obra de ampliação da sub-bacia SE-2, foi paralisada em outubro de 2012, por motivo da intervenção nos coletores em carga da Unidade Metropolitana Oeste - UNMTO, que vinha dificultando a produtividade de execução das ligações intradomiciliares, e reiniciada em outubro de 2013, motivo pelo qual foi reprogramada para conclusão em 2014.

No período em análise foram executadas 151 ligações prediais, beneficiando aproximadamente 620 habitantes. A execução da obra está em fase de conclusão com previsão de término em fevereiro de 2015, aguardando apenas da medição final.

A população beneficiada só será registrada quando as ligações intra-domiciliares entrarem em operação.

Figura 24 – Poços de Visitas - PVs e Pavimentação Recuperada no Bairro Bom Jardim



O Projeto FECOP Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza - Conjunto Habitacional São Cristóvão (Mapp 133) é executado exclusivamente com recursos do FECOP.

O Conjunto São Cristóvão possui rede coletora de esgoto do tipo condominial. O sistema apresenta problemas constantes de obstrução e vazamentos. Além disso, há dificuldade de manutenção e operação da rede por estar localizada abaixo das edificações e por haver caixas de inspeção situadas nos quintais das casas.

O projeto propõe-se a readequar o sistema, promovendo a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da comunidade beneficiada, melhorando a prestação dos serviços de esgotamento sanitário e beneficiando sua população.

Apresenta como meta implantar 28.819 metros de extensão de rede coletora de esgoto readequando o sistema de esgoto do Conjunto São Cristóvão.

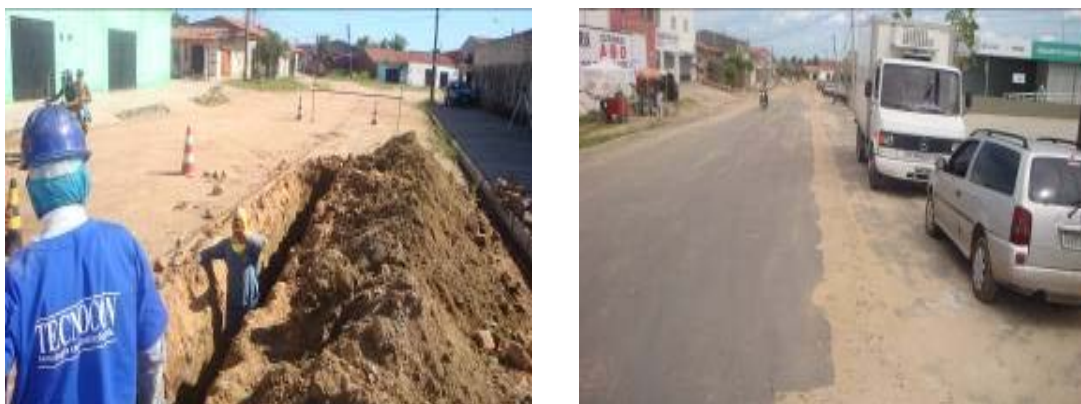
Figura 25 - Colocação de PV na Avenida São Cristóvão.



Figura 26 - Recuperação de Pavimento na Rua 115.



Figura 27 – Recuperação de Pavimentação da Rua Gutemberg Brown



A obra, iniciada em novembro de 2013 no valor de R\$4.446.286,36, apresentou índice de 37,40% de execução dos serviços até a 8ª medição, um total de 10.114,67 metros de rede coletora.

A execução física do período em análise foi paga com recursos FECOP desembolsados em 2013 e 2014, que totalizaram R\$1.868.829,42 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos). Para 2014 foi programado o valor de R\$ 119.792,32 (cento e dezenove mil, setecentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos). Foram empenhados e pagos 100% desses recursos, sendo beneficiadas 27.153 pessoas.

O **Projeto FECOP Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira (Mapp168)** consiste na implantação da rede de esgotamento sanitário do Residencial Lino da Silveira a ser construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida e na execução de obras na Estação de Tratamento de Esgotos do Conjunto Araturi, situado em suas imediações, para adequá-la a receber os efluentes gerados pela população do novo Residencial.

O Residencial Lino da Silveira ocupará uma área aproximada de 15 ha, localizado na Av. São Vicente de Paula. Será composto de 9 (nove) condomínios de prédios, totalizando 2.816 habitações, e, respectivamente, uma população aproximada de 14.080 pessoas.

Espera-se potencializar o serviço público de coleta de esgoto e melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população do Residencial Jose Lino da Silveira, reduzindo os casos de doenças de veiculação hídrica por meio da readequação do sistema de esgotamento sanitário.

Este projeto apresentou como meta implantar 4.571m de rede implantada e 2.186 ligações prediais. Para o alcance dessa meta foi programado para o projeto um valor total em 2014 de R\$1.823.922,90 (um milhão, oitocentos e vinte três mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa centavos), oriundos exclusivamente da fonte FECOP Foram empenhados 100% e pagos 27,12% do valor disponibilizado pelo FECOP. Em 2014, a obra executou 52,72% (4ª medição).

- **Comercialização**

O **Projeto FECOP Construção de Centro de Comercialização da Produção de Agricultores Familiares - Município de Icó/Distrito Lima Campos (Mapp 2924)** atende reivindicação da comunidade a ser beneficiada por espaços de lazer e oportunidades de trabalho e geração de renda. Sua população jovem, mesmo freqüentando escolas de ensino fundamental e médio, e estando na faixa da população economicamente ativa, não encontra oportunidades de emprego e renda na localidade, vivendo de subempregos ou das transferências de renda dos programas governamentais, como bolsa família e aposentadorias.

Na comunidade os equipamentos existentes para o lazer da população, resumem-se a uma quadra esportiva escolar e um campo de futebol. As demais atividades físicas praticadas por jovens, adultos e idosos, utiliza as áreas de servidão da CE-282, pondo em constante risco de vida esses usuários.

Apresenta como público alvo a população do Distrito de Lima Campos, em especial da Comunidade de Cascudo e tem como objetivo promover o desenvolvimento local e regional da população beneficiada mediante a disponibilização de espaço adequado para comercialização, lazer e prática de atividades físicas.

Este projeto teve início em 2014 e apresentou como meta desapropriar o terreno com área de 8.3552 hectares.

Para o alcance desta meta o projeto estimou um valor total em 2014 de R\$1.490.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa mil reais), dos quais foram empenhados R\$558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais) (37,45%) com recursos exclusivos oriundos da fonte FECOP (**Quadro 56**). O processo de pagamento de desapropriação do terreno para o desenvolvimento de projetos na comunidade de Cascudo, no município de Icó, foi

empenhado, porém não houve tempo hábil para o pagamento em virtude de problemas burocráticos, sendo sua efetivação postergada para 2015.

Quadro 56 – Execução financeira Infraestrutura Comunitária – Comercialização

Nº	MAPP	Secretarias / Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2924	Construção de Centro de Comercialização da Produção de Agricultores Familiares - Município de Icó/Distrito Lima Campos	1.490.000,00	558.000,00	37,45	0,00	0,00
Total			1.490.000,00	558.000,00	37,45	0,00	0,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF.

4.4.2.3. Projetos de Inclusão Produtiva

- **Ocupação e Renda (Capacitação e Fomento)**

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico da população mais pobre do Estado, a CIDADES desenvolve projetos que buscam a autonomia de seus beneficiários através do incentivo à geração de trabalho e renda. Para tanto, promove ações de capacitação, instrumentalização para o trabalho e formação de grupos de produção.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades em 2014 (R\$49.864.423,35), os projetos direcionados a Inclusão Produtiva perfizeram um total de R\$130.000,00 (0,26%). Foi empenhado 100% desse valor e pago R\$125.250,00 (cento e vinte cinco mil, duzentos e cinquenta reais), o que corresponde a 96,35% do valor programado para o período em análise (**Quadro 57**).

Quadro 57 – Execução financeira Inclusão Produtiva

Nº	MAPP	Secretarias / Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	512	Inserção Produtiva - Apoio aos APLS	130.000,00	130.000,00	100,00	125.250,00	96,35
Total			130.000,00	130.000,00	100,00	125.250,00	96,35

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF.

O **Projeto FECOP Inserção Produtiva – Apoio aos APLs** insere-se no Programa Desenvolvimento Regional e vem contando com o apoio do FECOP desde 2008. Realiza-se por meio do apoio técnico e financeiro a Arranjos Produtivos Locais (APLs) selecionados através de editais públicos e tem como objeto a geração de emprego e renda e o fortalecimento das atividades produtivas manufaturadas.

É considerado como Arranjo Produtivo Local (APL) um espaço construído historicamente, economicamente e socialmente por meio de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local. A proximidade física permite que os laços de confiança e cooperação entre os agentes se estreitem.

Figura 28- Pequenos Produtores no Município de Ibiapaba



Figura 29- Floricultura S. Antônio no município de Crato



Figura 30 - Fabrica de Polpas no município de Iguatu



Figura 31 - Beneficiamento de Pescado de Jaguaribara



Com o investimento efetuado durante sua execução foi possível a expansão das atividades comerciais, assim como o aumento da produtividade e qualidade dos produtos das associações e produtores beneficiados. Foi possível também criar nichos de mercado, que em sua maioria, ficavam restritos à venda de merenda escolar.

As ações desenvolvidas desde o início do projeto têm contribuído para o desenvolvimento produtivo endógeno dos territórios e para o desenvolvimento de iniciativas regionais,

através do apoio técnico e financeiro a APLs selecionados através de editais públicos. Esse instrumento possibilita o acesso democrático de organizações comunitárias e grupos produtivos aos recursos públicos.

Apresentou como meta em 2014 apoiar tecnicamente financeiramente 20 Projetos Produtivos (926 associados/cooperados beneficiados e 20 municípios beneficiados).

Para o alcance desta meta o projeto estimou um valor total em 2014 de R\$1.604.973,36 (um milhão, seiscentos e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), dos quais R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) oriundos do FECOP e R\$1.474.973,36 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil e novecentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos) captados pelo BNDES. Em 2014 foram empenhados 100% e pagos 96,35% do valor disponibilizado pelo FECOP. Salientamos que o valor empenhado em 2014 teve como finalidade o pagamento dos técnicos para viabilizar as visitas técnicas.

Em 2014, foram realizados acompanhamentos técnicos em 13 (treze) associações em 10 (dez) municípios que beneficiaram 890 pessoas. No entanto, não houve repasse dos recursos do FECOP para as associações em 2014 devido à ausência de prestações de contas bem como pela falta de cotações de preços por parte das associações, impactando no repasse das parcelas pelo BNDES (fonte 82). Além disso, uma parte dos recursos dessa fonte foi arrestada da conta do Estado, em função de ação judicial da Justiça Federal.

4.4.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Os recursos empenhados pela Secretaria das Cidades, no período em análise, foram quase totalmente alocados na Região Metropolitana de Fortaleza, contemplada com R\$43.073.565,40 (**Quadro 58**).

O volume de recursos empenhados na RMF pela Secretaria das Cidades deriva principalmente da necessidade de reduzir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo existente nessa região. Isso também resulta da execução dos projetos que envolvem os maiores volumes de recursos, como é o caso do projeto Maranguapinho e de projetos desenvolvidos em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Quadro 58 – Distribuição dos Recursos Aplicados em 2014

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	43.073.565,40	95,06	47.799	74,56
2-LITORAL OESTE	194.831,28	0,43	4.036	5,13
3-SOBRA/IBIAPABA	312.872,73	0,69	1774	2,77
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	137.219,88	0,30	1.112	1,74
5-SERTÃO CENTRAL	497.553,00	1,10	4.268	6,55
6-BATURITÉ	0,00	0,00	157	0,25
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	4.750,00	0,01	812	1,27
8-CARIRI/CENTRO SUL	1.091.691,06	2,41	4.952	7,73
TOTAL	45.312.483,35	100,00	64.910	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF.

4.4.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- **Rio Cocó (Ações Habitacionais)**
 - Negociadas e pagas as 106 indenizações de benfeitorias de imóveis da área da urbanização do Trecho III (Br116 e Av. Paulino Rocha).
- **Dendê (Ações Habitacionais)**
 - Pagamento de taxas de aprovação junto aos órgãos competentes (Prefeitura, CREA, CAU).
 - Elaboração de projetos executivos para aprovação.
- **Minha Casa Minha Vida – FAR**
 - Contratadas 15.861 unidades habitacionais distribuídas em 10 (dez) municípios do Estado do Ceará.
- **Habitação Rural – PNHR**
 - Contratadas 1.232 unidades habitacionais em 25 municípios do Estado do Ceará.
 - Concluídas e entregues 159 unidades habitacionais em 4 (quatro) municípios.
 - Realizadas ações de assistência técnica.
- **Minha Casa Minha Vida – Municípios até 50.000 habitantes**
 - Entregues 956 unidades habitacionais, em 48 municípios do interior do Estado do Ceará, beneficiando 3.967 pessoas.

- **Fogões Sustentáveis**
 - Aquisição e entrega de 2.901 fogões sustentáveis.
 - 2.901 capacitações das famílias beneficiadas com o projeto.
 - 1.442 assistências técnicas, distribuídas em 23 (vinte e três) municípios do interior do Estado do Ceará, beneficiando 12.040 pessoas.

- **Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda**
 - Firmados 05 (cinco) Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Cocó e 21 (vinte e um) Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho, totalizando 26 (vinte e seis) aluguéis.

- **Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização -Trecho I, II e III -PAC 1)**
 - Atualização de laudos de terrenos e benfeitorias, e indenização de 946 benfeitorias.

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho 0 – PAC 2)**
 - Desapropriação para 2 (dois) terrenos onde serão implantados os equipamentos comunitários.

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2)**
 - Atualizações dos laudos de avaliação de terrenos e benfeitorias.
 - Negociações junto aos proprietários para desapropriações dos terrenos e indenizações das benfeitorias.
 - Negociadas e pagas 14 indenizações de benfeitorias.

- **Rio Cocó (Barragem, Dragagem e Urbanização)**
 - Desapropriação de 2 (dois) terrenos na área da barragem.
 - Desapropriação de 11 (onze) terrenos para permitir a execução da obra no Trecho III da BR 116 à Av. Paulino Rocha.

- **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-Bacia SE-2**
 - Execução de 151 ligações prediais, beneficiando entorno de 620 habitantes.

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão**
 - Execução de 37,40% dos serviços até o referido período (8ª medição), correspondendo a 10.114,67 metros de rede coletora.
- **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira**
 - Execução de 52,72% de esgotamento sanitário (4ª medição).
- **Inserção Produtiva - Apoio aos APLS**
 - Realizados acompanhamentos técnicos em 13 (treze) associações localizadas 10 (dez) municípios, beneficiando 890 pessoas.

Dificuldades

- **Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)**
 - Atraso na conclusão da Estação de Tratamento de Esgoto pela Cagece.
 - Atraso no início das obras da rede de energia elétrica por parte da Coelce.
- **Dendê (Ações Habitacionais)**
 - Atraso na autorização da Prefeitura de Fortaleza para o manejo da Fauna e Flora.
 - Atraso na autorização da SEMACE para o manejo da Fauna e Flora.
- **Minha Casa Minha Vida – FAR**
 - Dificuldade na negociação dos valores de indenização das benfeitorias junto às famílias ocupantes do terreno, ocasionando atraso na liberação dessa área para a construção do empreendimento.
- **Habitação Rural – PNHR**
 - Demora, por parte das instituições financeiras oficiais credenciadas, em apresentar propostas de contratação das unidades habitacionais.
 -
- **Minha Casa Minha Vida – Municípios até 50.000 habitantes**
 - Não liberação de contratações de novas cotas aos bancos credenciados a operar esta modalidade do PMCMV por parte do Governo Federal.

- **Fogões Sustentáveis**
 - Suspensão temporária da distribuição/instalação dos fogões sustentáveis durante o período eleitoral e consequente impacto na redução da meta prevista para o ano.
- **Melhorias Habitacionais no município de Fortaleza**
 - Entraves na realização do processo licitatório, motivo pelo qual o Município de Fortaleza solicitou formalmente a rescisão do Convênio 094/CIDADES/2014.
- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho 0 – PAC 2)**
 - Demora na aprovação dos equipamentos padrão, pela à Caixa e aos órgãos competentes.
- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2)**
 - Demora na contratação da empresa vencedora, que precisou apresentar a CAIXA planilha desonerada em atendimento à legislação, atrasando, assim, o início da obra.
- **Rio Cocó (Barragem, Dragagem e Urbanização)**
 - Demora na liberação da autorização de desmatamento por parte da Semace;
 - Realização de greve da construção civil.
- **Inserção Produtiva - Apoio aos APLS**
 - Falta das licenças ambientais das associações contempladas com os recursos do FECOP/BNDES.
 - Demora na apresentação das prestações de contas e cotação de preços das associações contempladas devido baixo grau de instrução e capacidade de gestão dos associados.
 - Arresto dos recursos do BNDES por uma ação da Justiça Federal.

4.5. Secretaria da Saúde

4.5.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Saúde (SESA) tem a missão de assegurar a formação e gestão das políticas em saúde e a prestação da assistência à saúde individual e coletiva, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses. E dentre seus objetivos destaca-se a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde nos municípios do Estado e o fortalecimento das ações e serviços de promoção, proteção e vigilância em saúde.

Nos anos de 2009 e 2010 a SESA apresentou projeto para financiamento junto ao FECOP destinados a construção de 150 Unidades Básicas de Saúde e aquisição de 159 veículos para transporte dos profissionais das Equipes de Saúde da Família.

Na busca pela continuidade dos objetivos propostos, a SESA, solicitou em 2013, aprovação junto ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS) para financiamento com recursos FECOP do Projeto de Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde. Entretanto, por questões de ordem operacional, não houve execução do projeto naquele ano.

Em 2014 foram destinados ao Projeto de Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde o valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) de limite anual e executado R\$19.362.618,36 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e dezoito reais e trinta e seis centavos), equivalente a 77,45% do valor.

Quadro 59 – Execução Financeira da SESA

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	1954	Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde	25.000.000,00	19.362.618,36	77,45	19.193.252,15	76,77
Total			25.000.000,00	19.362.618,36	77,45	19.193.252,15	76,77

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.5.2. Desenvolvimento

O projeto de responsabilidade da SESA inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Infraestrutura Comunitária, abrangendo os projetos onde toda a comunidade é beneficiada com os produtos.

O Projeto de Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde nos municípios do Estado visa a aquisição de 224 Kits de Equipamentos para Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) e de 224 veículos para transporte das Equipes de Saúde da Família (ESF). Foram contemplados 167 municípios, correspondendo a 90,76% dos municípios do Estado.

Os municípios beneficiados foram definidos com base nos critérios a seguir: 1. Adesão ao Consórcio Público de Saúde, de acordo com as informações fornecidas pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará – SESA; 2. Cobertura da Saúde da Família igual ou maior que 70%, calculados com base nos dados do Relatório do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde – 2012, deduzidos os três meses de menor cobertura, sendo o percentual arredondado para 70% quando a cobertura atingir intervalo entre 69,5% e 69,9%; 3. Percentual de Recém Nascidos de mães com 7 (sete) ou mais consultas de pré natal igual ou superior a 57,8%(média estadual), de acordo com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC-2012), sendo esse percentual arredondado para 57,8% quando a cobertura atingir o intervalo entre 57,5% e 57,75, aplicados em janeiro de 2014, quando da apresentação do Projeto para aprovação do CCPIS.

Os 184 municípios do Estado do Ceará fizeram adesão a Política Nacional de Atenção Básica que prevê a implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF). Segundo dados do Ministério da Saúde/SAS/DAB (competência agosto/2013) se encontram em funcionamento 1.929 Equipes de Saúde da Família implantadas com cobertura populacional estimada de 71,29%.

As equipes são formadas por profissionais qualificados para a incorporação de instrumentos e metodologias e para o trabalho junto à rede integrada de atenção à saúde visando acompanhar e avaliar de forma permanente a melhoria da situação de saúde das famílias, especialmente os grupos mais vulneráveis a riscos de contrair doenças e sofrer danos a saúde.

As famílias em situação de pobreza e extrema pobreza apresentam mais dificuldade de acesso e frequência aos serviços de saúde e, portanto, a oferta de ações básicas a estas famílias potencializa a melhoria da qualidade de vida do grupo e contribui para sua inclusão social. As equipes realizaram, ainda, o acompanhamento das famílias no que se refere aos condicionantes de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).

Os recursos financeiros deste projeto estão sendo repassados para os Fundos Municipais de Saúde, após adesão dos municípios as Atas de Registro de Preços dos equipamentos liberadas pela SESA e Ata de Registro de Preço de veículos disponibilizada pela SEPLAG.

A execução deste projeto é de responsabilidade executiva da SESA, mas por se tratar de aquisição de bens e de veículos, o processo administrativo envolve a SEPLAG e PGE, através da Comissão de Licitação, na elaboração das Atas de Registro de Preços. Após a liberação dessas atas, o Município solicita a adesão e os recursos são repassados do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, para que este município possa adquirir os equipamentos e veículos.

Os municípios com menos de 10 Equipes de Saúde da Família em funcionamento receberão 01 Kit de Equipamentos para a Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) e 01 veículo para transporte da equipe. Os municípios com 10 a 20 equipes receberão 02 veículos para transporte 02 Kits de Equipamentos para a UBSF. Já os municípios com mais de 20 equipes receberão 03 veículos e 03 Kits de Equipamentos para a UBSF.

Parcela dos recursos previstos no projeto, equivalente a 77,45% do total, foram repassados para os 167 municípios beneficiados. Contudo, a SESA ainda não realizou acompanhamento para verificar quais municípios já fizeram a aquisição dos veículos e de parte dos equipamentos que compõem os Kits, o que será feito posteriormente.

4.5.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Os recursos foram distribuídos por Região atendendo os 167 municípios quase a totalidade dos municípios do Estado, sendo distribuídos de forma homogênea considerando a população dos municípios que compõe cada região.

A população beneficiada será considerada quando os municípios informarem se os itens correspondentes aos recursos transferidos foram adquiridos e entregues nas UBSF.

Quadro 60 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	2.053.148,89	16,52	46.000	10,27
2-LITORAL OESTE	2.609.172,51	18,42	66.000	14,73
3-SOBRAL/IBIAPABA	2.992.412,19	18,44	66.000	14,73
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	1.424.203,05	16,62	30.000	6,70
5-SERTÃO CENTRAL	1.917.453,12	18,20	48.000	10,71
6-BATURITÉ	1.349.740,18	19,00	32.000	7,14
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	2.408.238,38	19,00	56.000	12,50
8-CARIRI/CENTRO SUL	4.608.250,04	16,62	104.000	23,22
TOTAL	19.362.618,36	77,45	448.000	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.5.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados:

- Transferidos 77,75% dos recursos financeiros destinados a aquisição dos municípios e dos kits aos 167 municípios contemplados no projeto.

Dificuldades:

- O Kit é composto por 50(cinquenta) itens de equipamentos que tiveram que ser organizados em 05 (cinco) lotes, fato que levou a demora na elaboração dos editais de licitação.
- Dificuldade de obtenção dos preços para elaboração do processo licitatório.
- Vários itens das licitações fracassaram, levando à elaboração de outros processos licitatórios, aumentando ainda mais a demora na disponibilização dessas atas.
- Atraso no repasse dos recursos financeiros aos municípios, em função na morosidade destes em solicitarem adesão as atas de registro de preços, bem como, em disponibilizar as contas específicas para os recursos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

4.6. Secretaria da Infraestrutura

4.6.1. Aspectos Gerais

A SEINFRA foi criada pela Lei Nº 12.961 de 03 de Novembro de 1999, dentro do processo de Reforma Administrativa do Governo do Estado e tem como competência as áreas de Transportes, Obras, Energia e Comunicações definidas através da Lei 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, alterada em 09 de novembro de 2007, pela Lei 14.005.

O Governo Estadual reputa a infraestrutura como condição para o crescimento sustentável. Esta lógica norteia todas as ações da SEINFRA, possibilitando vislumbrar cenários de curto e médio prazo, onde a infraestrutura será um dos grandes atrativos para a instalação de grandes projetos produtivos no Estado.

Considerando que a existência de uma adequada infraestrutura de transportes constitui fator fundamental para a expansão de nossa economia, investimentos de grande magnitude estão planejados, cabendo destacar os empreendimentos nas áreas de energia, transporte rodoviário, portuário e ferroviário.

O projeto proposto inclui-se no Plano Estadual de Logística e Transporte do Ceará – PELT, com vistas a contribuir através da implantação de infraestrutura de transporte para situar o Estado no rumo do desenvolvimento sustentável.

No PPA 2012 / 2015, o projeto situa-se no âmbito do Programa 003 – Transporte e Logística do Estado do Ceará e contribui para o alcance do Objetivo 001 – Implantar, remodelar, recuperar e operacionalizar o Sistema Metro -Ferroviário do Estado, para atender a necessidade de deslocamento da população do Estado do Ceará; Meta 00001 – Atender 506.000 usuários/dia útil ao final de 2015 na RMF; Iniciativa 00059 – Implantação do Trem de Passageiros com VLT – Parangaba / Mucuripe

Quadro 61 – Execução Financeira

MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
285	Desapropriação de faixa de domínio e Estações para Implantação do VLT Parangaba-Mucuripe	21.566.498,37	21.566.498,37	100,00	19.460.592,99	90,24
Total		21.566.498,37	21.566.498,37	100,00	19.460.592,99	90,24

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.6.2. Desenvolvimento

4.6.2.1. O Programa Transporte e Logística Do Estado Do Ceará

O projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Mucuripe inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, na categoria de projetos Estruturantes, subcategoria Infraestrutura Comunitária.

Constitui-se basicamente de ações de desapropriação das áreas de domínio e estações do VLT. Estas são condições indispensáveis para que possam ser desenvolvidas todas as demais ações que beneficiarão aproximadamente 20% da população de Fortaleza.

O projeto compõe o Eixo – Sociedade Justa e Solidária do Plano Plurianual, na área de Infraestrutura e Logística, especificamente no componente de Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará, e visa disponibilizar às comunidades isoladas o acesso ao serviço de telefonia fixo comutada. Embora ligado a área de infraestrutura da política de governo, o projeto tem ação abrangente e vinculação com outros projetos, visto que, como meio de comunicação acessível à população carente, possibilita a utilização de diversos outros serviços do Governo Estadual, como saúde, educação, segurança pública, defensoria, etc, assim como comercialização de produções locais e busca de informações com as demais esferas da sociedade.

Sabe-se que transportes de massa atendem, sobretudo a parcela mais pobre da população que não dispõe de veículo particular e sofre com a morosidade para percorrer distâncias mais longas. É importante ressaltar ainda que a implantação do VLT Parangaba – Mucuripe

propiciará a ligação entre diversos polos geradores e atratores de viagens, como: a região hoteleira, o porto do Mucuripe, a rodoviária de Fortaleza, o aeroporto, universidades, hospitais, além de dois importantes terminais de ônibus do município (Parangaba e Papicu), gerando mobilidade urbana e aumentando a acessibilidade das mais diversas classes sociais da população. O projeto beneficiará a cidade, de modo geral, configurando-se como um revitalizador de áreas subutilizadas e contribuindo para a urbanização de vários bairros.

O projeto foi aprovado na primeira Reunião Ordinária do CCPIS com o valor de R\$14.000.000,00 na fonte FECOP. Apresentou como metas indenizar 338 imóveis localizados na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT, e adquirir 5 terrenos para reassentamento de 1.200 famílias, através do Programa Minha Casa Minha Vida.

Durante o período de execução foi identificado um número maior de imóveis a serem indenizados, passando de 338 para 490, o que ocasionou um aumento de R\$7.566.498,37, solicitado em reuniões posteriores, totalizando o valor do projeto ao final do ano em R\$ 21.566.498,37.

Em sua nova versão, o projeto incluiu entre suas metas o pagamento de aluguel social para 400 famílias que serão remanejadas para as habitações do Programa Minha Casa Minha Vida, as quais estão em construção. A aquisição dos terrenos para reassentamento de 1.200 famílias foi realizada por meio de outro projeto.

4.6.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

O projeto está situado na Região Metropolitana de Fortaleza, especificamente em Fortaleza, pois, trata-se da Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos -VLT, tendo a sua extensão de 12,7 Km, iniciando na Estação Mucuripe até a Parangaba.

A população beneficiada refere-se às 440 famílias contempladas com aluguéis sociais.

Quadro 62 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	21.566.498,37	100,00	1.812	100,00
TOTAL	21.566.498,37	100,00	1.812	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.6.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- Desapropriados e indenizados 490 imóveis localizados na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT.

Dificuldades

- Falta da documentação legal (certidão do IPTU e Cartorária) necessária para o pagamento das indenizações e para aquisição de terrenos destinados ao reassentamento da população de baixa renda.
- O volume de ações judiciais, que dificultam as negociações e, conseqüentemente, atrasa o processo de desapropriação de imóveis.
- A escassez de recursos enfrentada no período, dificultando os processos de pagamento de desapropriação.

4.7. Gabinete do Governador

4.7.1. Aspectos Gerais

A política do atual Governo orienta-se por três importantes diretrizes estratégicas: *Economia para uma Vida Melhor*, *Sociedade Justa e Solidária* e *Governo Participativo, Ético e Competente*. Trata-se de estratégias desafiadoras e transformadoras a serem implementadas de forma articulada entre Governo e Sociedade, com vistas à construção de um novo perfil de Estado.

O Gabinete do Governador (GABGOV) atua fortalecendo as relações com os diversos segmentos da sociedade, interagindo e escutando suas necessidades e expectativas, com o objetivo de adequar as estratégias e as políticas à melhoria da qualidade de vida do cearense.

Como resposta à importância dada pelo Governo do Estado aos temas ligados à promoção da juventude, mulher, igualdade étnico-racial, proteção dos Direitos Humanos, enfrentamento às drogas e atenção à pessoa com deficiência e à pessoa idosa, o GABGOV incorporou a coordenação e o acompanhamento das ações relativas a essas políticas transversais, implementando grupos intersetoriais compostos pelas Secretarias envolvidas em cada área temática e o GABGOV.

Com relação às Políticas Públicas para a Juventude, o GABGOV gerencia o Programa de Gestão e Desenvolvimento de Políticas para a Juventude que contempla ações desenvolvidas em diversos órgãos estaduais, tendo como expoentes os Programas Primeiro Passo, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente, E-Jovem e a Construção das Praças da Juventude. Neste sentido, o Gabinete do Governador mantém diálogo com as demais Secretarias e vinculadas, além de contar com o apoio decisivo da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

O GABGOV executa diretamente os Programas ProJovem Urbano e ProJovem Campo Saberes da Terra, que têm por objetivo a elevação de escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos, por meio da conclusão do Ensino Fundamental e da qualificação profissional, além da capacitação como multiplicador de ações em suas comunidades.

Desde 2009, no Estado do Ceará, o ProJovem Urbano atende jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, proporcionando a elevação de escolaridade, qualificação profissional inicial e o desenvolvimentos de atividades de participação cidadã. No âmbito Federal o programa é gerenciado pelo Ministério da Educação que anualmente disponibiliza vagas para os

Estados e Municípios executarem suas ações. Em 2013, o Estado do Ceará aderiu a 8.000 vagas, sendo 7.800 divididos por turmas em 39 municípios e 200 jovens em Unidades Penitenciárias.

No dia 09 de abril de 2014, o Estado aderiu a mais 600 vagas de ProJovem Urbano, passando a meta total de 8.000 para 8.600, distribuídos em 42 municípios e 2 Unidades Penitenciárias.

Em 2014, foram destinados ao projeto R\$6.058.026,00 (seis milhões, cinquenta e oito mil e vinte e seis reais), sendo executado a totalidade dos recursos no ano, equivalente a 100% do programado, conforme o quadro a seguir:

Quadro 63 – Execução Financeira do GABGOV

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	86	Pro Jovem Urbano	6.058.026,00	6.058.026,00	100,00	6.058.026,00	100,00
		Total	6.058.026,00	6.058.026,00	100,00	6.058.026,00	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP

O ProJovem Urbano conta ainda com recursos do Governo Federal e as contrapartidas dos municípios.

4.7.2. Desenvolvimento

O projeto desenvolvido pelo GABGOV inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

Educação, abrangendo os projetos vinculados à educação formal em seus diversos estágios.

Projovem Urbano

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano é um Programa do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado do Ceará, que garante a jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, ações de elevação de escolaridade, na forma de curso, qualificação profissional inicial e participação cidadã.

A Resolução CD/FNDE Nº 54 de 21 de novembro de 2012, estabelece os critérios e as normas para a transferência automática de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Projovem Urbano, para entrada de estudantes em 2013. O documento também reforça a importância do Programa, destacando as seguintes necessidades: promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; criar novas oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; atender aos jovens catadores de resíduos sólidos; ampliar ações voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos nas unidades dos sistemas prisionais, especialmente de jovens mulheres, devido ao crescente índice populacional carcerário feminino no último triênio, segundo o Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen/MJ-2011).

Em 2014 o projeto vem atendendo 8.600 jovens em 42 municípios do Estado e 2 Unidades Penitenciárias, conforme relação abaixo:

Nº	Municípios	Nº	Municípios
1	Acarape	26	Ocara
2	Acaraú	27	Pacajus
3	Aiuaba	28	Pacoti
4	Aquiraz	29	Pacujá
5	Aracati	30	Paraipaba
6	Ararendá	31	Parambu
7	Acopiara	32	Paramoti
8	Aratuba	33	Penaforte
9	Camocim	34	Piquet Carneiro
10	Canindé	35	Quixeramobim
11	Cratêus	36	Quixeré
12	Farias Brito	37	Reriutaba
13	General Sampaio	38	Saboeiro

14	Guaiuba	39	Tamboril
15	Horizonte	40	Tauá
16	Icapuí	41	Tianguá
17	Ipu	42	Várzea Alegre
18	Ipueiras	43	Penitenciária Francisco Hélio Viana (Pacatuba)
19	Itapajé	44	Presídio Penal Feminino Des. Auri Moura Costa (Itaitinga)
20	Jaguaribe		
21	Limoeiro do Norte		
22	Madalena		
23	Massapê		
24	Monsenhor Tabosa		
25	Nova Russas		

Turma do Projovem Urbano na Sessão Plenária da Câmara Municipal de Paramoti



Fonte: GABGOV

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano iniciou novas turmas no dia 23/09/2013. Com duração de 18 meses, os jovens beneficiados ao final do curso terão a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental, ter uma qualificação profissional inicial e receber o estímulo de desenvolver atividades comunitárias, por meio das 3 dimensões: Educação Básica (Português, Matemática, Inglês, Ciências Humanas e Ciências da Natureza), Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. Vale ressaltar que o curso é dividido em 6 Unidades Formativas, cada uma com a duração de 3 meses: I -

Juventude e Cultura; II - Juventude e Cidade; III - Juventude e Trabalho; IV – Juventude e Comunicação; V – Juventude e Tecnologia; VI – Juventude e Cidadania.

No ano de 2014, os jovens tiveram aulas das Unidades Formativas II, III, IV e V, considerando que as aulas da Unidade Formativa I foram realizadas no ano de 2013 e que as aulas da Unidade Formativa VI serão realizadas em 2015. Destaca-se a seguir as propostas de temas integradores das Unidades Formativas abordadas em 2014:

Unidade Formativa II: Juventude e Cidade
A juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Reposicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social.

Unidade Formativa III: Juventude e Trabalho

O Mundo do Trabalho na sociedade contemporânea: transformações pelas quais vem passando e práticas de inserção dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola.

Unidade Formativa IV: Juventude e Comunicação

Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.

Unidade Formativa V: Juventude e Tecnologia

Ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias.

É importante frisar que, o resultado dos jovens que tiveram o grau de escolaridade elevado, ou seja, jovens capacitados, só poderá ser mensurado ao final dos 18 meses de curso, ou seja, em Março de 2015.

Os educadores responsáveis pela Formação Continuada da Unidade Formativa II (Juventude e Cultura), III (Juventude e Trabalho), IV (Juventude e Comunicação) e V

(Juventude e Tecnologia) foram capacitados e participaram de palestras com a Coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres, Mônica Barroso, com a Coordenadora Estadual de Direitos Humanos, Ana Paula Holanda e também com o Presidente Nacional na Central Única das Favelas (CUFA) Preto Zezé.

Formação dos Educadores – Projovem Urbano



Fonte: GABGOV

4.7.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Os recursos foram distribuídos por Região atendendo 42 municípios e 2 Unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza. Os municípios atendidos pelas ações do Projovem Urbano foram selecionados segundo os critérios destacados a seguir: o quantitativo da população de jovens de cada município, os índices de violência juvenil identificada, a taxa de analfabetismo e o percentual de jovens que abandonaram o Ensino Fundamental, priorizando ainda, a juventude negra. Assim, temos uma diferença na aplicação dos recursos por Macrorregião, motivada pela escolha dos municípios que considerou a realidade específica de cada um deles.

Quadro 64 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado (R\$)	%	População Beneficiada	%
1-RMF	1.054.707,19	17,41	1000	11,62%
2-LITORAL OESTE	556.783,89	9,20	800	9,30%
3-SOBRAL/IBIAPABA	684.153,27	11,30	1000	11,62%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	1.193.630,74	19,70	1800	20,94%
5-SERTÃO CENTRAL	811.522,64	13,40	1200	13,96%
6-BATURITÉ	472.852,83	7,80	800	9,30%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	600.222,19	9,90	1000	11,62%
8-CARIRI/CENTRO SUL	684.153,25	11,29	1000	11,62%
TOTAL	6.058.026,00	100,00	8.600	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.7.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- 294 educadores capacitados no Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem;
- 8.600 jovens matriculados nas turmas do Projovem Urbano;
- 42 municípios e 2 Unidades Penitenciárias recebendo ações do ProJovem Urbano.

Dificuldades

- Irregularidade dos transportes escolares dos municípios, principalmente nos meses de janeiro, junho e dezembro/2014 que são meses das férias do ensino regular, o que ocasionou o aumento dos índices de infrequência dos jovens.
- O mês de junho foi marcado pelo grande índice de infrequência devido às festividades do Mundial de Copa do Mundo sediado no Brasil, bem como pelo trabalho temporário que este evento proporcionou a muitos jovens.
- Atraso no pagamento das bolsas-auxílios aos jovens, por parte do Governo Federal. A primeira bolsa foi liberada em fevereiro de 2014, contribuindo para o retorno de muitos jovens à sala de aula.
- Atraso do repasse federal referente a última parcela. Até o dia 31.12.2014 o Governo Federal ainda não havia feito o desembolso.

4.8. Secretaria dos Recursos Hídricos

4.8.1. Aspectos Gerais

A Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH coordena as ações do Estado no âmbito dos recursos hídricos, e sua atuação está voltada para promover a oferta, a gestão e a preservação desses recursos de forma participativa e descentralizada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

Para viabilizar o cumprimento de sua missão, conta como uma das fontes de recursos o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que está financiando a execução de 08 (oito) projetos, na categorização de Infraestrutura Comunitária – Saneamento Básico, em 2014.

Todos os projetos financiados, dizem respeito ao abastecimento de água, sendo dois deles enquadrados no Programa de Acumulação Hídrica (Conclusão da obra da Barragem Diamantino II no município de Marco e Construção da Barragem Germinal em Palmácia), enquanto que os demais são ações vinculadas ao Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água.

Seis projetos financiados pelo FECOP são executados diretamente pela SRH e dois pela sua vinculada, Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), quais sejam: Fornecimento e Instalação de 75 novos dessalinizadores no interior do Estado e Perfuração e Instalação de pequenos sistemas de abastecimento d'Água com chafariz no município de Tamboril.

Em 2014, foram destinados para a SRH e SOHIDRA para a execução dos oito projetos o valor de R\$ 4.159.302,36 (quatro milhões, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e dois reais e trinta e seis centavos), tendo sido empenhado o valor de R\$ 2.516.567,31 (dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e um centavos), equivalente a 60,50% e pago o valor de R\$ 2.514.855,95 (Dois milhões, quinhentos e catorze mil, oitocentos e cinqüenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), equivalente a 60,46% do limite liberado para o ano. Com a execução dos projetos está previsto o atendimento a aproximadamente 27.518 pessoas.

Destaca-se que os recursos provenientes da fonte FECOP viabilizaram a captação de outras fontes de financiamento dos projetos. Do total em execução pela SRH, 2 (dois)

foram financiados exclusivamente pela fonte FECOP (Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará e Perfuração e Instalação de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água no município de Tamboril), e 6 (seis) incluem recursos captados de outras fontes, como do Governo Federal, tesouro e recursos externos provenientes do P4R do Banco Mundial (Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco, Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento, Construção do Sistema Adutor de Palmácia, Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo, Construção da Barragem Germinal em Palmácia e Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú). O volume total de recursos envolvidos na programação do ano de 2014 é de R\$ 47.501.123,45 (quarenta e sete milhões, quinhentos e um mil, cento e cinte e três reais e quarenta e cinco centavos). A participação do valor disponibilizado pelo FECOP e do valor disponibilizado pelas outras recursos no valor anual destes projetos é de, respectivamente, 8,76% e 91,24%.

Quadro 65 – Execução Financeira da SRH

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	80	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	857.404,37	848.175,41	98,92	847.080,49	98,80
2	214	Perfuração e Instalação de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água no Município de Tamboril	200.000,00	200.000,00	100,00	200.000,00	100,00
3	253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	596.352,52	407.314,95	68,30	407.314,95	68,30
4	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas	1.481.887,65	283.138,80	19,11	282.522,36	19,07

		Simplificados de Abastecimento					
5	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	300.000,00	107.566,56	35,86	107.566,56	35,86
6	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	301.200,57	301.200,57	100,00	301.200,57	100,00
7	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	100.659,13	47.372,90	47,06	47.372,90	47,06
8	325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú	321.798,12	321.798,12	100,00	321.798,12	100,00
Total			4.159.302,36	2.516.567,31	60,50	2.514.855,95	60,46

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.8.2. Desenvolvimento

Todos os projetos desenvolvidos pela SRH incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de projetos Estruturantes, na categoria Infraestrutura Comunitária. São assim considerados em função dos produtos por eles gerados serem apropriados por toda uma comunidade.

No âmbito da SRH encontram-se subdivididos em dois Programas: Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água e Programa Acumulação Hídrica.

Programa Transferência Hídrica e Suprimento de Água

Este Programa visa atender as necessidades de abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água.

Pertencem a esse grupo os projetos relacionados no quadro abaixo.

Quadro 66 –Programa Transferência hídrica e Suprimento de Água

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	80	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinização e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado	857.429,93	848.175,41	98,92	847.080,49	98,80
4	214	Perfuração e Instalação de Pequenos Sistemas de Abastecimento D'água com Chafariz no Município de Tamboril	200.000,00	200.000,00	100	200.000,00	100
2	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e instalação ou revitalização de pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento	1.481.887,65	283.138,80	19,11	282.522,36	19,07
3	269	Construção do sistema adutor de Palmácia	300.000,00	107.566,56	35,86	107.566,56	35,86
5	282	Construção do Sistema Adutor da sede do município de Alto Santo	301.200,57	301.200,57	100,00	301.200,57	100,00
6	325	Construção de Sistema de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no município de Acaraú	321.798,12	321.798,12	100	321.798,12	100
Total			3.462.316,27	2.061.879,46	59,55	2.060.168,10	59,50

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Com foco na transferência hídrica foram propostos dois projetos de construção de adutoras para abastecimento das sedes municipais de Alto Santo e Palmácia, que inclui também as localidades de Gado dos Rodrigues, Santo Antônio, Volta do Rio, Santa Maria, Gado do Ferros/Boqueirão e Rochedo. Trata-se de obras desenvolvidas por meio do PAC Infraestrutura Hídrica, que tem por objetivo mitigar os efeitos da estiagem por meio da ampliação da infraestrutura de abastecimento de água e que serão desenvolvidas em parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Integração.

A adutora de Alto Santo esta com 80 % de Executada. Essa obra foi submetida a aditamento de prazo, cujo encerramento ficará para 26/02/2015 (motivo: readequação no projeto executivo; resoluções junto CEF e itens de serviços não previstos inicialmente).

A adutora de Palmácia esta aguardando a conclusão do processo de licitação da supervisão. A obra esta com o contrato suspenso.

No âmbito deste de Instalação de Dessalinizadores, com foco específico no suprimento de água, situam-se os projetos de instalação ou recuperação de pequenos sistemas de abastecimento d'água em comunidades rurais difusas mediante a perfuração de poços profundos e a instalação, quando necessário, de dessalinizadores.

O atendimento destas comunidades com sistemas simplificados de abastecimento de água para o consumo humano afigura-se como a solução de melhor viabilidade econômica, ambiental e social e tem-se constituído em uma ação sistemática do Estado intensificada em razão da estiagem prolongada que obriga a população a se deslocar por grandes distâncias para suprir suas necessidades. Na maioria das vezes as fontes disponíveis não apresentam quantidade e qualidade suficiente, obrigando o poder público a buscar, através de carros pipas, suprir essa demanda a custos relativamente altos.

Segundo o documento “O Caminho das Águas nas Rotas dos Carros-Pipa” elaborado pelo Instituto Agropolos, devido à escassez de água, a população busca como alternativa o consumo de água contaminada por bactérias, alto teor de sais e elevada turbidez, facilitando a proliferação de doenças, principalmente aquelas de veiculação hídrica: problemas estomacais, verminoses e micoses.

O projeto Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizadores atende comunidades do interior do Estado do Ceará visando disponibilizar água de boa qualidade para atender as necessidades de consumo humano e colaborando, paralelamente, para a redução do índice de doenças de veiculação hídrica e a melhoria das condições de vida da população beneficiada. A solução idealizada para o problema da falta de água nas comunidades selecionadas foi a instalação de sistemas simplificados que combinem a instalação de poços, construídos no embasamento cristalino, mesmo com as limitações de vazão e qualidade d'água, com a utilização de dessalinizadores, ou associados ao uso adequado de cisternas individuais. Implantado através da SOHIDRA, o projeto tem como princípio a busca da auto sustentabilidade, tendo como parceiros as prefeituras, as empresas de saneamento e a própria comunidade.

Durante o ano de 2014, foram concluídos os diagnósticos socioambiental e técnico do Programa Água Doce, totalizando 666 (seiscentas e sessenta e seis) diagnósticos em comunidades rurais difusas em 48 (quarenta e oito) municípios da região semiárida do

Estado do Ceará. Esses municípios foram selecionados pelo MMA, por meio do Índice de Condição de Acesso à Água - ICAA. Com o resultado dos diagnósticos socioambiental e técnico, foram selecionadas 444 comunidades beneficiárias dos projetos, nas quais foram realizadas as seguintes ações abaixo:

- 444 testes de bombeamentos (limpeza do poço, teste de vazão), coleta de água para realização de análises físico-química e desinfecção do poço;
- 444 análises físico-química de água;

Verificada a capacidade de produção dos poços profundos e com base nas análises físico-química da água e no número de famílias, foi definido o tipo de dessalinizador compatível com as condições de cada comunidade a ser beneficiada. Portanto, foram realizadas:

Seleção de 222 comunidades para instalação de sistemas de abastecimento de água com dessalinizador;

- 222 análises bacteriológica de água;
- 222 análises físico-química de solo;
- 222 projetos executivos elaborados.

Nessa comunidades foram iniciados contatos / reuniões com vistas à preparação para celebração dos “Pactos de Gestão”, com os resultados abaixo:

LOTE I

Visitados 14 municípios e 85 comunidades.

Realizada 85 reuniões para preparação dos “Pactos de Gestão” em cada uma das 85 (oitenta e cinco) comunidades a serem beneficiados com a instalação de sistema de abastecimento de água com dessalinizador.

LOTE II

Foram visitados 5 municípios e 44 comunidades.

Realizada 44 reuniões para preparação dos “Pactos de Gestão” em cada uma das 44 (quarenta e quatro) comunidades a serem beneficiados com a instalação de sistema de abastecimento de água com dessalinizador.

LOTE III

Foram visitado 11 municípios e 27 comunidades.

Realizada 27 reuniões para preparação dos “Pactos de Gestão” em cada uma das 27 (vinte e sete), comunidades a serem beneficiados com a instalação de sistema de abastecimento de água com dessalinizador.

Como o processo licitatório da 2ª Etapa do PAD foi revogada pela PGE, por solicitação da SRH, tendo em vista problemas com uma das empresas licitantes, foram elaborados novos Termo de Referência e Edital, os quais foram encaminhados à CCC / PGE (Concorrência Pública Nacional Nº 20140008/SRH/CCC), em agosto/2014, com vista a realização da licitação.

Atendido os trâmites legais, em 16/09/2014 a CCC/PGE realizou reunião para recebimento dos envelopes das 4 (quatro) empresas presentes. Seguidamente realizou a abertura dos envelopes “A” contendo as documentações pertinentes, “ficando o exame para ser feito posteriormente e, por conseguinte o resultado do julgamento da Fase de Habilitação” para ser “divulgado em sessão pública. Em 02/10/2014 a CCC/PGE, em sessão pública divulgou o resultado do julgamento da “Fase de Habilitação” inabilitando uma das empresas. Em 22/10/2014 a CCC/PGE realizou reunião, na qual, após instalada a sessão, realizou a abertura dos envelopes contendo as Propostas Comerciais das empresas habilitadas – Lotes I e II (ressalta-se que a empresa inabilitada apresentou Proposta Comercial apenas para o Lote III, o qual encontra-se sobre judice). Após ter sido analisadas as Propostas Comerciais das empresas habilitadas, a CCC/PGE em sessão pública realizada em 14/11/2014, declarou vencedora as Propostas Comerciais das empresas para execução das ações constantes no Lotes I e II.

Após homologação da Licitação (LOTES I e II) as empresas vencedoras assinaram os Contratos para execução das ações, respectivamente em 17/12/2014 e 19/12/2014.

Em virtude do atraso na tramitação do processo licitatório da Segunda Etapa do PAD (Instalação/recuperação de sistemas de abastecimento de água com dessalinização), as metas do programa desta Segunda Etapa passou para 2015 e 2016.

É importante ressaltar que com a instalação dos 222 sistemas de abastecimento de água com dessalinização a infraestrutura hídrica do estado estará fortalecida em comunidades do semiárido cearense, e essas ações terão integração direta com outras ações governamentais tais como: aproveitamento de poços profundos, anteriormente perfurados por instituições governamentais (SOHIDRA, DNOCS, CPRM, DAS, Defesa Civil, etc.). Um outro ponto de alta relevância é que em cada comunidade beneficiada será realizada a

capacitação de “Operadores dos Sistemas Instalados” e celebrado um “Pacto de Gestão” permitindo uma maior eficiência na operação e manutenção dos sistemas instalados, bem como no fornecimento de água dessalinizada para consumo humano, garantindo uma melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Realização do Diagnóstico Socioambiental - município de Aracoiaba



Fonte: SRH

Obras hidroambientais (Terraços, cordões e Barragens) município Alto Santo



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Programa Acumulação Hídrica

O objetivo deste Programa é ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, através da construção de barragens ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

No Programa Acumulação Hídrica, encontram-se os projetos a seguir:

Quadro 67 –Programa Acumulação Hídrica

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	253	Conclusão da Obra da Barragem Diamantino II situada no município de Marco	596.352,52	407.314,95	68,30	407.314,95	68,30
2	286	Construção da Barragem Germinal - Palmácia	100.659,13	47.372,90	47,06	47.372,90	47,06
Sub Total			697.011,65	454.687,85	65,23	454.687,85	65,23

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

O projeto de Construção da Barragem Germinal situada no município de Palmácia está estreitamente vinculado ao outro projeto de Construção da Adutora de Palmácia. A barragem germinal barrará o rio Pacoti, à montante da confluência deste com o rio Salgado, no município de Palmácia. A área da Bacia Hidrográfica é 94,00 Km², a capacidade de acumulação (Cota 364,00) será de 2.014.427,00 m³ com vazão regularizada de 0,049m³/s. Também é uma obra desenvolvida em parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Integração e que integra o PAC Infraestrutura Hídrica.

Após a conclusão da Barragem Diamantino II, foi implementado um replanilhamento de serviços, visando corrigir falhas/omissões no contexto do projeto executivo, para adequar a realidade de campo, entretanto, sem repercussão de cunho financeiro. Era prevista a contratação de empresa de supervisão para esta obra, porém, em razão de não ter se apresentado nenhuma interessada em efetivar a dita supervisão, tal tarefa ficou a cargo de técnicos lotados na SOHIDRA. Concluída, apenas pendente, ínfima parte de queima de vegetação situada na bacia hidráulica. Percentual Executado: 99%.

4.8.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados em 2014 no valor de R\$ 2.516.567,31, tem-se com maior concentração de recursos empenhados a macrorregião Litoral Litoral Oeste, que foi contemplada com 42,39%, seguida pela macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe, com 19,81% e macrorregião de Sertão dos Inhamuns, com 13,07%, conforme destacado no quadro a seguir:

Quadro 68 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	121.709,45	4,84	140	6,35
2-LITORAL OESTE	1.066.845,36	42,39	836	37,91
3-SOBRAL/IBIAPABA	6.361,53	0,25	0	0,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	328.885,64	13,07	557	25,26
5-SERTÃO CENTRAL	257.108,02	10,22	331	15,01
6-BATURITÉ	219.486,35	8,72	25	1,13
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	498.510,10	19,81	316	14,33
8-CARIRI/CENTRO SUL	17.660,86	0,70	0	0,00
TOTAL	2.516.567,31	100,00	2.205	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Os projetos Construção da Barragem Diamantino, Construção do Sistema Adutor de Palmácia, Construção da Barragem Germinal em Palmácia e Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo, todos com execução no período, estão concentrados em municípios específicos e, portanto, os recursos aparecem distribuídos com maior volume nas macrorregiões: Litoral Oeste, Litoral Leste/Jaguaribe, do município de Alto Santo, e macrorregião região de Baturité, do município de Palmácia.

Também com execução no período, o projeto Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água em Comunidades Rurais, não desenvolveu atendimento uniforme para todo o estado do Ceará. A seleção dos municípios que participam deste investimento obedeceu a metodologia traçada pelo Ministério do Meio Ambiente, pela qual a escolha dos municípios das regiões semiáridas baseia-se na hierarquização feita por aquele Ministério,

por meio do Índice de Condição de Acesso à Água (ICAA) e a partir dos níveis de criticidade, definidos pela composição dos seguintes indicadores: a) Pluviometria; b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); c) Mortalidade Infantil; c) Intensidade de Pobreza; d) Concentrações de Sólidos Totais Dissolvidos (STD); e) Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD). Este último indicador, como se trata de informação importante para o Estado do Ceará, foi solicitado ao Ministério que fosse incluído no cálculo da hierarquização dos municípios cearenses. Já com referência a seleção das comunidades rurais difusas, foi exigido que cada localidade atendesse os seguintes critérios: a) Dispor de Poço Profundo com vazão mínima de 1000 litros/hora; b) Ter energia elétrica; e c) Ter população de, no mínimo, 20 famílias em raio de um quilômetro.

4.8.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados:

- Instalados 02 sistemas simplificados de abastecimento de água com dessalinizadores e chafarizes eletrônicos em comunidades rurais beneficiando 300 pessoas.
- No âmbito do projeto Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento foram selecionadas 444 comunidades, nas quais foram feitos 100% de bombeamento para teste de vazão, 100% das análises físico-química do solo e da água nas nessas comunidades, bem como, foram realizadas 100% das análises bacteriológicas da água. Destaca-se ainda, a elaboração dos 197 projetos executivos que serão utilizados na instalação dos Sistemas de Dessalinização. É Importante ressaltar que com a instalação dos 222 Sistemas de abastecimento de água com dessalinizadores, a infraestrutura hídrica do Estado estará fortalecida em Comunidades do Semiárido cearense e essas ações terão integração direta com outras ações governamentais tais como: aproveitamento de poços profundos, anteriormente perfurados. Outro ponto de alta relevância é que em cada Comunidade beneficiada será realizada a capacitação de “operadores de sistemas instalados e celebrado um pacto de gestão”, permitindo uma maior eficiência na operação e manutenção dos sistemas instalados, bem como no fornecimento de água dessalinizada para consumo humano.

- As obras da Adutora de Alto Santo, iniciadas em janeiro de 2014 encontram-se com 80% de execução. Foram realizadas ainda as ações ambientais para preservação da faixa de proteção permanente do entorno da fonte hídrica, bem como a execução de ações hidroambientais, ambas tendo como objetivo manter a qualidade da água.

Dificuldades :

- Atrasos nos processos licitatórios o que dificultava a contratação das empresas envolvidas nos projetos.
- Entraves nos processos de desapropriação e de obtenção das licenças ambientais necessárias para liberação das áreas de execução dos projetos.

4.9. Secretaria do Esporte

4.9.1. Aspectos Gerais

O governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma política de esporte e lazer com o objetivo de consolidar, resgatar, democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões, por meio da valorização, inclusão, promoção e oferta de oportunidades, em suas diversas áreas, ao conjunto da sociedade, de maneira democrática e participativa. A atual Política Estadual do Esporte encontra-se integrada à Política do Esporte da União, por intermédio do Plano Operativo Anual e do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, que articula, organiza e integra as administrações federal, estaduais e municipais, bem como contempla e interage com os demais atores da sociedade brasileira. O Sistema Estadual de Esporte e Lazer é coordenado e gerenciado pela Secretaria do Esporte (SESPORTE), que tem a atribuição de implementar, acompanhar e monitorar as informações dos indicadores estabelecidos no Plano Estadual de Esporte e Lazer.

A SESPORTE tem como principais linhas de ação a capacitação, o incentivo às atividades esportivas de rendimento, desporto, lazer e educação e o fortalecimento da infraestrutura esportiva, com foco na inclusão social. Para a concretização do objetivo de desenvolver o esporte e o lazer e democratizar seu acesso, a atual gestão se utiliza de instrumentos legais que estabelecem as suas principais atribuições institucionais, como o planejamento, a normatização, a coordenação, a execução e a avaliação da política do esporte do Ceará.

Com base nesse direcionamento e com o intuito de verificar a efetividade da atual política do esporte do Estado, foram definidos resultados estratégicos, mensurados por indicadores, por intermédio das ações vinculadas aos projetos Segundo Tempo, Bolsa Esporte e Viva + e Esporte e Lazer na Cidade.

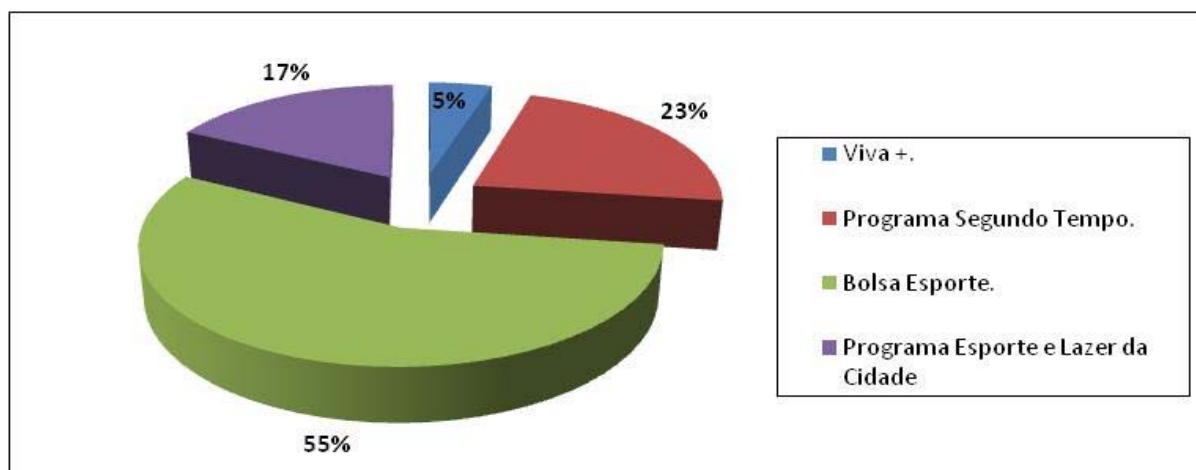
Para materializar esse cenário a SESPORTE conta com o apoio financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que para o exercício de 2014, os recursos totalizam em R\$ 3.265.323,26 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e seis centavos), distribuídos conforme quadro e gráfico a seguir:

Quadro 69 – Execução Financeira da SESPORTE

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	11	Projeto Viva Mais	154.800,00	154.800,00	100,00	154.800,00	100,00
2	18	Programa Segundo Tempo	732.440,26	555.196,08	75,80	555.196,08	75,80
3	20	Bolsa Esporte	1.809.805,00	1.809.805,00	100,00	1.809.805,00	100,00
4	433	Programa Esporte e Lazer da Cidade	568.278,00	568.278,00	100,00	46.190,00	8,31
Total			3.265.323,26	3.088.079,08	94,57	2.565.991,08	78,58

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico – 19 – Percentual de valores liberados, segundo os projetos de 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.9.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SESPORTE incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Esporte, abrangendo os projetos que promovem a inclusão social de pessoas por meio de práticas esportivas.

Viva Mais

O projeto Viva Mais abrange a implantação e manutenção de 14 núcleos dentro das Comunidades Terapêuticas em Fortaleza e Região Metropolitana credenciadas pela Assessoria Especial de Políticas Públicas Sobre Drogas do Governo do Estado, com uma média de 50 atendimentos diários entre crianças, jovens e adultos dependentes de drogas, funcionando de segunda a sexta, com carga horária semanal de 30h, realizando serviços de atividades esportivas, recreativas lúdicas, desportivas e de lazer direcionadas a contribuir com reabilitação dos dependentes de drogas e executadas por profissionais de Educação Física.

Nos núcleos do projeto serão desenvolvidas modalidades esportivas (futsal, vôlei, basquete, futebol de campo, badminton), atividades complementares (peteca, frescobol, bambolê), jogos de raciocínio (uno, monopolydeal, jenga, mastermind senha, cilada, hora do rush) e jogos de tabuleiro (dama, xadrez e dominó).

Em 2014, foram destinados ao Projeto Viva Mais o valor de R\$154.800,00 (cento e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais), sendo executado a totalidade do recurso no ano. A Sesporte firmou convênio com a entidade em 31.10.2014, sendo o valor referente à primeira parcela do convênio.

As atividades foram iniciadas com a fase de preparação e o atendimento ao público ocorrerá em 2015.

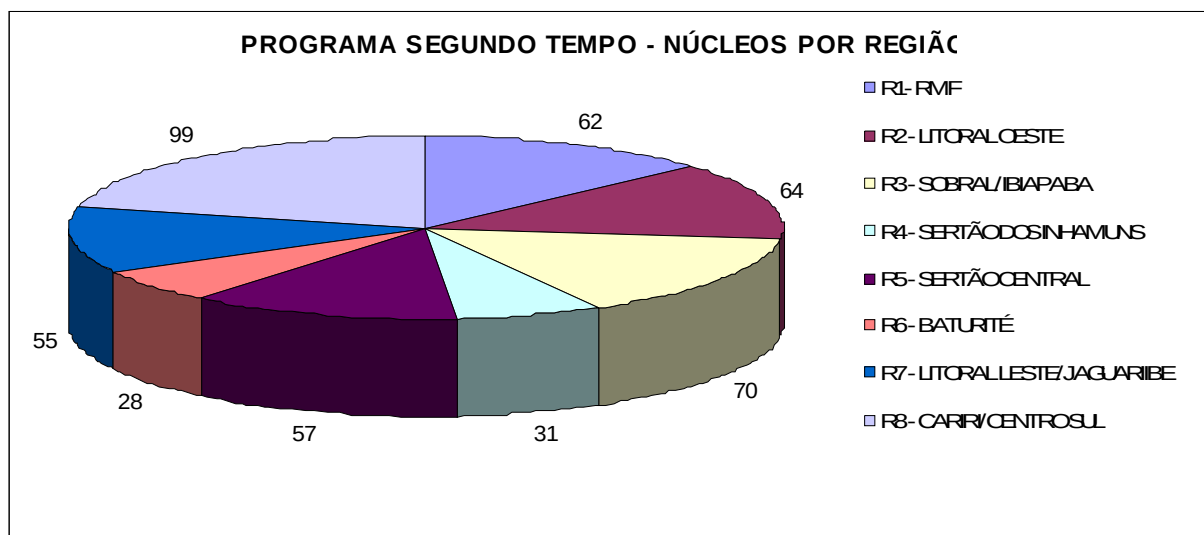
Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo é desenvolvido em parceria com o Ministério do Esporte e atende a crianças e jovens do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas, oferecendo atividades esportivas, aula de reforço escolar e material esportivo no contraturno das aulas. Tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Em 2014, foram destinados ao Segundo Tempo R\$732.440,26 (setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e seis centavos), sendo executado R\$555.196,08 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e noventa e seis reais e oito centavos), equivalente a 75,80% do valor aprovado para o período.

Em 2014 foram mantidos em funcionamento 466 núcleos esportivos nos 184 municípios, atendendo 46.600 beneficiados. a qualificação de quase mil profissionais e a ampliação de sua abrangência, através de melhorias no processo de formalização e contratação dos profissionais envolvidos.

Gráfico 20 – Distribuição dos Núcleos do Projeto Segundo Tempo por Região Administrativa



Fonte: SESPORTE

Núcleo Segundo Tempo – CITS/Conjunto Ceará-Fortaleza



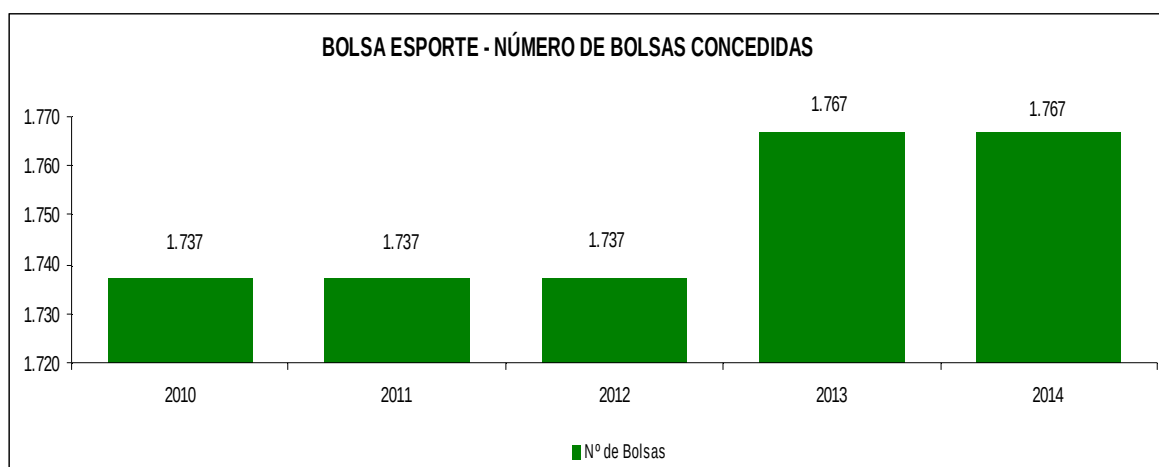
Fonte: SESPORTE

Bolsa Esporte

O projeto Bolsa Esporte assegura renda fixa a crianças, adolescentes e adultos que não têm patrocínio, mas apresentam bom desempenho em atividades esportivas, oferecendo ao esportista tranquilidade para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento.

Desenvolvido exclusivamente com recursos do FECOP, o projeto apresenta-se como uma tentativa de intervir no quadro de desigualdade social e ao mesmo tempo, alavancar o esporte e o lazer como ferramenta de inclusão social. Para tanto, possibilita a democratização e o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados nos estabelecimentos públicos de educação do Ceará, alunos de escolas particulares (que estudem com auxílio de bolsa de estudo integral) e deficientes, proporcionando uma manutenção pessoal mínima aos atletas, bem como, beneficiando os que se encontram na linha da pobreza.

Gráfico 21 – Evolução Temporal do Número de Bolsas Concedidas pelo Projeto Bolsa Esporte



Fonte: SESPORTE

Os atletas selecionados são contemplados com a modalidade de bolsa à qual melhor se ajustem: Nível I no valor de R\$100,00 (cem reais) para atletas iniciantes no esporte e participante de escolinhas de iniciação esportiva, desenvolvidas nas escolas ou projetos de sociais; Nível II no valor de R\$130,00 (centro e trinta reais), para atletas que já participaram de competições locais, como as Olimpíadas Escolares do Ceará ou qualquer evento promovido pela SESPORTE e tenha sido colocado até o 10º lugar; e, Nível III no valor de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais) que contempla os atletas que já tenham participado das mesmas competições que os esportistas incluídos no nível II e tenham obtido colocação até 6º lugar nas competições disputadas.

Em 2014 foram destinados ao Projeto Bolsa Esporte o valor de R\$1.809.805,00 (um milhão, oitocentos e nove mil, oitocentos e cinco reais), sendo executado a totalidade do recurso no ano. Foram beneficiadas 1.779 pessoas, sendo 1.767 bolsas para crianças, jovens e adultos esportistas e 12 bolsas para a equipe de monitoramento.

Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC)

O Programa Esporte e Lazer na Cidade PELC foi iniciado em 2014 com o intuito de desenvolver uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e de lazer da população. Na sua essência, o PELC além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer envolvendo todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento. Contribui ainda para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

No Estado do Ceará estão sendo implantados 100 núcleos esportivos em 56 municípios, que alcançarão a marca de 40.000 pessoas beneficiadas. Além disso, será garantido a capacitação e a renda para 715 profissionais que atuarão na execução das atividades do programa.

Em 2014 foram destinados ao Programa Esporte e Lazer na Cidade o valor de R\$568.278,00 (quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais), sendo executado a totalidade do recurso no ano.

No segundo semestre de 2014 foi efetuado a compra de material esportivo e material de divulgação utilizado nas atividades preparatórias. O PELC será efetivamente executado no ano de 2015, já que sua fase de preparação foi concluída.

4.9.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

A alocação dos recursos por Macrorregião demonstra uma grande concentração na RMF, que absorve 66,10% do valor total empenhado no período. No projeto Bolsa Esporte, 42,15% valor encontra-se alocado na RMF devido à predominância, nesta região, dos atletas beneficiados com bolsas do nível II e III, que envolvem um volume maior de recursos.

A população beneficiada pelo projeto Segundo Tempo corresponde a 94,5% da população beneficiada pelo conjunto de projetos de responsabilidade da SESPORTE financiados pelo FECOP. Trata-se de 46.600 crianças, adolescentes e jovens atendidos em 466 núcleos, uma média de 100 pessoas por núcleo. Configura-se como um projeto de muita capilaridade com atuação em todos os municípios do Estado.

Deste modo, apesar dos recursos estarem em grande parte alocados na RMF, a população beneficiada encontra-se distribuída em todas as macrorregiões, com destaque para a Macrorregião Cariri/Centro Sul, com 21,08% da população beneficiada.

Quadro 70 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	2.041.119,08	66,10	6.862	13,91
2-LITORAL OESTE	197.600,00	6,40	6.744	13,67
3-SOBRAL/IBIAPABA	147.940,00	4,79	7.323	14,84
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	85.660,00	2,77	3.274	6,64
5-SERTÃO CENTRAL	135.720,00	4,39	5.980	12,12
6-BATURITÉ	40.940,00	1,33	2.905	5,89
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	203.160,00	6,58	5.852	11,86
8-CARIRI/CENTRO SUL	235.940,00	7,64	10.398	21,08
TOTAL	3.088.079,08	100,00	49.338	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.9.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- 466 núcleos esportivos funcionando nos 184 municípios, beneficiando 46.600 crianças e adolescentes de 07 a 17anos, alunos do ensino público proveniente de famílias de baixa renda em cada núcleo.
- 1.674 profissionais beneficiados com bolsa e capacitados para desenvolvimento de atividades esportivas, sendo 959 nos núcleos do Programa Segundo Tempo e 715 do no Programa Esporte e Lazer na Cidade.

- 1.767 crianças, jovens e adultos beneficiados com bolsas como forma de incentivo a prática do esporte em todo estado.
- 12 bolsas concedidas para estudantes de Educação Física para realização do monitoramento do Programa Bolsa Esporte.

Dificuldades

Em 2014, foram encontrados alguns obstáculos durante a gestão dos programas. Estes obstáculos decorrem de fatores estruturais e conjunturais que residem no percurso entre a concepção e a execução dos programas. Ao encontrar estes obstáculos, coube aos gestores dos programas tomar providências, com o intuito de superar tais amarras. O desafio enfrentado no processo de gestão dos programas consiste na capacidade de equacionar as variáveis que compõem os obstáculos, e de propor e implementar medidas de superação. Sendo assim, segue alguns dos maiores obstáculos enfrentados no primeiro semestre de 2014:

- a Secretaria do Esporte não possui ainda um quadro de pessoal e um número de veículos que possibilitem o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos, especialmente do Segundo Tempo e Bolsa Esporte.
- atraso na formalização do edital devido a mudanças nos critérios de seleção para os monitores e beneficiários do Projeto Bolsa Esporte, além do grande número de atletas inscritos para a nova seleção, que aconteceu de forma presencial em todos os municípios do Estado do Ceará. Vale ressaltar que já foi concluído o processo seletivo dos 1.767 novos bolsistas de 2014 com mudanças, em relação ao primeiro semestre, no número de atletas selecionados por municípios.
- Atraso nos procedimentos licitatórios, seleção e edital para início das atividades do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC)
- atraso nos procedimentos da chamada pública para a execução do projeto Viva Mais. O Projeto será executado via convênio e por conta das novas regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres, foi encaminhado à PGE, para apreciação, o Projeto de Lei que trata da transferência de recursos para execução de Programas em parcerias com pessoas jurídicas do setor privado, pela Secretaria do Esporte. A aprovação do Projeto de Lei nº 15.611/2014 pela Assembléia Legislativa do Estado do

Ceará somente aconteceu no dia 29 de maio de 2014, com publicação DOE no dia 13 de junho de 2014. O aviso de solicitação de manifestação de interesse das entidades foi publicado no DOE no dia 18 de junho e o processo de seleção ainda está em andamento. Devido ao decreto nº 31.532, de 16 de julho de 2014, que estabelece regras para a transferência de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres no período eleitoral de 2014, nos termos da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, somente sendo possível celebrar convênio para a transferência dos recursos do referido projeto após o período eleitoral de 2014.

4.10. Secretaria da Cultura

4.10.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, como responsável pela gestão, formulação e acompanhamento das Políticas Culturais do Estado, tem a missão de executar, superintender e coordenar as atividades de proteção ao patrimônio cultural do Ceará, difusão da cultura e aprimoramento cultural das expressões do povo cearense.

O Projeto Agentes de Leitura é um programa de continuidade, iniciado em 2006, passando a ser executado com recursos exclusivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, a partir de 2010. Vem promovendo, desde seu lançamento, a democratização do acesso ao livro e à leitura, por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos bibliográficos que, posteriormente, são integrados ao acervo das bibliotecas públicas municipais e/ou comunitárias.

Em seu formato atual, o projeto proporciona o pagamento de bolsas no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) para jovens que cursaram o ensino médio, e no valor de R\$1.140,00 (um mil, cento e quarenta reais) para articuladores, que devem ser graduados em Letras e/ou Pedagogia. O projeto lhes fornece todo o material necessário ao desenvolvimento do trabalho (mochilas, blusas, bonés, bicicletas, protetor solar) e disponibiliza acervo bibliográfico. Incluem-se nos custos do projeto a realização de encontros periódicos dos Agentes, com o objetivo de troca de experiências exitosas e discussão de problemas e entraves.

O trabalho dos Agentes é visitar, quinzenalmente, as famílias beneficiadas, apresentando-lhes o acervo, lendo livros para essas famílias, realizando rodas de leituras e/ou desenvolvendo atividades de interpretação dos livros lidos.

O projeto encerrou o ano de 2014 com um limite autorizado de R\$ 900.261,64 (novecentos mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos) para execução das seguintes metas: (I) Conceder 220 bolsas, sendo 212 para agentes de leitura, 07 para agentes de leitura articuladores e 01 para agente de leitura coordenador; (II) Beneficiar 5.300 famílias e 26.500 pessoas; (III) Atuar em 46 municípios, sendo 38 de continuidade e 8 novos; (IV) Elevar o número de empréstimos em 7%.

4.10.2. Desenvolvimento

A Secretaria da Cultura compreende a pobreza sob a ótica da multidimensionalidade de forma a não restringi-la à privação de renda, mas traduzindo-a também enquanto necessidade de acesso à alegria, ao entretenimento, à informação, ao conhecimento e às artes. A cultura atua, nessa perspectiva, como um vetor de desenvolvimento social. A Secult defende que a leitura amplia o discernimento crítico, informa e traz conhecimento para o leitor, resultando em uma formação cidadã aferida pela evolução da proficiência leitora dos beneficiários. Assim, a Secretaria da Cultura elege o Projeto Agentes de Leitura como estratégia de minimização da pobreza por meio da democratização do acesso ao livro e à leitura, selecionando jovens com ensino médio completo, para promoção da leitura nas diferentes regiões do Estado, utilizando-se de acervo bibliográfico e literário.

O projeto enquadra-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP a partir do Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, na categoria dos projetos Estruturantes, subcategoria Cultura, que envolve ações de oferta de oportunidades culturais, artísticas e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social, buscando promover o desenvolvimento cultural com inclusão e participação de todos os setores da sociedade.

O projeto é realizado mediante Edital de Seleção para a contratação dos agentes de leitura. Este processo ocorre anualmente e em meados de 2013 foi encaminhada solicitação ao Conselho Consultivo de Políticas Inclusão Social para autorizar a destinação de parte dos recursos do referido ano para a seleção dos agentes de leitura que atuariam no ano de 2014. Com a anuência do CCPIS, a Secult lançou o Edital de Seleção, tendo por objetivo a concessão de 292 bolsas, sendo 280 para agentes de leitura, 10 para agentes de leitura articuladores, 01 para agente de leitura coordenador e 01 bolsa para agente de leitura formador, beneficiando 7.000 famílias.

No intervalo de tempo entre a aplicação das provas e a conclusão do processo seletivo, o Governo do Estado aprovou o Projeto Agentes de Leitura referente ao ano de 2014. Nesse ínterim, identificou-se que alguns municípios beneficiários do Projeto, tais como Pedra Branca, Mucambo e Catunda não apresentaram inscritos e que o município de Granja havia perdido o prazo de inscrição. Observou-se ainda que os municípios de Potiretama e Tamboril não fizeram a aplicação da prova. Em função disso, o projeto apresentou como metas para 2014 a concessão de 237 bolsas – 227 para agentes de leitura e 09 para agentes de leitura articuladores e 01 agente de leitura coordenador, beneficiando 5.675 famílias de 46 municípios, sendo 38 de continuidade e 8 novos.

Passados seis meses de execução do Projeto, junho de 2014, já sinalizávamos, em relatos, perdas em relação à concessão de bolsa e número de famílias a serem beneficiadas. Concluído o projeto, em dezembro do mesmo ano, contabilizou-se um prejuízo social maior do que o esperado. A concessão de bolsas, antes previstas para 220, diminuiu para 179, e dos 7 articuladores contratados, apenas 4 continuaram as atividades até o final do ano. O agente de leitura coordenador desistiu em agosto, devido ao atraso do pagamento (embora tenha trabalhado 4 meses, três deles não foram pagos, porque a elaboração do relatório do agente coordenador dependia dos demais, havendo, portanto, uma dívida de três meses a ser paga). Dos 46 municípios previstos para serem beneficiados, dois deles (Itatira e Jaguaretama) não respondiam aos contatos da Secult até maio, nem os agentes de leitura apresentavam documentos de desistência, o que impedia sua exclusão da folha de pagamento, mesmo não sendo pagos, pois qualquer pagamento dos agentes de leitura só é efetuado após recebimento de relatórios das atividades desenvolvidas pelos mesmos. Os agentes dos municípios de Ibicuitinga, Ibaretama, Choró e Santana do Acaraú, enviaram relatórios de atividades, somente nos primeiros meses. Já o município de Independência só iniciou as atividades a partir do segundo semestre. Esse quadro resultou em prejuízo social, pois os beneficiários, antes no total de 26.500, caíram para 20.000, além de repercutir sobre a execução físico financeira. O Projeto, inicialmente aprovado em 1.500.000,00, sofreu duas reduções durante o ano devido à baixa execução, chegando ao limite final de R\$ 900.261,64.

Também contribuíram para a baixa execução físico financeira os processos de aquisições não concluídos, conforme relato a seguir:

- Aquisição de livros - Valor estimado em R\$ 228.158,70. Dividido em nove lotes, apenas quatro foram concluídos, no valor de R\$ 63.857,00. O que acarretou perda social para o projeto e seus beneficiários, considerando que era previsto para cada família, ao final do ano de 2014, acesso a 70 títulos em média, que comporiam o kit de livros para trabalho dos agentes de leitura junto às famílias leitoras. Salienta-se, todavia, o compromisso dos agentes de leitura, o que permitiu com que, ao final das atividades, cerca de 24.062 livros tivessem sido trabalhados.
- Aquisição de bicicletas – Valor estimado R\$ 80.442,00, foi arrematado por R\$ 63.830,00. O processo foi empenhado, mas não foi pago porque o fornecedor não entregou o produto no período.

- Aquisição de bloqueadores – Valor estimado em R\$ 16.464,00 e arrematado por R\$ 10.886,40. Processo pago e o produto recebido pela Secult, mas não entregue por determinação do Gabinete.
- Aquisição de impressos - Valor estimado em R\$ 5.672,20, arrematado por R\$ 3.461,20. Processo empenhado e pago.
- Aquisição de camisas, bonés e mochilas – Valor estimado em R\$ 14.494,00, arrematado por R\$ 7.421,10. Processo pago, produto recebido pela SECULT, mas também não entregue por determinação do Gabinete.
- Contratação de empresa de produção, formação e acompanhamento do Projeto Agentes de Leitura - Processo aberto em fevereiro de 2014, com licitação concluída somente dia 05 de dezembro, após a instrução de várias redefinições do termo de referência, o que inviabilizou sua execução em 2014.

A contratação da referida empresa teria como objeto inicial as formações básica e continuada dos Agentes de Leitura. O valor inicial foi estimado em R\$ 137.173,40, finalizando em 189.999,00. Em junho de 2014, o referido processo foi solicitado pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Cultura à Procuradoria Geral do Estado, para reformulação do edital de contratação da empresa. Tal posição foi tomada face à necessidade de um redesenho do Processo de Formação dos Agentes de Leitura, após reunião com representantes da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social, em 11 de junho. Nessa reunião, devido aos atrasos nos processos licitatórios, foi acordado que as formações regionais continuadas para os agentes de leitura se dariam em Fortaleza, durante a XI Bienal Internacional do Livro do Ceará, no que seria o VI Encontro de Agentes de Leitura. Havia, porém, o temor de que esse novo formato dificultasse a execução financeira do Projeto, comprometendo os indicadores de resultados. E, como nem todas as licitações tinham sido concluídas, os instrumentais de aferição de proficiência leitora, sua correção e análise também poderiam ser prejudicados.

Prevendo demora na conclusão dos processos, a Coordenadoria de Política do Livro e Leitura - COPLA, responsável pela execução do Projeto, junto com o Gabinete da Secult, recorreram à expertise adquirida em edições anteriores do projeto, para conceber e aplicar a formação dos agentes de leitura nos municípios incluídos na edição 2014, cumprindo

assim a entrega do produto aos 220 agentes de leitura capacitados e aptos a dinamizarem o acervo.

Outra medida tomada pela Secult, como estratégia de minimização dos riscos que poderiam inviabilizar a execução do projeto em relação ao acervo a ser utilizado pelos agentes de leitura, foi a seleção, dentre a produção literária que a Secretaria recebe como contrapartida dos editais, de Kit com 46 títulos de autores cearenses repassado aos agentes de leitura, para trabalharem com as famílias leitoras. Vale ressaltar que a formação teve metodologia pautada em atividades e conteúdos suscitados pelo acervo.

Durante a formação, os agentes de leitura foram orientados a cadastrarem provisoriamente as famílias, tendo em vista que as fichas de cadastro, produto a ser entregue pelo projeto, encontrava-se em fase de compilação, só concluída após contratação da empresa.

Os instrumentais de avaliação de resultado do projeto só foram entregues à Secult nos meses de julho e agosto. Em reunião entre a Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social do FECOP e a COPLA, foi acordado que a elaboração da linha de base dos indicadores de resultados seria iniciada em setembro e concluída em abril de 2015, o que não acarretaria prejuízo, sendo o projeto agente de leitura uma ação de continuidade. A prova de proficiência leitora seria aplicada por amostragem em dez municípios das diferentes regiões do Estado, entre veteranos e novatos, com prioridade para municípios com maior número de agentes de leitura e, consequentemente, maior número de beneficiários. O Gabinete da Secult determinou, todavia, que qualquer material do Projeto só seria entregue aos agentes de leitura após a conclusão de todos os processos de aquisição, o que ainda não ocorreu. Em dezembro, foi autorizada a entrega dos testes de proficiência.

Da Concessão de Bolsas dos Agentes de Leitura

Após um mês de execução das atividades do Projeto pelos Agentes de Leitura, a Secretaria da Cultura recebeu notificação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (Processo Nº 04936/2013-5, Certificado Nº 048/2013 e Natureza: Prestação de Contas Anual do Exercício 2012), solicitando informações sobre a normatização que respaldava o valor referente às bolsas dos Agentes da Leitura. A Assessoria Jurídica da Secult iniciou estudo da legislação, analisando bolsas semelhantes pagas em projetos de secretarias estaduais (STDS, SDA e SESPORTE), e optou por encaminhar consulta à Procuradoria

Geral do Estado. Junto ao escritório/consulta, anexou minuta de decreto a ser encaminhado e assinado pelo Governador, caso fosse entendimento da Procuradoria Geral do Estado.

Paralelamente, foram suspensos os pagamentos dos meses de abril, maio e junho, o que gerou acúmulo de saldo referente às bolsas no valor de R\$ 269.740,00, até julho. Somente dia 22 de agosto a COPLA recebeu da ASJUR, instrução do processo para proceder pagamentos aos agentes de leitura. Pagamentos que foram creditados nas contas dos agentes a partir do dia 25 de setembro. A demora motivou desligamentos de alguns agentes e o não envio de relatórios por muitos deles impactou em redução significativa das metas do projeto.

Das Metas e Resultados

Das 220 bolsas a serem concedidas - 212 para agentes de leitura, 07 para agentes de leitura articuladores e 01 para agente de leitura coordenador - foram preenchidas 179 bolsas agente de leitura, 7 bolsas agente articulador e 1 bolsa agente de leitura coordenador, atingindo 85% das metas estabelecidas. Da previsão de 5.300 famílias, ou 26.500 pessoas (cinco membros por família, de acordo com o item 15 do edital), foram beneficiadas 4.050 famílias, equivalendo a 20.250 pessoas, números computados a partir dos 160 relatórios enviados. Dos 46 municípios previstos - 38 de continuidade e 8 novos - Caucaia, Itatira, Martinópolis e Jaguaratama não enviaram relatórios. Quanto à estimativa de elevação de 7% nos empréstimos (que elevaria em 1% o número de livro lido, por pessoa, em relação à média nacional) não foi alcançada, pois não houve aquisição de publicações em 2014. Todavia, a Secult, visando garantir continuidade ao Projeto, disponibilizou 46 títulos de contrapartidas de editais, orientando os agentes a complementar as ações de leitura com livros das bibliotecas públicas municipais e comunitárias.

Não obstante tais esforços, o resultado do projeto em 2014 ficou comprometido, pois somente em dezembro foi concluído o processo de licitação da empresa que aplicaria os testes de proficiência, faria a correção e divulgaria os resultados, durante encontro de encerramento, por ocasião da XI Bienal Internacional do Livro do Ceará.

Da Visão dos Agentes de Leitura sobre o Projeto

Depoimento de Edlangela Ciriaco de Souza, agente de Leitura do município de Uruoca:

“As famílias melhoraram sua leitura, em algumas famílias todos os membros desenvolveram melhor sua habilidade leitora e em outras apenas os membros que participavam ativamente do projeto. No geral obtivemos ótimos resultados, o projeto ajudou muitas crianças que tinham até histórico de evasão escolar a continuar e melhorar seu nível”

Depoimento da mãe de uma criança atendida pela agente Erlane Felix do município de Uruoca:

“ É importante para a aprendizagem dela e a criatividade individual, além de melhorar a capacidade de interpretação individual e desenvolver a capacidade de se expor na hora da leitura, já que a maioria tem vergonha de ler. Isso ocorre por não terem a segurança de saber ler bem, passando medo na hora de ler na frente das pessoas”

Em Antonina do Norte, onde foi realizada Colônia de férias, de 24 a 27 de junho de 2014, a Agente de Leitura Ivânia Alves relatou:

“Realizada na biblioteca pública municipal, a colônia de férias teve um dia destinado a cada agente. Contamos com a seguinte programação: leitura dos livros da biblioteca, montagem de quebra cabeças, contação da história de João e Maria; Montamos uma casinha, feita de biscoito e doces para dar mais destaque à contação de história, que foi seguida por duas atividades: completar um texto lacunado usando o banco de palavras e numerar as partes ilustradas da história, de acordo com a contação, descrevendo o que acontece em cada cena da história”.



Atividade na Biblioteca Pública em Antonina do Norte

Em Deputado Irapuan Pinheiro a Agente de Leitura Veronete da Silva cita como benefícios do Projeto:

“Os agentes de leitura de Deputado Irapuan Pinheiro, nesse ano de 2014, realizaram várias ações com as vinte e cinco famílias leitoras. Este programa vem beneficiando famílias e proporcionando assistência às populações vulneráveis, situadas abaixo da linha de pobreza, por meio da melhoria das condições e de qualidade de vida, favorecendo-lhes o acesso a bens e serviços indispensáveis à inclusão social, ao desenvolvimento e promoção da auto estima, da informação, do potencial de associativismo e cooperação. As famílias contempladas com o programa demonstram interesse e se sentem felizes por terem acesso a um riquíssimo acervo bibliográfico, que veio melhorar sua concepção de mundo e trazer conhecimento do mesmo. Durante as visitas realizadas podemos perceber a participação e o desenvolvimento de cada membro da família e em cada visita observamos o avanço, atenção, interação e a dedicação dos membros para com o programa agentes de leitura”

Em Tarrafas Janete de Oliveira reflete:

...” não tivemos acesso a todos os acervos mencionados no contrato. Espero em outro projeto, possa participar e levar novos livros. Teve família com muita dificuldade em leitura, mas pude perceber o desenvolvimento delas com o passar do tempo, tive dificuldades ao acesso às casas das famílias porque não foi entregue as bicicletas, mas busquei ajuda com o pessoal da prefeitura e pude usar o transporte escolar pra esta realizar as visitas”.

Janete de Oliveira



Contação de História em Deputado Irapuan Pinheiro

Embora o Projeto Agentes de Leitura tenha sofrido perdas significativas, a Secult defende que a promoção da leitura junto a famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza garante a seus beneficiários informação, conhecimento, entretenimento, cultura e arte.

Quadro 71 – Execução Financeira da SECULT

MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
68	Agentes de Leitura	900.261,64	847.361,64	94,13	777.958,10	86,41
Total		900.261,64	847.361,64	94,13	777.958,10	86,41

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

4.10.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Quadro 72 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	170.221,64	20,09	250	1,23
2-LITORAL OESTE	60.000,00	7,08	1.500	7,41
3-SOBRAL/IBIAPABA	104.440,00	12,33	3.000	14,81
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	142.660,00	16,84	4.000	19,75
5-SERTÃO CENTRAL	87.540,00	10,33	3.000	14,81
6-BATURITÉ	15.600,00	1,84	375	1,85
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	8.800,00	1,04	0	0,00
8-CARIRI/CENTRO SUL	258.100,00	30,46	8.125	40,12
TOTAL	847.361,64	100,00%	20.250	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

O projeto é executado nas 8 macrorregiões do Estado, beneficiando municípios, com a seguinte distribuição: Cariri/Centro-Sul em 16 municípios; Sertão dos Inhamuns em 8 municípios; Sertão Central em 6 municípios; Região Sobral/Ibiapaba em 6 municípios; Litoral Oeste em 4 municípios; Região Metropolitana de Fortaleza em 1 município; Região do Maciço de Baturité também com 1 município atendido e Região Litoral Leste/Jaguaribe sem atuação.

A região 08 detém maior número de beneficiados por concentrar mais municípios com elevado índice de focalização de agentes de leitura (IFAL). Já na região 07, o município de Jaguarétama aderiu ao projeto, agentes de leitura foram capacitados, mas a falta de acompanhamento local provocou a evasão dos selecionados. O mês de maio foi o período de maior envio de relatórios e, conseqüentemente, maior número de atendimentos.

4.10.4. Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Atendidas 4.050 famílias, beneficiando 20.250 pessoas, em consequência da redução gradual do número de agentes em campo;
- Beneficiados 46 municípios no primeiro semestre, sendo 38 de continuidade e 8 novos. Ao final do ano, foram beneficiados 42 municípios, sendo 35 de continuidade e 8 novos;
- Concedidas 187 bolsas, sendo 179 de agentes de leitura, 7 de agentes articuladores e 1 de agente coordenador.
- Trabalhados 24.062 livros junto às famílias, alcançando 1/3 do proposto.

Dificuldades

- Saída de municípios que não conseguiram atender às demandas delineadas pelo projeto;

- Suspensão temporária do pagamento aos agentes, devido a questionamento do TCE, sobre a ausência de normativo que regulamentaria o fornecimento das bolsas;
- Desistência de alguns agentes de leitura de participarem do projeto, devido a diversos motivos: atuação em emprego com melhor remuneração, falta de identificação com as atividades do projeto e entraves nos pagamentos das bolsas durante certo período;
- Morosidade nos processos licitatórios para aquisição dos livros, bicicletas, protetor solar e instrumentais do projeto.
- Precariedade no monitoramento do projeto, dificultando a aferição do grau de satisfação dos beneficiários com as atividades desenvolvidas pelos agentes de leitura.

4.11. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

4.11.1. Aspectos Gerais

Criada em 1995, a SECITECE tem como missão principal coordenar e viabilizar a geração, difusão e aplicação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Dentre seus objetivos estão planejar, fiscalizar, coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à educação superior, à educação profissional, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico do Estado, bem como, formular e implementar as políticas do governo no setor, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CECT.

Para isso, envolve órgãos de governo federais, estaduais e municipais, instituições públicas e privadas de ensino e setor empresarial com missão de gerar divisas, emprego e crescimento para todo o Estado.

Um dos projetos em execução pela SECITECE é o de Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios dos Vales do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité – INTERCAJU financiados com recursos do FECOP, cujo valor programado para o período de novembro a dezembro de 2014 foi de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Quadro 73 – Execução Financeira da SECITECE

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios dos Vales do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité	50.000,00	50.000,00	100	34.700,00	69,40
Total			50.000,00	50.000,00	100	34.700,00	69,40

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.11.2. Desenvolvimento

O Projeto Intercaju se encontra em andamento desenvolvendo ações que estão contribuindo para o fortalecimento da cadeia do caju nos Vales do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité, através de modelos participativos de organização da produção, melhoria de produtos e processos agroindustriais, implantação de unidades coletivas e individuais de castanha e pedúnculo, transferência e capacitação associativa, tecnológica, gerencial e ambiental, conquista de novos mercados, dentre outros meios voltados para fortalecer núcleos produtivos que contribuam para a geração de postos de trabalho e de renda, promovam o acesso à inclusão social e produtiva e assegurem melhoria da qualidade de vida nas comunidades assistidas pelo Intercaju.

O projeto está atuando em 6 (seis) municípios e desenvolvendo ações nas comunidades de Lagoa de Santana, Sítio Trinta e Nove e Lagoa Grande, em **Amontada**, Uruá e Exu, em **Barreira**, Pirangi, Torém, Mulatão e São Tomé, em **Itapipoca**, Trapiá e Cajueiro Encarnado em **Itarema**, Sítio Batalha, Lagoas Novas e Lagoa do Meio/Urubu, em **Trairi**, e Cemoaba e Novo Horizonte em **Tururu**, beneficiando 206 famílias, abrangendo cerca de 805 pessoas, incluindo participação significativa de mulheres, principalmente, nas unidades familiares e coletivas de produção de caju. Dessas 16 (dezesseis) comunidades 3 (três) encontram-se em processo de incorporação: Pirangi, São Tomé e Lagoa Grande.

Com base nas exigências técnicas e no suporte necessário a atender as especificações dos serviços previstos foram realizadas articulações com instituições e comunidades assistidas pelo Intercaju. Após contatos com as prefeituras municipais de Itapipoca e Itarema e com instituições de educação foram definidos os auditórios do Pólo da Universidade Aberta do Brasil, em Itapipoca, Centro Cultural de Itarema e da Embrapa Agroindústria Tropical, em Fortaleza.

Na sequência foram realizadas visitas às comunidades assistidas pelo Intercaju, no sentido de informar sobre os temas a serem abordados nas capacitações, conteúdos programáticos dos workshops e seminário, locais e períodos de realização, sugestões dos perfis dos participantes em razão dos assuntos abordados, lista preliminar dos participantes, transporte, alimentação e outros aspectos de interesse dos produtores/empreendedores rurais.

Da mesma forma foram realizadas articulações com técnicos, pesquisadores e consultores com conhecimento e experiência em ministrar cursos e treinamentos sobre assuntos

relacionados á agroindústria do caju e estabelecida parceria com a Embrapa Agroindústria Tropical.

Os impressos, folders, apostilas e materiais previstos nos kits didáticos foram confeccionados e distribuídos a cada participante dos eventos, inclusive o livro Agronegócio Caju- Práticas e Inovações, para cada uma das comunidades presentes no Seminário Tecnologias para Agroindústria do Caju.

As ações foram realizadas conforme previsto, consistindo dos 06 Workshops nos municípios de Itarema e Itapipoca e um Seminário realizado em Fortaleza. A presença dos participantes nos workshops realizados correspondeu as expectativas superando inclusive a previsão nesses eventos. No caso do seminário a presença dos participantes das comunidades foi superior ao previsto, o que não foi observado quanto aos participantes das instituições convidadas para o citado evento, entre as quais, Instituto Centec, SDA/Ematerce, Faec/Senar, Câmara Setorial do Caju, ADECE.

Deve-se ressaltar que todos os workshops e seminário corresponderam as expectativas e anseios das comunidades e demais participantes pelo elevado nível de conhecimento dos palestrantes, relevância dos assuntos abordados e interesse demonstrado pelos participantes nos eventos.

Foram adquiridos máquinas e equipamentos no sentido de dar melhores condições aos cajucultores atendidos pelo projeto Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios dos Vales do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité, assim como está previsto no Plano de Trabalho do projeto Inclusão Social Produtiva e Eco Solidária de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju no Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité.

**Workshop: Utilização do Pedúnculo do Caju na Alimentação Humana e para Ração Animal com Produtores de Torém, Batalha e Pirangi
Pólo Universidade Aberta em Itapipoca.**



Fonte: SECITECE

Seminário: Tecnologias para a Agroindústria do Caju com produtores de Amontada, Itapipoca, Itarema e Trairi na Embrapa Agroindústria Tropical – Fortaleza.



Fonte: SECITECE

4.11.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Quadro 74 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	50.000,00	100	0,00	0,00
2-LITORAL OESTE	0,00	0,00	683	84,84
3-SOBRAL/IBIAPABA	0,00	0,00	0,00	0,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	0,00	0,00	0,00	0,00
5-SERTÃO CENTRAL	0,00	0,00	0,00	0,00
6-BATURITÉ	0,00	0,00	122	15,16
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	0,00	0,00	0,00	0,00
8-CARIRI/CENTRO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	50.000,00	100,00	805	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Os empenhos referenteS ao valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), totalidade do projeto no ano, foi empenhado na RMF, sendo o Seminário Tecnologias para a Agroindústria do Caju realizados no mês de dezembro em Fortaleza e os Workshops nos municípios de Itapipoca e Itarema. Destaca-se que as pessoas beneficiadas por estes eventos são das comunidades/associações pertencentes às Macrorregiões Litoral Oeste e Baturité, nos territórios do Vale do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité onde o projeto será desenvolvido, especificamente dos municípios de Itapipoca, Itarema, Trairi, Tururu, Amontada e Barreira. As pessoas se deslocaram para Fortaleza e para os municípios sede dos eventos a fim de participaram das atividades.

4.11.4. Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Realizado 02 Workshops com o tema: Processamento da Castanha de Caju-Custos, Produção e Comercialização de Amêndoas;
- Realizado 02 Workshops com o tema: Produção de Cajuína e Polpa do Caju. Culinária do Caju;
- Realizado 02 Workshops com o tema: Utilização do Pedúnculo do Caju na Alimentação Humana e para Ração Animal;

- Realizado o Seminário Tecnologias para a Agroindústria do Caju;
- Adquiridos as seguintes máquinas e equipamentos: 4 balanças digitais, 4 balanças eletrônicas de plataforma, 2 desintegradores tipo martelo, 2 misturadores de tambor horizontal, 2 máquinas seladoras manuais com pedal, 4 refratômetros portátil e 1 umidificador.

5. Monitoramento

Durante o ano de 2014 foram escolhidos pelo CCPIS 10 projetos a serem monitorados, sendo cinco no primeiro semestre e cinco no segundo, conforme abaixo:

Semestre I:

- Segundo Tempo, da Secretaria do Esporte (SESPORTE);
- Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA);
- Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas, Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA);
- Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo, da Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH); e
- Fogões Sustentáveis, da Secretaria das e Desenvolvimento Agrário (SDA).

Semestre II:

- Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura nos Territórios do Extremo Oeste Metropolitano José de Alencar, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA);
- Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS);
- Implantação e Gerenciamento das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KfW, da Secretaria das Cidades (CIDADES);
- Estação Família, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); e
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão, da Secretaria das Cidades (CIDADES).

O processo foi realizado por uma Comissão de Monitoramento, constituída por representantes do Conselho (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Conselho Estadual de Assistência Social e Conselho Estadual de Saúde). A GEF coordenou o trabalho que resultou em dois relatórios, cujo conteúdo completo encontra-se no volume II deste documento.

6. Considerações Finais

A execução financeira do FECOP, embora tenha tido um desempenho histórico abaixo do esperado, vem demonstrando uma evolução mais favorável nos últimos dois anos. Em 2013, o valor pago nos projetos foi inclusive superior ao valor arrecadado no ano (110,38%), fato ocorrido antes apenas em 2010. Em 2014, por sua vez, o valor pago nos projetos ficou muito próximo do valor arrecadado (98,89%), e quando somado ao valor empenhado pela SEFAZ relativo ao ressarcimento aos cofres públicos, apresenta uma aplicação de 127,93% do valor arrecadado.

Nesse sentido, diante do cenário de pobreza ainda dominante em nosso Estado, onde mais da metade da população cearense (53%) tem renda domiciliar per capita inferior de meio salário mínimo (Censo 2010) e das próprias recomendações do TCE para que sejam despendidos esforços no sentido de aplicar os recursos obtidos pelo FECOP no exercício de sua arrecadação, dada a relevância da aplicação desses recursos, a gestão do FECOP, em parceria com as secretarias setoriais, vem continuamente envidando esforços por uma aplicação mais eficiente dos recursos.

Os projetos executados no ano resultaram no atendimento a 4.524.098,00 pessoas em todo o Estado do Ceará, segundo dados registrados pelas setoriais executoras dos projetos. Entretanto, ressalta-se que, por muitas vezes não se ter uma relação nominal das pessoas beneficiadas, principalmente quando se trata de ações que beneficiam toda uma comunidade, pode ter havido dupla contagem de beneficiários em alguns projetos, cuja identificação não é possível de ser realizada pela Gerência Executiva do FECOP.

Em relação à capacitação de pessoal, tão fundamental para alavancar e otimizar a aplicação dos recursos públicos, registra-se que em 2014 foi realizado em parceria com a Escola de Gestão Pública (EGP) e o IPECE o curso Introdução à Avaliação de Impacto de Programas Sociais, com carga horária de 20 horas/aula, do qual participaram 45 técnicos de cinco setoriais, mais a SEPLAG, responsáveis por projetos financiados com recursos do Fundo e que serão alvo de uma futura avaliação, conforme deliberado pelo CCPIS em 2014.

Na expectativa de que a gestão do Fundo tenha uma melhoria contínua no decorrer dos anos seguintes, a Gerência Executiva do FECOP, contando com os mesmos parceiros, está preparando uma nova rodada de capacitações para 2015, bem como o início de um novo ciclo de avaliação de projetos, iniciando-se pela contratação do serviço de elaboração de base de dados dos projetos eleitos para este processo.

7. Recomendações

Na expectativa de que a gestão do Fundo tenha uma melhoria crescente que reflita nos resultados alcançados pelos projetos e conseqüente atendimento à população em situação de pobreza, a Gerência Executiva do FECOP frisa as seguintes recomendações que, embora muitas já venham sendo aplicadas, é importante que haja continuidade na sua implementação:

- Padronizar e melhorar a consistência interna dos projetos financiados pelo FECOP, delimitando de forma clara seus objetivos e metas, visando dar maior transparência às ações programadas.
- Priorizar projetos estruturantes, com a finalidade de viabilizar a migração do público alvo do FECOP da condição de pobre para não pobre.
- Fortalecer a integração intrasetorial e intersetorial dos projetos financiados pelo FECOP, otimizando os recursos disponíveis para a superação da situação de pobreza de seus beneficiários.
- Implantar e manter um sistema informatizado de acompanhamento unificado para os projetos financiados pelo FECOP, compatibilizando-o com o CADÚNICO do Governo Federal, visando dar maior focalização no seu público alvo.
- Intensificar a atividade de monitoramento dos projetos financiados pelo FECOP, visando o aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito dos projetos e buscando maior efetividade na aplicação dos recursos.
- Realizar a avaliação dos projetos ao longo do tempo, permitindo a seleção natural de atividades mais exitosas do ponto de vista socioeconômico.
- Promover eventos de capacitação para o corpo técnico / operacional das setoriais que têm projetos financiados pelo FECOP.
- Elaborar as diretrizes para um Plano Estadual de Combate à Pobreza, a fim de garantir a melhor aplicação dos recursos do FECOP, envolvendo ações desenvolvidas de forma intersetorial.